

A Produção do Conhecimento Geográfico

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)

A Produção do Conhecimento Geográfico

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento geográfico [recurso eletrônico] /
Organizadora Ingrid Aparecida Gomes. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2018. – (A Produção do Conhecimento
Geográfico; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-78-9

DOI 10.22533/at.ed.789181211

1. Ciências agrárias. 2. Percepção espacial. 3. Pesquisa agrária
– Brasil. I. Gomes, Ingrid Aparecida. II. Série.

CDD 630

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *“Abordagens teórico-metodológicas no âmbito da Ciência Geográfica Agrária”* aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seu I volume, apresenta, em seus 15 capítulos, são discutidas diferentes vertentes das Ciências Agrárias, com ênfase na Geografia Agrária.

A Geografia Agrária engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas atuais. Esta ciência geográfica estuda as diversas relações existentes (sociais, gênero, econômicas e ambientais), no desenvolvimento da agricultura, bem como o aumento produtivo e melhorias no manejo e preservação dos recursos naturais.

A percepção espacial possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes, resultando na construção de uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio, e, portanto, gerando uma crescente demanda por profissionais atuantes nessas áreas.

A ideia moderna da Geografia Agrária, refere-se a um a um processo de mudança social geral, formulada no sentido positivo e natural, temporalmente progressivo e acumulativo, segue certas regras e etapas específicas e contínuas, de suposto caráter universal. Como se tem visto, a ideia não é só o termo descritivo de um processo, e sim um artefato mensurador e normalizador das sociedades, tais discussões não apenas mais fundadas em critérios de relação de trabalho, mas também são incluídos fatores econômicos, naturais, tecnológicos e gênero.

Neste sentido, este volume dedicado a Geografia Agrária, apresenta artigos alinhados com a produção agrícola, conservacionismo, tecnologia, turismo rural, cultura e relações de gênero no campo. A importância dos estudos agrários é notada no cerne da ciência geográfica, tendo em vista o volume de artigos publicados. Nota-se também uma preocupação dos geógrafos em desvendar a realidade dos espaços rurais, bem como entender as distintas relações do campo com o capital.

Os organizadores da Atena Editora, agradecem especialmente os autores dos diversos capítulos apresentados, parabenizam a dedicação e esforço de cada um, os quais viabilizaram a construção dessa obra no viés da temática apresentada.

Por fim, desejamos que esta obra, fruto do esforço de muitos, seja seminal para todos que vierem a utilizá-la.

Ingrid Aparecida Gomes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
NOVAS TERRITORIALIDADES NA FRONTEIRA PANDINA BOLIVIANA: A PAN – AMAZÔNIA EM CONFLITO	
<i>Francisco Marqueline Santana</i> <i>Josué da Costa Silva</i>	
CAPÍTULO 2	16
REFORMA AGRÁRIA, ASSENTAMENTOS RURAIS E PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO NO LITORAL SUL DA BAHIA	
<i>Hingryd Inácio de Freitas</i> <i>José Levi Furtado Sampaio</i> <i>Guiomar Inez Germani</i>	
CAPÍTULO 3	26
AGRICULTURA E ECONOMIA ESPACIAL EM MOSSORÓ/RN: DINÂMICAS E ESPECIFICIDADE REGIONAL.	
<i>Alexandre Alves de Andrade</i>	
CAPÍTULO 4	36
CENTRO E CENTRALIDADE URBANA EM VÁRZEA GRANDE/MT NO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA AGROPECUÁRIA DE MATO GROSSO	
<i>Rosinaldo Barbosa da Silva</i> <i>Nelba Azevedo Penna</i>	
CAPÍTULO 5	46
GEOGRAFIA DA AGROINDÚSTRIA DE SOJA ARGENTINA E OS IMPOSTOS ÀS SUAS EXPORTAÇÕES.	
<i>Pablo Martin Bender.</i>	
CAPÍTULO 6	58
O SISTEMA DE INDICADORES DE POTENCIALIDADE COMO MODELO DE ANÁLISE DAS (RE) CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS DA PRODUÇÃO ORGÂNICA NO AGRESTE CENTRAL DE SERGIPE	
<i>Cléane Oliveira dos Santos</i> <i>Rosemeri Melo e Souza</i>	
CAPÍTULO 7	72
AS PAISAGENS VITÍCOLAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL: O CASO DO VALE DOS VINHEDOS E DA CAMPANHA GAÚCHA	
<i>Vinício Luís Pierozan</i> <i>Vanessa Manfio</i>	
CAPÍTULO 8	84
OS TERRITÓRIOS DO VINHO DA CAMPANHA GAÚCHA E DO VALE DOS VINHEDOS, BRASIL: ENTRE O TRADICIONAL E OS MODERNOS VINHEDOS	
<i>Vinício Luís Pierozan</i> <i>Vanessa Manfio</i>	

CAPÍTULO 9	98
SABOR ARTESANAL: O TURISMO CERVEJEIRO COMO FENÔMENO ESPACIAL EM RIBEIRÃO PRETO - SP	
<i>Alex Rodrigues De Oliveira</i>	
CAPÍTULO 10	107
CONSIDERAÇÕES SOBRE A TECNOLOGIA DAS EMBALAGENS CARTONADAS NA CADEIA PRODUTIVA DE LEITE NO BRASIL: DO LOCAL AO GLOBAL	
<i>Bruno M. C. de Albuquerque</i> <i>Jacob Binsztock</i>	
CAPÍTULO 11	123
O SETOR DE SEMENTES NO BRASIL E SUA CONTRIBUIÇÃO NA MODERNIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS RURAIS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX	
<i>João Luciano Bandeira</i>	
CAPÍTULO 12	133
DESAFIOS PARA A CONSERVAÇÃO DAS SEMENTES CRIOULAS	
<i>Maria Angela Comegna</i>	
CAPÍTULO 13	143
CAFEICULTURA EM RONDÔNIA: MODERNIZAÇÃO E SUBORDINAÇÃO AO MERCADO	
<i>Tiago Roberto Silva Santos</i> <i>Ricardo Gilson Da Costa Silva</i>	
CAPÍTULO 14	153
A AGRICULTURA DE PRECISÃO E AS RELAÇÕES DE GÊNERO	
<i>Tainara Bruna Montagna</i> <i>Roseli Alves dos Santos</i>	
CAPÍTULO 15	162
AS MULHERES E A AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DA LOCALIDADE DE PICADA FELIZ, NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL – RS	
<i>Caroline Tapia Bueno</i>	
SOBRE A ORGANIZADORA	172

NOVAS TERRITORIALIDADES NA FRONTEIRA PANDINA BOLIVIANA: A PAN – AMAZÔNIA EM CONFLITO

Francisco Marqueline Santana

Doutorando do Programa de Pós - Graduação de Mestrado e Doutorado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Porto Velho – RO

Josué da Costa Silva

Docente do Programa de Pós - Graduação de Mestrado e Doutorado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Porto Velho - RO

RESUMO: Neste artigo pretendemos elucidar o processo migratório ocorrido durante o segundo ciclo da borracha nas décadas de 1970/80 na Amazônia Sul – Ocidental, mais precisamente na Região da Ponta do Abunã – Estado de Rondônia e nos seringais do Rio Mamu - Departamento de Pando, na fronteira Brasil – Bolívia. A referente pesquisa se estende ainda até o advento do Governo Evo Morales no ano de 2006 e a consequente implantação do programa de reforma agrária naquele país que culminou com a expulsão de seringueiros brasileiros do território pandino por camponeses bolivianos fortemente armados. Com a eclosão do conflito os dois governos buscam uma solução diplomática para o problema e recebem assistência da Organização Internacional para Migrações – OIM, um organismo da ONU.

PALAVRAS-CHAVE: Migração; Fronteira;

Territorialidade

ABSTRACT: In this article we intend to elucidate the migratory process occurred during the second rubber cycle in the 1970s / 80s in the South - West Amazon, more precisely in the Region of Ponta do Abunã - State of Rondônia and in the rubber plantations of the Mamu River - Pando Department, in the Brazil - Bolivia border. The research still extends until the advent of the Evo Morales Government in 2006 and the consequent implementation of the agrarian reform program in that country that culminated in the expulsion of Brazilian rubber tappers from the pandino territory by heavily armed Bolivian peasants. With the outbreak of conflict, the two governments seek a diplomatic solution to the problem and receive assistance from the International Organization for Migration (IOM), a UN agency.

KEYWORDS: Migration; Border; Territoriality.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa apresentar o processo migratório ocorrido a partir dos quatro primeiros decênios do século XX de camponeses nordestinos para a Amazônia Sul – Ocidental brasileira durante o advento do segundo ciclo da borracha. Procurando uma nova alternativa

para fugir da seca que sempre castigou o semiárido nordestino, e atraídos pela linguagem persuasiva adotada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo, os sertanejos deixam a terra natal para reconstruir novos saberes num território até então desconhecido dos novos migrantes. É neste cenário desafiador que surgirá a figura do soldado da borracha ou “Arigó”, como era comumente chamado pelos seringueiros oriundos do primeiro ciclo da borracha.

O processo migratório era conduzido pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazonas – SEMTA do Governo Vargas. Os sertanejos carregam em si um vasto campo do imaginário social e nos seringais nativos irão construir novas territorialidades onde o desprezo e a segregação oriundos da desterritorialização serão futuramente superados através de novas relações do homem com o espaço e tempo.

Agora fixado na Amazônia Sul – Ocidental brasileira o soldado da borracha para fugir da exploração e dominação de grandes seringalistas buscam refúgio na pátria boliviana e vão habitar os seringais do Departamento de Pando. Mais tarde outra leva de migrantes seringueiros, escapando do avanço desenfreado da pecuária extensiva também migram para o país vizinho. Um exemplo claro de análise desses processos migratórios foi a Região da Ponta do Abunã no Estado de Rondônia na fronteira com o Município de Santos Mercado na província Federico Román, onde os extrativistas brasileiros vão sobreviver nos seringais e colocações do Rio Mamu, um importante afluente do Rio Abunã.

Agora chamados de brasivianos e distante do domínio dos seringalistas, os seringueiros viveram épocas de fartura e boas relações com o país vizinho, até que a identidade brasiviana fosse de vez ameaçada: com o advento do Governo Evo Morales a partir de 2006 e com a adoção de novas medidas do programa de reforma agrária na Bolívia, milhares de camponeses fortemente armados invadem as terras até então habitadas pelos brasileiros, expulsando - os de seus seringais e provocando um imbróglia diplomático entre as duas nações.

Com a eclosão deste conflito entra em cena a área diplomática dos dois países que acionam a Organização Internacional para Migrações – OIM, um organismo da Organização das Nações Unidas – ONU que inicialmente recebeu 10 milhões de dólares para realizar o assentamento dos brasivianos em território federal brasileiro e que estivessem residindo na franja de 50 km da área de fronteira boliviana.

Em suma, independente dos que residiam ou não na faixa dos 50 km, todos os brasivianos foram ameaçados e expulsos. A OIM numa parceria com o Ministério das Relações Exteriores – MRE e com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, realizaram o assentamento dos brasileiros nos Estados de Rondônia e Acre, mas o sério abandono a que foi submetida esta população tradicional, comprova o fracasso da parceria, visto que das 30 famílias que foram assentadas em Rondônia, apenas uma permanece no assentamento. No Estado do Acre cerca de 20 famílias permanecem às duras penas, lutando pela sobrevivência.

2 | DESENVOLVIMENTO

O tema ora estudado é o resultado de mais de vinte anos deste pesquisador na Região da Ponta do Abunã – Estado de Rondônia - Brasil, e de mais de dez anos no Rio Mamu – Departamento de Pando – Bolívia e tem como suporte teórico o método fenomenológico.

Desta forma e depois de analisarmos que seria necessário compreendermos os fatos que antecederam os atuais acontecimentos para em seguida conduzir e produzir esta pesquisa científica que remonta desde a gênese da figura do soldado da borracha até a eclosão de um conflito internacional e suas consequências seria necessário atentarmos para que instiguemos inicialmente a influência da linguagem persuasiva no sertão nordestino durante o Estado Novo Vargas e a chegada nos extrativistas nos seringais nativos da Amazônia Sul – Ocidental Brasileira e boliviana.

Em seguida adentraremos no advento do Governo Evo Morales e a nova geografia política para o Departamento de Pando na Bolívia, o que culminou com a expulsão dos seringueiros brasileiros dos seringais pandinos.

Finalmente analisaremos a importância das ações de assentamento dos seringueiros brasivianos para o território federal brasileiro, coordenadas pela Organização Internacional de migrações – OIM, um organismo da Organização das Nações Unidas – ONU.

Todo material coletado desta pesquisa foi minuciosamente catalogado de forma cronológica, de acordo como os fatos que iam acontecendo tanto no Rio Mamu na Bolívia como na Região da Ponta do Abunã no Estado de Rondônia.

3 | A LINGUAGEM PERSUASIVA NO SERTÃO NORDESTINO E O SURGIMENTO DO SOLDADO DA BORRACHA.

As secas periódicas no sertão nordestino obrigavam famílias inteiras a percorrerem léguas de estradas em busca da preciosa água. A mulher transformava um velho pedaço de pano (molambo) em um pequeno suporte oval denominado rodilha, - ou “rudia” na linguagem popular do sertão - para receber um “pote de barro” em sua cabeça. Já outros em “melhores condições”, colocavam um cabresto num jumento, depois os “cambitos” e duas ancoretas de madeira para fazer o transporte de água até seu destino final.

Desta forma o homem simples do sertão vai enfrentando os desafios na natureza com suas cotidianas adversidades, e vítima da “indústria da seca”, marcha valentemente chorando as mágoas de um sistema político-econômico caduco e atrofiado, que o condena às margens da sociedade capitalista.

As secas de 1915 e 1942 deixaram rastros de miséria e desolação. Neste momento entra em cena o departamento de imprensa e propaganda – DIP, órgão responsável pelas propagandas oficiais do Estado Novo. O DIP comandaria uma

intensa campanha ideológica que visava persuadir os flagelados da seca a marcharem rumo a Amazônia brasileira e a conquistarem o novo “Eldorado”.

Desta forma podemos assim dizer que a linguagem persuasiva durante o Estado Novo exerceu poderosa influência no senso comum do sertanejo que a partir daquele momento vão se integrar a tão dogmática batalha da borracha.

A sutileza e versatilidade do discurso, pode neste sentido consolidar o desejo de seu autor, fazendo com que o receptor aceite as condições de seu domínio

Persuadidos e convencidos a embrenharem-se no desconhecido, homens, mulheres e crianças estavam agora determinados como soldados da borracha em abraçar a seringueira e extrair dela seu sustento. Paralelo à persuasão, a seca de 1942 também veio contribuir para que os retirantes fossem recrutados e migrassem rumo a uma nova vida. A coordenação de mobilização econômica do Estado Novo, visando atender o interesse americano pela borracha natural brasileira, criou o SEMTA (Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para o Amazonas), o SESP (Serviço Especial de Saúde Pública) e a SAVA (Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico).

O nordestino voluntário passava a ter de imediato, um emprego com um salário de meio dólar por dia e alojamento para toda a família, até o dia da partida (...) prometiam ainda, que os imigrantes teriam 60% da borracha produzida, 50% da castanha colhida, 50% da madeira derrubada, o direito livre à caça, pesca, às peles de animais silvestres e ainda a um hectare de terra para plantar. (SOUZA, 2004. p. 21, 22).

Conforme nos aponta Secreto, “A propaganda para recrutar os trabalhadores explorou alguns elementos do imaginário, dos desejos das emoções, por meio de símbolos e de um discurso severo e apelativo”. (SECRETO 2007. P. 125). O Governo Vargas cria o Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia - SEMTA, um programa coordenado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP, que notadamente exercia forte influência no sentido de fortalecer e consolidar a migração de nordestinos para os seringais amazônicos. Desta forma:

A propaganda para mobilizar os trabalhadores para a Amazônia teve duas dimensões: uma nacional e outra local. Na dimensão nacional, a batalha pela borracha se encaixava no programa de ocupação e colonização dos “espaços vazios” e nos esforços de guerra do Brasil. Na esfera local, a emigração de nordestinos para a Amazônia era uma questão que contava com uma longa tradição e alguns debates. (SECRETO, 2007. P. 125).

A linguagem persuasiva estava presente em todos os lugares da Região Nordeste. O sentimento de “patriotismo” invadia todos os lares. A reversão do quadro de miséria parecia está próximo.

“Em 1945 a imprensa internacional denunciava o desastre da campanha da borracha, falava-se em 25.000 mortos ou desaparecidos”. (SECRETO 2007. p. 131).

Para SILVA (2000), o objetivo da propaganda durante o Estado Novo do governo Vargas era justamente atrair o maior número possível de extratores para ingressar na “Batalha da Borracha” e neste sentido a autora nos deixa os seguintes esclarecimentos:

“Além dos sentimentos patrióticos, outros subterfúgios foram usados. A propaganda enganosa apresentava a Amazônia como paraíso e eldorado, oferecendo grandes possibilidades de enriquecimento para aqueles que entrassem no ‘exército’”. (SILVA, 2000, p. 65).

4 | A PONTA DO ABUNÃ.

A região denominada Ponta do Abunã é formada por um conjunto de quatro distritos e igualmente banhados pelas águas do Rio Abunã. Os distritos são: Extrema, Nova Califórnia, Vista Alegre e Fortaleza do Abunã. A região compõe uma área total de 5.515,87 km² correspondendo a 16,18% da área total do Município de Porto Velho, na qual está política e geograficamente integrada. A população total é de 14.382 habitantes, distribuída da seguinte forma entre os distritos circunvizinhos: Vila Extrema (6.176 habitantes); Nova Califórnia (3.631 habitantes); Vista Alegre (4.125 habitantes) e Fortaleza do Abunã com 450 habitantes, conforme senso atual do IBGE (2010).

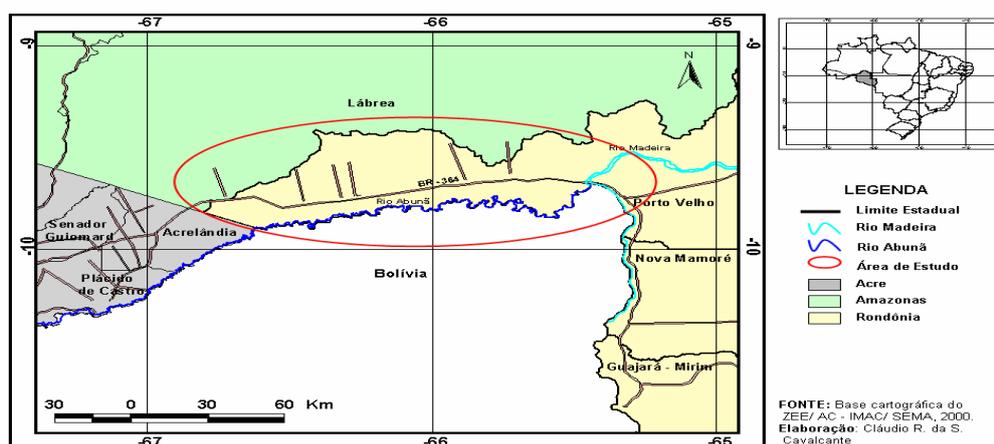


Figura 1 -Mapa da Ponta do Abunã

Fonte: Base cartográfica do ZEE/AC – IMAC/SEMA, 2000.

Considerada o braço ocidental de Rondônia, a Ponta do Abunã é assim conhecida por se formar em uma faixa de terra que se estende desde os limites do Acre e Rondônia, à margem esquerda do Rio Abunã até sua foz no Rio Madeira. Este é um dos principais rios daquela região e da Amazônia em geral. Assim, a área estende-se da confluência dos Rios Abunã e Madeira, no noroeste do Estado de Rondônia, até o limite com Estado do Acre.

A área limita-se ao norte com o município de Lábrea, no sul do Estado do Amazonas. Ao leste com o município de Acrelândia no Acre. Ao sul, separado pelo Rio Abunã, limita-se com o Departamento de Pando na Bolívia, e ao oeste, encontra sua divisa com o distrito de Abunã, através do Rio Madeira.

Considerada o eixo central da região, o distrito de Extrema localiza-se a 180 km

de Rio Branco, capital do Estado do Acre e a 327 km de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia.

Também chamada de Alto Madeira ou Bolsão do Madeira, a região de Ponta do Abunã, teve seu nome batizado e amplamente divulgado, devido ao seu rio principal, o Abunã, também chamado de Abuná na parte boliviana. Este caudaloso rio amazônico nasce na cordilheira oriental dos Andes bolivianos, exatamente da junção dos Rios Xipamanu e Caramanu, ambos localizados no Departamento de Pando. Os principais afluentes do Rio Abunã, são os rios Rapirrán, Mapim, Negro e Rio Mamu, este último será tema principal no último capítulo desta dissertação. O Rio Abunã tem um comprimento aproximado de 375 km e sua formação geológica faz brotar lindas cachoeiras e pequenas cascatas.

5 | O DEPARTAMENTO DE PANDO.

Criado através do decreto supremo de 24 de setembro de 1938, o Departamento de Pando possui cinco províncias: NicolázSuárez, Manuripi, Madre de Dios, Abuná e Federico Román. A população estimada de Pando é de 52.525 habitantes (CENSO – 2001), projetada em 2006 para 69.500 habitantes, abrangendo uma área de 63.827 km² e tendo a cidade de Cobija como sua capital. Cobija foi fundada em 09 de fevereiro de 1906, localiza-se à margem direita do Rio Acre, fazendo divisa com o município acreano de Brasília e possui uma altura média de 280 metros acima do nível do mar.

O Departamento localiza-se ao Norte da República Boliviana e limita-se ao Norte com a República Federativa do Brasil, ao Sul com o Departamento de La Paz, a Oeste com a República do Peru, e a Leste com o Departamento de Beni e também com o Brasil.

De clima agradável, Pando possui uma temperatura média de 26,6 graus e é dono de uma considerável precipitação que alcança uma média em torno de 1.800mm.



Figura 2 – Dep. Pando na fronteira com o Estado de Rondônia

Fonte: sol de Pando.com

Observemos sua exuberante floresta tropical e a diversidade de sua flora: castanha do Brasil (*Bertholletia excelsa*), seringueira (*Hevea brasiliensis*), e tantas outras, tais como, cedro, itaúba, ipê, cumaru, piqui, andiroba, maracatiara, cerejeira, garapeira, etc. Suas palmeiras predominantes são: buriti, babaçu, pupunha, bacaba, patuá e açai. Assim como a flora, sua fauna também se identifica com a Amazônia ocidental brasileira, vejamos: anta, paca, javali, capivara, cutia, etc.

Os rios mais conhecidos do Departamento de Pando são: Acre, Abuná, Orthon, Manuripi, Tahuamanu e Madre de Dios. Além de outros rios aqui não listados neste Departamento, existe o Rio Mamu, também conhecido por Manu ou Mapiri, e que é objeto de estudo deste capítulo.

O Rio Mamu, de aproximadamente 140 km de extensão é um dos principais afluentes do Rio Abunã, que possui uma extensão aproximadamente de 375 km. Além do Rio Mamu, o Abunã possui também outros importantes afluentes, tais como, Negro, Kharamanu, Rapirrán e Chipamanu.

O Rio Mamu nasce no Município de Santa Rosa Del Abuná – província de Abuná, e desemboca no Município de Santos Mercado – província Federico Román.



Figura 3 – Seringal Cumaru – Rio Mamu – Pando – Bolívia

Fonte - Projeto ética e Cidadania, 2010.

6 | OS SERINGAIS NATIVOS FRONTEIRIÇOS E SEU ENTRELAÇAMENTO MULTICULTURAL.

Devido as suas vastas proximidades fronteiriças com o Estado do Acre e com a Região da Ponta do Abunã, Estado de Rondônia, o Departamento tornou-se um grande acolhedor de seringueiros brasileiros que constantemente migravam para a tão cobiçada região amazônica boliviana.

A Ponta do Abunã possui uma forte ligação identitária com o Estado do Acre, prova disto foi a questão do litígio entre Acre e Rondônia pela posse das vilas Extrema e Nova Califórnia e que só veio terminar com a decisão do Supremo Tribunal Federal

em 04 de dezembro de 1996.

Diante do exposto a Ponta do Abunã até 1996 sempre compartilhou com os mesmos acontecimentos históricos surgidos no Acre, mantendo também uma acentuada ligação com o Departamento de Pando na Bolívia.

Os distritos de Extrema e Nova Califórnia na época de litígio eram ligados politicamente ao município acreano de Plácido de Castro e sempre tiveram boas relações de vizinhança entre si e com a população ribeirinha do Rio Mamu, localizado nas províncias de Federico Román e Abuná no Departamento de Pando.

Neste sentido podemos afirmar que o surgimento da pecuarização ocorrida no Estado do Acre a partir da década de 70 também se fez presente em toda região denominada Ponta do Abunã.

No Acre já havia chegado a notícia de paz, sossego e fartura do Rio Mamu. Seringueiros que viviam nas proximidades de Rio Branco vinham pela estrada de chão que ligava o Acre a Ponta do Abunã, e chegando a Extrema e Nova Califórnia faziam suas travessias para o Rio Mamu, através do Rio Abunã.

A maioria dos seringueiros que migravam para o Rio Mamu era proveniente principalmente do município de Plácido de Castro. Muitos seringueiros vindos de Brasiléia e Xapuri, chegando a Rio Branco, pegavam a estrada (Rodovia 101) que liga a capital, até o município de Plácido de Castro, e ali se fixavam.

O Município de Plácido de Castro no Acre, assim como a região da Ponta do Abunã em Rondônia, são banhados pelo Rio Abunã, favorecendo assim, uma ligação natural entre os dois Estados. Este rio que nasce na Bolívia, passa pelos municípios de Plácido de Castro e Acrelândia no Acre, e em seguida percorre a costa Sul dos distritos de Nova Califórnia, Extrema, Vista Alegre e Fortaleza do Abunã, para em seguida chegar à sua foz no Rio Madeira.

A Ponta do Abunã tornou-se, portanto, importante eixo de passagem de seringueiros acreanos com destino ao Rio Mamu.

Além da vinda de seringueiros acreanos para esta região, muitos seringueiros também deixaram suas colocações em seringais localizados no Sul de Lábrea, Estado do Amazonas, e emigraram para o tão cobiçado rio pandino boliviano.

A junção das águas do Abunã e Mamu tornou-se fator decisivo para a construção histórica de uma casa inter/multicultural de seringueiros brasivianos.

Observemos que a região pandina boliviana que faz fronteira com a região da Ponta do Abunã no Estado de Rondônia, ainda carrega as velhas tradições dos seringais da Amazônia ocidental brasileira durante os períodos áureos da borracha natural.

Seringueiros e castanheiros sobrevivem do que a floresta oferece e não desperta em si o menor interesse em destruir sua beleza, desta forma os seringais nativos bolivianos ainda resistem ao avanço da pecuária extensiva e ao mundo globalizado do agronegócio. Já a fronteira territorial brasileira mostra a dura realidade do desmatamento iniciada principalmente a partir da década de 70, que culminou com o

surgimento de grandes fazendas na região.

Os tradicionais seringais nativos da Ponta do Abunã ainda estão grudados na memória dos soldados da borracha. Na sede do distrito de Extrema, encontrava-se a antiga colocação de seringa denominada de “Centro Seco”, denominação atribuída devido ao Igarapé Seco que até hoje corta aquele distrito.

Depois de percorridos aproximadamente 195 km da sua nascente, o Rio Abunã receberá as águas escuras de mais um importante afluente: o Rio Mamu. O encontro dessas águas e o encantamento da floresta banhada por cerca de 160 km por onde se estende as águas do Mamu carrega no seu bojo uma notável história de colonização ocorrida durante os dois grandes ciclos da borracha da Amazônia e que resiste até hoje aos avanços avassaladores da era da globalização, preservando uma rica biodiversidade existente nos seringais nativos da região pandina boliviana.

7 | A NOVA GEOGRAFIA POLÍTICA PARA O DEPARTAMENTO DE PANDO E A ECLOSÃO DO CONFLITO NO RIO MAMU.

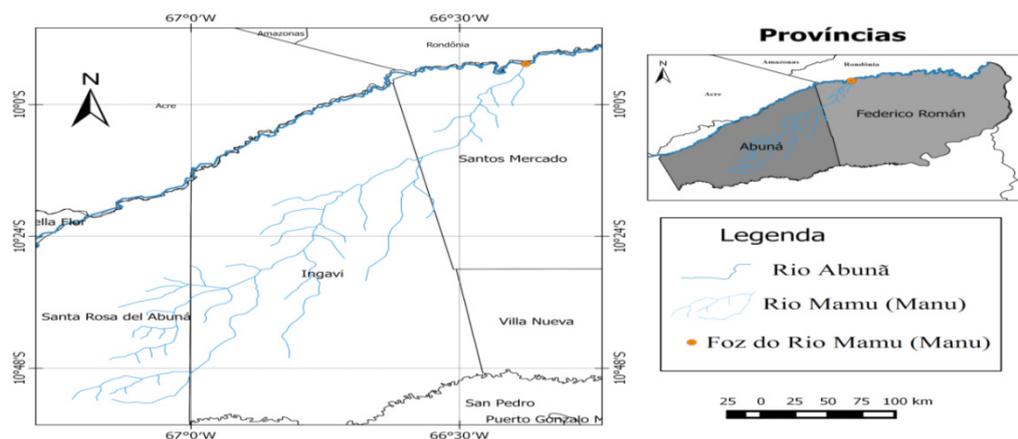


Figura 4 – Mapa do Rio Mamu – Pando

Fonte: Elaborado por Miquéias Lima Duarte

O Rio Mamu possui uma diversidade de extensos seringais na região pandina boliviana, desde sua nascente no município de Santa Rosa Del Abuná na província de Abuná, até a sua foz, no município de Santos mercado na província de Federico Román.

Partindo da sua foz, iremos encontrar o primeiro seringal do Mamu: O seringal “Carolinda”, que foi abandonado por uma família de brasileiros que ali residiam. Dona Maria, como era conhecida pelos demais seringueiros, voltou ao Brasil em busca de terra no seu próprio país, e hoje se encontra morando num assentamento no Sul de Lábrea no Estado do Amazonas.

Em seguida, e continuando a percorrer o Rio Mamu, iremos chegar ao seringal Pedro Porto onde residia Manoel Aguiar. Este seringal também se encontra totalmente abandonado e o senhor Manoel atualmente está fazendo tratamento médico em

Rio Branco no Estado do Acre. Logo adiante avistaremos outros grandes seringais localizados às margens do Rio Mamu: o seringal Cumaru onde mora Carlos Shantain, sua esposa Ângela Ortiz e mais seis filhos do casal; O seringal Passarinho, onde vive dona Maria Pereira dos Santos e seu irmão Francisco Pereira dos Santos, que residem há mais de quarenta anos neste seringal; o seringal Barca Farol de França Arruda; o seringal Santa Rita do seringueiro brasileiro José Mendonça e mais adiante os seringais Palmares e Pedra Chorona, do senhor Manuel Pereira da Silva, conhecido por Dino.

Outros antigos seringais do Rio Mamu embelezam suas águas, como veremos nas denominações a seguir: Santo Antonio, Baixa Verde, Arraial, Cachoeirinha, Providência, Tabocal, Cabeluda, Barro Alto, Saúbal, Onça, Castanheira, Companhia, Primavera, Buriti, Porto Barba, Casa de Barro, Palmares II e Mapiri.

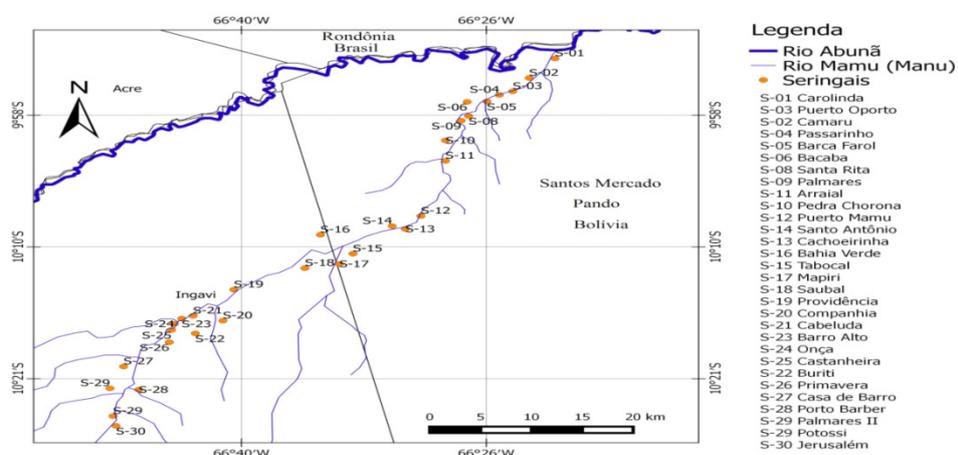


Figura 5 – Seringais do Rio Mamu – Pando

Fonte – Mapa elaborado por Miquéias Lima Duarte

Com a subida de Evo Morales ao poder em 2006, a organização dos trabalhadores e dos grupos subalternos da Bolívia ganha mais força e autonomia. Diante do fortalecimento das classes menos favorecidas, o projeto oligárquico boliviano sente-se ameaçado frente à adoção de políticas públicas implantadas pelo governo federal, que decididamente começava a desenvolver ações voltadas para o processo de consolidação de reforma agrária naquele país.

O primeiro presidente indígena da Bolívia passou a desconhecer projetos neoliberais que visavam tão somente atender aos interesses oligárquicos e passou a comandar um governo de massas, objetivando reverter uma história de praticamente cinco séculos de dominação e exploração.

Com Morales os programas de nacionalização e reforma agrária tornam-se essencialmente prioritários, fatores que contribuíram para uma reação imediata e violenta da classe dominante. Indígenas e camponeses começaram a adquirir autonomia, e através de uma forte organização democrática e popular, passaram a conquistar importantes direitos sociais na luta pela terra.

Políticos de direita também se organizam e imediatamente criam o que ficou

conhecido como a “meia lua”, um movimento que reuniu os Departamentos mais ricos da Bolívia: Jarija, Santa Cruz, Beni, Chuquisaca e Pando.

O Departamento de Pando, parte integrante da Amazônia boliviana é o primeiro a se rebelar contra o Governo Federal. O governador de Pando, Leopoldo Fernandez, liderava o movimento da “meia lua” naquele departamento e reivindicava juntamente com os demais departamentos, a tão almejada autonomia departamental.

Partidários ligados ao movimento “AL socialismo” (MAS) e defensores da política de reforma agrária do governo Evo Morales, marcharam em 2008 rumo à cidade de Cobija, capital de Pando, para exigir a renúncia de Leopoldo Fernandez; que reage com Extrema violência contra os camponeses que seguiam na marcha pró - Evo Morales. Vários camponeses foram mortos a mando de Leopoldo Fernandez na chacina que ficou conhecida como o massacre de porvenir.

O Governo Federal interveio, decretou Estado de Sítio no Departamento de Pando e prendeu o governador Leopoldo Fernandez, conseguindo assim neutralizar o avanço das forças dos autonomistas oligárquicos e restabelecer a ordem na República Boliviana.

O movimento de camponeses cresceu e fortaleceu-se ainda mais na Bolívia, fazendo com que suas conquistas se estendessem até a fronteira com o Brasil, chegando inclusive ao Rio Mamu, que faz parte da Amazônia pandina boliviana.

A partir de 2007 os camponeses começaram sua marcha – provenientes principalmente de Riberalta – com destino aos seringais do Rio Mamu – habitado na sua grande maioria por seringueiros brasileiros – objetivando a expulsão dos nossos nacionais e o conseqüente assentamento nesta área de fronteira.

No final de 2007 e início de 2008 a situação agravou-se de forma bastante violenta. O movimento camponês que estava de posse de armamentos pesados passou a ameaçar de morte os seringueiros brasileiros, caso insistissem em permanecer na área de abrangência do Rio Mamu.

A convivência no Rio Mamu, entre brasileiros e bolivianos, antes da eclosão do conflito, era de muita paz e harmonia. A luta pela terra na região de fronteira foi comandada por camponeses que desconheciam totalmente a cultura dos seringueiros, quer sejam brasileiros, quer sejam bolivianos, o fato é que a maioria dos camponeses adentrou no Rio Mamu através de uma estrada vicinal de aproximadamente 200 km de extensão aberta por madeireiros da região de Riberalta, objetivando fazer uma ligação por terra, entre às margens deste rio até a referida cidade. Por esta estrada eram transportadas grandes quantidades de madeira, extraídas de forma ilegal, por empresas estabelecidas principalmente em Riberalta.

O movimento de expulsão de brasileiros deu-se durante todo o trajeto que percorre o Rio Mamu, desde a sua foz no Município de Santos Mercado, até a sua nascente no Município de Santa Rosa Del Abuná.

Em janeiro de 2008, o seringueiro Francisco de Souza Queiroz, conhecido por França Lima, denunciou a invasão de um grupo de camponeses armados na sua casa.

O seringueiro resolveu escrever uma carta e enviar ao Projeto Ética e cidadania de Extrema, denunciando o fato acontecido. Na carta escrita por ele, o mesmo relata que no dia nove de janeiro de 2008, chegaram mais de trinta bolivianos armados, entraram em sua casa às dezoito horas e vinte e cinco minutos e deram um prazo de três dias para que a família desocupasse o seringal e fossem embora para o Brasil. Na residência invadida, segundo França, só se encontrava sua esposa, a filha e o genro com outra criança e um trabalhador que estava com malária.

O seringueiro França estava em Extrema onde teria vindo comprar algumas mercadorias; Sabendo da notícia foi tentar resgatar sua família, mas quando chegou à ponte – local onde os campesinos se reuniam – o seringueiro brasileiro foi impedido de passar e mandaram-no voltar. Mateiro e conhecedor antigo da região, França entrou na mata, percorreu vários varadouros, saiu próximo ao município da Acrelândia no Estado do Acre, retornou por outro varadouro e finalmente conseguiu chegar até o seringal “Providência”, do qual era dono. Chegando a casa, conseguiu organizar o pouco de pertences que possuía e partiu de volta ao Brasil e desta feita pelo próprio Rio Mamu. Ao chegar à mesma ponte, três dias depois, de barco e trazendo a família, os campesinos queriam de todas as maneiras saber como ele tinha passado por lá, sem que eles o tivessem visto, e o seringueiro França respondeu que tinha “*varado a mata*”. De volta ao seu país de origem, França disse que vai começar tudo de novo, só que agora aqui no Brasil.

Ataques e ameaças a outros seringueiros passaram a ser constantes.

O seringueiro Leonardo Piedade Frago, conhecido por “Belo”, assim como todos os seringueiros brasileiros residentes ao longo do Rio Mamu-, também passou por grandes constrangimentos e humilhações. Morador há 42 anos no seringal Primavera, Belo conseguiu montar um pequeno comércio no distrito de Extrema, comprou um batelão e como regatão passou a negociar mercadoria com os demais seringueiros residentes ao longo do Rio Mamu.

Leonardo Piedade diz ter sido muito humilhado pelos campesinos. Foi impedido de navegar no Rio Mamu. Expulso do seringal Primavera continuou apenas a exercer a atividade normal de pequeno comerciante.

“Belo” conta que o que mais “lhe doeu”, foi ouvir um campesino boliviano armado lhe falar: “*Não faça charque de você, porque carne de negro amarga*”. O preconceito inaceitável fez com que Leonardo Piedade ficasse totalmente desiludido com os seringais da Amazônia pandina boliviana.

O seringueiro Manoel Aguiar, dono do seringal Pedro Porto, enfrentou momentos difíceis juntamente com sua família, que foi pego de surpresa em sua própria casa por cerca de sessenta campesinos armados e ameaçando à todos de morte, caso não desocupassem imediatamente o seringal.

Segundo o seringueiro brasiviano eles já foram chegando e cortando os punhos das redes de sua família. Ele diz que seus filhos queriam reagir, mas ele impediu, pois o grupo deles era muito maior e certamente caso houvesse uma reação, toda sua

família morreria, e preferiu ficar ouvindo as humilhações, tendo que obedecer ao prazo de três dias para desocupar as terras.

Não havendo alternativa para o seringueiro Manoel Aguiar, ele abandonou o seringal e ao lado da família deixou o Rio Mamu e retornou ao seu país de origem “Com as mãos abanando”, disse ele. O golpe foi grande, Aguiar deixou uma vida de trabalho para traz. Diz ter passado três meses sem beber e sem comer e entrou numa depressão profunda. Aguiar perdeu 18 burros, 300 cabeças de galinha, 36 mil covas de roça e o velho seringal Pedro Porto. Ele lamenta até hoje essa perda irreparável.

Hoje Aguiar vive doente e constantemente vai à Porto Velho fazer hemodiálise. Ele precisa fazer um transplante de rins, mas os filhos que poderiam ser doadores também sofrem da mesma doença. Desde o início de 2008 quando foi expulso pelos camponeses de suas terras, Aguiar não voltou mais ao seu seringal. Os bolivianos que tomaram posse das terras também não resistiram, e por falta de apoio do governo boliviano, tiveram que abandonar o seringal Pedro Porto. O seringal atualmente encontra-se totalmente abandonado, restando nele apenas os rastros de destruição.

7.1 Diplomacia, relações exteriores e a reterritorialização dos extrativistas brasivianos para o território federal brasileiro.

A linguagem diplomática foi e continua sendo a principal “ferramenta” utilizada no sentido de manter acesa a luz da paz. Neste sentido concordamos com LINS (1987, p. 46. 47). O autor comenta que quem fala a linguagem diplomática certamente estará muito preocupado em manter o autodomínio, a presença de espírito, a objetividade, a segurança, a lucidez, a clareza. Nas relações internacionais, no entanto, é a mensagem pessoal que constrói as relações ou as interpreta. No dia 23 de janeiro de 2008 – em uma das várias visitas realizadas no distrito de Extrema do Rondônia, por integrantes do Consulado de Cobija, da Embaixada Brasileira em La Paz e do Itamaraty – estiveram em uma reunião no auditório da escola Jayme Peixoto de Alencar Cônsul brasileiro em Cobija, assessora jurídica do consulado do Brasil em Cobija, Força Naval Boliviana e assessor do governo de Pando.

Diversas denúncias foram registradas de maus tratos aos nacionais brasileiros do rio Mamu. No dia seguinte as autoridades presentes viajaram para a área de conflito, onde foi realizada uma reunião improvisada no meio da floresta amazônica boliviana com o objetivo de se evitar um derramamento de sangue na região de fronteira Brasil/Bolívia.

No ano de 2009 representantes do Itamaraty, do Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA, e da Organização Internacional para Migrações – OIM, estiveram em Extrema para realizar um recadastramento dos seringueiros brasivianos do Rio Mamu. O papel da OIM era de coordenar os trabalhos de assentamento dos seringueiros que estivessem residindo na faixa de 50 km da área de fronteira – algo não permitido pela constituição boliviana – para outras regiões bolivianas fora do alcance da área dos

cinquenta quilômetros, caso estes fizessem a opção por continuarem residindo na Bolívia.

A Embaixada Brasileira em La Paz realizou todo o cadastramento juntamente com o INCRA no sentido de fazer o assentamento dos nossos brasivianos aqui no Brasil, mas até aquele momento apenas uma família de um total de quase sessenta, havia sido reassentada, enquanto o restante ainda continuava em busca da terra prometida. A voz dos excluídos não morrerá. A língua liberta e promove a emancipação do sujeito histórico. Conforme alerta GNERRE (2009, p. 5): “*As pessoas falam para serem “ouvidas”, às vezes para serem respeitadas e também para exercer uma influência no ambiente em que realizam os atos linguísticos*”.

Mais de oitenta famílias foram cadastradas no intuito de serem contempladas com um pedaço de terra no Brasil. Destas, cinco estão insistindo em permanecer nos seringais do Rio Mamu e quinze famílias desistiram de deixar a fronteira Binacional. Estas estão sobrevivendo trabalhando em grandes fazendas de gado na Região da Ponta do Abunã.

Aproximadamente trinta famílias foram levadas para um assentamento em Candeias do Jamari no Estado de Rondônia, mas devido à falta de assistência, elas retornaram para o distrito de Extrema e estão vivendo como podem. Outras vinte e cinco famílias foram levadas para um assentamento no Estado do Acre e aproximadamente a metade destas resistem à revelia de políticas públicas negligentes de um Estado omissivo e descompromissado com uma minoria marginalizada.

Os brasivianos do Rio Mamu continuam a lutar por dignidade na construção e reconstrução de novas territorialidades na Pan – Amazônia brasileira e boliviana. O imaginário social da floresta de Pando continua presente em suas vidas e as paisagens naturais tornaram-se imbricadas no seu ser, algo que não podem mais ser desgrudadas de sua existência.

8 | ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os migrantes nordestinos persuadidos pela propaganda desenfreada e enganosa do Estado Novo acreditaram que o “paraíso verde” seria a mais real e verdadeira solução para fugir do estado de miséria e desolação em consequência das constantes secas que assolava a caatinga nordestina durante as primeiras décadas de 1940.

Transformados em soldados e soldadas da borracha eles trouxeram para os seringais nativos da Amazônia brasileira uma vasta riqueza sócio – linguística – cultural que se tornou imbricada nos saberes e viveres das populações tradicionais do vale amazônico. Enfrentaram juntamente com seus remanescentes o avanço da frente pecuária extensiva que destruía seus habitats naturais durante as décadas de 1970 e 1980. Travaram inúmeros empates na luta pela posse de suas terras e muitos tombaram sem vida nesta empreitada. Adentraram na pátria boliviana à procura de

paz e fartura. Superaram a figura do seringalista e adotaram novos modos de vida, livres da exploração e dominação social. Quando achavam que a identidade brasiviana estava segura e consolidada, mais uma vez são escorraçados do país vizinho sem direito a nada.

Agora repatriados recebem um pedaço de terra em território federal brasileiro e são mais uma vez condenados a viverem expatriados e dependendo de migalhas de um pão escasso frente à ociosidade estatal humilhante. Diante de programas milionários de assentamentos coordenados por organismos nacionais e internacionais, os brasivianos do Rio Mamu continuam acenando por justiça social e clamando ainda que tardio por dignidade.

A ineficiência e a falta de austeridade em políticas públicas impedem o surgimento de paradigmas que resgate a dignidade e a decência. Os brasivianos do Rio Mamu resistem a um truculento descalabro de atrocidades que deteriora valores, aniquila a emancipação, extermina o imaginário, fere a cidadania, afugenta saberes e escamoteia a realidade.

REFERÊNCIAS.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e Persuasão**. São Paulo: Editora ática, 2007.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra**. São Paulo, Perspectiva, 2015.

GNERRE Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo. Martins Fontes, 2009.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis, Editora Vozes, 2002.

LINS, A. Estellita. **Linguagem Internacional e Diplomacia**. Brasília: Escopo Editora, 1987.

SECRETO, M. V. **A Ocupação dos “Espaços Vazios” do Governo Vargas: Ou “Discurso do Rio Amazonas” à Saga dos Soldados da Borracha**. Rio de Janeiro: Revista de Estudos Históricos, N. 40, 2007.

SILVA, Maria das Graças, SN.N. **O Espaço Ribeirinho**. São Paulo, Terceira Margem Editora Ltda, 2000.

SOUZA, C. A. A. De. **História do Acre**, Rio Branco, Autor/editor, 2006.

REFORMA AGRÁRIA, ASSENTAMENTOS RURAIS E PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO NO LITORAL SUL DA BAHIA

Hingryd Inácio de Freitas

Instituto Federal da Bahia, Departamento de Geografia
Salvador –Bahia

José Levi Furtado Sampaio

Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Geografia
Fortaleza- Ceará

Guiomar Inez Germani

Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em Geografia
Salvador -Bahia

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar o papel dos assentamentos rurais de reforma agrária na produção social do espaço e suas repercussões territoriais no Litoral Sul da Bahia. A escala geográfica do Litoral Sul da Bahia se particulariza pela diversidade de organizações e movimentos sociais e pela concentração espacial de assentamentos rurais no campo baiano. Uma realidade que, inserida na totalidade do real, adquire concretude numa conformação dialética de subordinação e resistência à lógica do capital. Impõe-se assim a necessidade da reinvenção da vida, no tempo e no espaço, sendo revivificadas memórias, afirmadas identidades e sociabilidades que explicitam formas particulares de realização do trabalho, uso e apropriação da natureza.

Portanto, da produção social do espaço. Um processo a partir do qual são constituídos novos territórios e territorialidades no cotidiano social das famílias assentadas.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma Agrária; Assentamentos Rurais; Litoral Sul da Bahia.

ABSTRACT: The present work aims to analyze the role of rural settlements of agrarian reform in the social production of space and its territorial repercussions in the South Coast of Bahia. The geographic scale of the South Coast of Bahia is particularized by the diversity of organizations and social movements beyond the spatial concentration of rural settlements in the baiano countryside. A reality that, inserted in the totality of the real, can become more concrete in a dialectical conformation of subordination and resistance to the logic of capital. It imposes the need to reinvention of life, in time and space, and being revived memories, affirmed identities and sociabilities that explain particular forms of realization of the work, use and appropriation of nature. Therefore, the social production of space. A process from which new territories and territorialities are constituted in the social daily life of settled families.

KEYWORDS: Agrarian Reform; Rural Settlements; South Coast of Bahia.

1 | INTRODUÇÃO

Na perspectiva de contribuir com a construção do pensamento social crítico sobre o campo brasileiro, em sua unidade e diversidade, o presente trabalho tem como objetivo analisar o papel dos assentamentos rurais de reforma agrária na produção social do espaço e suas repercussões territoriais no Litoral Sul da Bahia.

Uma realidade que, inserida na totalidade do real, adquire concretude numa conformação dialética de subordinação e resistência cotidiana à lógica do capital. Impõe-se assim a necessidade da reinvenção da vida, no tempo e no espaço, sendo revivificadas memórias, afirmadas identidades e sociabilidades que explicitam formas particulares de realização do trabalho, uso e apropriação da natureza. Portanto, da produção social do espaço.

A escala geográfica do Litoral Sul da Bahia se particulariza pelo processo histórico de luta dos “sem terra” pelas “terras do cacau”, pela diversidade de organizações e movimentos sociais e pela concentração espacial de acampamentos e assentamentos rurais no campo baiano.

Na dimensão da metodologia, esse trabalho constitui-se uma pesquisa social qualitativa de base empírica e caráter explicativo. Como procedimentos técnicos, destacam-se o levantamento bibliográfico, documental e cartográfico, e o trabalho de campo, como posterior sistematização e análise dos dados e das informações obtidas. O trabalho de campo foi desenvolvido, principalmente, através da observação participante dos sujeitos e espaços pesquisados, com a realização de entrevistas semiestruturadas, aplicação de questionários e realização de oficinas temáticas.

2 | QUESTÃO (DA REFORMA) AGRÁRIA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Atualmente, diferentes concepções no campo teórico-conceitual e metodológico definem tensões e enfrentamentos no seio da academia (como também no interior das diversas instâncias de poder pelas quais perpassam o planejamento e a gestão das políticas públicas dirigidas ao campo sobre a permanência (ou não) da questão agrária. Como também, sobre a necessidade (ou não) da realização da reforma agrária no Brasil. Um tema que alimenta um debate bastante controverso e contrapõe distintos paradigmas na contemporaneidade: o Paradigma da Questão Agrária e o Paradigma do Capitalismo Agrário.

Nesta pesquisa, considera-se que o nexos explicativo da criação dos assentamentos rurais se define pela sua indissociabilidade analítica com a permanência da questão agrária e a luta pela reforma agrária, o que nos remete a considerar a existência da questão (da reforma) agrária brasileira. Uma questão que se resignifica no tempo e no espaço, adquirindo novos conteúdos e formas socioespaciais, ao mesmo tempo que mantém seus velhos dilemas territoriais. De forma particular, no atual contexto de mundialização da agricultura no qual a monopolização do capital financeiro e a

estrangeirização da propriedade da terra se tornam ainda mais evidentes.

Pensar geograficamente a questão agrária é buscar compreendê-la no movimento histórico da produção social do espaço. De forma mais específica, situá-la no contexto da “contraposição dialética entre a apropriação e a dominação espacial” (LEFEBVRE, 2006), em que o uso aparece em acentuado conflito com a troca pela funcionalização produtiva do espaço no capitalismo.

Estabelece-se assim, uma forma de dominação pela negação do direito ao espaço como instância social da reprodução da vida, em suas objetividades e subjetividades. Portanto, da própria condição da existência humana. Uma contradição que se define socialmente na dimensão da relação capital-trabalho e adquire geograficidade pela apropriação privada da natureza, sendo assim revelada sua essência territorial.

Nessa perspectiva, entende-se que a realização da reforma agrária – como processo de democratização do direito ao uso e apropriação do espaço – se coloca como condição necessária para a justiça social no campo. Portanto, da prática da cidadania em sua concretude. Afinal, “é impossível imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente territorial” (SANTOS, 2007, p. 144).

3 | PARA ALÉM DA LUTA PELA TERRA: ESPAÇO E TERRITÓRIO

A luta popular pela terra no Litoral Sul da Bahia está associada ao processo da formação socioespacial brasileira, no século XVI, sob a égide do capital mercantil. Contexto no qual os povos indígenas e as comunidades quilombolas se opunham às diversas formas de dominação impostas pela acumulação primitiva do capital na Capitania de São Jorge dos Ilhéus.

No século XX, com a instituição da monocultura agroexportadora do cacau, houve o acirramento das contradições estabelecidas e a espacialização de lutas sociais específicas. No de 1934, foi fundado um dos primeiros Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Brasil, em Pirangi, distrito de Ilhéus, atual município de Itajuípe (FETAG, 2008). Na década de 1960, no vácuo da “modernização conservadora” da agricultura brasileira (SILVA, 1981), ocorreu – de forma articulada com o Sertão Pernambucano – a espacialização das “Ligas Camponesas” no Sul Bahia. Na década de 1980, com a expansão da cacauicultura pela ocupação indiscriminada das terras devolutas e invasão de posses camponesas constituídas nas áreas de fronteiras, houve a espacialização da “Luta dos Posseiros”.

No contexto da redemocratização, a partir de 1985, o acúmulo de forças políticas favoreceu a elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária. O Estado, então, buscou intervir na mediação espacial do conflito através da implantação da política de assentamentos rurais. Assim, nos anos de 1986 e 1987, foram criadas sete “áreas reformadas”, com o total de 336 famílias assentadas e 10.169,23 hectares de área ocupada.

Apesar desses assentamentos rurais terem sido criados através do instrumento legal da desapropriação, como meta do I Plano Nacional de Reforma Agrária (1985), é importante considerar que os processos sociais que demandaram a criação desses espaços, estão contextualizados no tempo histórico da luta camponesa contra as ações de grilagem pelos fazendeiros e madeireiros no Litoral Sul da Bahia.

Acrise da cacauicultura iniciada no ano de 1989 e que permanece até os dias atuais, associada à infestação do fungo da “vassoura de bruxa”, possibilitou o acirramento das contradições entre o capital e o trabalho que historicamente se geografizam no espaço regional. Com o desemprego massivo de aproximadamente 300 mil trabalhadores rurais (CEPLAC, 2009), e também, a espacialização-territorialização do MST, a partir de 1993 – um processo que se definiu de forma associada à conjuntura agrária brasileira e mundial, houve a intensificação das ações políticas das organizações e movimento sociais e a ressignificação do processo histórico de luta pela terra no espaço regional.

As espacialidades e territorialidades foram redefinidas, uma vez que a luta deixou de ser restrita à defesa da posse contra a ação dos grileiros nas áreas de fronteira agrícola, mais distantes e com os solos menos férteis – as “áreas de areias” –, como ocorrera na década de 1980, no vácuo da “modernização conservadora” da agricultura brasileira. E passou a incorporar as estratégias das marchas, ocupações e acampamentos dos trabalhadores rurais na principal zona produtora do cacau – as “áreas core” – entre os vales fluviais, onde predominam os solos mais férteis para a agricultura no espaço regional.

Constatou-se assim uma ressignificação do campo político: para além da condição de trabalho reivindicada pelo sindicalismo rural, a conquista da terra empunhada pelas organizações e movimentos sociais. A princípio, pela posse. Posteriormente, pela ocupação. Assim, os posseiros e trabalhadores rurais se afirmaram como sujeitos políticos organizados em movimentos sociais de luta pela terra e território.

A reboque dessa convergência de processos sociais, o Estado então intensificou a implantação da política de assentamentos rurais no espaço regional como se observa na Figura 1.

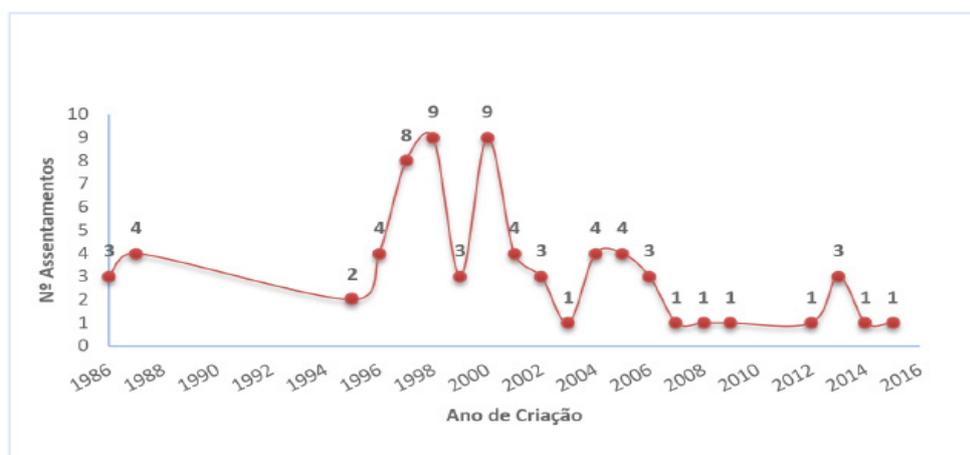


Figura 1 - Criação dos Assentamentos Rurais de Reforma Agrária no Litoral Sul da Bahia, 1986

Ao observar o gráfico evolutivo, referente ao período de 1986 a 2015, é possível identificar que, entre os anos de 1998 e 2000, foram atingidos os maiores índices de implantação da política de assentamentos rurais no Litoral Sul da Bahia (nove assentamentos em cada um dos respectivos anos, totalizando dezoito assentamentos criados).

Comparando os dados específicos do Litoral Sul com os dados gerais do Estado da Bahia, obtidos através da sistematização realizada pelo Grupo GeografAR (2016), observa-se também que, no período de 1986 a 2015, foram criados 523 assentamentos rurais de reforma agrária no estado da Bahia, abrangendo um total de 35.975 famílias assentadas e 1.450.766,98 hectares de “áreas reformadas”. Destes, 70 assentamentos rurais (equivalendo a 13,38% do total), com 2.345 famílias assentadas (6,51%) e 39.251,21 hectares (2,70%), estão localizados nos municípios que integram o Litoral Sul da Bahia, como se pode observar na Figura 2.

É certo que esse processo não se traduziu na democratização da propriedade da terra. Mas é certo também que em alguma medida a criação dos assentamentos rurais se traduziu na afirmação do direito social ao uso e apropriação do espaço para a reprodução (i) material da vida, sendo assim constituídas novas dinâmicas territoriais no Litoral Sul da Bahia.

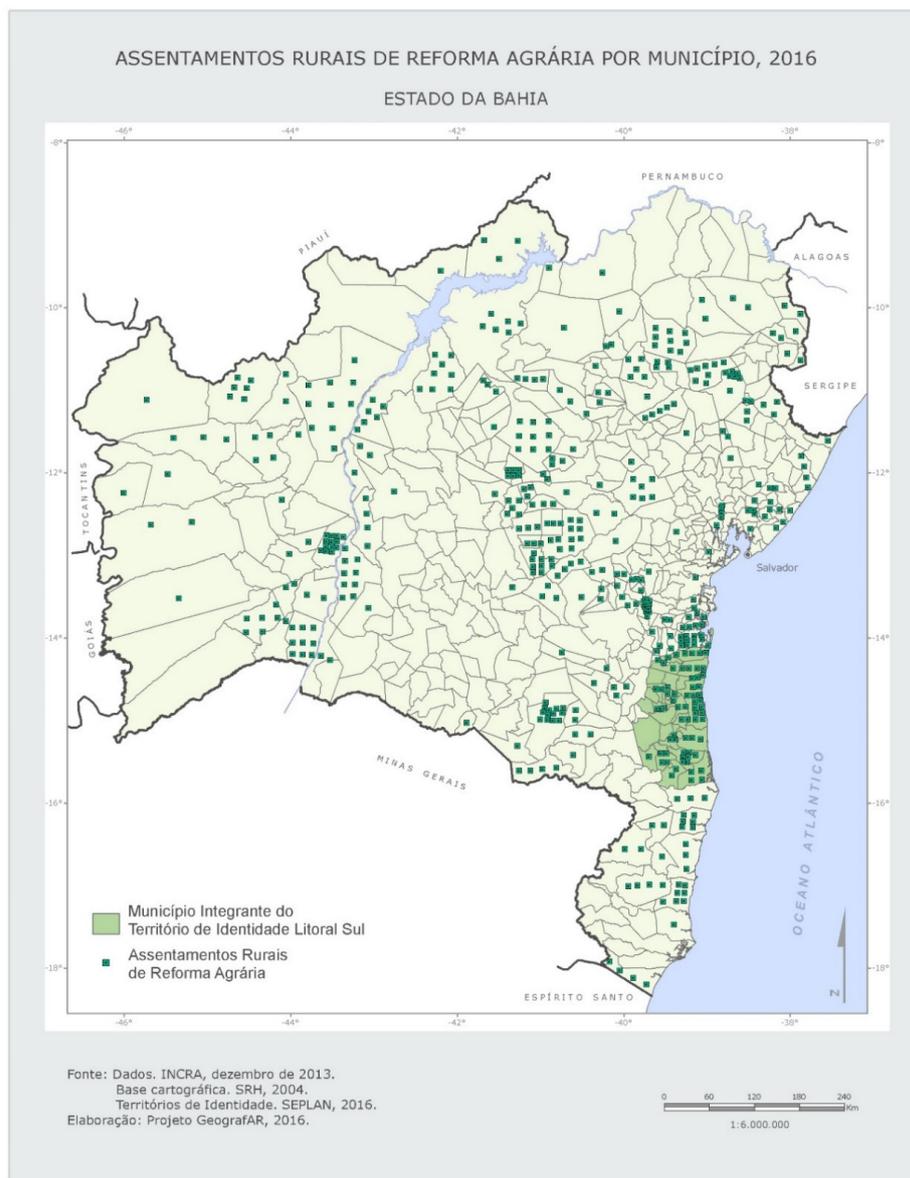


Figura 2- Espacialização dos Assentamentos Rurais de Reforma Agrária criados no Litoral Sul da Bahia, 1986 – 2015.

4 | ASSENTAMOS RURAIS E DINÂMICAS TERRITORIAIS

A criação dos assentamentos rurais de reforma agrária é uma ação política (e institucional) que subverte a lógica privatista da terra: da propriedade privada à concessão de uso coletivo (ou concessão de direito real de uso, conforme rege o marco jurídico da Lei Nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993). Portanto, do uso e da apropriação do espaço, evidenciando a contraposição dialética entre a dominação (pela propriedade) e a apropriação (pelo uso), ao mesmo tempo em que define novos processos sociais de des-territorialização (do proprietário) e re-territorialização (do trabalhador, na condição de “assentado”).

Ainda que esteja muito distante de representar uma “mudança de sentido” na estrutura fundiária brasileira, como propõe a própria etimologia da palavra *reformare*, a objetivação no real dos assentamentos rurais se constitui enquanto um processo,

tendo em vista o desafio da construção de novos espaços. Novos espaços que se definem em formação e em conflito com as velhas formas e conteúdos, sendo assim criadas e recriadas novas relações sociais (GERMANI, 2001).

De forma particular, no Litoral Sul Bahia. Um espaço regional que se definiu nas bases do coronelismo e do poder oligárquico, sendo historicamente marcado pela ocupação indiscriminada de terras devolutas e pela espoliação de posses camponesas. Uma região de “terras do sem fim adubadas com sangue”, como tão bem narrou Jorge Amado (2005). Sangue que foi violentamente derramado em torno do estabelecimento da propriedade da terra e da constituição da “civilização do cacau” (FILHO, 1978), mas também como forma da luta, da resistência e do enfrentamento popular às diversas formas de dominação, opressão e exploração do trabalho.

Nesse sentido, a criação dos assentamentos rurais foi uma conquista que simboliza a luta histórica dos “dos índios desaldeados, dos negros sem terra e dos imigrantes nordestinos que vieram ainda na esperança do cacau como no passado e ficaram por aqui e foram ser trabalhadores rurais e hoje se encontram desempregados” (CPT, 2005). Uma luta que se colocou como o caminho possível para a conquista de uma nova condição social (e espacial), com a garantia das condições da moradia, terra e trabalho. Contexto no qual a terra adquire um significado para além da produção: um espaço de reprodução da vida. Portanto, de processos sociais de territorialização: território e territorialidade.

Saquet (2011, p.40) analisa os processos de territorialização na unidade espaço-tempo como síntese da relação sociedade-natureza. Nesse sentido, o autor afirma que

É a esse processo que denominamos de territorialização: movimento objetivo e subjetivo, histórico e relacional de construção de territórios e territorialidades que, simultaneamente, determina a si mesmo como movimento, como devir-pretérito e como pretérito-devir. O território é apropriado e produzido socialmente no tempo e no espaço; significa a relação espaço-tempo em movimento de unidade; é reconstruído incessantemente, tanto espacial como temporalmente, pelas relações sociais, econômicas, políticas e culturais (E-P-C) unidas, no mesmo movimento, com a natureza organiza e inorgânica do homem, como síntese da relação sociedade-natureza (E-P-C-N).

Na particularidade espacial do Litoral Sul da Bahia, o processo de criação dos assentamentos rurais de reforma agrária evidencia algumas dinâmicas territoriais a serem destacadas. Inicialmente, destaca-se a mudança que se define na base produtiva da cacauicultura com a afirmação política das unidades de produção familiares sustentadas nas concepções e nas práticas agroecológicas. Como também nas formas de organização produtiva do associativismo e cooperativismo.

Um aspecto que se define na convergência das ações políticas dos movimentos sociais e as políticas públicas do Estado no contexto da reestruturação produtiva regional. Afinal, a “cultura do cacau” é um elemento identificado na constituição das famílias assentadas, em suas distintas trajetórias de vida e relações cotidianas com o lugar.

As organizações e os movimentos sociais vêm pautando a necessidade da recuperação da cacauicultura como forma de garantia de trabalho e renda para a melhoria das condições de vida das famílias assentadas. Inclusive, com a reivindicação da necessidade de implantação das agroindústrias para o beneficiamento do cacau nos assentamentos rurais. Ao mesmo tempo em que os agricultores familiares, os assentados, os indígenas e os quilombolas foram definidos pelo MAPA como o “público alvo” do PAC do Cacau e as entidades representativas dos trabalhadores rurais e famílias assentadas passaram a compor as Câmaras Setoriais do Cacau (na câmara do MAPA, a Central Única dos Trabalhadores da Região Cacaueira da Bahia – CUT/ CACAUEIRA; na câmara da SEAGRI, o Polo Sindical do Sul da Bahia). Assim como a Biofábrica de Cacau (localizada no distrito de Banco do Pedro, município de Ilhéus) vem produzindo e distribuindo mudas de cacau (com material genético de alto valor agrônômico) para o segmento da agricultura familiar na região. Uma ação da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia (SDR/BA), em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Destaca-se também, o convênio que está sendo proposto à CEPLAC pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), vinculada à Secretaria do Desenvolvimento e Integração Regional do Estado da Bahia (SEDIR), com a participação do INCRA, do Instituto Cabruca, dos assentamentos rurais, associações e cooperativas de agricultores familiares. Segundo o Superintendente da CEPLAC na Bahia, Antônio Zózimo de Matos Costa, “o propósito desse esforço institucional é recuperar as instalações para que o assentado rural e o agricultor familiar forneçam cacau de qualidade para o mercado, eleve sua renda e agregue valor ao que produzir”

A segunda dinâmica refere-se à produção de alimentos para a garantia da segurança alimentar, uma vez que a lógica capitalista imposta pela cacauicultura era especialmente conflitante com os cultivos alimentícios para o próprio abastecimento o da população. De forma destacada, através do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa Aquisição de Alimentos (PAA), nos quais também são criados os mercados institucionais como forma de estimular a produção de alimentos e garantir a diversidade produtiva das famílias assentadas.

A terceira dinâmica diz respeito aos arranjos políticos e institucionais que se definem no cotidiano das famílias assentadas, conformando um processo de territorialização em rede dos assentamentos rurais no espaço regional (associações, cooperativas, sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos, igrejas, organizações não governamentais, poder público, universidades, entre outros).

Dinâmicas territoriais que evidenciam uma realidade complexa e nos impõe a necessidade de se buscar compreender os assentamentos rurais como espaços diferenciados que estão inseridos na totalidade e que assim, reproduzem os antagonismos e as contradições do real. Como também compreender que o cotidiano

das famílias assentadas se reproduz, dialeticamente, na sujeição e resistência à lógica do capital.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos caminhos tortuosos que foram trilhados pela reforma agrária no Brasil, a objetivação no real dos assentamentos rurais nos impõe a necessidade de compreender os seus sentidos e desdobramentos nas distintas escalas e dimensões espaciais. Afinal, ainda que a conquista terra não seja suficiente em si, semeia a possibilidade da produção de “espaços de esperanças” ainda que por vezes ceifadas pelos dilemas que se definem no cotidiano da reprodução social das famílias assentadas.

Sem dúvida, a crise da cacauicultura, iniciada em 1987 e que perdura até os dias atuais, é um ponto de inflexão no processo da territorialização da luta pela terra no Litoral Sul da Bahia. No estado de rebeldia dos trabalhadores rurais, a bandeira da reforma agrária foi empunhada como esperança para a realização do ideal democrático. Contexto no qual houve a criação de novas formas-conteúdo – os assentamentos rurais – e a afirmação de novos sujeitos políticos – as famílias assentadas a partir dos quais se definem novos processos sociais de territorialização no tempo-espaço presente.

REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. **Terras do Sem Fim**. Rio de Janeiro: Record, 2005[1942].

CEPLAC. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. **Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira – 3ª e 4ª Etapas**. A crise da lavoura cacaueira, condicionantes, ação governamental, análise e recomendações. Nota Técnica, Brasília: MAPA/CEPLAC, 2009.

FETAG. FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO ESTADO DA BAHIA. Histórico. Disponível em: <<http://www.fetag-ba.org.br>> Acesso em 05.05. 2008.

GERMANI, Guiomar Inez. **Assentamentos de Reforma Agrária**: produção de novos espaços de vida e de conflito. Cultura Vozes, Petrópolis, Rio, 2001, p. 1-25 p.

Grupo GeografAR – **A Geografia dos Assentamentos na Área Rural**. Formas de Acesso à terra na Bahia. Banco de Dados. Salvador, 2016.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7ª edição. São Paulo: EDUSP, 2007.

SANTOS e SANTOS, C J. S. **O Processo de territorialização do MST no Projeto de Assentamento Eldorado a partir da sua espacialização no estado da Bahia**. Dissertação de Mestrado – UFBA, Salvador, 2004.

SAQUET, Marcos Aurélio. Estudos Territoriais: os conceitos de território e territorialidade como orientações para uma pesquisa científica. In: PRAGA, Nilson Cesar (org.) **Territórios e fronteiras: (re)arranjos e perspectivas**. Florianópolis: Editoria Insular, 2011, p. 33-50.

SILVA, José Graziano da. **A Modernização Dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

AGRICULTURA E ECONOMIA ESPACIAL EM MOSSORÓ/RN: DINÂMICAS E ESPECIFICIDADE REGIONAL.

Alexandre Alves de Andrade

Doutor em Geografia, Universidade Federal do
Rio Grande do Norte
Natal - Rio Grande do Norte

RESUMO: A proposição de um desenvolvimento com enfoque territorial figura na agenda dos planos, programas e projetos do Estado brasileiro. Neste sentido, a concepção de desenvolvimento regional é fortemente empreendida pelo território nacional. No entanto, as experiências realizadas reforçam a dependência do capitalismo nacional à dotação de infraestrutura e concessão de crédito estatal. O objetivo deste trabalho é analisar a dinâmica do modelo de desenvolvimento regional na economia espacial de Mossoró ancorado na agricultura irrigada de frutas tropicais. A pesquisa tem um caráter analítico e desenvolveu-se a partir da observação direta da dinâmica regional, partindo de uma discussão acerca do conceito de região e da ideia de mundialização do capital. Observa-se que o discurso de um desenvolvimento territorial empiricamente limita-se a ações pontuais de um velho modelo de políticas públicas desenvolvimentistas setorializadas.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Regional, Agricultura Irrigada, Mossoró/RN.

ABSTRACT: The proposal of a territorial development is present in Brazilian State's plans, programs and projects. In doing so, the conception of a regional development is being strongly undertaken through the national territory. However, the experiments that have been realized reinforce the dependency of the national capitalism on the infrastructure endowment and the concessions of state credit. The aim of this paper is to analyze the regional development model's dynamics in Mossoró's spatial economy which is based on irrigated agriculture of tropical fruits. The research has an analytic nature and was developed from the direct observation of the regional dynamics, starting on a discussion about the concept of region and the idea of capital globalization. It was possible to notice that the discourse of a territorial development is empirically limited to sporadic actions of an old public politics model that are developed in sectors.

KEY-WORDS: Regional development; Irrigated agriculture; Mossoró/RN.

1 | INTRODUÇÃO

A personalidade dos processos socioespaciais que se desenvolvem em uma determinada área a particulariza em relação às demais. O caráter singular que as atividades

econômicas assumem nos lugares elucida sua relação com outros sítios, caracterizando os espaços produtivos regionais. No Rio Grande do Norte, a especialização produtiva no cultivo de frutícolas tropicais irrigadas destinadas ao mercado externo acontece pontualmente em áreas com maior capacidade de respostas aos interesses do capital.

Nesse cenário, o município de Mossoró e sua adjacência formam a região de desenvolvimento mossoroense, com forte expressividade na produção de frutas irrigadas, liderados pelos cultivos de melão e banana, respectivamente. O papel de centralidade exercido pelo município de Mossoró na hierarquia da produção de frutas se estabelece por um conjunto de ações do Estado que segue investindo em infraestrutura hídrica e oferta de crédito direcionado à agricultura irrigada beneficiando a elite do agronegócio enquanto política territorial de desenvolvimento regional, situando o município como difusor desse desenvolvimento para sua área de influência.

Nesse sentido, nosso objetivo é analisar a dinâmica do modelo de desenvolvimento regional na economia espacial de Mossoró ancorado na agricultura irrigada com a produção de frutas tropicais. Nossas reflexões se apoiam nas formulações teóricas de Benko (1996), Santos (1999, 2008) e Chesnais (1996) no que diz respeito à compreensão e delimitação do conceito de região, dos fenômenos regionais, da economia espacial e do processo de mundialização do capital.

Nos ajuda a compreender a dinâmica e relevância da agricultura irrigada no cultivo de frutas no Rio Grande do Norte, em especial em Mossoró, os autores Santos (2009) e Andrade (2013), bem como o papel desenvolvimentista exercido pelo Estado via Políticas Públicas de irrigação e crédito rural que beneficia em especial aos segmentos consolidados do agronegócio em detrimento da produção familiar. Gomes (2003) nos auxilia na análise crítica da política estatal que direciona recursos ao desenvolvimento da agricultura irrigada sem desmontar as velhas estruturas de dominação e exploração existente nos espaços rurais.

A pesquisa tem um caráter analítico e desenvolveu-se a partir da observação direta da dinâmica regional pertencentes à produção de frutas irrigadas, com entrevistas a produtores e consultores técnicos no que diz respeito à identificação das especificidades regionais que possibilitam as ações estatais de fortalecimento da agricultura irrigada.

A pesquisa aponta uma produção frutífera diversificada com predomínio do cultivo de melão, de forte expressividade econômica na escala regional e nacional. Fatores históricos e políticos contribuem para explicar essa dinâmica econômica espacial que coloca o Município de Mossoró como área de especial interesse das ações do Estado em fomentar um pseudodesenvolvimento regional amparado na agricultura irrigada.

2 | A REGIÃO E SEUS CONTEÚDOS

A personalidade dos processos socioespaciais que se desenvolvem em uma determinada área a particulariza em relação às demais. O caráter singular que as

atividades econômicas assumem nos lugares elucidada sua relação com outros sítios, caracterizando os espaços produtivos regionais. Os processos históricos na elaboração do conteúdo regional são fundamentais na sua definição e compreensão. A região não é uma unidade estática e imutável, ao contrário, sua dinamicidade e processualidade ocorrem a partir das relações que estabelece com outras áreas. Nesse sentido, a produção e a circulação são processos regionais primordiais na manutenção da funcionalidade que a região desempenha.

A totalidade do espaço é inquestionável enquanto instância social (SANTOS, 2008), por conseguinte a região faz parte dessa totalidade espacial. A ideia de região como área singular em relação a outras áreas que comumente nos vêm à memória, um traço da geografia regional francesa que ainda se sustenta no século XXI, deve ser entendida não por especificidades físicas, mas pelas relações que a unidade regional (região A) estabelece com outras unidades regionais (regiões B a Z). O movimento que impulsiona a (re)configuração da região é em primeira medida a Divisão Internacional do Trabalho, processo que aproxima lugares distantes com o estabelecimento de redes e nós de conexão, fortemente reestruturados graças aos avanços nos meios de transporte e comunicação ocorridos no final do século XX.

A delimitação da região e de sua área de relação foi compreendida em alguns momentos da epistemologia geográfica como eliminação ou contraposição aos lugares. No entanto, as características da região se materializam nos lugares, e nestes também encontramos os conteúdos do mundo. Assim, região e lugar não se excluem, ao contrário, se complementam solidariamente, seja no acontecer homólogo ou hierárquico (SANTOS, 2008).

Empiricamente a relação se estabelece entre o mundo e o lugar, entre o global e o local (BENKO, 1996). “O lugar, aliás, define-se como funcionalização do mundo e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente” (SANTOS, 2008, p. 158). O lugar guarda em si as particularidades da região a qual está inserido, e relaciona suas particularidades com os elementos do mundo que também se faz presente. Essa simbiose é o que proporciona uma maior ou menor relação entre lugar/região com o mundo.

Os interesses do mundo encontram respostas nos lugares graças as suas características regionais. Por mais que uma região seja formada por vários lugares o que determina uma maior ou menor relação entre o global e o local é a forma como as características regionais aparecem em cada lugar e o modo como estas se articulam com as particularidades locais.

Assim, a relação lugar-mundo se estabelece entre as verticalidades e horizontalidades (SANTOS, 2008) mediadas pelos sistemas de comunicação, informação e avanços técnicos na esfera da produção e do consumo. No bojo do processo de mundialização do capital as relações entre os lugares e o mundo adquirem novas configurações com a incorporação de novas áreas à Divisão Territorial Internacional do Trabalho e com a (re)funcionalização de áreas já consolidadas na

acumulação do capital. Novos arranjos espaciais vão sendo criados para possibilitar a acumulação do capital por meio das redes. Como nos explica Santos (2008, p. 168) são “espaços mundializados reunidos por redes”. Assim sendo,

as redes são mistas, elas incluem materialidade e ação. A rede técnica mundializada atual instrumento da produção, da circulação e da informação mundializadas. Nesse sentido, as redes são globais e, desse modo, transportam o universal ao local. É assim que, mediante a telecomunicação, criam-se processos globais, unindo pontos distantes numa mesma lógica produtiva. É o funcionamento vertical do espaço geográfico contemporâneo. (SANTOS, 2008, p.168).

A mundialização do capital, da produção, da circulação e por consequência do espaço, faz com que o mapa do mundo apresente novos contornos no tocante ao entrelaçamento das redes e da divisão regional do trabalho fazendo surgir uma nova geografia regional com ênfase nas relações estabelecidas entre áreas de produção e de consumo. A mundialização do capital refere-se a uma “nova configuração do capitalismo mundial e nos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação” (CHESNAIS, 1996, p. 13) ou nos dizeres de Benko (1996) visa à reestruturação do lucro.

O conteúdo regional (físico, econômico, histórico, locacional) passa a ser elemento essencial na escolha dos lugares que irão compor o quadro da mundialização financeira com a internacionalização de capitais em áreas com densidades técnicas que melhor atendam aos interesses de acumulação que rege a sociedade. Na seção que segue, demonstraremos que, a partir da atividade da agricultura irrigada, Mossoró/RN tornou-se referência regional na escala no nordeste brasileiro, configurando-se enquanto um arranjo regional produtivo altamente especializado.

3 | AGRICULTURA E ECONOMIA ESPACIAL EM MOSSORÓ/RN.

A expansão do agronegócio no Rio Grande do Norte em grande parte ocorreu através de um arrojado programa de agricultura irrigada, em especial na produção de frutícolas tropicais, desenvolvido graças à ação do Estado que a partir da década de 1970 colocou a irrigação como prática de fortalecimentos da agricultura nacional, em especial no nordeste em virtude da escassez hídrica, que é uma característica física marcante desse espaço regional. Essa medida, seguindo verticalidades, ou ordens externas (SANTOS, 1999) alterou significativamente os modos de produzir na agricultura.

O desenvolvimento da irrigação no Rio Grande do Norte, como reflexo ou mesmo como indutor de uma política de desenvolvimento territorial amparada na expansão do agronegócio, se processou de forma gradual por meio da iniciativa privada apoiada nos incentivos governamentais a partir da década de 1970. Com alguma exceção, as empresas direcionaram seus cultivos para produção de frutas, devido às condições naturais presente em nosso estado, como a oferta de insolação, facilidade na captação

de água superficial e subterrânea, clima semiárido com características de escassez de chuvas, o que possibilitava um controle maior da quantidade água a ser usada nos cultivos. Nesse cenário, a porção oeste do Rio Grande do Norte mostrou expressividade na produção de frutas tropicais, com destaque para o município de Mossoró e áreas circunvizinhas com menor expressividade.

O pioneirismo produtivo de frutas irrigadas em Mossoró teve forte elemento político no seu impulso. Apoiada nas proposições da Política Nacional de Irrigação a empresa Mossoró Agroindustrial SA – MAISA – pertencente a grupos oligárquicos da política local desenvolveu sofisticada prática de cultivo irrigado de frutas, com forte aparato técnico, sendo um dos primeiros grupos empresariais a exportar frutas no Brasil.

O papel de centralidade exercido pelo município de Mossoró na hierarquia da produção de frutas se estabelece por um conjunto de ações do Estado que, investindo em infraestrutura hídrica e oferta de crédito direcionado à agricultura irrigada, beneficiou a elite do agronegócio enquanto política territorial de desenvolvimento regional, situando o município como difusor desse desenvolvimento para sua área de influência.

Como característica marcante do processo de especialização produtiva regional, a fruticultura irrigada consolidou-se como segmento de maior expressividade agrícola nas últimas décadas, produtos como melão e banana apresentam significativa participação na balança comercial do estado. (Tabela I)

Segundo Carvalho e Miranda (2009) a centralidade de Mossoró é confirmada, uma vez que,

dentro do Rio Grande do Norte a produção de melão é concentrada em torno da cidade de Mossoró. É possível achar em Mossoró a maior parte de *packinghouses* destinados ao preparo do melão para exportação (p. 12).

A produção irrigada de frutas tem se constituído num importante segmento do agronegócio em Mossoró, com a dinamização e modernização da base agrícola, criando uma produção técnico-científica-informacional, articulando fluxos de matéria-prima e insumos, capital e informação, conectando o lugar com o mundo. Criando uma nova ordem na lógica centro-periferia, sendo melhor explicado, como nos alerta Benko (1996, p. 75), como uma globalidade dinâmica local, em que os sistemas econômicos regionais se abrem para participar do sistema econômico mundial, sem perder sua personalidade ativa, considerando que o sistema econômico mundial é um mosaico de economias regionais (BENKO, 1996, p. 71).

Ranking de Exportação					
Ano	1º	2º	3º	4º	5º
1997	Melões US\$ 19.358.426	Cast. de caju US\$ 15.518.917	Açúcares ¹ US\$ 13.190.200	Couros e Peles ² US\$ 11.366.956	Bombons ³ US\$ 4.340.432
1998	Melões US\$ 25.672.765	Cast. de caju US\$ 13.558.167	Açúcares ¹ US\$ 11.391.000	Couros e Peles ² US\$ 8.671.639	Goiabas, Mangas ⁴ US\$ 5.633.796
1999	Melões US\$ 24.617.250	Cast. de caju US\$ 19.634.275	Açúcares ¹ US\$ 8.765.400	Sal Marinho US\$ 7.301.340	Camisas de malha US\$ 5.104.465
2000	T-Shirts US\$ 21.331.592	Melões US\$ 20.545.994	Cast. de Caju US\$ 20.459.565	Camarões US\$ 13.460.698	Açúcares ¹ US\$ 9.360.543
2001	Camarões conge. US\$ 28.832.708	T-Shirts US\$ 28.710.520	Melões US\$ 26.005.520	Cast. de caju US\$ 19.054.092	Açúcares ¹ US\$ 16.509.448
2002	Camarões ⁵ US\$ 24.537.013	Melões US\$ 24.185.797	Petróleo ⁶ US\$ 24.063.496	Cast. de caju US\$ 19.098.944	T-Shirts US\$ 17.700.158
2003	Petróleo ⁶ US\$ 58.959.174	Melões US\$ 39.197.358	Camarões ⁵ US\$ 38.194.088	Camarões ⁵ US\$ 32.499.974	Cast. de caju US\$ 25.845.226
2004	Petróleo ⁶ US\$ 284.242.327	Camarões ⁵ US\$ 46.404.033	Melões US\$ 45.470.193	Camarões ⁵ US\$ 36.162.238	Cast. de caju US\$ 32.789.102
2005	Petróleo ⁶ US\$ 96.870.955	Melões US\$ 55.933.049	Camarões ⁵ US\$ 48.406.527	Cast. de caju US\$ 44.043.117	Bananas US\$ 19.544.583
2006	Melões US\$ 58.117.140	Cast. de caju US\$ 45.565.664	Camarões ⁵ US\$ 41.052.100	Petróleo ⁶ US\$ 27.933.228	Bananas US\$ 24.583.350
2007	Melões US\$ 85.196.031	Cast. de caju US\$ 40.130.493	Camarões ⁵ US\$ 31.521.047	Bananas US\$ 28.097.442	Açúcares ¹ US\$ 18.045.121
2008	Melões US\$ 64.993.158	Cast. de caju US\$ 44.644.627	Camarões ⁵ US\$ 24.491.757	Açúcares ¹ US\$ 23.214.261	Cons. de Bordo ⁷ US\$ 21.561.120
2009	Melões US\$ 45.645.595	Cast. de caju US\$ 41.874.760	Camarões ⁵ US\$ 16.504.114	Açúcares ¹ US\$ 16.218.040	Sal Marinho US\$ 15.607.596
2010	Cast. de caju US\$ 45.945.003	Melões US\$ 45.708.351	Açúcares ¹ US\$ 21.611.240	Bananas US\$ 17.644.906	Sal Marinho US\$ 14.075.095
2011	Melões US\$ 50.557.900	Cast. de caju 50.177.836	Cons. de Bordo ⁷ US\$ 18.161.298	Bombons ³ US\$ 10.181.728	Couros e Peles ² US\$ 4.282.612
2012	Melões US\$ 54.056.370	Cast. de caju US\$ 36.660.025	Bombons ³ US\$ 14.721.935	Couros e Peles ² US\$ 12.021.989	Cons. de Bordo ⁷ US\$ 11.960.489
2013	Melões US\$ 58.230.174	Cast. de caju US\$ 23.820.414	Bombons ³ US\$ 16.776.021	Cons. de Bordo ⁷ US\$ 13.231.494	Couros e Peles ² US\$ 10.993.794

Tabela 1: Principais produtos exportados pelo Rio Grande do Norte em US\$ FOB – 1997 a 2013.

Fonte: Andrade, 2013 – elaborada com base em SECEX / MDIC - AliceWeb, 2014

1 Out.açúcares de cana, beterraba, sacarose química. / 2. Otr.couros e peles de bov./equideos curt./recurtidos - Outros produtos de origem animal, impróprios para alimentação / 3 Bombons, caramelos, confeitos e pastilhas / 4 Goiabas, mangas, mangotões frescos ou secos / 5 Camarões inteiros, congelados exceto "Krill" /5*Outros Camarões inteiros, congelados exceto "Krill" / 6 óleos Brutos de Petróleo / 7 Combustíveis e lubrificantes de aeronaves.

Elemento singular da política de desenvolvimento regional se processou com o programa Polos de Desenvolvimento Regional institucionalizada pelo Plano de Desenvolvimento Brasil em Ação (1997-1999), do Governo Federal, contemplando a área compreendida nos municípios de Mossoró e Assú e seus entornos como um Agropólo de Desenvolvimento Integrado especializado na produção de frutas, visando promover dinamismo econômico no campo.

Segundo dados da Secretaria do Estado do Planejamento e das Finanças

–SEPLAN – (2010), o Rio Grande do Norte é regionalizado em 8 regiões de desenvolvimento (Mossoroense, Alto Oeste, Médio Oeste, Vale do Açu, Seridó, Litoral Norte, Agreste-Potengi-Trairi e Metropolitana), com conteúdos e processos físico, econômico, histórico e locacional distintos. Ao traçar o perfil de desenvolvimento para região mossoroense aponta como potencialidade econômica regional as seguintes características:

- Turismo (sol e mar, cultura, negócios, eventos);
- Agropecuária (**fruticultura irrigada: melão, manga e melancia**; cajucultura, caprino e ovinocultura, apicultura; culturas alimentares: milho e feijão; pecuária leiteira e de corte);
- Indústria (cimento, minerais metálicos, movelaria, papel e papelão, indústria química, vestuário, calçados, tecidos, produtos alimentícios: beneficiamento de castanha de caju e frutas; rações, indústria mecânica, cerâmica fina, indústria salina, torrefação);
- Mineral (petróleo, gás, calcário, água mineral);
- Comercial (atacadista, varejista, supermercados)
- (SEPLAN, 2010, p. 23 – **grifo nosso**).

A fruticultura irrigada como segmento econômico é considerado pelo poder público como fomentado do desenvolvimento econômico regional. Os investimentos nas tecnologias hídricas destinadas aos sistemas de irrigação de frutas no Rio Grande do Norte, em especial na região de desenvolvimento de Mossoró (composta pelos municípios circunvizinhos, a saber: Baraúna, Tibal, Grossos, Areia Branca, Serra do Mel e o próprio município de Mossoró), apresentam rebatimentos no modo de vida e na produção do espaço urbano e rural desses lugares. A atividade frutícola desenvolvida nessa porção do estado apresenta índices dinâmicos na geração de emprego e renda, circulação de capitais e formação de mão-de-obra qualificada rivalizando em pé de igualdade outros importantes segmentos da economia local.

O fortalecimento da agricultura irrigada ocorre com a especialização produtiva regional reforçada no ano de 2011 com a concessão do registro de Indicação Geográfica de Procedência (Certificado 201108) - Melão de Mossoró – concedida pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). O selo de Indicação Geográfica – IG, segundo Monteiro (2011) agrega valor ao produto e impulsiona o desenvolvimento regional por atuar como uma barreira para a economia da região.

Soma-se a diferenciação regional de Mossoró a oferta de ensino especializado na agricultura com a Universidade Federal Rural do Semiárido - UFRSA – com os cursos de graduação em Agronomia, Engenharia Agrícola e Ambiental, Ecologia e Engenharia Florestal e com os curso de Pós-Graduação a nível de mestrado e doutorado em Fitotecnia na área de concentração agricultura tropical, e em Manejo de Solo e Água na área de concentração de manejo de solo e água no semiárido.

A oferta de crédito ocorre principalmente por bancos públicos, concentrando-

se na modalidade de custeio (ANDRADE, 2013). A cultura do melão é que mais recebe concessão de crédito agrícola. Ressalta-se o caráter burocrático que esse instrumento de fortalecimento agrícola apresenta em relação a pequenos produtores em detrimento de grandes grupos agronegociastas.

A oferta hídrica ao desenvolvimento da irrigação vem da captação via poços artesianos da água subterrânea. A fiscalização por parte dos órgãos de gestão hídrica é incipiente, o que favorece a perfurações de poços de modo desregrado contribuindo para os impactos ambientais da atividade.

Segundo matéria vinculada no portal No ar (2014) cerca de 90% das frutas produzidas no Rio Grande do Norte se destinam ao mercado europeu, como Inglaterra, com predomínio do melão produzido em região de Mossoró. Contribuem com exportação de frutas a manga, banana, melancia, castanha-de-caju, mamão e abacaxi.

Obviamente uma centralidade regional não se estabelece apenas com a estruturação de um segmento econômico, as articulações destes segmentos corroboram para a formação da personalidade regional de Mossoró e de sua influência em outras localidades. Santos (2009) reconhece que Mossoró polariza não só economicamente, mas cultural e politicamente outras cidades, inclusive dos estados da Paraíba e do Ceará, em virtude da oferta de serviços especializados de saúde e educação, de um comércio varejista e atacadista pujante, de oferta de emprego nos circuitos produtivos do sal, petróleo e fruticultura e por apresentar um setor terciário em crescimento.

Ao analisar a área produtora de frutas irrigadas conhecida como Polo Fruticultor Açú-Mossoró, Gomes (2003) ressalta que o modelo de desenvolvimento ancorado na irrigação legitima as elites locais alienando e forjando uma pseudoparticipação social. Crítica semelhante é feita por Andrade (2013) ao analisar o circuito espacial do melão no Rio Grande do Norte e identificar os Municípios de Mossoró e Baraúna como maiores produtores, mas apresentando indicadores sociais baixíssimos.

Contribui com a crítica Santos (2009, p. 10) ao afirmar que,

é evidente que a inserção de Mossoró na lógica empreendedora capitalista não vem se traduzindo necessariamente em um benefício direto para sua população. Nesse lugar os investimentos vêm sendo dirigidos às áreas e atores econômicos, na maioria, já dotados de condições favoráveis a atender as necessidades demandadas.

Fatores históricos e políticos contribuem para explicar essa dinâmica econômica espacial que coloca o município de Mossoró como área de especial interesse das ações do Estado em fomentar um pseudodesenvolvimento regional amparado na agricultura irrigada. No entanto, a manutenção de velhas estruturas de poder pouco foi abalada.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura desenvolvida na economia espacial de Mossoró, para além de sua

função social, caracteriza-se como forte atividade econômica apropriada como indutora de um desenvolvimento local/regional. As ações do Estado em seus distintos entes federados dotaram o espaço regional mossoroense de um conjunto de infraestrutura para impulsionar economicamente Mossoró e as áreas vizinhas.

A exportação das frutas estreita as relações funcionais desenvolvidas pela região produtora de Mossoró, por meio das redes materiais e imateriais, característica própria da mundialização do capital que possibilita os elos entre a economia mundial com as economias regionais.

A produção irrigada de frutas juntamente com outros circuitos produtivos consolida o município de Mossoró na escala estadual e regional (nordeste) como uma área de forte influência regional, atraindo pessoas e capitais de outras cidades e estados vizinhos.

As ações de um desenvolvimento regional de bases territoriais não ocorrem efetivamente. Observa-se na dinâmica espacial vastos bolsões de pobreza, em especial na área periurbana e rural dos municípios produtores, além do fortalecimento da elite do agronegócio local, sendo os principais beneficiados com a dotação de crédito e infraestruturas públicas.

No cenário da economia regional local a agricultura é evocada a conduzir o processo de acumulação do capital, com densidade técnica e informacional, conduzindo uma reconfiguração na dinâmica produtiva sem, no entanto, romper com a manutenção de velhas estruturas de poder.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Alexandre Alves de. **O uso do território pela fruticultura irrigada no Rio Grande do Norte**: uma análise a partir do circuito espacial produtivo do melão (*cucumis melo* L.). 2013. 227f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

_____. Agricultura e Meio Ambiente: os impactos da melonicultura irrigada no semiárido. **Anais...** Simpósio Internacional de Geografia Agrária, VI, 2013, João Pessoa, 2013b.

BENKO, Georges. Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Hucitec, 1996.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: espaço e tempo, razão e emoção. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Camila Dutra. A Cidade de Mossoró, Rio Grande Do Norte: processo de formação e produção do espaço urbano. **Mercator** - Revista de Geografia da UFC, vol. 8, núm. 17, septiembrenovembro, 2009, pp. 97-108 2009. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273620611008>>. Acesso em 15 de Mar. 2015.

.GOMES, Aldenôr. O Pólo fruticultor Açu/Mossoró (RN). **Fundação Joaquim Nabuco**. Recife: 2003. Disponível em: < http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1970%3Ao-polo-fruticultor-acumossoro-rn-&catid=58&Itemid=414>. Acesso em: 15 de Jun. 2015.

option=com_content&view=article&id=1970%3Ao-polo-fruticultor-acumossoro-rn-&catid=58&Itemid=414>. Acesso em: 15 de Jun. 2015.

PORTAL NO AR. **Crescimento na exportação de frutas no RN continuará em 2014**. Natal. 2014. Disponível em: < <http://portalnoar.com/crescimento-na-exportacao-de-frutas-no-rn-continuara-em-2014/>>. Acesso em: 10 de Jun. 2015.

CARVALHO, José Márcio. MIRANDA, Diogo Leitão. As exportações brasileiras de frutas: um panorama atual. 2009. Disponível em : < <http://sober.org.br/palestra/13/1300.pdf>>. Acesso em 15 de Jun. 2015.

MONTEIRO, Sandra. **Melão potiguar recebe selo de Indicação Geográfica**. Agência Sebrae de Notícias. Natal: [S. n.], 2011. Disponível em: <<http://www.prppg.ufc.br/cit/images/artigos/Melo%20Potiguar.pdf>>. Acesso em 28 Jun. 2015.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DAS FINANÇAS –SEPLAN. **Perfil do Rio Grande do Norte**. Natal: [S.n.] 2010. Disponível em:< <http://www.seplan.rn.gov.br/arquivos/download/PERFIL%20DO%20RN.pdf>>. Acesso em: 02 de Jun. 2015.

CENTRO E CENTRALIDADE URBANA EM VÁRZEA GRANDE/MT NO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA AGROPECUÁRIA DE MATO GROSSO¹

Rosinaldo Barbosa da Silva

Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília. E-mail de contato: rosinaldo519@gmail.com. Bolsista pela Fundação de Amparo a Pesquisa de Mato Grosso, FAPEMAT.

Nelba Azevedo Penna

Docente do programa de pós-graduação da Universidade de Brasília. E-mail de contato: nelba@unb.br
Porto Alegre

RESUMO: A reestruturação de centros e centralidades urbanas se coloca como produto da reestruturação produtiva capitalista, decorrentes das crises econômicas. Promovendo investimentos em capital fixo (maquinários, aeroportos etc.) para “reestabelecer” o ciclo do capital: produção-circulação-troca-consumo MARX (2011). Processo que requer a concentração dos meios de produção e pode formar centros urbanos com prevalência do valor de troca. O centro se torna o lugar de concentração da riqueza social, do poder político, econômico e dos meios de produção, tudo isso faz que ele seja um meio para a reprodução do capital e produto desse processo (LEFEBVRE, 2008). Transformando campo e cidade, mediadas pela produção local-

global, ações do Estado e da iniciativa privada alterando a centralidade da vida social.

PALAVRAS-CHAVE: Centro; Centralidade, reestruturação.

ABSTRACT: The restructuring of urban centers and centralities is a product of capitalist productive restructuring resulting from economic crises. Promoting investments in fixed capital (machinery, airports, etc.) to “re-establish” the cycle of capital: production-circulation-exchange-consumption MARX (2011). Process that requires concentration of the means of production and can form urban centers with exchange value prevalence. The center becomes the place of concentration of social wealth, political power, economic power and the means of production, all of which makes it a medium for the reproduction of the capital and product of this process (LEFEBVRE, 2008). Transforming the countryside and the city, mediated by local-global production, state actions and private initiative changing the centrality of social life.

KEY-WORDS: First word; Second word; third Word

¹ Este artigo foi publicado anteriormente pela Associação Nacional de Pós-graduação em Geografia A ANPEGE (ENANPEGE, 2017)

1 | INTRODUÇÃO

Para compreensão da produção de centro e centralidades urbanas definimos os principais conceitos assumidos neste artigo. **A reestruturação produtiva** é um processo de “reprodução das relações sociais de produção” (LEFEBVRE, 1973, p. 97) desencadeada pelas crises no interior do ciclo do capital. Abarca a reprodução dos meios de produção no âmbito da fábrica (mudanças tecnológicas, organização do trabalho, máquinas, insumos e matérias-primas) e a reprodução das relações sociais amplas, do trabalhador, da sociedade como um todo, envolvendo todas as esferas da vida social através do *consumo* de mercadorias, alimentando o ciclo produtivo produção-circulação-troca-consumo. Este possibilita a rotação do ciclo do capital, processo que produz transformações no campo, na cidade e nos centros urbanos.

A definição de **centro** nos remete à ideia de concentração, junção, reunião de algo. Remete-nos à ideia de centro da cidade, lugar de concentração de coisas, objetos e de pessoas (LEFEBVRE 2000). A formação de centro realiza-se pela concentração de capitais fixos (portos, aeroporto, instituições financeiras, dentre outros) transformando o centro como lugar de concentração de riqueza, do poder político e econômico. A **centralidade** urbana é produzida socialmente, definida pelo valor de uso, sociabilidade, encontro, a reunião e a apropriação social do espaço, do centro urbano (LEFEBVRE, 2000), mas a centralidade contemporânea revela o econômico (valor de troca) diminuindo o valor de uso social.

Investigamos a produção de centro e centralidades urbanas a partir da construção do primeiro PQT do estado, que visa atender a qualificação da demanda por mão de obra e desenvolver a ciência e a tecnologia para favorecer os setores econômicos de Mato Grosso, dentre eles o setor da agropecuária. Temos como **objetivo** investigar esse processo, como produto da reestruturação produtiva, consequente da “modernização agrícola”. A **metodologia** é composta por pesquisa bibliográfica e documental (“Plano MT+ 20” e “Agenda Estratégica de Ciência e Tecnologia e Inovação do Estado de Mato Grosso”). Como resultado, constatamos que o PQT/MT irá fornecer serviços no âmbito da Ciência, Tecnologia e Inovação CT&I, sendo a agropecuária um dos beneficiários transformando a produção de centro e centralidades urbanas.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 Fase 1 – 1700 até 1930 - mineração e formação de núcleos urbanos

Nesta primeira fase, o estado de Mato Grosso destaca-se a mineração voltada à exportação, sendo a primeira atividade produtiva a contribuir para “interiorização” do estado. A mineração está diretamente relacionada à fundação de Cuiabá, fundamental para produção do território mato-grossense. A atuação das bandeiras de Moreira Cabral decorrente da busca de ampliação territorial da Coroa Portuguesa contribuiu

para exploração mineral, que teve início nas localidades do Coxipó do Ouro e Prainha atraindo pessoas de outros estados do País, que chegavam predominantemente pelas vias fluviais (VILARINHO-NETO, 2002).

Durante a fase de exploração mineral foram criadas as primeiras cidades do estado de Mato Grosso (ver figura nº 01), tal como: Cuiabá (1726), Vila Bela da Santíssima Trindade (1746), Diamantino (1818), Poconé (1831), Nossa Senhora do Livramento (1883), Rosário Oeste (1915), estabelecendo os principais núcleos urbanos na região Centro-Sul do estado, com exceção de Vila Bela da Santíssima Trindade, localizada ao Sudoeste de Mato Grosso. Visto que ela foi a primeira capital de Mato Grosso (1752 a 1820), localizada para garantir a expansão e preservação do território fronteiriço, pois a área ocupada pela coroa portuguesa estava para além da linha do Tratado de Tordesilhas (1494) (LACERDA, 2012).

Aliado à exploração mineral e a fixação dos trabalhadores foi se desenvolvendo a agricultura com cultivo de mandioca, verduras, arroz, feijão, dentre outros. Posteriormente nos arredores da atual cidade de Cuiabá foi se estabelecendo a produção de cana-de-açúcar tendo base o trabalho escravo de índios e negros, nesse mesmo processo dava se início a atividade pecuária. Com a decadência da exploração do ouro no estado no século XIX, inicia-se a exploração do diamante se estendendo até o século XX, contribuindo para o desenvolvimento de pequenos povoados ou núcleos urbanos (Poxoréo, Barra do Garças, Alto Araguaia, dentre outros). Com o declínio da exploração mineral, a produção agrícola e pecuária foi fortalecida (VILARINHO-NETO, 2002).

2.2 Fase 2 de 1931 a 1970 – integração nacional e a agropecuária

O crescimento econômico, social e populacional em Mato Grosso era lento até 1930. Entretanto uma nova fase econômica pode ser constatada em decorrência das políticas de industrialização nacional. Nesse período a ação do interventor Júlio Müller na instalação de infraestruturas e incentivo para atração de indústrias conferiu certo dinamismo, destacando em Mato Grosso o fornecimento de matéria-prima para a região Sudeste do país (VILARINHO-NETO, 2002). Na escala Nacional, diversas políticas migratórias, de colonização, de incentivos fiscais, bem como a criação de instituições bancárias (ex: Banco de crédito da Amazônia - 1950) contribuíram para o “avanço da fronteira agrícola” para as áreas do Cerrado e da Amazônia, além do “Plano de Metas” (infraestrutura e construção de Brasília) e das ações de “integração nacional” durante a Ditadura Militar visando à ocupação da Amazônia e do Centro-Oeste, sendo o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND I) - 1972 até 1974 e o PND II (1975-1979) os mais significativos o crescimento de Mato Grosso, principalmente para a ampliação da produção pecuária e mineração nas décadas de 1960 e 1970 em Mato Grosso (COSTA, 2000).

Como produto do processo de interiorização do território brasileiro, foram criados

29 municípios em Mato Grosso entre o ano de 1931 a 1970, tendo a agricultura e pecuária como base econômica. A maioria dessas cidades se localiza próximas à Cuiabá, ou seja, na porção sudeste e sudoeste do estado de Mato Grosso (ver figura 01). Várias delas tem hoje grande importância econômica regional, tais como: Cáceres (1938), Barra do Garças (1943), Várzea Grande (1948), Chapada dos Guimarães (1953), Rondonópolis (1953), Tangará da Serra (1969). Dos anos 50 aos anos 80 Mato Grosso conheceu um crescimento populacional contínuo, acelerando-o nas décadas de 70 e 80 e se “estabilizando” na década 90. A partir dos anos 70 Mato Grosso se transformou no grande celeiro agropecuário do País (VILARINHO-NETO, 2002).

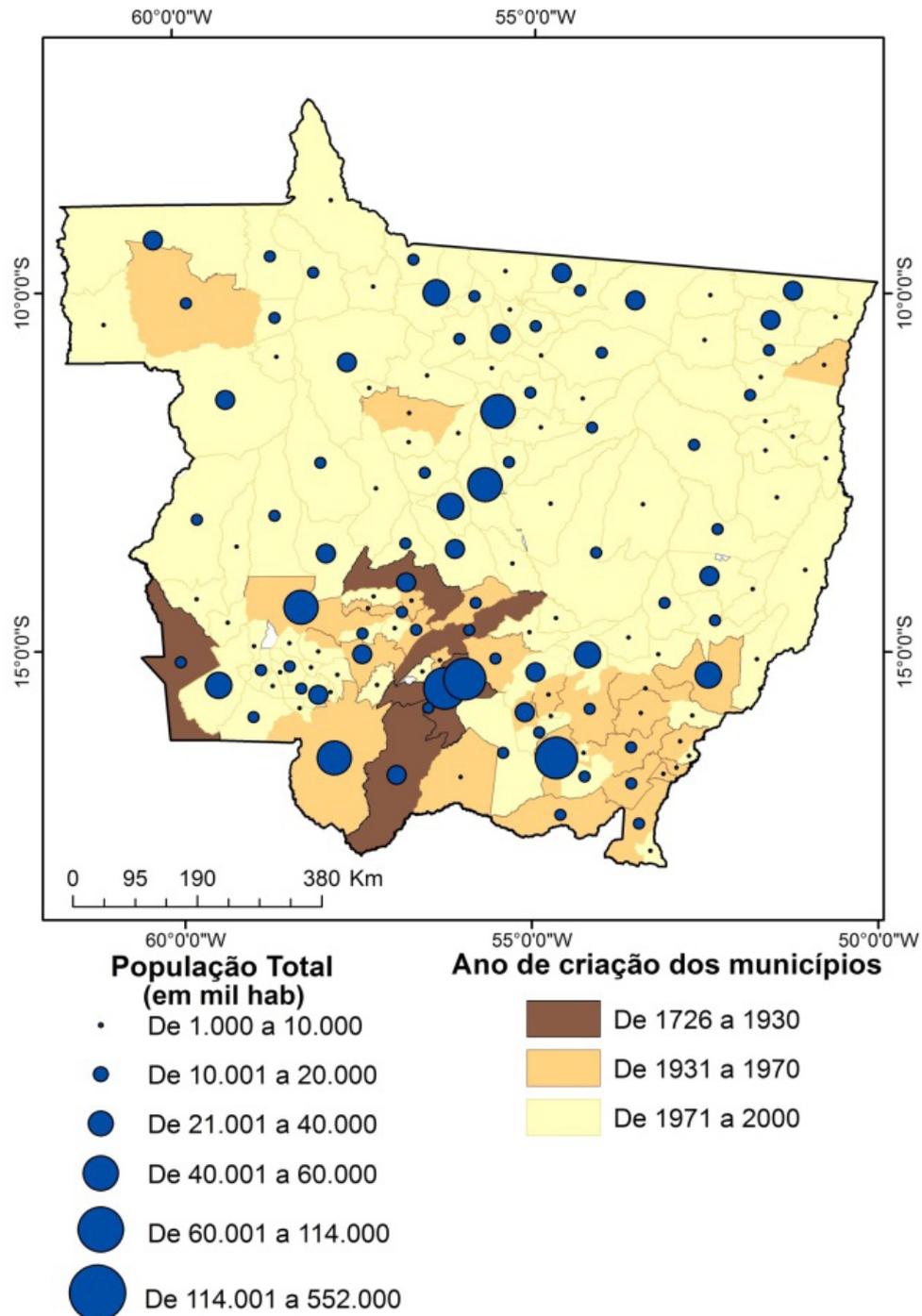


Figura 01: Mapa Ano de criação de municípios e população de Mato Grosso
Base: SEPLAN, 2007. Dados: IBGE, 2010. AMM, 2015. Elaboração: SILVA, R. B. 2015.

2.3 Fase 3 de 1971 a 1990 – espacialização produtiva

Os PND's foram fundamentais para a modernização da Agricultura em Mato Grosso, trazendo novas dinâmicas produtivas para o estado, por meio da Agroindústria moderna, colaborando para a configuração da “Região do complexo agroindustrial” na região Centro-Oeste e para o processo de desconcentração industrial da região sudeste do país para outras regiões (MOREIRA, 2012),

A reestruturação produtiva pelos programas estatais transformou a agropecuária extensiva (familiar, rudimentar, com grande uso de mão de obra e baixa produtividade) para agropecuária intensiva (tecnificada, alta produtividade, uso da ciência, tecnologia possibilitada avanço do meio técnico-científico-informacional) (ELIAS, PEQUENO, 2012). Aliado a transformação produtiva da agropecuária, no período de 1971 a 2000 foram criados 106 municípios no estado de Mato Grosso, a maior parte deles localizados nas regiões norte e nordeste do estado ([figura 01](#)), esse processo mostra a derrubada de parte da floresta amazônica, inserindo novas atividades nessas regiões. Dentre os municípios elencamos: Sinop (1979), Sorriso (1986), Campo Novo do Parecis (1988), Campo Verde (1988), Lucas do Rio Verde (1988), Nova Mutum (1988), que se destacam principalmente através das atividades decorrente do Agronegócio, são esses municípios que possuem população entre 27.000 mil a 46.000 mil habitantes.

2.4 A centralização urbana como produto das relações sociais determinadas: a escala local

A centralidade de Várzea Grande compreendida no aglomerado urbano Cuiabá/Várzea Grande revela-se como produto das ações do estado para a ocupação do Cerrado e da Amazônia. Nesse processo percebe-se o aumento populacional nas cidades de Cuiabá e Várzea Grande (tabela 1), que pode ser correlacionado com as fases de crescimento econômico de Mato Grosso. Durante a fase 1 (1700-1930), verifica-se que não havia contagem populacional da cidade de Várzea Grande, sendo que em Cuiabá havia pouco mais de trinta mil habitantes em 1920. Já no decorrer da fase 2 (1931-1970), houve um salto populacional, em Várzea Grande, de pouco mais que 5 mil (em 1950) para 18.146 mil habitantes em 1970 e em Cuiabá, nesse mesmo período, os indicadores sobem de 56.204 mil para 100.865 mil habitantes. Durante a fase 3 (1971-1990), existiu a continuidade do aumento populacional, em Várzea Grande houve um salto populacional de 18.146 mil para 161.958 mil hab. já em Cuiabá 100.865 mil para 402.813 hab. totalizando mais de 560 mil moradores no aglomerado urbano Cuiabá/Várzea Grande em 1990 e mais de 800 mil hab. em 2010.

ANO	Cuiabá		Várzea Grande		Aglomerado Urbano	
	População	I % a.a.	População	I % a.a.	População	I % a.a.
1872	35.987	---	---	---	35.987	---
1890	17.815	-3,83	---	---	17.815	-3,83
1900	34.393	6,80	---	---	34.393	6,80
1920	33.678	-0,10	---	---	33.678	-0,10
1940	54.394	2,43	---	---	54.394	2,43
1950	56.204	0,33	5.503	---	61.707	1,27
1960	57.860	0,29	11.044	7,21	68.904	1,11
1970	100.865	5,71	18.146	5,09	119.011	5,62
1980	212.984	7,76	76.676	15,50	289.660	9,30
1990	380.140	5,96	151.314	7,03	531.454	6,23
1991	402.813	5,96	161.958	7,03	564.771	6,23
2000	483.346	2,04	215.298	3,21	698.644	2,39
2010	551.530	1,33	252.709	1,61	804.239	1,42

Tabela 1 – População Residente no Aglomerado Urbano Cuiabá – Várzea Grande

Fonte: Várzea Grande, 2013. IBGE (2014): <http://www.ibge.gov.br>. Org. SILVA, R.B 2015.

O aglomerado urbano Cuiabá/Várzea Grande, se transformou em “centro de serviços especializados, financeiro e industrial” (ROMANCINI, 2009, p. 54) e se coloca como espaço concentrado de infraestrutura, informação e serviços imprescindíveis para a manutenção e expansão das atividades econômicas, em especial do setor do agronegócio. Desempenha funções agro-industrial, concentrando importantes parcelas da capacidade de armazenamento e processamento.

Sendo assim, Várzea Grande (figura 02) tem sua dinâmica alterada dentro desse contexto do aglomerado urbano. Pois, identificamos a tendência de formação de uma nova centralidade na cidade, onde se instala o Parque Tecnológico, campus da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT e o Instituto Federal de Mato Grosso IFMT (estes dois últimos com construção predial em andamento e o primeiro em fase de projetos e licitação de estudos), a fim de atender a “demanda” principalmente de mão de obra especialidade dos setores produtivos, em especial do Agronegócio. Condicionando, dessa forma a formação de novas áreas de valorização imobiliária e realocação de periferias, estabelecidas por estreitas relações público-privada.

Como norteador para as ações na esfera estadual foi elaborado no ano de 2005 o Plano de Longo Prazo de Mato Grosso (PLP/MT), passando por uma revisão e reelaboração em 2011, sendo publicado em 2012. Conhecido como MT+20, o plano traça estratégias para o desenvolvimento social e econômico de Mato Grosso a ser desenvolvido em vinte anos (2006-2026). Destacaremos nesta pesquisa, especificamente, as intenções do Governo estadual com relação ao desenvolvimento econômico (Eixo 2 e 5), buscando a correlação entre esse processo a questão produção de centros e centralidades em Várzea Grande.

A instalação do Parque Tecnológico faz parte do planejamento do governo estadual, a sua localização será próximo aos futuros campus da UFMT e IFMT,

onde funcionarão os cursos técnicos e de engenharias, como prevê o “Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso – MT+20”, a fim de facilitar o intercâmbio entre Ensino, Pesquisa e Mercado. A instalação desses três empreendimentos contaram com a “doação” de terras pela Incorporadora Ductievicz, a fim de valorizar as suas terras no entorno destes empreendimentos, através da urbanização que já está ocorrendo (SILVA, 2015).

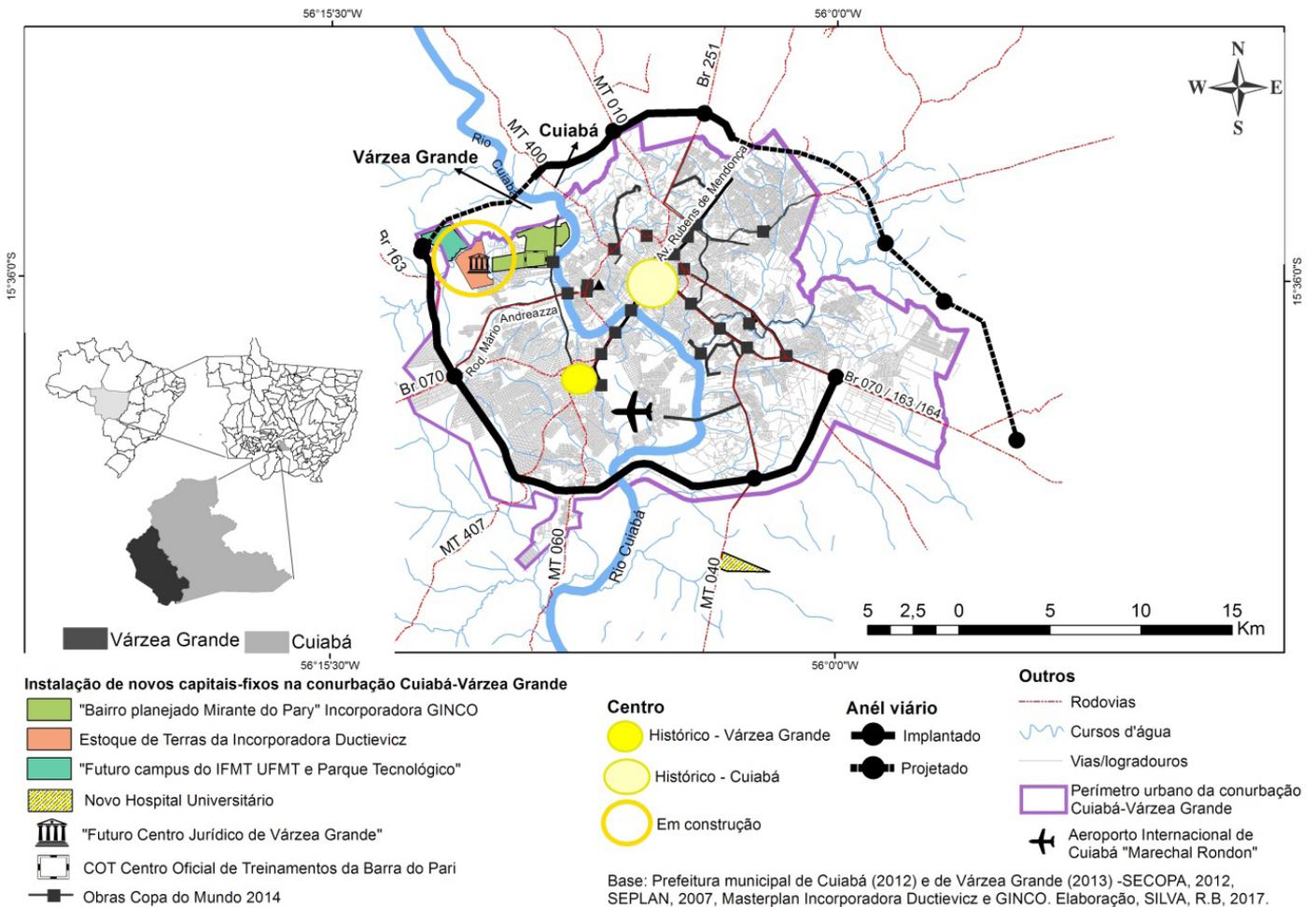


Figura 02: Mapa Instalação de capitais-fixos na conurbação Cuiabá-Várzea Grande
 Fonte: Prefeitura de Cuiabá (2012), Prefeitura de Várzea Grande (2013). Elaboração Silva, R, B, 2017.

A questão da estrutura produtiva do estado de Mato Grosso e a busca pela competitividade no cenário mundial traz para o centro do debate o fortalecimento econômico ligado ao desenvolvimento científico, especialização da mão de obra e infraestrutura. Visto que o índice de competitividade Estadual (ICE-Fatores) mostra uma situação desfavorável de Mato Grosso no quesito qualificação da força de trabalho, conhecimento/informação e infraestrutura, comparados aos demais estados da região Centro-Oeste, segundo dados do Movimento Brasil Competitivo - MBC de 2006 (MATO GROSSO, 2012b, p. 25).

A busca pelo desenvolvimento científico se coloca então, como fundamental para aumento da produtividade e competitividade. Essa questão está colocada no Plano MT+20, no Eixo 2 – “Educação, conhecimento e inovação”, e no item 5 “Ampliação e

consolidação de pesquisas, desenvolvimento e difusão de tecnologias”, com objetivo de ampliação da gestão do sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação, com investimento e intercâmbio entre Estado e instituições de C, T & I (MATO GROSSO, 2012a, Macro-objetivos, p. 62, 63).

Há um consenso no plano estratégico, que a economia de Mato Grosso tem demonstrado elevada competitividade no setor do agronegócio, principalmente dos setores agrícola e pecuária. Porém no Eixo 5 “Competitividade econômica e diversificação produtiva” são colocadas duas principais limitações dessa competitividade, primeiro diz respeito às dificuldades na circulação da produção ao mercado consumidor (logística), o segundo refere-se a economia estar excessivamente centrada na produção de bens primários, com baixa agregação de valor, destinados à exportação. Neste viés, a questão econômica ganha centralidade no plano MT+20, a partir da qual se pretende reconfigurar as relações de produção, espaço, a centralidade: “O desenvolvimento do estado passa pelo aumento da competitividade, com ênfase na melhoria da infraestrutura, diversificação produtiva e adensamento das cadeias produtivas no estado” (SEPLAN, 2012a, Macro Objetivos, p. 51).

O eixo 5 “Competitividade econômica e diversificação produtiva” - foi elaborado com as seguintes linhas estruturantes: 1) necessidade de ampliação e melhoria da infraestrutura e da logística; 2) necessidade de fortalecimento da agricultura familiar (diversificação da produção), frente a instabilidade da economia estadual ao mercado externo (*commodities*); 3) Busca pela diversificação da estrutura produtiva da economia, nesse caso, há intenção de estimular a industrialização de matérias-primas vegetal e mineral e ampliar as atividades industriais no estado; 4) intenção de regularização fundiária, para facilitação ao crédito para produção (MATO GROSSO, 2012a, Macro-Objetivos, p. 79 a 82). Todos estes objetivos buscam o aumento produtivo e o desenvolvimento tecnológico para os demais conjuntos de “atividades econômicas” (MATO GROSSO, 2012d, p. 86).

A busca pelo desenvolvimento tecnológico produz novas relações socioespaciais, tanto no campo, quanto na cidade. Várzea Grande, conurbada à Cuiabá, se coloca como estratégico para localização de polos educacionais, de ensino e pesquisa, voltados ao desenvolvimento econômico do estado de Mato Grosso. Porém, reestruturando os centros e as centralidades urbanas, produzindo novas relações sociais, cada vez mais prezando o valor de troca e diminuindo o valor de uso social do centro e da centralidade.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de reestruturação produtiva de Mato Grosso foi se estabelecendo ao longo do tempo e do espaço, primeiramente, as atividades de mineração trouxeram novas relação com a natureza, como recurso a ser explorado para obtenção de lucro, ampliando as trocas comerciais por meio da intercomunicação com outras regiões do

país. Tais relações eram permeadas de conflitos sociais com os que já ocupavam as terras mato-grossenses com outra lógica, tais como os indígenas, as comunidades tradicionais e pequenos produtores. Na fase de exploração mineral iniciou-se as ações do Estado incentivando a “abertura” da mata e instalação de núcleos urbanos, concomitantemente, como meio para subsistência, foi se desenvolvendo a agricultura e a pecuária.

Na segunda fase, identificamos a intensificação das ações do Estado para o crescimento econômico, apoiando grupos econômicos através de incentivos fiscais, por meio de criação de órgãos e fundos econômicos a fim de “integrar” as áreas interioranas com as regiões mais dinâmicas do País (região concentrada). Como produto da intencionalidade do Estado e da iniciativa privada, as atividades agrícolas e pecuárias foram se “consolidando” e espacializando nas grandes propriedades, se conformando a característica desigual de propriedade da terra. Ao mesmo tempo em que a produção econômica se espacializava, a mão de obra se especializava, a fim de acompanhar o processo de modernização. Nesse contexto, o contingente populacional em Mato Grosso aumentou rapidamente, concentrando-se principalmente nas cidades, numa relação de intensa interdependência campo-cidade.

No momento contemporâneo contata-se produção de centro e centralidades, tanto das cidades “novas” altamente ligadas às atividades do agronegócio, quanto, das cidades mais “antigas” que passaram por diversos ciclos produtivos e se reconfiguram dentro do processo atual de desenvolvimento técnico, científico e informacional. O processo de reestruturação urbana, tal como em curso em Várzea Grande, evidencia a busca de novas áreas de reprodução do capital, se materializando na produção de centros e centralidades. Este, cada vez mais ligado às dinâmicas nacionais e globais tem o conteúdo urbano (urbanidade) alterado pela necessidade do modo capitalista de produção como lugar de convergência de informações e de funções necessárias ao desenvolvimento econômico.

As ações do Estado se realizaram em seu objetivo principal: abertura de novas áreas para reprodução do capital, produzindo infraestrutura, cidades, modernização do campo, a fim de manter a dinâmica entre produção-circulação-consumo, atingindo o “desenvolvimento econômico”. Pode se dizer que o crescimento econômico de estado de Mato Grosso é grande e contribui significativamente para a economia brasileira, entretanto, o desafio para as políticas de planejamento do Estado é a inserção do desenvolvimento social a fim de diminuir as desigualdades e a precariedade da vida dos menos favorecidos economicamente.

A superação das desigualdades sociais nos leva a reflexão filosófica sobre as possibilidades de apropriação social do desenvolvimento técnico, científico informacional, a fim de contribuir ao acesso e uso igualitário dos bens produzidos. Evidentemente que isso passa pelo questionamento das estruturas mantenedoras das relações sociais e pela intenção coletiva de realização humana plena, que em muitos casos as ações estatais não abarcam em sua totalidade, pois que a sociedade não é

estática, mas está em constante processo de mudanças, em constante movimento.

REFERÊNCIAS

COSTA, Wanderley Messias. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo, Edusp/Contexto, 2000.

ELIAS Denise; PEQUENO Renato. **Economia Política da Urbanização do Ceará**. Projeto aprovado na Chamada Universal – MCTI/CNPq N ° 14/2012.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. Tradução de Magda Lopes [1ª ed.] São Paulo: Boitempo, 2013.

LACERDA, J. 2012. **Vila Bela da Santíssima Trindade: berço da História**. Fonte: <<http://mt.gov.br/opinio/vila-bela-da-santissima-trindade-berco-da-historia/74246>> Acesso, julho, 2015.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte, BH. UFMG, 2008.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro II**, 8ª ed. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

MARX, Karl; Friedrich ENGELS. **Manifesto comunista**. Edição Ridendo Castigat Moraes. Fonte digital RocketEdition, 1999. Disponível em: www.jahr.org. Acesso: abril de 2016.

MATO GROSSO. **Plano de Longo Prazo de Mato Grosso: Cenários alternativos de Mato Grosso, 2011 – 2031**. Volume III. Cuiabá, MT, 2012 d.

MATO GROSSO. **Plano de Longo Prazo de Mato Grosso: Estudo retrospectivo**. Volume I. Cuiabá, MT, 2012 b.

MATO GROSSO. **Plano de Longo Prazo de Mato Grosso: Macro-objetivos, metas globais, eixos estratégicos, estratégias e linhas estruturantes**. Cuiabá, MT: Central de Texto, 2012 a.

MATO GROSSO. **Plano de Longo Prazo de Mato Grosso: Relatório da pesquisa qualitativa**, Volume II. Cuiabá, MT, 2012 c.

MATO GROSSO. **Plano de Longo Prazo de Mato Grosso: Versão técnica**. Cuiabá, MT [SD].

MOREIRA, Ruy. **A nova divisão territorial do trabalho e as tendências de configuração do espaço brasileiro**. In: MOREIRA, Ruy. **Formação Espacial Brasileira: uma contribuição crítica à Geografia do Brasil**. Rio de Janeiro, Consequência, 2012.

ROMANCINI, Sônia Regina. **Reestruturação urbana e novos territórios em Cuiabá**. In: ROMANCINI, Sônia Regina (Org.). **Novas territorialidades nas cidades mato-grossenses**. Cuiabá – MT EdUFMT, 2009.

SILVA, Lúcia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, 2ª edição.

SILVA, Rosinaldo Barbosa. **Participação Social Institucionalizada e a re-produção do Espaço urbano da cidade de Várzea Grande – MT**. Dissertação (Mestrado), UFMT, 2015.

VILARINHO NETO, Cornélio Silvano. **Metropolização Regional: Formação e consolidação da rede urbana do estado de Mato Grosso**. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, 2002.

GEOGRAFIA DA AGROINDÚSTRIA DE SOJA ARGENTINA E OS IMPOSTOS ÀS SUAS EXPORTAÇÕES.

Pablo Martin Bender.

Programa de Pós Graduação em Geografia,
Universidade Federal de Santa Catarina.

RESUMO: A agroindústria de soja é o setor exportador mais dinâmico e importante da economia argentina. Durante o governo de Nestor Kirchner houve um aumento de impostos para as exportações de soja (*retenciones*) para 35% do seu valor, sendo a Argentina o único país do Mercosul em aplicar este tipo de política tributária no setor. A produção e o processamento de soja apresentam uma série de características espaciais que outorgam uma significativa renda diferencial por localização e infraestrutura, permitindo que as empresas sejam altamente competitivas no mercado internacional mesmo com a aplicação deste pesado tributo.

PALAVRAS-CHAVE: Renda diferencial da terra. Portos de Rosário. Política tributária.

ABSTRACT: The soy agribusiness is the most dynamic and important export sector of the Argentine economy. During the government of Nestor Kirchner have been increased taxes ace soybean exports (*retenciones*) to 35% of its value, being Argentina the only Mercosur country to apply this kind of tax policy in the sector. The production and processing of soy in

Argentina has a number of spatial characteristics that give a significant differential rent by location and infrastructure, allowing them to companies being highly competitive in the international market even with the application of this heavy toll.

KEYWORDS: Ports of Rosario. Differential ground rent . Tax policy.

1 | INTRODUÇÃO

Beneficiadas por uma série de políticas econômicas que possibilitaram o controle por parte do setor privado da estrutura pública de transporte, armazenagem e comercialização de grãos nos anos de 1990, somados a avanços técnicos, aumento das áreas semeadas, concentração da propriedade da terra e expansão da via clássica do capitalismo no campo através do arrendamento (BENDER, 2011); o complexo produtivo de soja argentino tem crescido a um ritmo médio próximo a 23% anual nos últimos 20 anos, representando em 2014, 29% das exportações argentinas. Atualmente é o terceiro maior produtor de soja depois do Brasil e dos EUA, e o principal exportador de óleo e farinha desta oleaginosa (CIARA, 2018). As características geográficas do complexo agroindustrial argentino que analisaremos neste texto permitem que as

empresas que o integram continuem aumentando seus lucros e investimentos apesar da forte carga impositiva que o Estado aplica nesse setor, constituindo-se esta política tributária em uns dos pilares das contas públicas. Esse tributo forma parte da renda diferencial que geram as terras pampeanas e que o Estado argentino capta na forma de um imposto chamado coloquialmente de *retención*.

Desde um ponto de vista teórico, segundo Marx (2011), a renda diferencial é um excedente de retorno acima da taxa média de lucro, que resulta da produção de um mesmo produto sobre terras de diferentes qualidades, localização e graus de investimentos. Por estes motivos, a renda diferencial surge da concorrência entre capitalistas agrícolas: aqueles que produzam nas terras de melhor qualidade, localização e desenvolvimento técnico, receberam um lucro extra em função de que os preços dos produtos agrícolas no mercado estão determinados pelo preço da produção da terra de pior qualidade, desenvolvimento técnico e localização.

A renda diferencial pode ser dividida em dois tipos, na diferencial I as variações na fertilidade, frequência das chuvas, relevo e temperatura fazem com que capitais idênticos investidos em superfícies iguais de terras obtenham retornos diferentes. Todos estes elementos “naturais” incidem com intensidades diferentes nas parcelas de terras produzindo resultados dispares. A renda diferencial II está vinculada ao grau de investimentos aplicados na produção agrícola (drenagens, infraestrutura de transporte, maquinarias, fertilizantes, melhoramento genético, etc.). Neste caso o volume de produção é dependente não de fatores naturais, senão do capital investido na produção e no transporte, que a rigor, é uma parte “orgânica” da produção.

A terra não é produto do trabalho humano, mas sua localização com relação a obras de infraestrutura, serviços e mercado sim é resultado do trabalho social. Deste modo, a renda diferencial II será maior quando a parcela de terra ocupada (no campo ou na cidade) se encontre próxima às vias de comunicação, estradas, portos, etc. Cada localização é única, ou seja, as localizações não podem ser distribuídas equitativamente. Embora produzidas pelo trabalho humano, as localizações são irreproduzíveis pelo trabalho humano.

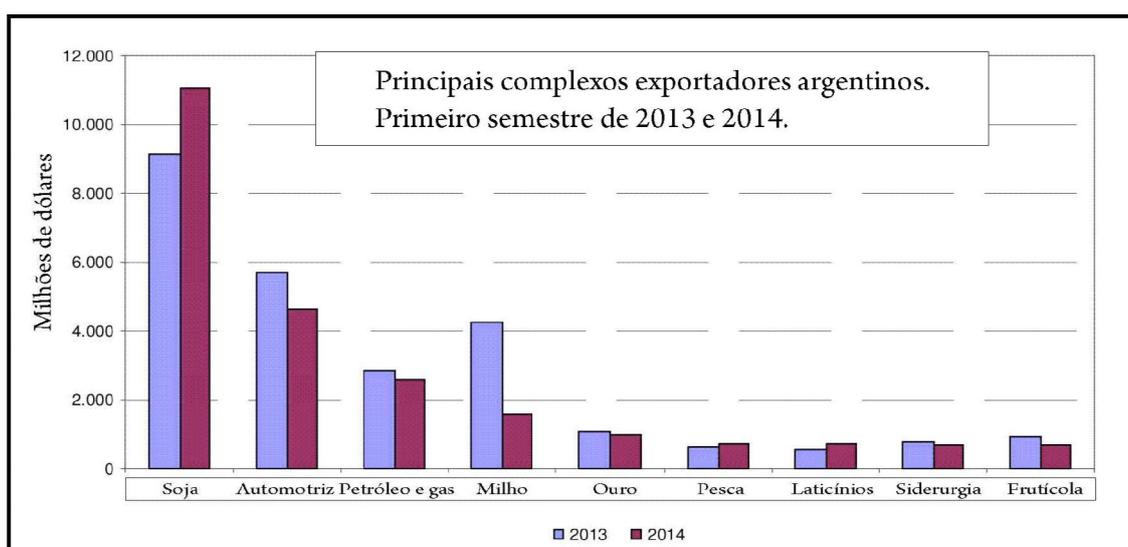
Quanto à renda absoluta, devemos considerar que a pior parcela cultivada não gera renda diferencial, mas por outro lado é necessário que ela gere algum tipo de renda para ser colocada em produção, é a renda absoluta. Quando o capital flui para a agricultura, é investido intensivamente (como no caso da renda diferencial II) ou em novas terras que terão que gerar uma renda. Quando a demanda por produtos agrícolas aumenta, mesmo aos proprietários dos piores solos, a sociedade deverá pagar uma renda como condição de serem cultivados ou colocados em produção. O fator que condiciona o surgimento da renda absoluta é a existência do monopólio privado do solo. Diferentemente do que acontece no setor industrial, onde a existência da concorrência entre diferentes capitalistas estabelece a taxa média de lucro entre os setores produtivos, e converte os valores dos produtos em preços médios; no setor agrícola o nível médio da taxa de lucro não determina os preços, senão que, como já

foi colocado, estes são determinados pelos custos que derivam das terras cultivadas em piores condições de fertilidade, localização e capitalização.

Vejamos a continuação algumas das principais características geográficas do complexo de soja argentino, as quais permitem a formação de renda diferencial, a qual, pelo menos em parte, é captada pelo Estado na forma de imposto às exportações. A realidade da produção e processamento de soja na Argentina requer uma análise das suas múltiplas determinações e contradições; porque se bem é certamente questionável do ponto de vista ambiental, se tem transformado no setor mais dinâmico e importante da economia argentina.

2 | CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS DA AGROINDÚSTRIA DE SOJA ARGENTINA

O Instituto Nacional de Estadísticas y Censos, órgão oficial encarregado de elaborar e difundir os dados estatísticos na Argentina, descreve o complexo de soja como aquele conformado pela produção e venda de grãos, óleos, biodiesel e farelos de soja (INDEC, 2014a). No ano de 2014, este complexo representou aproximadamente 29% das vendas argentinas ao exterior. Estima-se que 60% das áreas cultivadas na Argentina são ocupadas por esta oleaginosa. O principal destino da soja argentina e seus derivados são China e a União Europeia, onde se utilizam principalmente como matéria-prima para a elaboração de ração animal, consumo culinário e produção de biodiesel (MECON, 2014). Esta atividade tão controversa por seus impactos no meio ambiente e na saúde das populações que habitam áreas rururbanas (INTA, 2014) tem uma importância axial na economia argentina, apresentando taxas sustentadas de crescimento, mesmo em períodos de contração produtiva (ver quadro 1).



Quadro 1: evolução dos principais complexos exportadores argentinos (2013-2014)

Elaboração própria em base a dados de INDEC, 2014b.

2.1 Renda diferencial por localização

É importante observar que as grandes agroindústrias de soja da Argentina estão concentradas espacialmente no sul da província de Santa Fé, mais precisamente nos arredores da cidade de Rosário (ver figura 1). Denomina-se “*up-river*” ou “*zona Rosafé*” esta área fluvial da Argentina, caracterizada por reunir as principais indústrias agroexportadoras de grãos e subprodutos, e onde convergem as principais rodovias e ferrovias do país. Estima-se que 80% da produção agroindustrial parte dos portos privados da Grande Rosário. A zona se estende sobre a margem direita (oeste) do Rio Paraná ao longo de 70 km, entre a cidade de *Constitución*, no extremo sul da província de Santa Fé, até *Timbúes*, 35 km ao norte da cidade de Rosário (MECON, 2014).

A área que compreende o *up river* é a mais alta concentração espacial de indústrias processadoras de soja no mundo, assim como também é a que apresenta a maior capacidade de “*crushing*” (esmagamento) por planta. No caso norte-americano, a capacidade instalada para processar oleaginosas é de 210.000 toneladas diárias, distribuídas entre 70 plantas em todo o país. A maior planta estadunidense é da ADM com capacidade para 7.000 toneladas. No Brasil, a capacidade de processamento é de aproximadamente 160.000 toneladas diárias distribuídas em 116 plantas. O estado do Paraná é o maior processador, com 23% da soja brasileira (WESZ JUNIOR, 2011). A Argentina possui uma capacidade instalada de moenda de 217.000 toneladas diárias, 80% desse *crushing* é repartido em 20 plantas localizadas na área sul da província de Santa Fé, sendo que varias dessas unidades podem processar até 20.000 toneladas por dia (MECON, 2014).

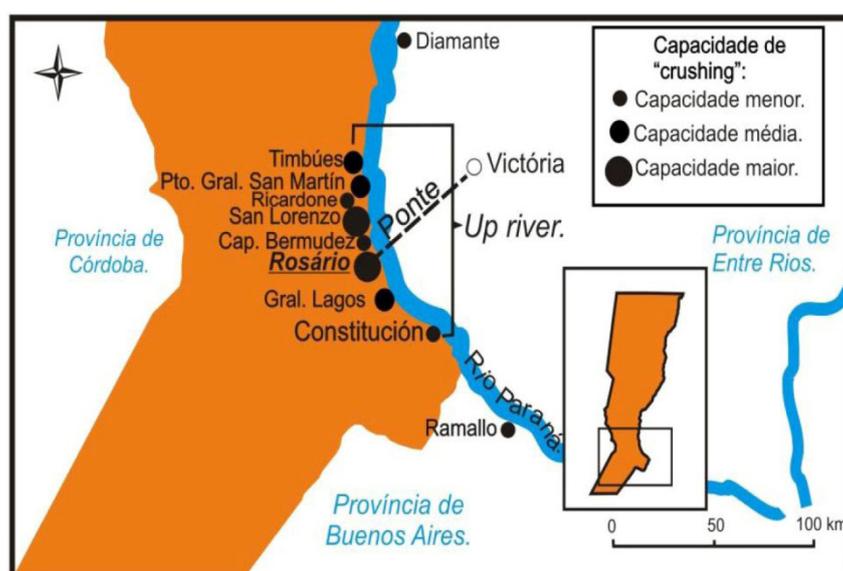


Figura 1. Localização do polo agroindustrial da soja na Argentina, nos arredores de Rosário:

Elaboração própria. Fonte: MECON, 2014.

A cidade de Rosário é a metrópole gerencial e de serviços da agroindústria de soja argentina e referente mundial no preço da farinha e do óleo derivado

desse produto. Nessa cidade se localiza a Bolsa de Valores de Rosário, a principal instituição de comércio de grãos do país, que tomou ainda maior importância depois da desregulamentação do mercado nacional de grãos, na década de 1990. A produção de soja na Argentina está particularmente concentrada em áreas próximas às agroindústrias da grande Rosário. O cultivo desta oleaginosa cobre principalmente as terras do centro e sul de Santa Fé, norte de Buenos Aires, leste de Córdoba e oeste de Entre Rios, e em menor medida, na região do noroeste, conforme podemos perceber na figura 2. Desta maneira, as distâncias a serem percorridas pelos caminhões e trens que transportam os grãos desde a zona núcleo até as agroindústrias rosarinas não superam os 300 ou 400 km em média, sendo que a maior parte da produção se realiza num rádio de 200 km.

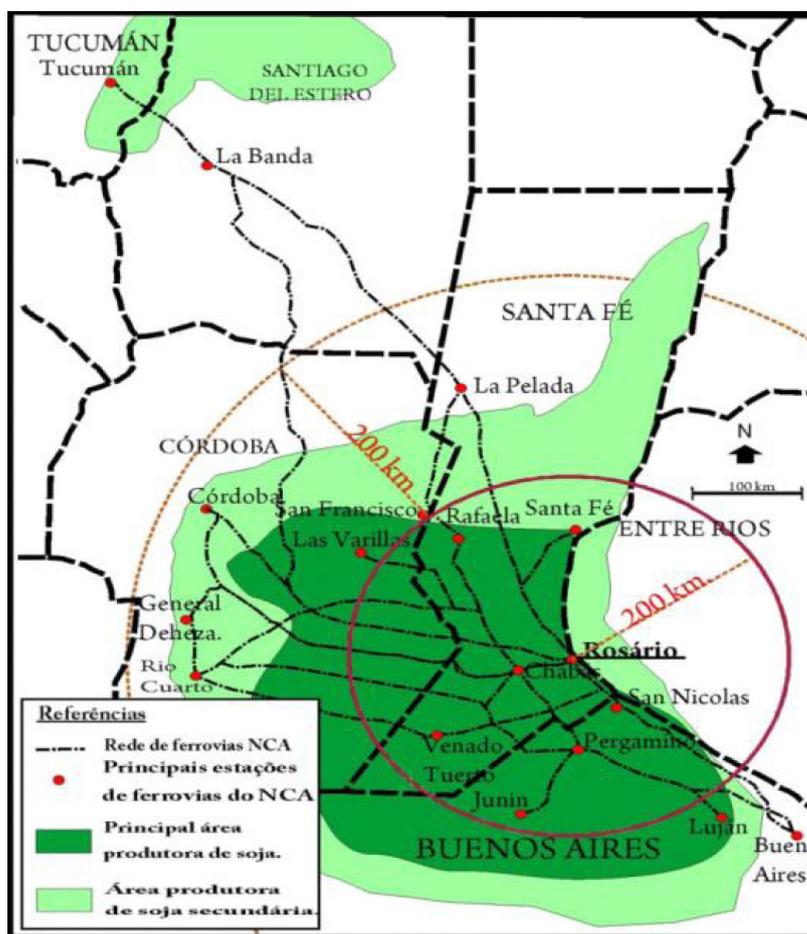


Figura 2. Áreas de cultivo de soja na Argentina, infraestrutura ferroviária e distância aos portos de Rosário:

Elaboração própria. Fonte: CIARA, 2014.

No caso brasileiro, a distância desde Sorriso, no Mato Grosso (principal município e estado produtor de soja respectivamente) até o Porto de Santos fica em torno dos 2000 km. Um informe realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2008) avaliou que o custo de transporte interno no Brasil é em média 83% e 94% superior, respectivamente, ao dos Estados Unidos e da Argentina; e que escoar a produção desde Sorriso e Campo Novo do Parecis (MT) tem um custo de frete que

oscila entre 29% e 34% do preço recebido pelo produto, equivalente aproximado ao montante que recebe o Estado argentino em conceito de imposto às exportações de soja, que sob governo de Maurício Macri está na casa de 30%.

2.2 Renda diferencial por infraestrutura de transporte

A infraestrutura ferroviária do *Nuevo Central Argentino* (NCA) foi desenhada já no século XIX para escoar as produções agrícolas pampeanas, e mais tarde as do noroeste argentino, onde o cultivo de soja tem ganhado importantes espaços nos últimos anos, (figura 2). A empresa NCA foi cedida em concessão pelo Estado Nacional (Lei 23.696, 1989) durante o governo Menem à empresa de processamento de oleaginosas “*Aceitera General Dehesa*”, de capitais argentinos, que processa, num *joint venture* com a Bunge, aproximadamente 7% da soja mundial na sua planta de *Timbúes*, na grande Rosário (figura 1). Desta maneira, a agroindústria de soja argentina é beneficiária de uma renda diferencial ligada à aplicação de capital no setor de transporte, usufruindo dos ganhos obtidos pelos baixos custos que este modal apresenta.

Outra obra de infraestrutura que permite aumentar as rendas da agroindústria argentina é a ponte “*Nuestra Señora del Rosario*”, que une as cidades de Rosário e Victória (ver figura 1 e imagem seguinte), atravessando todo o sistema fluvial e geomorfológico do baixo Paraná, que nessas latitudes vai configurando seu delta num emaranhado de ilhas de sedimentação que abarca dezenas de quilômetros de largura. Sua inauguração em 2003 permitiu economizar custos de transporte e agilizar a circulação das produções agrícolas de Entre Rios (ver figura 2) para os portos agroindustriais da grande Rosário. Antes da construção da ponte, a distância a ser percorrida por um caminhão que viajava de Victória (na província de Entre Rios) até Rosário, era de 318 km, devendo atravessar por balsa o rio desde a cidade de Paraná até a de Santa Fé, com demoras de várias horas. Transitando pela ponte essa distância se reduz a 60 km e sem interrupções. Esta grande obra de engenharia está construída por cima de 43 km de terraplanagens levantadas sobre as ilhas paranaenses, e por uns 15 km de pontes que atravessam o rio Paraná e todos os seus braços.



Imagem 1. Ponte Nuestra Señora del Rosario, que atravessa o rio Paraná desde Victória até Rosário:

Fonte: google earth 2015.

Outra das particularidades logísticas que apresentam estas agroindústrias é a de integrar vários elos da cadeia produtiva dentro de uma mesma unidade. Sistemas de descarga de balsas, caminhões e trens, esmagamento, industrialização, armazenagem e carga em barcos Panamax, funcionam como uma “unidade orgânica” sob o mesmo chão. A produção e processamento de grãos, assim como de minérios, precisam movimentar grandes volumes e pesos, pelo que a proximidade espacial é um fator de fundamental importância na redução de custos nestas indústrias (imagens 2 e 3).



Imagem 1. Porto agroindustrial de Molinos Rio de La Plata, na cidade de San Lorenzo, sobre a margem do rio Paraná:

Foto: Arquivo pessoal (2011).



Imagem 2: Planta agroindustrial de Vicentín (San Lorenzo). As ferrovias se integram aos portos agroindustriais:

Foto: arquivo pessoal (2011).

3 | RENDAS POR FERTILIDADE DA TERRA.

Na região pampeana, os solos dominantes são da ordem dos molisois (figura 3), considerados entre os de maior fertilidade para a produção agrícola temperada extensiva. Seus estratos superiores estão formados na Argentina por sedimentos quaternários que são conhecidos pelo nome de loess pampeano, devido à similitude com outros depósitos de loess no mundo. Suas características físicas favorecem o desenvolvimento das raízes e um bom escoamento da água, encontrando-se em estado natural, cobertos de pradarias ou savanas. São solos escuros e profundos, ricos em húmus e minerais, fruto de um delicado equilíbrio entre precipitações moderadas e decomposição de matéria orgânica. Esta ordem de solo também se acha presente em outras importantes regiões agrícolas do mundo como as estepes europeias e as extensas planícies norte-americanas e chinesas, estimando-se que ocupem aproximadamente 7% das terras livres de gelo (PANIGATTI, 2010).

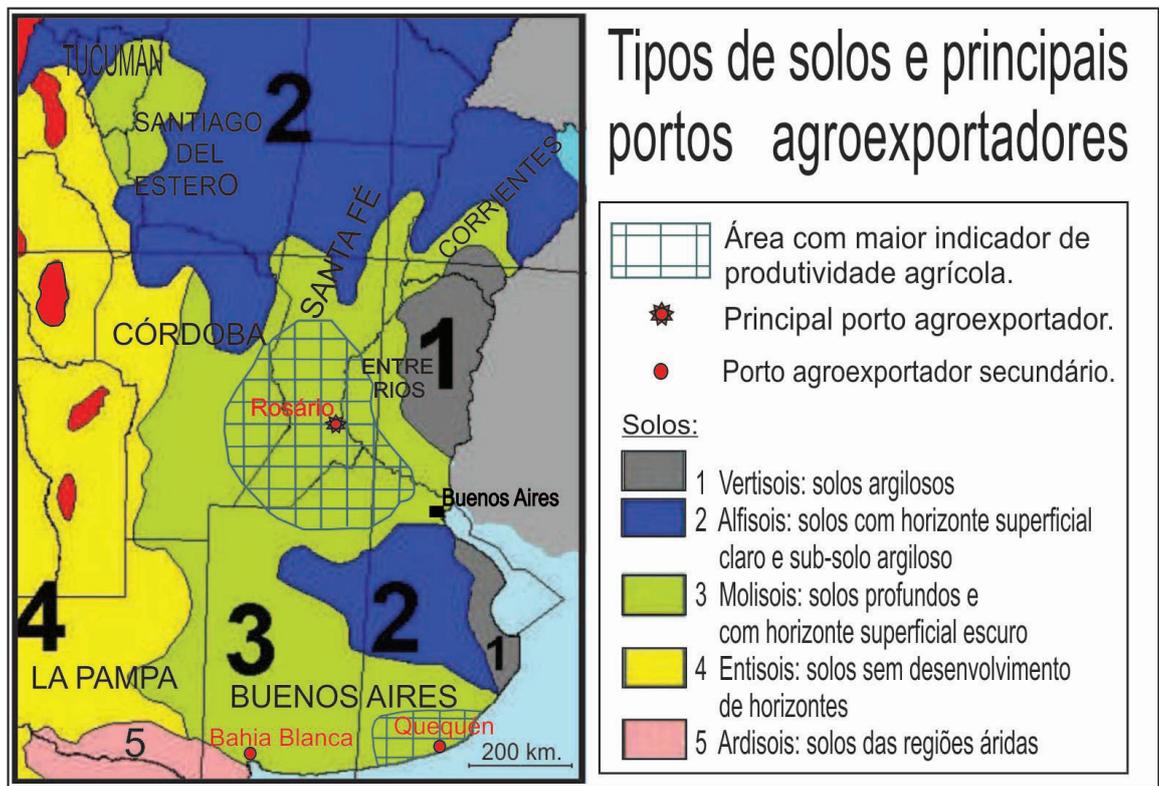


Figura 3. Solos dominantes na região pampeana argentina, principais portos agroexportadores e áreas de maior produtividade.

Elaboração própria. Fonte: PANIGATTI, 2010; GIORGI, 2004.

Em geral, os solos molisols da Argentina, excetuando os presentes na província de Tucumán, se estendem num contínuo sobre boa parte da região pampeana, incluindo o centro e sul de Santa Fé, e seus limites externos não superam os 400 km de distância de, pelo menos, algum dos principais portos argentinos. Por outro lado, existem áreas sobre estes solos que apresentam indicadores superlativos de produtividade agrícola e que foram mapeadas por técnicos do INTA (GIORGI, 2004). Estas áreas, chamadas de “zonas núcleo”, apresentam os maiores rendimentos produtivos e coincidem, como é mostrado na figura 3, com os *hinterland* dos portos e agroindústrias exportadoras da grande Rosário e Quequén, no sul da província de Buenos Aires. Para definir estas áreas, o INTA teve em consideração não só a fertilidade do solo e sua textura, senão também o nível de escorregamento das águas, a condição climática, o nível de sódio, a profundidade, a erosão, entre outros fatores.

4 | POLÍTICA TRIBUTÁRIA APLICADA AO COMPLEXO DE SOJA NA ARGENTINA

As vantagens ligadas à localização, fertilidade e infraestrutura da agroindústria argentina que descrevemos geram uma renda diferencial que o Estado Nacional capta, pelo menos em parte, através das chamadas *retenciones*. Argentina é o único país do Mercosul que grava as exportações de soja e derivados percebendo um importante tributo, que foi nos governos Kirchner e Fernandez de 35% do valor de exportação do grão em bruto, enquanto que era de 32% para óleos e farinhas e 20% para o biodiesel

desta oleagínosa (CIARA, 2018).

A política tributária a partir do governo Kirchner em relação à soja foi bem diferente à da seus antecessores no executivo: Carlos Menem e Fernando de La Rúa. Na década de 1990, no governo Menem, o imposto às exportações agrícolas, que historicamente tinha sido uns dos pilares da arrecadação pública, e que no decênio de 1970 tinham chegado a 40%, foi eliminado, na procura de beneficiar os setores agroexportadores. A eliminação deste tributo, que ajudou a disparar o “ciclo *sojero*” na Argentina, fez aumentar o custo dos alimentos e da mão de obra no mercado interno ao tempo que diminuía sensivelmente os recursos do Estado. Durante o governo de Nestor Kirchner e Cristina Fernandez, todos os cereais pampeanos exportados deviam tributar ao Estado Nacional. As *retenciones* eram as seguintes: trigo 23%, milho 20%; o girassol 30% para o óleo e 32% para o grão; o linho, com 23,5% e 20%, respectivamente. Quando em 2015 assume Mauricio Macri à presidência, em sintonia com as políticas impositivas dos anos de 1990, decide retirar esses impostos deixando somente a *retención* à exportação de soja, que atualmente (junho de 2018) é de 27% para o grão, e 24% para farinhas e óleos de soja sem refinar. Por decreto de janeiro de 2018 esses impostos vão ir descendo 0,5% mensal até dezembro de 2019.

Como indicam os dados, o imposto é menor à medida que a industrialização do grão avança, procurando estimular o agregado de valor, mas sem deixar de ser representativo. No caso do Brasil, a política tributária é bastante diferente à desenvolvida na Argentina. A Lei Kandir não só exonerou as exportações do agronegócio (como tinha acontecido na Argentina durante essa década), senão que permitiu que a indústria esmagadora de grãos fosse penalizada, promovendo a venda de grãos em bruto. Por concentrar-se o *crushing* no estado de Paraná, os produtores de Mato Grosso devem pagar 12% de ICMS (imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços) para processar seus grãos nesse estado, enquanto que para exportar a soja em bruto não se precisa tributar imposto algum (LANDIM, PALÁCIOS, 2011).

5 | EVOLUÇÃO DE ALGUMAS ECONOMIAS EXTERNAS LIGADAS AO COMPLEXO SOJA

O desenvolvimento de economias externas ligadas ao crescimento do polo de soja foi impulsionado sobremaneira pela política de proteção estatal da indústria nacional que se desenvolveu nos governos Kirchner e Fernandez. Neste sentido, um dos setores que alcançou grande dinâmica foi o de maquinaria agrícola, que se incrementou a uma taxa de 9% anuais desde 2003 até 2014, enquanto que a quantidade de mão de obra utilizada por esta indústria cresceu 5% ao ano. Já sem os benefícios da proteção estatal no contexto do período neoliberal da década de 1990 e princípio de 2000, a indústria metalmeccânica em geral, entre as que se destaca a de maquinaria agrícola,

teve uma queda média de 10,7% anuais entre 1995 e 2002. A conclusão do Informe de Conjuntura da Câmara Argentina de Fabricantes de Maquinaria Agrícola (CAFMA, 2014) indicou que as perspectivas desta indústria estão relacionadas diretamente às políticas de restrições à importação de maquinaria agrícola desenvolvida pelo Estado Nacional e à evolução dos cultivos e seus preços no mercado internacional.

Outra das externalidades puxadas pelo crescimento agroindustrial nos últimos anos foi a indústria de fertilizantes, que na década de 1990 produzia só 12% do consumo nacional, e que passou para quase 50% em 2012. No caso dos chamados fitossanitários ou agrotóxicos, os dados disponíveis indicam que em 2013, 75% das vendas destes produtos eram de origem nacional e que os valores produzidos passaram de 600 milhões de dólares em 2002 para 2.500 milhões em 2013 (CASAFE, 2013). Já durante o governo Macri, a indústria nacional sofreu os embates da forte abertura das importações de maquinaria agrícola. Segundo um informe elaborado pelo Centro de *Estudios para el Desarrollo de la Industria Nacional* (CEDIN, 2017), a importação de semeadoras cresceu 168% durante 2017, enquanto que a de pulverizadoras autopropulsadas foi de 90%.

6 | CONCLUSÃO

O complexo agroindustrial de soja é um setor chave da economia argentina e representa quase a terceira parte das suas exportações. A partir da presidência de Nestor Kirchner em 2003, aconteceram mudanças na política econômica ligadas ao complexo agroindustrial, podendo-se destacar o aumento das *retenciones* às exportações agrícolas e a proteção das economias externas a ela ligadas, provocando desta maneira uma ruptura com o modelo dos governos Menem e De la Rúa. Sob governo Macri desde 2015, o imposto sobre a soja é menor e as *retenciones* já não são aplicadas aos restantes produtos agrícolas de exportação pampeanos. A política econômica de abertura comercial parece colocar em risco o desenvolvimento da frágil indústria de maquinaria agrícola argentina, que segundo seus próprios informes, precisa de certo grau de proteção por parte do Estado para continuar crescendo.

A logística integrada entre ferrovias, estradas e hidrovias, e as rendas derivadas das vantagens na localização, fertilidade do solo e concentração espacial da produção de soja, permitem ao pólo agroindustrial aumentar seu ritmo de expansão e ser altamente competitivo no mercado internacional, apesar da forte carga impositiva que carrega este setor. Neste sentido, a grande Rosário é o motor deste “ciclo oleaginoso”, o “funil” da produção ligada ao exterior e o elo entre agricultura e indústria na Argentina.

O Estado Argentino deveria dirigir os esforços em prol de aumentar a diversidade produtiva e aprofundar o processo de industrialização, a fim de não depender economicamente de uma cultura tão controvertida por seus impactos no meio ambiente e na saúde das populações.

REFERÊNCIAS

BENDER, P. M. 2011. **Província de Santa Fé, (Argentina): As transformações na dinâmica produtiva agrícola a partir da década de 1990**. Dissertação de mestrado. PPGG. UFSC. Florianópolis.

CAFMA - CÁMARA ARGENTINA DE FABRICANTES DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS. **Informe de Conjuntura CAFMA N° 20**. Ano 2014. Disponível em: <<http://www.cafma.org.ar/informe-de-coyuntura-cafma-n-20/>>. Acesso: 20 jun. 2015.

CEDIN - CENTRO DE ESTUDIOS PARA EL DESARROLLO DE LA INDUSTRIA NACIONAL. **Trabajos estadísticos**. Ano 2017. Disponível em: <<http://www.centroindustrial.com.ar/contenidos.php?seccion=trabajosestadisticos>>. Acesso: 10 ene. 2018.

CASAFE - CÁMARA DE SANIDAD ANIMAL Y FERTILIZANTES. **Mercado argentino de productos fitosanitarios**. Ano 2013. Disponível em: <<http://www.casafe.org/pdf/estadisticas/Informe%20Mercado%20Fitosanitario%202012.pdf>> Acesso: 20 jun 2015.

CIARA - CÁMARA ARGENTINA DE LA INDUSTRIA ACEITERA DE LA REPÚBLICA ARGENTINA. **Base de dados em linha**. Ano 2018. Disponível em: <<http://www.ciara.com.ar/estadisticasNac.php>> Acesso: 10 jun. 2018.

GIORGI, R. Índices de aptitud agropecuaria. Factores considerados y criterios para su **ponderación**. Rafaela: INTA, 2015. Disponível em: <http://rafaela.inta.gov.ar/mapas/suelos/texto_relevamiento_suelos_santafe.htm> Acesso: 20 ago. 2015.

INDEC - INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS Y CENSOS. Ano 2014a: **Glosario**. Disponível em: <<http://www.indec.mecon.ar/glosario.asp>> Acesso: 1 dez. 2014.

_____. **Complejos exportadores**. Ano 2014b. Disponível em <http://www.indec.mecon.ar/nivel4_default.asp> Acesso: 10 ene. 2015.

_____. **Jornada de aplicación de Fitosanitarios. Exposición sobre el Conflicto rural-urbano**. Disponível em: <<http://inta.gov.ar/videos/luis-carranciojornada-de-aplicacion-de-fitosanitarios.-exposicion-sobre-el-conflicto-rural-urbanouna-experiencia-exitosa/view>> Acesso: 1 dez. 2014.

MECON - MINISTERIO DE ECONOMÍA. **La macroeconomía Argentina: 2003-2012**. Disponível em: <<http://www.mecon.gov.ar/basehome/pdf/indicadores.pdf>> Acesso: 1 jun. 2012.

_____. **Complejo oleaginoso**. Ano 2014. Disponível em: <http://www.mecon.gov.ar/peconomica/docs/Complejo_Oleaginoso.pdf> Acesso: 1 jun. 2015.

LANDIM, R. PALÁCIOS, A. **Brasil bate Argentina na produção de soja, mas ganha muito menos dinheiro**. Estado de São Paulo. 11 de Setembro de 2011. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-bate-argentina-na-producao-desoja-mas-ganha-muito-menos-dinheiro-imp-,771006>> Acesso, 6 jul. 2015.

MARX, K. **O capital. Crítica da economia política**. Livro III: O processo global da produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PANIGATTI, J. L. **Argentina: 200 años, 200 suelos**. Buenos Aires: EdicionesINTA, 2010. Disponível em: <http://inta.gov.ar/documentos/argentina-200-anos-200-suelos/at_multi_download/file/INTA-200-Suelos.pdf> Acesso: 20 fev. 2015.

WESZ JUNIOR, V. J. **Dinâmicas e estratégias das agroindústrias de soja no Brasil**. Rio de Janeiro. E-papers. 2011.

O SISTEMA DE INDICADORES DE POTENCIALIDADE COMO MODELO DE ANÁLISE DAS (RE) CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS DA PRODUÇÃO ORGÂNICA NO AGRESTE CENTRAL DE SERGIPE

Clêane Oliveira dos Santos

Universidade Federal de Sergipe, Colégio de Aplicação, Aracaju, Sergipe.

Rosemeri Melo e Souza

Universidade Federal de Sergipe, Pós-graduação em Geografia, Aracaju, Sergipe.

RESUMO: Esta pesquisa objetiva analisar as potencialidades presentes no processo de (re) configuração territorial da produção orgânica no Agreste Central Sergipano. O recorte espacial desta análise são os municípios de Areia Branca, Itabaiana e Malhador, que fazem parte do território do Agreste Central Sergipano. Para desenvolver esta pesquisa a metodologia de estudo foi estruturada em três etapas: gabinete, campo e síntese. O modelo teórico metodológico de avaliação deste espaço geográfico está relacionado com a definição/avaliação de indicadores de potencialidade ambiental. Assim, o uso destes como instrumentos construtivos da matriz de indicadores de potencialidade ambiental permitiu uma leitura simplificada e qualitativa das necessidades ambientais, sociais, econômicas e culturais da área de estudo, evidenciando a configuração de novas territorialidades do sistema orgânico de produção.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura orgânica, Agreste Central Sergipano, Indicadores de

Potencialidades.

ABSTRACT: This research aims to analyze the potentialities present in the territorial (re) configuration process organic agriculture in Sergipe Central Arid zone. The area of this analysis are the municipalities of Areia Branca, Itabaiana and Malhador, which are part of the territory of Central Sergipe Arid zone. To develop this research the study methodology was structured in three stages: Cabinet, Field e synthesis. This geographical area methodological theoretical model of evaluation is related to the definition / evaluation of potentialities environmental indicators. Thus, the construction of these as instruments of potentialities environmental indicators matrix allowed a simplified and qualitative reading of environmental, social, economic and cultural needs of the study area, showing the organic system new territoriality configuration.

KEYWORDS: Organic Agriculture, Arid zone Central Sergipe, Potential Indicators.

1 | INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a produção orgânica no Brasil vem crescendo em função do acesso e integração ao mercado especial, com uma prática de agricultura que se opõe ao uso de

agrotóxicos. Verifica-se que a disseminação da agricultura orgânica em Sergipe está ocorrendo a partir da construção de novos valores de convivência social e ambiental às mudanças nas práticas de manejo, transformações estas que vem possibilitando a constituição de uma nova face do cultivo agrícola no Agreste Central Sergipano.

Esta pesquisa objetiva analisar as potencialidades presentes no processo de (re) configuração territorial da produção orgânica no Agreste Central Sergipano. O meio rural é um sistema dinâmico, assim a busca por um equilíbrio entre seus elementos deve ser uma constante, uma vez que a agricultura continua representando um potencial de melhoria da renda familiar, geração de novos postos de trabalho e manutenção de um tecido social saudável no meio rural, mas não de acordo com o modelo produtivista da Revolução Verde dos anos 70.

Verifica-se que a disseminação da agricultura orgânica em Sergipe está ocorrendo a partir da construção de novos valores de convivência social e ambiental associados às mudanças das práticas de manejo. Existe uma concentração das unidades de produção de orgânicos no território do Agreste Central Sergipano, território formado pelos municípios de Areia Branca, Campo do Brito, Carira, Frei Paulo, Itabaiana, Macambira, Malhador, Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida, Pedra Mole, Pião, Ribeirópolis, São Domingos e São Miguel do Aleixo.

São nas propriedades dos municípios de Itabaiana, Areia Branca e Malhador que se encontram a maior produção e consideráveis estratégias de comercialização na região do Agreste e na capital do Estado, por isso a área correspondente aos três municípios representa o recorte espacial desta pesquisa.

Para desenvolver esta pesquisa a metodologia de estudo foi estruturada em três etapas: gabinete, abrange pesquisa bibliográfica, visita a órgãos e entidades para coleta de dados secundários e levantamento cartográfico; a etapa campo compreende a observação e reconhecimento da área de estudo, a marcação de pontos de localização, a aplicação de entrevistas semi-estruturadas e o levantamento fotográfico; a última etapa foi denominada de síntese, uma vez que foram analisados os resultados alcançados nas duas etapas anteriores, comprovada ou não a hipótese inicial deste estudo.

O modelo teórico metodológico de avaliação deste espaço geográfico está relacionado com a definição/avaliação de indicadores de potencialidade ambiental. Indicadores e seu conjunto de parâmetros representam um sinal que nos permite compreender dimensões do mundo real, conferir-lhe importância, possibilitando julgamentos e desenvolvimentos futuros através de sua análise.

Nesta pesquisa o uso de indicadores como instrumentais de análise é de extrema importância para a identificação das potencialidades ambientais presentes no processo de efetivação da agricultura orgânica em Sergipe. Mais que um sistema de representação, os indicadores condensam uma quantidade de informações provenientes de diversas fontes, constituindo-se numa forma hábil de manipular e compreender o fato.

2 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

2.1 O sistema orgânico de produção como resultado da interação entre as potencialidades ambientais e o planejamento territorial no Agreste Central Sergipano

No século XXI a natureza passa a ocupar um patamar de destaque no debate dos destinos da sociedade, um momento no qual as sensibilidades estéticas e políticas acabam por garantir à natureza e às questões ambientais uma relevante notoriedade. Porém, as perspectivas de harmonização dos projetos sociais e estilos de vida com os alcances da capacidade de suporte do meio ambiente ainda representam um grande desafio da contemporaneidade.

É importante salientar que o horizonte histórico-cultural deste debate está indiscutivelmente delimitado por centenas de interesses e projetos sociais que disputam várias interpretações sobre o que é ou não ambiental. Assim, “o quadro ambiental torna-se, sobretudo, um lugar de disputa entre concepções, interesses e grupos sociais” (CARVALHO, 2006, p. 59).

Dessa forma, Leff (2002) afirma que

A problemática ambiental gerou mudanças globais em sistemas socioambientais complexos que afetam as condições de sustentabilidade do planeta, propondo a necessidade de internalizar as bases ecológicas e os princípios jurídicos e sociais para a gestão democrática dos recursos naturais (LEFF, 2002, p. 59).

No âmbito dessa discussão, destaca-se a impossibilidade de resolver os crescentes e complexos problemas ambientais e reverter suas causas sem que ocorra uma mudança radical nos sistemas de conhecimento, dos valores e dos comportamentos produzidos pela dinâmica de racionalidade existente, fundada no aspecto econômico do desenvolvimento.

O meio rural é um sistema dinâmico, assim a busca por um equilíbrio entre seus elementos deve ser uma constante, uma vez que a agricultura continua representando um potencial de melhoria da renda familiar, geração de novos postos de trabalho e manutenção de um tecido social saudável no meio rural, mas não de acordo com o modelo produtivista da Revolução Verde dos anos 70.

Considerando que a terra e os demais recursos naturais são os geradores da renda que mantém as famílias de agricultores, quando se estuda o espaço através de sua base física, é fundamental entender que além do fator clima, a geomorfologia, juntamente com o tipo de solo, são elementos integrantes do sistema socioambiental e fatores determinantes na transformação do espaço. A consolidação de atividades econômicas, neste caso, se torna determinante para o desenvolvimento do cultivo agrícola como um tipo de atividade que modifica o espaço.

O conjunto de recursos naturais necessários à produção agrícola vai subsidiar a identificação de fragilidade ou potencialidade para determinadas atividades de

exploração humana. Assim, o relevo e os demais componentes da natureza devem ser levados em consideração no processo de produção dos espaços.

Assim, a potencialidade, neste estudo, entendida como determinadas individualidades que podem ser usadas para fins específicos, pode ser relacionada com o uso racional dos recursos naturais na atividade agrícola desenvolvida na área de estudo. Nesse contexto destacam-se três conjuntos de indicadores de potencialidades ambientais que condicionam o desenvolvimento do sistema agrícola orgânico de produção na área de estudo.

O primeiro conjunto indicativo das potencialidades está relacionada à posição geográfica e a influência do microclima do Agreste. O segundo está ligado às condições naturais de relevo e solo. E, como terceiro conjunto de potencialidade destaca-se a tradição histórica em produzir gêneros agrícolas nos municípios pesquisados.

- Posição geográfica e o comportamento climático:

Nenhuma atividade agrícola é tão dependente das condições de tempo e do clima como a agricultura. Essa dependência é responsável pela variabilidade final da produção, fundamentalmente a produção agrícola, seja qual for sua forma de desenvolvimento, depende de quatro fatores inter-relacionados: o clima, o vegetal, o solo e o homem.

Dentre as condições ambientais, destaca-se o clima e o entrelaçamento de seus elementos e fatores, pois ambos determinam os tipos de plantas que crescem naturalmente e os diversos tipos de cultivos agrícolas.

O ambiente atmosférico influencia o homem e suas atividades, enquanto o homem pode, a partir de suas ações, consciente ou inconscientemente influenciar o tempo e o clima. Este talvez seja o mais importante elemento do ambiente natural, pois as principais bases da vida para a humanidade estão na dependência do clima, especialmente o ar, a água, o alimento e o abrigo.

O território do Agreste Central Sergipano está parcialmente inserido no polígono das secas, configurando-se numa região de transição climática, entre o úmido e o semiárido, fato que a torna peculiar no contexto de Sergipe.

Em vista da diferenciada circulação atmosférica na área que envolve a região do Domo de Itabaiana, a área de estudo pode apresentar a formação de um microclima específico, ou seja, um tipo de clima local que é um ponto dentro do regional onde uma conjunção de fatores das diversas esferas do domínio geográfico favorece a constituição de uma dada definição climática, fato que nos reporta à questão das escalas do clima, a zonal, a regional e a local.

O termo microclima, considerando a escala local, originalmente era o termo usado para designar as condições atmosféricas predominantes próximas ao solo, isto é, tudo aquilo o que não está a mais de dois metros da superfície terrestre. Posteriormente, este limite perdeu sua rigidez por condições adversas e findou numa maior variedade de seus limites. No entanto, é importante considerar quando se quer determinar a

formação de uma microclima, a camada limite que é aquela abaixo da qual o vento tende a sofrer redução máxima, onde os aspectos da umidade, temperatura e fluxo de calor permanecem mais ou menos constantes para vários tipos de cobertura do solo (PINTO & AGUIAR NETO, 2008).

O clima, que inclui os tipos de tempo, deve ser a mais importante influência do ambiente físico sobre as atividades do homem na terra, no mar e no ar. O tipo de vestuário usado, o tipo e quantidade de alimentos que come, a característica da casa que vive, seus meios de transporte e muitas outras características da vida diária são vitalmente afetadas pelo clima (SARTORI, 2014, p.15).

O comportamento climático da área de estudo é percebido pelo agricultor de forma que o calendário agrícola e a área de terra plantada vão ser definidas de acordo com a variabilidade de chuva e a conseqüente umidade do solo. Logo, “assim como variam as percepções e as imagens mentais a respeito da qualidade ambiental, também variam as atitudes e os valores atribuídos ao meio ambiente” (OLIVEIRA, 2002, p. 47).

As interações entre ser humano e ambiente estão diretamente relacionadas às percepções, aos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada indivíduo. Desse modo, o ambiente é um conjunto com forma, coesão e significado que lhe são acrescentados pelo ato da percepção humana. Cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente frente às ações sobre o meio. Então, “cada pessoa percebe seletivamente, aquilo que lhe interessa aquilo que está habituado a observar de acordo com o seu contexto sociocultural” (OLIVEIRA; RIO, 1996, p. 105).

A percepção é usada pelo agricultor como uma forma de avaliar os períodos específicos de início da semeadura e colheita da produção, assim como a definição dos tipos de alimentos que devem ser plantados em dadas épocas do ano.

A área de estudo apresenta uma concentração das chuvas entre os meses de maio a agosto. O período de carência de chuvas é percebido pelo agricultor como algo que pode ser solucionado a partir do acesso a uma infraestrutura adequada que lhes permitam a captação da água e seu uso nos períodos de estiagens.

Assim o uso do sistema de irrigação é posto como uma técnica que visa solucionar os problemas do desenvolvimento produtivo, especialmente das hortaliças que têm o crescimento influenciado pelas condições de umidade do solo. Desse modo, o sistema de irrigação utilizado em algumas das propriedades não permite que a produção dependa estritamente da ocorrência ou não de um regime de precipitação adequado.

Em campo observou-se diferentes níveis de dependência da regularidade da chuvas, aquele onde a terra é preparada para a semeadura e aguarda o período da ocorrência de chuva, e aquele estabelecimento que utiliza o processo de irrigação.

Nos estabelecimentos visitados em campo onde utiliza-se o processo da irrigação é predominante o uso método de aspersão onde os aspersores que lançam as águas sobre a plantação são colocados em ramais que podem ser mudados de local após processada a irrigação em uma dada faixa da lavoura. Assim, como se trata de um

sistema móvel, tem-se a necessidade de trabalhadores para efetivar a operação e manutenção equilibrada do processo.

Verifica-se que o clima específico da área de estudo é uma potencialidade ambiental que é percebida e utilizada pelo agricultor a partir de sua experiência e que a irregularidade da precipitação não é o empecilho para o crescimento da produção, mas sim a falta de infraestrutura adequada para captar a água da chuva no período mais abundante.

- Relevo e solo:

O relevo, como um dos componentes da litosfera, exerce influência decisiva nos processos ecodinâmicos de um sistema ambiental. De acordo com o que já fora citado no capítulo anterior, o relevo do Agreste Central de Sergipe está situado sobre dois tipos principais de formações geomorfológicas: O Pediplano Sertanejo e a Faixa de Dobramentos Sergipana (Domo de Itabaiana).

A área do Pediplano Sertanejo é formada por terrenos erodidos e altitude média de 200 metros, engloba áreas aplainadas e dissecadas, que se elevam, gradativamente, de leste para oeste.

Já a região do Domo possui forma hemisférica e suavemente achatada representando um relevo testemunho do antigo Domo estrutural. Encontra-se sob domínio de climas semiárido e subúmido-seco, que interferem nos processos de alteração das rochas, na esculturação do relevo, na vegetação, na forma do solo e, assim, pode ser considerado uma individualidade da área de estudo, configurando-se numa potencialidade ambiental por reunir características favoráveis ao desenvolvimento agrícola, tais como circulação atmosférica peculiar, solos férteis, presença de corpos d'água, além da expressiva biodiversidade.

Na área do Domo é possível constatar a presença de ambientes intactos, preservados, indicando a potencialidade ambiental do território, a exemplo do Parque Nacional Serra de Itabaiana, situado próximo à costa de Sergipe (10°40'S, 37°25'W), que abrange uma área de 7966 ha compreendendo três unidades, as serras Cajueiro, Comprida e a de Itabaiana, a maior delas.

No ano de 2005 a Serra fora elevada à condição de Parque Nacional, fato que contribuiu para a conservação do pouco restante de suas belezas naturais. Localiza-se às margens da BR 235 e abrange os municípios de Areia Branca, Itabaiana, Laranjeiras, Itaporanga D'ajuda e Campo do Brito.

A serra mede aproximadamente 659 metros de altura e 10 km de comprimento e apresenta quatro ecossistemas florísticos, que são: Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado e a predominância de Campos Rupestres. A Serra de Itabaiana, assim como as Serras Comprida, Miaba, Capunga e Ribeira constituem serras residuais, restos de antigas, estruturas do domo de topo aplainado ou dissecados.

O Agreste Central é delimitado pelas bacias hidrográficas dos rios Sergipe, ao norte, e Vaza-Barris, ao sul. Na área de estudo, as várias nascentes e olhos d'água

que descem das encostas do Domo fazem surgir diversos córregos, poços, assim como se verifica a presença dos rios, Jacarecica, Traíras, Cotinguiba e das Pedras, que banham a área e proporcionam condições ideais para se produzir hortaliças.

Além disso, a presença da Serra de Itabaiana contribui para a constituição de solos férteis de origem vulcânica o que torna suas terras favoráveis ao cultivo agrícola. Os solos são resultantes da interação entre clima, relevo, vegetação e fauna e sua espessura vai depender da capacidade de formação e remoção. Há presença significativa de Luviossolo, tipo de solo constituído por depósitos de aluviões, com razoável aptidão agrícola, com elevado potencial nutricional.

As características ambientais geomorfológicas influenciam os diversos tipos de uso do solo e interferem nos sistemas de agricultura familiar do estado e nos sistemas de produção orgânica tratados nesta pesquisa.

- Tradição histórica da produção agrícola:

Historicamente o desenvolvimento do Agreste Central reporta-se ao aumento do fluxo de pessoas no município de Itabaiana, quando este era ainda conhecido como Caatinga de Ayres Rocha. Foi nesta área de Caatinga que teve início a formação de pontos de encontro de pessoas em trânsito entre norte e sul do Estado, onde muitos feirantes se concentravam em torno da praça Fausto Cardoso num mercado periódico realizados aos sábados. Este fato possibilitou a firmação da cidade como ponto de escoamento da produção agrícola e base de sustentação de famílias itabaianenses.

É importante destacar o papel do Estado como interventor para o crescimento do município de Itabaiana como polo regional de produção e comercialização de hortaliças. Foram implementadas políticas regionais tais como a construção, na década de 1950, do armazém da Companhia Nacional de Abastecimento (Cibrazem), atual Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), e a construção do Açude da Macela (1957), e das Barragens do Jacarecica I e Ribeira em 1987.

No Agreste central de Sergipe não existe precisamente empresas de agronegócio, porém com a criação do Açude da Macela e a instalação dos perímetros irrigados do Jacarecica I e II, e da Ribeira surgiram pequenas empresas agrícolas, Hortaliça Vida Verde e a Itahortas que fazem a comercialização da rede de supermercados do Estado. No entanto, é importante considerar que no território do Agreste há um destaque para a produção de hortaliças que é desenvolvida por pequenos agricultores familiares, os quais promovem a comercialização ou entregam a produção para os intermediários abastecerem o município, municípios circunvizinhos e ainda o Estado da Bahia.

Atualmente, a partir da introdução de todo aparato modernizador da produção agrícola, ocorreram mudanças de comportamento e na cultura dos produtores do município, tendo em vista que as relações com o mercado passaram a ser mais constantes e participativas, Esse fato está ligado também à questão da relação de trabalho estabelecida nas áreas em estudo onde se destaca uma produção por contrato junto aos grandes atacadistas de supermercados, verificando-se assim uma

maior participação da mão-de-obra assalariada, uma vez que se fornecem produtos diariamente.

Aqui destaca-se a introdução de uma nova forma de cultivo agrícola, a produção orgânica como uma nova exigência do mercado e uma alternativa ao planejamento e desenvolvimento territorial do Agreste. O território que já é tradicionalmente marcado por seu papel de produtor e exportador de gêneros alimentícios também passou a desenvolver a nova cultura e assim passa a se inserir ao novo eixo do mercado.

No entanto, na área de estudo, sob a perspectiva de planejamento econômico e ambiental do território, é preciso que as intervenções antrópicas sejam planejadas com objetivos claros de ordenamento territorial, considerando as potencialidades e as fragilidades dos ambientes naturais. Nesse sentido, é imprescindível a criação dos espaços de negociação entre os diversos atores sociais em prol de um objetivo comum, que seria garantir a continuidade do desenvolvimento econômico territorialmente equilibrado, socialmente justo e ambientalmente sustentável da produção agrícola do Agreste sergipano.

2.2 O sistema de indicadores de potencialidade ambiental (Matriz dos indicadores de potencialidade)

A informação básica é o elemento primordial na elaboração de parâmetros confiáveis nas aproximações indicadoras da realidade. Um indicador é um instrumento que permite a obtenção sobre uma dada realidade e tem como principal característica poder sintetizar um conjunto complexo de informações, retendo apenas o significado essencial dos aspectos analisados.

Indicadores e seu conjunto de parâmetros representam um sinal que nos permite compreender dimensões do mundo real, conferir-lhe importância, possibilitando julgamentos e desenvolvimentos futuros através de sua análise. Por isso, de concreto, temos que sua aplicabilidade resulta em importante instrumento avaliativo de um meio social, cultural, político, econômico e ambiental.

Nesse contexto, a informação básica é o elemento primordial na elaboração de parâmetros confiáveis nas aproximações indicadoras da realidade. Uma vez que um indicador é instrumento que permite a obtenção sobre uma dada realidade e tem como principal característica poder sintetizar um conjunto complexo de informações, retendo apenas o significado essencial dos aspectos analisados.

Assim, os indicadores devam possibilitar a geração de modelos que representem a realidade estudada. As relações entre os indicadores (conjunto de indicadores) e o padrão de respostas dos sistemas podem permitir a previsão de futuras condições.

Um indicador adequado alerta sobre os problemas antes que eles se tornem muito graves indicando o que precisa ser feito para resolvê-los, é dessa maneira que em comunidades em crise os indicadores são considerados importantes instrumentos

para apontar soluções e propor um futuro melhor.

Nesta pesquisa foi feito o uso da matriz de SWOT (FOFA), também conhecida como matriz de equilíbrio entre as fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças dos indicadores de potencialidade relacionados as dimensões ambiental, social, econômica e política da área de estudo.

	FATORES INTERNOS	FATORES EXTERNOS
P O N T O S F O R T E S	FORTALEZAS	OPORTUNIDADES
	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Práticas de conservação; <input type="checkbox"/> Existência de Propriedades certificadas; <input type="checkbox"/> Existência de propriedades vinculadas as OCS; <input type="checkbox"/> Variedade de espécies cultivadas; <input type="checkbox"/> Emprego de biofertilizantes; <input type="checkbox"/> Práticas de reutilização dos resíduos; <input type="checkbox"/> Uso de mão de obra familiar; <input type="checkbox"/> Existência de fossa séptica; <input type="checkbox"/> Tipo de lavouras (Temporária e permanente); <input type="checkbox"/> Destinação da produção para o consumo familiar. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Uso da infraestrutura local de serviços de saúde, educação e transporte; <input type="checkbox"/> Vínculo com a OCS; <input type="checkbox"/> Vínculo com a ASPOAGRE.
P O N T O S F R A C O S	FRAQUEZAS	AMEAÇAS
	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Uso de tecnologia apropriada; <input type="checkbox"/> Existência de reciclagem de materiais; <input type="checkbox"/> Tamanho da propriedade; <input type="checkbox"/> Nível de escolaridade; <input type="checkbox"/> Produtividade (kg/tarefas); <input type="checkbox"/> Composição dos rendimentos familiares; <input type="checkbox"/> Área de orgânicos; <input type="checkbox"/> Tempo de adoção da prática; <input type="checkbox"/> Participação em cursos específicos. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Formas de captação da água; <input type="checkbox"/> Acesso à água tratada; <input type="checkbox"/> Destino da produção; <input type="checkbox"/> Logística de transporte e armazenamento da produção; <input type="checkbox"/> Formas de financiamento da produção; <input type="checkbox"/> Oferta de formação continuada pelas entidades públicas; <input type="checkbox"/> Existência de programas/ políticas públicas efetivas na área.

Quadro 01. - Classificação dos índices de desempenho por Categorias da Matriz FOFA

Elaboração: Cleane O. dos Santos, 2015.

De acordo com a análise do quadro 14 acima e os dados da figura 48, abaixo, verifica-se que existe uma distribuição irregular dos indicadores na matriz de equilíbrio. A figura 01 expõe que do total dos indicadores da matriz 33,3% das variáveis estão relacionados com as fortalezas do grupo, 10% representam as oportunidades, 30% estão vinculadas às fraquezas, e 26%, estão relacionadas às ameaças.

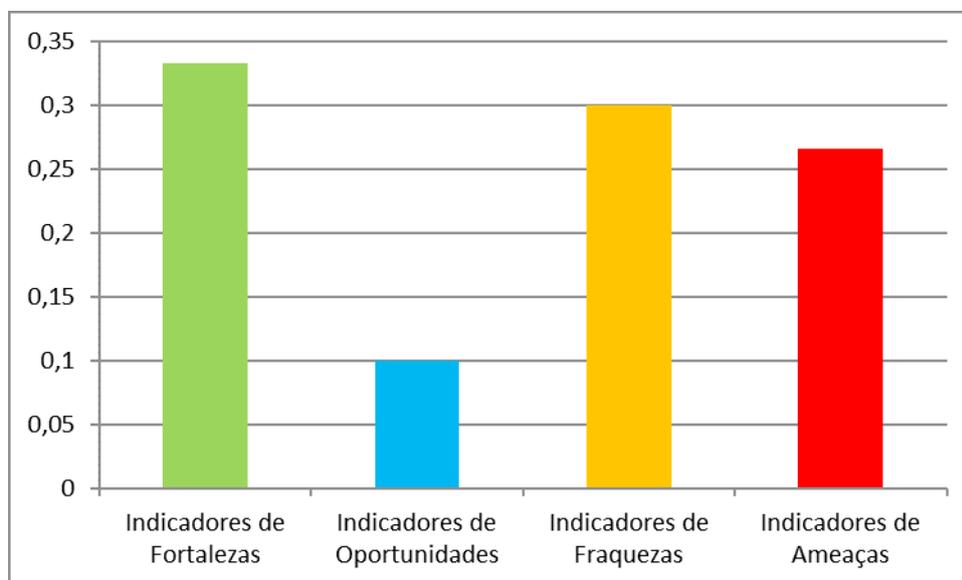


Figura 01. Distribuição total dos indicadores da matriz de equilíbrio FOFA.

Elaboração: Cleane Oliveira dos Santos, 2015.

Os fatores internos, indicadores de fortalezas e fraquezas, se destacam na área de estudo. Eles apresentam uma concentração de indicadores do interior das propriedades que os agricultores tem o poder de influir, quer seja de forma positiva ou negativa. Observando os dados da figura 49, conclui-se que existe quase que um equilíbrio percentual entre os indicadores de fortalezas e fraquezas, aspecto que indica a necessidade de um maior investimento financeiro, e até mesmo uma melhor organização dos agricultores e da família em prol de minimizar os pontos fracos e elevar o número de pontos fortes relacionados aos fatores internos.

Os fatores externos, indicadores de oportunidades e ameaças, são aqueles em que os agricultores não possuem o poder de influir, pois não dependem deles e sim da estrutura social, econômica e política que é oferecida no estado. Há um destaque para o percentual elevado dos indicadores de ameaças, ou seja, aqueles que representam uma ameaça para o desenvolvimento e crescimento do cultivo orgânico. Já os indicadores de oportunidades, são aqueles que devem ser aproveitados pelos agricultores em benefício do desenvolvimento do cultivo orgânico, estão em um percentual reduzido, fato que inviabiliza o desenvolvimento do processo produtivo, pois são pontos fortes de toda organização que serviriam de estímulo para a produção e comercialização dos alimentos orgânicos.

A figura 02 apresenta a distribuição percentual dos parâmetros na Matriz FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) em relação ao grupo de indicadores da dimensão ambiental (Consevação ambiental), dimensão social (Bem estar da família), dimensão econômica (Produção) e dimensão política (Política Públicas).

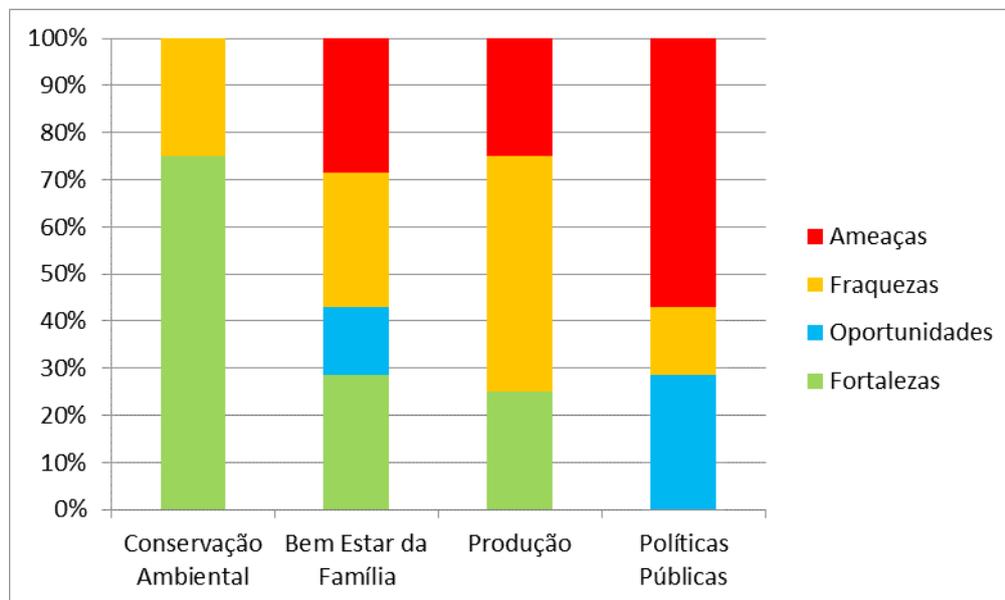


Figura 02. Distribuição das categorias da Matriz FOFA por cada grupo de indicador de potencialidade.

Elaboração: Cleane O. dos Santos, 2015.

Na dimensão ambiental temos o indicador Conservação ambiental, neste grupo 100% das variáveis estão relacionados aos fatores internos, onde 75% correspondem aos indicadores de fortalezas, tais como Práticas de conservação, Variedade de espécies cultivadas, Emprego de biofertilizantes entre outros. E 25% dos parâmetros indicam fraquezas, isto é, aspectos que devem ser melhorados em vista do desenvolvimento da produção orgânica, a exemplo da Existência de reciclagem de materiais, que ainda não é efetiva nas propriedades investigadas, e a carência de uso de tecnologia apropriada.

Na dimensão social temos o indicador Bem estar da família, cujas variáveis estão distribuídas por fatores internos e externos e indicam Fortalezas, Fraquezas e Ameaças que apresentam o mesmo percentual, 28,5 %. Assim, 57% das variáveis desse conjunto estão associados às fraquezas e ameaças da produção orgânica da área de estudo, restando apenas 14,5% vinculado as oportunidades. Tais números indicam que o Bem estar da família necessita de mais atenção tanto por parte da organização interna dos agricultores, quanto por parte de influências externas a exemplo do incentivo do Estado na estrutura organizacional dos estabelecimentos.

Quanto a dimensão econômica, indicador produção, neste grupo observa-se que 25% das variáveis representam fortalezas tais como tipo de lavouras (temporária e permanente) e a destinação da produção para o consumo familiar, aspectos que podem ser considerados pontos fortes do interior dos estabelecimentos. No entanto, 50 % das variáveis deste grupo foram classificados como pontos fracos da estrutura interna das propriedades investigadas, são variáveis que precisam ser modificadas em vista do favorecimento da produção. Variáveis como baixa produtividade, pequena área plantada e a necessidade de pluriatividade, representam pontos fracos da dimensão social. Além disso, 25% das variáveis estão na categoria das ameaças, pois

são aspectos que reforçam a necessidade de um maior empenho-por parte do Estado para a solução de obstáculos tais como destinação restrita da produção e a dificuldade de transporte e armazenagem dos produtos.

Reportando-se à dimensão política, o indicador Políticas públicas é o grupo detentor de um maior número de variáveis que representam ameaças à produção orgânica, cerca de 57% do total de variáveis. Em 14,5% indicam fraquezas da produção, pois a participação em cursos específicos da área, quando ocorre, é apenas no momento inicial da transição agrícola. As oportunidades estão ligadas à variáveis como vínculo com a ASPOAGRE e a OCS, representando apenas 28,5% do total. Tal fato enfatiza a necessidade de maior inserção dos estabelecimentos investigados em programas públicos e incentivos financeiros que favoreçam o crescimento e desenvolvimento da produção.

De acordo com a análise da classificação e distribuição dos indicadores e de suas respectivas variáveis na matriz de equilíbrio (quadro 14), conclui-se que há uma maior concentração dos indicadores no grupo dos fatores internos, indicadores de fortalezas e fraquezas, com 63,3% do total dos indicadores, conforme pode ser observado no quadro 15.

Tal distribuição permite inferir que no interior da própria estrutura organizacional dos agricultores há indícios de aspectos favoráveis, fortalezas, para o desenvolvimento da cultura orgânica, porém os dados também refletem que existe uma necessidade de uma maior atenção por parte dos próprios agricultores, com o objetivo de eliminar os fatores que indicam fraquezas e que influenciam desde o processo de cultivo à comercialização dos alimentos orgânicos.

Esta análise nos permite concluir que os indicadores de fortalezas e oportunidades, representantes dos pontos fortes da matriz, necessitam de maiores investimentos em vista da busca por um desenvolvimento mais significativo da produção orgânica na área de estudo. São pontos que devem ter uma maior representatividade na matriz de equilíbrio a partir do momento em que os pontos fracos, que indicam fraquezas e ameaças à produção orgânica, sejam superados e/ou transformados em indicadores de fortalezas e oportunidades da matriz de equilíbrio.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como base principal de análise o processo de disseminação da agricultura orgânica em Sergipe que está ocorrendo a partir da construção de novos valores de convivência social e ambiental associadas às mudanças nas práticas de manejo, transformações estas que vem possibilitando a constituição de uma nova face do cultivo agrícola e uma reconfiguração territorial do Agreste Central Sergipano.

Logo, constatou-se a partir da análise dos indicadores a existência de

potencialidades e limitações (quadro 02), as quais influenciam a qualidade de vida da população.

POTENCIALIDADES	LIMITAÇÕES
Microclima presente na área do Domo de Itabaiana;	Deficiente sistema de acesso à água;
Estrutura geológica particular;	Precária infraestrutura de captação de água;
Fertilidade do solos;	Acesso restrito à água tratada;
Elevada produtividade vegetal;	Acesso limitado à tecnologia específica;
Pontos de relevo com topografia plana;	Baixa produtividade;
Práticas de conservação ambiental;	Baixo nível de escolaridade;
Presença de áreas de proteção ambiental- Parque Nacional Serra de Itabaiana;	Carência de planejamento dos próprios agricultores;
Vínculo com associação de produtores;	Baixo alcance das políticas e programas do governo na área de estudo;
Uso de mão de obra familiar;	Dificuldades de financiamento da produção;
Tradição histórica na produção e comercialização de gêneros agrícolas.	Mercado restrito.

Quadro 02. Potencialidades e limitações da área de estudo

Elaboração: Clêane O. dos Santos, 2015.

De acordo com a análise do quadro acima observa-se que as potencialidades se relacionam mais a esfera ambiental e cultural, a exemplo do uso dos recursos naturais e à prática de conservação ambiental, e, à influência da tradição histórica na produção e comercialização de gêneros alimentícios no Agreste. As limitações estão relacionadas às dificuldades encontradas nas esferas social, econômica e política que acabam dificultando o pleno desenvolvimento da produção orgânica.

Logo, o estudo da matriz nos permite inferir que os indicadores de potencialidade demonstram limitações da própria estrutura organizacional das propriedades agrícolas e carência de maiores investimentos por parte do Estado para um melhor aproveitamento das potencialidades ambientais da área de estudo em prol do desenvolvimento de uma cultura mais saudável.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, I. C. de M. A questão ambiental e a emergência de um campo de ação político-pedagógica. In: LOUREIRO, C. F. B (org). **Sociedade e meio ambiente**: a educação ambiental em debate. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006, pp. 53-65.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, L. de. **Ainda sobre percepção, cognição e representação na geografia**. In: KOZEL, Salete; MENDONÇA, F. (orgs.). Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea. Curitiba: ED. UFPR, 2002, pp.189-196.

OLIVEIRA, L. de; RIO, V. del (Orgs.). **Percepção ambiental**: a experiência brasileira. São Paulo: UFSCAR/Estúdio Nobel, 1996.

PINTO, J.E.S de S.; AGUIAR NETO, A. de O. **Clima, climatologia e agrometeorologia**: uma abordagem interdisciplinar. São Cristóvão/SE: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2008.

SARTORI, M.G. B. **Clima e Percepção Geográfica**: Fundamentos teóricos à percepção climática e à bioclimatologia humana. Santa Maria: Pallotti, 2014.

AS PAISAGENS VITÍCOLAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL: O CASO DO VALE DOS VINHEDOS E DA CAMPANHA GAÚCHA

Vinício Luís Pierozan

Universidade Federal do Rio Grande do Sul -
UFRGS

Porto Alegre – Rio Grande do Sul

Vanessa Manfio

Universidade Federal do Rio Grande do Sul -
UFRGS

Porto Alegre – Rio Grande do Sul

RESUMO: As paisagens são o conjunto de formas construídas no espaço e que apresentam uma dimensão perceptiva do sujeito – observador. Particularmente a paisagem vitícola é formada pelas formas ligadas ao vinho, partindo da materialização da cultura, da vitivinicultura e das inter-relações com o espaço e o observador. No Rio Grande do Sul, estas paisagens são visíveis nos espaços do Vale dos Vinhedos e da Campanha Gaúcha, onde o universo do vinho compõe as formas visíveis e imaginárias destes espaços. Por isso, este artigo buscou discutir as paisagens vitícolas destes dois espaços, trabalhando com as formas-conteúdos de ambas, entendendo o vinho como um elemento central. Para compor a pesquisa foram realizadas diferentes leituras sobre a temática, a abordagem empírica e o trabalho de campo, onde pode-se realizar a coleta de dados, a leitura e o registro da paisagem. A pesquisa mostrou que a paisagem

vitícola do Vale dos Vinhedos apresenta como principais elementos: o vinho, a cultura italiana e o ambiente de encosta do planalto basáltico, marcado por relevo íngreme, enquanto a Campanha Gaúcha apresenta uma paisagem vitícola que corresponde uma intersecção entre a cultura gaúcha, a vitivinicultura e o bioma pampa. Embora diferentes, estas paisagens compartilham a Geografia do vinho na sua essência paisagística, resultado da construção da relação espaço-tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem vitícola, cultura, Vale dos Vinhedos, Campanha Gaúcha.

ABSTRACT: The landscapes are the set of forms constructed in the space and that they present a perceptive dimension of the citizen - observing. Particularly the viticulture landscapes is formed by forms linked to the wine, leaving of the materialization of the culture, the vitiviniculture and the Inter-relations with the space and the observer. In the Rio Grande Do Sul, these landscapes are visible in the spaces of the Valley of the Vineyards and the “Gaucha’s” Campaign, where the universe of the wine composes the visible and imaginary forms of these spaces. Therefore, this article searched to argue the viticulture landscapes of these two spaces, working with the form-contents of both, understanding the wine as a central element. To compose the research different readings on the

thematic one had been carried through, the empirical boarding and the work of field, where it can be carried through the collection of data, the reading and the register of the landscape. The research showed that the viticulture landscape of the Valley of the Vineyards presents as main elements: the wine, the Italian culture and the environment of hillside of basaltic plateaus, marked for steep relief, while the “Gaucha’s” Campaign presents a viticulture landscape that corresponds a intersection between the “Gaucha’s” culture, the vitiviniculture and the biome called “Pampa”. Although different, these landscapes share the Geography of the wine in its landscape-based essence, result of the construction of the relation space-time.

KEYWORDS: Viticulture landscape, culture, Valley of the Vineyards, “Gaucha’s” Campaign.

1 | INTRODUÇÃO

A ciência geográfica trabalha com diferentes conceitos que são extremamente importantes para o entendimento da sociedade e do espaço, entre eles está o de paisagem geográfica. Todavia, a paisagem também é foco de estudos em outras ciências, que produzem infinitas leituras sobre a dinâmica paisagística. A paisagem no contexto da geografia é entendida como um conjunto de formas constituídas pela interação homem-natureza.

Assim, são produzidas várias paisagens, têm as urbanas, as rurais, as ambientais e as vitícolas. As vitícolas são percebidas nos espaços de vitivinicultura e compõe a mistura de elementos como o vinho, o ambiente, a cultura local. Sendo uma paisagem muito procurada e apreciada pelos turistas, que lhes provoca diversas emoções e reflete toda uma simbologia do lugar onde ela se encontra presente.

Estas paisagens vitícolas estão localizadas em diferentes partes do mundo, onde são produzidos os mais variados tipos de vinhos, desde os mais tradicionais até os mais sofisticados. No Brasil, as paisagens vitícolas também estão se tornando importantes instrumentos de observação e acompanhamento da evolução da produção do espaço, especialmente pelo aparecimento de novas e diferentes regiões de dinâmica vitícola e pelo crescimento econômico da importância do vinho no país. Antigamente, tinha-se como paisagem do vinho no país a da região da Serra Gaúcha, principalmente o Vale dos Vinhedos, hoje existem outras paisagens que representam o vinho brasileiro como, por exemplo, a paisagem vitícola da Campanha Gaúcha e a do Vale do São do Francisco.

Diante disso, este artigo busca discutir a respeito do conceito de paisagem a partir da perspectiva da geografia, enfocando as paisagens vitícolas presentes no Rio Grande do Sul, tomando como área de estudo o Vale dos Vinhedos (Figura 1) e a região da Campanha Gaúcha (Figura 2), demonstrando as composições, particularidades e elementos que diferenciam cada uma destas paisagens.



Figura 1: Mapa de Localização do Vale dos Vinhedos
 Fonte: Adaptado por Manfio (2018) a partir da APROVALE.



Figura 2: Mapa de Localização da Campanha Gaúcha vitícola
 Fonte: Adaptado por Pierozan (2018) a partir da Associação Vinhos da Campanha.

Para atingir os objetivos propostos foi utilizada a abordagem empírica, tendo com os recursos metodológicos: a revisão de literatura, o trabalho de campo, onde foi possível realizar a leitura da paisagem e o registro de informação. Quanto às leituras essenciais para pesquisa destacam-se: Corrêa e Rosendahl (1998), Santos (1996),

Falcade (2006, 2011), Maximiano (2004), entre outros.

Por fim, o artigo estrutura-se em três partes: a primeira de discussão do conceito de paisagem e da paisagem vitícola; o segundo uma abordagem da paisagem vitícola do Vale dos Vinhedos; e o último item uma análise da paisagem vitícola da Campanha Gaúcha.

2 | O VINHO E A PAISAGEM GEOGRÁFICA

A paisagem é um conceito antigo. Para MAXIMIANO (2004, p.83), “a formulação de um conceito de paisagem ocorreu ao longo de muito tempo, começando a se manifestar mais claramente a partir das observações de pintores, artistas e poetas, tanto do Oriente quanto no Ocidente”. Este termo adquiriu cientificidade no século XV com os alemães (VENTURI, 2004).

Para Humboldt o conceito de paisagem foi associado às diferentes áreas, suas composições e os elementos predominantes que se diferenciavam das demais regiões. Enquanto, “Na Geografia Ocidental contemporânea paisagem é entendida como produto visual de interações entre elementos naturais e sociais que, por ocupar um espaço” (MAXIMIANO, 2004, p.83).

Assim, ao longo do tempo, o conceito de paisagem foi ganhando outras dimensões passando a ser relacionado a fatores como a cultura. A paisagem também passa a ser um ponto de interesse dos geógrafos. Como afirmam Corrêa e Rosendahl (1998, p.7) “a paisagem tem-se constituído em um conceito-chave da Geografia, tendo sido vista como o conceito capaz de fornecer unidade e identidade à geografia num contexto de afirmação da disciplina”.

Conceitualmente, Santos (1996, p.103) por “um conjunto de formas que num dado momento exprime as heranças que representam as sucessíveis relações localizadas entre homem e natureza”. Complementando, Corrêa e Rosendahl (1998) consideram a paisagem geográfica como um conjunto de formas naturais e culturais, associadas a uma determinada área.

Em Corrêa e Rosendahl (1998), a paisagem pode ser entendida por vários ângulos, não apenas como a forma,

A paisagem geográfica apresenta simultaneamente várias dimensões que cada matriz epistemológica privilegia. Ela tem uma dimensão morfológica, ou seja, é um conjunto de formas criadas pela natureza e pela ação humana, e uma dimensão funcional, isto é, apresenta relações entre diversas partes. Produto da ação humana ao longo do tempo, a paisagem apresenta uma dimensão histórica.

Tendo em vista estas dimensões, a paisagem relaciona-se à percepção, a identidade cultural, a memória e outros sentidos dos observadores. Conforme Ferraz (2013), a “paisagem ao mesmo tempo em que é vista por um observador, age determinando seu olhar”. Reforça ainda, Almeida e Sartori (2008, p.110) que “a visão, essencial para a percepção das paisagens, não se limita a receber passivamente os

estímulos externos, mas os organiza para lhes atribuir sentido (interpretação)”, assim, a paisagem é identificada por meio da visão, percepção e interpretação.

Além disso, “a paisagem exprime desejos, imagens, sentimentos e emoções” (PIEROZAN; MANFIO; MEDEIROS, 2017, p.4716). Portanto, a paisagem também tem elementos da subjetividade do sujeito-observador, pois este visualiza as formas espaciais conforme sua interpretação e sentimentos. Para Castrogiovanni (2002), a paisagem é uma realidade cultural, porque resulta do trabalho humano e também do objeto de observações.

A paisagem adquire também uma multiplicidade de tons e sons, pois existem diferentes tipos de paisagem, das mais materiais, ligadas às formas e o ambiente, como as paisagens naturais, urbanas, rurais, até as mais imateriais associadas às características culturais tais como as paisagens culturais e vitícolas.

Particularmente as paisagens vitícolas, são entendidas como o resultado dos complexos processos naturais e humanos, envolvendo os seguintes componentes: vinho, terreno, técnica e cultura (JOLIET, 2006 citado por FALCADE, 2011). Além disso, as paisagens vitícolas têm memórias, cheiros e histórias. Para as paisagens dos vinhedos podem ser um museu a céu aberto, trazendo uma riqueza de elementos ligados ao vinho (DAL PIZZOL; PASTOR, 2016). Reforçam Manfio, Pierozan e Medeiros (2015, p.1), “as paisagens vitícolas compõem diferentes arranjos a partir da identidade, cultura, e das funções que a vitivinicultura desempenha no espaço”.

De acordo com Falcade (2006), as paisagens vitícolas brasileiras, de modo geral, têm o espaço como condição da própria existência, são resultado e testemunhas da cultura, sendo as expressões das relações e trabalho daqueles que as construíram, num determinado período histórico.

No Brasil, a tradicional região de colonização italiana do Vale dos Vinhedos compõe uma das paisagens vitícolas mais importantes, com uma marca única que associa a cultura italiana e o universo do vinho, contextualizando o modo de saber e fazer artesanal vistas em algumas cantinas. E a paisagem torna-se então atrativa ao turismo, ofertando o lugar, a vivência e as formas (LAVANDOSKI; LANZER, 2012).

Atualmente, novas regiões brasileiras têm investido na produção de vinhos, surgindo paisagens vitícolas, cujos vinhedos vêm sendo vinculados a elementos do local e a cultura do lugar (PIEROZAN; MANFIO; MEDEIROS, 2017). Dessa forma, surgem várias paisagens vitícolas no Brasil, frente à expansão da vitivinicultura e as novas formas espaciais e culturais dos lugares de produção de vinhos.

3 | PAISAGEM VITÍCOLA DO VALE DOS VINHEDOS

O Vale dos Vinhedos está “localizado na Serra Gaúcha, inserido no encontro de três diferentes municípios, Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul. O Vale representa o legado histórico, cultural e gastronômico deixado pelos imigrantes italianos que chegaram à região a partir de 1875” (APROVALE, 2018, *on-line*). A medida

que os italianos foram se fixando e deram início ao árduo processo de colonização no desconhecido e inóspito território “A uva e o vinho passaram a ganhar destaque na região, a paisagem de mata fechada passou a dar espaço as videiras, e aos poucos, o espaço geográfico do Vale foi se moldando” (PIEROZAN; MANFIO; MEDEIROS, 2017, p.4719).

As encostas declivosas do planalto basáltico e os vales presentes no lugar passaram a ter suas formas de relevo cobertas com gigantescos e verdejantes vinhedos conduzidos horizontalmente na forma latada. De acordo como Dal Pizzol e Pastor (2016, p.26) “Essa formação se apresenta como geradora de uma paisagem que se manteve por mais de cento e quarenta anos [...]”, e desde os primeiros vinhedos plantados foi se sobrepondo e ganhando o espaço na paisagem nativa da mata atlântica que ia se fragmentando, se reduzindo, e cada vez mais cedia espaço as vinhas.

Todos os anos “com o transcorrer dos diferentes meses, a cada nova estação, estes vales trocam seus tons e adereços, enfeitando-se com os aromas e cores das uvas, que gradativamente são substituídos pelo verde, amarelo e vermelho das folhas [...]” (APROVALE, 2018, *on-line*). Esse ciclo vegetativo realizado anualmente pela videira presente nas imagens da (Figura 3) e (Figura 4), transforma a paisagem do Vale em um produto turístico distinto em cada uma das diferentes estações do ano.



Figura 3: Vale dos Vinhedos durante a primavera

Fonte: APROVALE (2018).



Figura 4: Vale dos Vinhedos durante o outono

Fonte: APROVALE (2018).

Assim, em pouco mais de um século que o território começou a ser desbravado

A vitivinicultura se tornou a principal atividade econômica da região, a paisagem dos vinhedos se consagrou como a “grande marca” do lugar, é um símbolo identitário da região, caracteriza e representa o viticultor, descendente de imigrantes italianos, que ali se encontra, e faz o que de melhor sabe fazer, que é, cultivar uvas e elaborar vinhos. (PIEROZAN; MANFIO; MEDEIROS, 2017, p.4719).

A vitivinicultura que se desenvolve no Vale é muito particular, sendo composta basicamente por parreirais cultivados em pequenas propriedades rurais, estrutura fundiária dominante em toda a região de colonização italiana. As vinícolas, por sua vez, representam também o espírito empreendedor dos primeiros italianos que ali se instalaram e que foi transmitido aos seus descendentes e que se mantém fortemente presente no viticultor do Vale até hoje. Esta virtude ganhou bastante impulso principalmente a partir de 1990, quando “Muitas famílias produtoras de uvas deixaram de vender a produção para as grandes vinícolas e passaram a fazer seu próprio vinho e comercializá-lo.” (VALDUGA, 2012, p.134).

Atualmente o território do Vale conta com “vinícolas de diferentes portes, contemplando desde cantinas familiares, boutiques e de garagem, assim como grandes empresas que contam com parcerias internacionais” e exportam parte de seus produtos para os mais variados mercados consumidores, inclusive para os mais exigentes e tradicionais produtores de vinho, como o europeu. (APROVALE, 2018, *online*). O vinho do Vale se tornou o principal expoente da vitivinicultura brasileira, que passou a despertar o interesse e chamar a atenção dos países estrangeiros pela sua qualidade.

Além do vinho e da paisagem dos vinhedos o território do Vale também proporciona outros atrativos bastante procurados pelo turista que visita a região e busca conhecer mais de perto a cultura do lugar e como são produzidos os vinhos. “A cultura local se expressa de diversas formas, na gastronomia, nos corais típicos, no vinho, arquitetura, no sotaque das pessoas e nos filós, que eram encontros realizados entre as famílias

com caráter mais prolongado e de cortesia [...]” (VALDUGA, 2012, p.134). Juntamente com a vitivinicultura o enoturismo também se tornou um dos grandes atrativos aos viajantes que procuram visitar e conhecer o Vale. Assim,

O turista, que vai até o Vale tem a oportunidade de vivenciar duas experiências únicas. A primeira, é a degustação e compra dos vinhos, que podem ser levados para qualquer lugar do Brasil e do mundo, e consigo levam a identidade do espaço geográfico. A segunda experiência, é proporcionada pelo lugar, pela paisagem dos vinhedos, que encanta os olhos do turista. (PIEROZAN; MANFIO; MEDEIROS, 2017, p.4720).

As duas experiências que o visitante do Vale vivência são materializadas pelo vinho, produto do trabalho e dedicação do vitivicultor e pela paisagem do lugar, que agrega a cultura local e se torna única, tendo em vista que essa forma de cultivar os parreirais foi trazida da Itália pelos primeiros imigrantes. No país de origem dos italianos essa paisagem praticamente não existe mais, mas no Vale se tornou símbolo máximo da presença do imigrante na região e permanece na paisagem do lugar, estampa vários rótulos de vinhos ali produzidos desde a chegada dos primeiros colonizadores.

4 | ENTRE OS CAMPOS DE PECUÁRIA E OS VINHEDOS: UMA PAISAGEM VITÍCOLA DA CAMPANHA GAÚCHA

A Campanha Gaúcha advém de um contexto histórico de lutas pela posse do território fronteiriço. De acordo com Chelotti e Pêsoa (2007), a ocupação do território da Campanha Gaúcha, durante o império, foi marcada por lutas entre Portugal e Espanha para a conquista e anexação de terras e pelas batalhas da Revolução Farroupilha.

Estes conflitos e a colonização dos portugueses na região foram decisivos para a implantação de um sistema de latifúndio e pecuária. Em Haesbaert (1988, p.36),

[...] apropriado o território, fixada a fronteira, articulavam-se nitidamente uma base econômica específica (a pecuária), um grupo hegemônico regional (o caudilhismo militar-pastoril) e uma identidade cultural-ideológica forjada no espaço latifundiário e nas práticas sociais a ele vinculada.

Estas marcas foram materializadas na paisagem e cultura local que associada ao ambiente natural do Bioma Pampa compõem um cenário paisagístico de vinculação do Pampa, pecuária e cultura gaúcha. Entretanto, nas últimas décadas, as mudanças verificadas na região, com a introdução da vitivinicultura e de outras atividades econômicas passaram a modificar não somente o modo de vida e a econômica, mas também a paisagem do lugar.

Convém ressaltar que a vitivinicultura não é uma atividade recente na Campanha Gaúcha, como afirma Flores (2011), a produção de uvas na Campanha Gaúcha começou em áreas pontuais, com os jesuítas no século XVII, e com os portugueses, no século seguinte, no entanto, não apresentou expressividade econômica e identitária.

Foi, contudo, somente após a década de 1970, que a vitivinicultura se instala na região trazendo novas perspectivas para o desenvolvimento regional e transformando

a paisagem com a implantação dos vinhedos comerciais e da chegada das vinícolas. Para Flores (2011), a vitivinicultura ressurgiu no espaço da Campanha na década de 1970 quando estudos edafoclimáticos demonstraram condições favoráveis à produção de uva e vinho na região, trazendo empresas da Serra Gaúcha para fronteira gaúcha.

Juntamente com os vinhedos e vinícolas, a Campanha Gaúcha viu surgir estruturas de vinificação modernas e o enoturismo passou a ganhar importância, pois começou a atrair visitantes para a região. Os vinhedos que foram instalados na Campanha e os novos que estão sendo plantados são fortemente marcados pela modernidade, tecnologia, mecanização e grandes extensões de vinhedos conduzidos em espaladeira tendo como foco uvas nobres destinadas principalmente a elaboração de vinhos finos e espumantes (Figura 5).



Figura 5: Parreirais da Campanha Gaúcha

Fonte: Mello (2017).

Além disso, na paisagem atual da Campanha Gaúcha “estão materializados elementos da pecuária da cultura gaúcha, do Pampa e do vinho” (MANFIO; MEDEIROS, 2017, p.30). Entre os elementos da cultura gaúcha estão a lida campeira, na arquitetura espanhola das vinícolas, na figura do gaúcho; enquanto os elementos da pecuária, o gado ovino e bovino, o cavalo, a estância; e nos elementos do Pampa estão a vegetação, o relevo suave a ondulado, a fauna (MANFIO; MEDEIROS, 2017). Todos estes elementos aparecem na paisagem como marca-matriz (Figura 6). Para Flores (2015, p.60), “Tais elementos aparecem na fotografia, iconografia, elementos de linguagem das vinícolas e discurso dos atores” (FLORES, 2015, p.60).

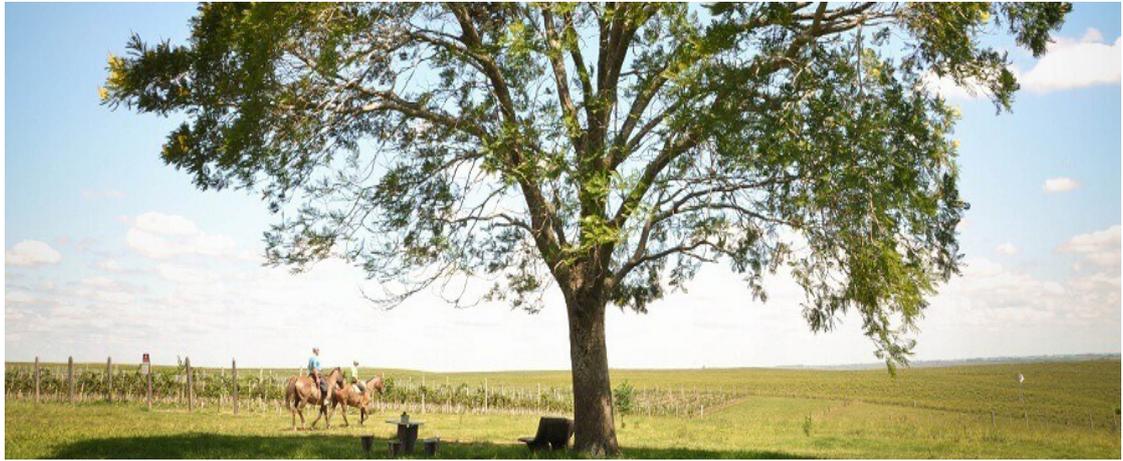


Figura 6: Os elementos da paisagem da Campanha

Fonte: Guatambu Estância do Vinho.

Ademais, Flores (2015, p. 60-61) coloca que, “O vinho não aparece como parte histórica da identidade, mas como elemento atual que carrega e sintetiza marcos da identidade local do gaúcho e da Campanha”. Portanto, a vitivinicultura aparece como um novo elemento na identidade e na paisagem da Campanha, trazendo outro olhar para paisagem, agora com a essência do *terroir* do vinho fino.

Assim, pode-se concluir que a paisagem vitícola da Campanha Gaúcha é marcada pelas extensões de vinhedos modernos, pelo bioma Pampa, pela pecuária e pela figura do gaúcho. Sendo uma paisagem diferente das demais paisagens do vinho existentes no país, pois revela um espaço natural e cultural distinto.

5 | CONSIDERAÇÕES

A vitivinicultura no estado do Rio Grande do Sul tem criado diferentes paisagens vitícolas como, por exemplo, a paisagem cultural presente no Vale dos Vinhedos, na Serra Gaúcha, com vinhedos e vinícolas familiares, que contrasta com a paisagem da viticultura moderna que vai se expandindo na região da Campanha Gaúcha repleta principalmente de vinhedos comerciais, empreendimentos vitivinícolas modernos e inovadores.

No primeiro caso, temos uma paisagem que representa o morador local, que identifica uma região. A videira e os parreirais no Vale são muito mais que um ofício, é a identidade do vitivinicultor, é o conhecimento transmitido de pai para filho que permanece presente desde a chegada dos primeiros italianos há mais de um século ao lugar e se tornou a principal atividade econômica da família e agrícola da região.

No segundo caso, a paisagem vitícola na Campanha se apresenta como o “novo”, a possibilidade do setor vitivinícola da Serra se expandir em outra área favorável a vitivinicultura. Mas, surge também, como a oportunidade para o morador local diversificar a sua produção agrícola e obter renda, possibilita a valorização da cultura local, gaúcha, pois os vinhedos passam a figurar na paisagem tradicional do Pampa

e passa a agregar os elementos típicos da Campanha, como a figura do gaúcho, o cavalo, as coxilhas, que passarão a estar associados ao vinho e aos vinhedos plantados na Campanha.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. P.; SARTORI, M. DA G. B. A percepção da paisagem urbana de Santa Maria - RS e os sentimentos de topofilia e topofobia de seus moradores. **Ciência e Natura**, Santa Maria: UFSM, v. 30, n. 2, p. 107 - 126, 2008.

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE VINHOS FINOS DO VALE DOS VINHEDOS. **O Vale**. Disponível em: <<http://www.valedosvinhedos.com.br/vale/index.php>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

ASSOCIAÇÃO VINHOS DA CAMPANHA. **Terroir - Localização Geográficas**. Disponível em: <<http://vinhosdacampanha.com.br/>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

CASTROGIOVANNI, A. C. Porque geografia no turismo? Um exemplo de caso. Porto Alegre. In: GASTAL, S. **Turismo: 9 propostas para um saber-fazer**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

CHELOTTI, M. C.; PÊSSOA, V. L. S. Latifúndio, assentamentos rurais, florestamento: qual identidade regional da Campanha Gaúcha no século xxi. In: Colóquio Internacional de Geocrítica, IX. **Anais...** Porto Alegre, 28 de maio - 1 de jun. de 2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/9porto/chelotti.htm>. Acesso em: 15 de dez. 2015.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura, p.7-11. In: Corrêa, R. L.; Rosendahl, Z. (org.) **Paisagem, tempo e cultura**. RJ: Ed da UERJ, 1998.

DAL PIZZOL, R.; PASTOR, L. V. E. **Paisagens dos vinhedos rio-grandenses**. Bento Gonçalves: Instituto Rinaldo Dal Pizzol, 2016.

FALCADE, I. **A paisagem como representação espacial: a paisagem vitícola como símbolo das indicações de Procedência de vinhos das regiões dos Vinhedos, Pinto Bandeira e Monte Belo (Brasil)**. 2011. 310f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FALCADE, I. Reflexões sobre paisagens vitícolas no Brasil. **Anais...** In: Encontro de Grupos de Pesquisa, II, Uberlândia, 2006.

FLORES, S. S. **Desenvolvimento territorial sustentável a partir dos territórios do vinho: O caso dos "Vinhos da Campanha."** 2011. 153f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

_____. Vinho e identidade no Brasil: da Itália ao vinho tipicamente brasileiro. In: Encontro de Grupos de Pesquisa, VIII., Florianópolis, 2015. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/biblioteca/anais/Anais-_ENGRUP-2015.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

GUATAMBU ESTÂNCIA DO VINHO. **Vinhedos**. Disponível em: <<http://www.guatambuvinhos.com.br/vinhedos.php>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

HAESBAERT, R. **RS: Latifúndio e Identidade Regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

LAVANDOSKI, J.; LANZER, R. M. A paisagem como atrativo para o visitante do Vale dos Vinhedos, Sul do Brasil. **Revista Turismo & Desenvolvimento**. Campinas, n. 17/18, p.1271-1284, 2012.

MANFIO, V.; MEDEIROS, R. M. V. A paisagem do vinho na Campanha Gaúcha. In: MEDEIROS, R.

M. V.; LINDNER, M. (org.). **A Uva e o Vinho como expressões de cultura, patrimônio e território**. Porto Alegre: Instituto de Geociências da UFRGS, 2017. p. 21-36.

MANFIO, V.; PIEROZAN, V. L.; MEDEIROS, R. M. V. Paisagens vitícolas e identidade cultural: uma abordagem sobre o Vale dos Vinhedos (RS) e Campanha Gaúcha. In: Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão – SEPE. XIX, Santa Maria, 2015. **Anais do SEPE...** Santa Maria: Unifra, 2015.

MAXIMIANO, L. A. Considerações Sobre o Conceito de Paisagem. **RA´e GA**, Curitiba, n. 8, p. 83-91, 2004.

MELLO, L. M. R. de **Cadastro Vitícola do Rio Grande do Sul – 2013 a 2015**. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 2017. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/uva-e-vinho/cadastro-viticola>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

PIEROZAN, V. L.; MANFIO, V.; MEDEIROS, R. M. V. O vinho, a cultura e o espaço: a constituição de paisagens geográficas no Vale dos Vinhedos e Campanha Gaúcha -RS. In: ENANPEGE, XII, 2017. Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ANPEGE, 2017.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo; Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

VALDUGA, V. O Desenvolvimento do Enoturismo no Vale dos Vinhedos (RS/Brasil). **Cultur: Revista de Cultura e Turismo**, Ilhéus, v.6, n. 2, p. 127-143, 2012.

VENTURI, L. A. B. A dimensão territorial da paisagem geográfica. In: Congresso Brasileiro de Geógrafos – AGB, VI., Goiânia, 2004. **Anais...** do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos. Goiânia, 2004.

OS TERRITÓRIOS DO VINHO DA CAMPANHA GAÚCHA E DO VALE DOS VINHEDOS, BRASIL: ENTRE O TRADICIONAL E OS MODERNOS VINHEDOS

Vinício Luís Pierozan

Universidade Federal do Rio Grande do Sul -
UFRGS

Porto Alegre – Rio Grande do Sul

Vanessa Manfio

Universidade Federal do Rio Grande do Sul -
UFRGS

Porto Alegre – Rio Grande do Sul

RESUMO: O território é um espaço constituído, materializado pelo poder, identidade e ações dos atores sociais, que estão envolvidos na apropriação e valorização do espaço geográfico. A constituição de um território pode ser dada pelo desenrolar da dinâmica vitícola, através de atores que transformam o simples espaço em um espaço do vinho, organizado pela vitivinicultura e pelos elementos a ela associados. Portanto, a produção de vinhos tem formado territórios únicos em diversas partes do mundo, inclusive no Rio Grande do Sul, onde se destacam os territórios do Vale dos Vinhedos e da Campanha Gaúcha. No Vale dos Vinhedos, a atividade vitícola é “antiga” e consolidada, estando atrelada a cultura italiana, a enogastronomia e a paisagem de encostas e vales da região da Serra Gaúcha. Já na Campanha, o território articula-se da apropriação do vinho com a cultura gaúcha, a pecuária e a paisagem pampeana. Estes territórios marcam

não somente a cultura e a economia, mas adquirem também relevância social ao estado sulino. Assim, entendê-los torna-se uma tarefa importante para o geógrafo, analisando a luz do processo e a sua contextualização, para assim contribuir cientificamente com o assunto.

PALAVRAS-CHAVE: Território do vinho, Campanha Gaúcha, Vale dos Vinhedos.

ABSTRACT: The territory is a consisting space, materialized for the power, identity and action of the social actors, who are involved in the appropriation and valuation of the geographic space. The constitution of a territory can be given by uncurling of the viticulture dynamics, through actors who transform the simple space into a space of the wine, organized for the vitiviniculture and the elements it associates. Therefore, the production of wines has formed only territories in diverse parts of the world, also in the Rio Grande Do Sul, where if they detach the territories of the Valley of the Vineyards and the Gaucha’s Campaign. In the Valley of the Vineyards, the viticulture activity is old and consolidated, being linked to the Italian culture, the enogastronomy and the landscape of hillsides and valleys of the region of the Gaucha’s Mountain range. Already in the Campaign, the territory articulates of the appropriation of the wine with the Gaucha’s culture, cattle and the “pampeana” landscape. These territories not only mark the culture and

the economy, but they also acquire social relevance to the southern state. Thus, to understand becomes them an important task for the geographer, analyzing the light of the process and its contextualization, thus to contribute scientifically with the subject.

KEYWORDS: Wine's territory, Gaucha's Campaign, Valley of the Vineyards.

1 | INTRODUÇÃO

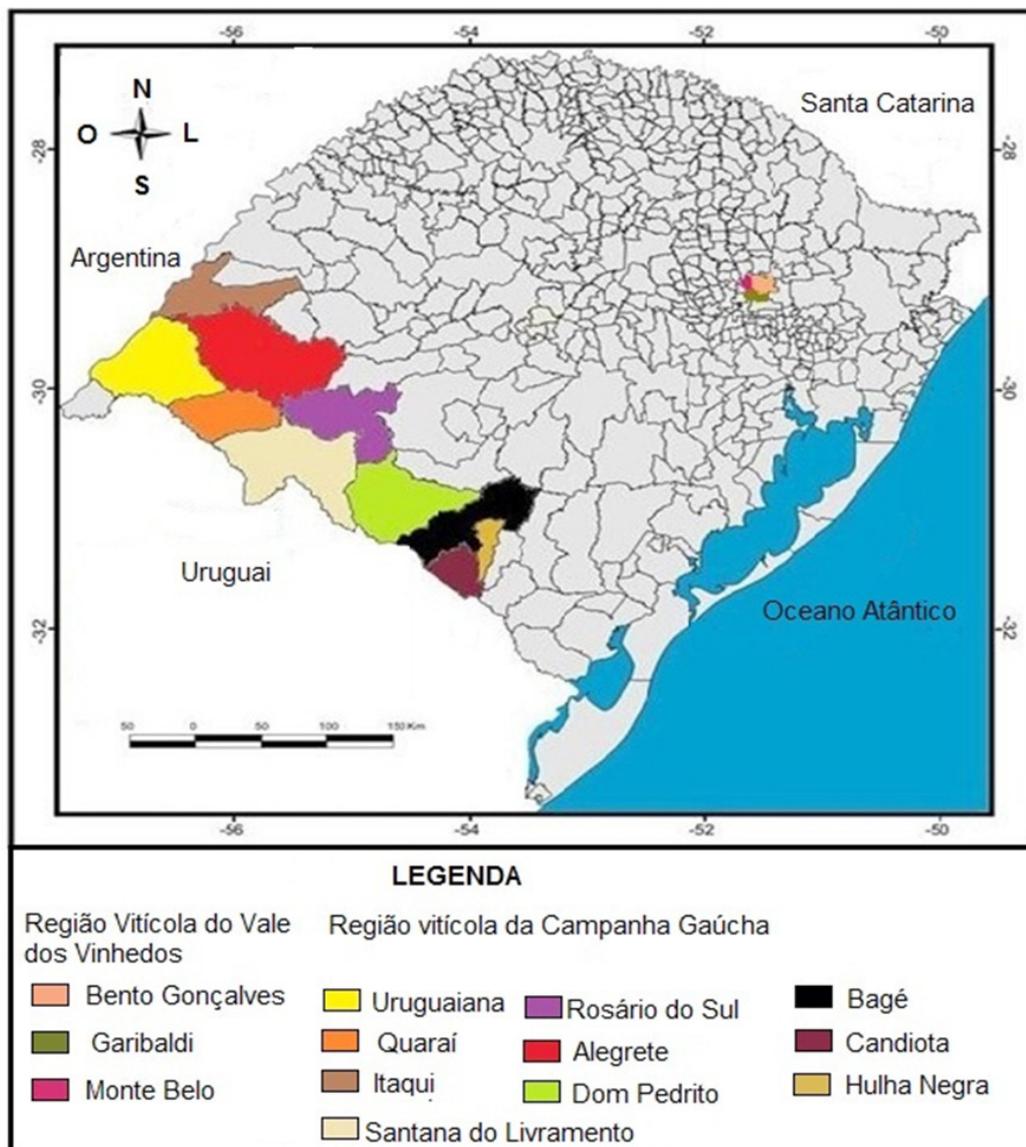
O cultivo da videira não é uma prática recente no espaço agrário brasileiro, ela remonta ao período colonial, sendo as primeiras parreiras trazidas ao Brasil pelos colonizadores portugueses que às cultivaram em áreas pertencentes às antigas capitanias hereditárias. Estes vinhedos eram pontuais e isolados não representando uma dinâmica territorial significativa, que pudesse demandar uma apropriação espacial e econômica.

A vitivinicultura atinge desenvolvimento com a chegada dos imigrantes italianos e suas técnicas de elaboração de vinho, associado com o papel do Estado Gaúcho em modernizar a prática. Assim, a vitivinicultura passa a compor a cultura e economia do Rio Grande do Sul, com o tradicional território do vinho do Vale dos Vinhedos e atualmente com a constituição de um novo território do vinho na Campanha Gaúcha (Mapa 1). Ambos territórios correspondem a área de estudo onde se centrou a pesquisa.

O Vale dos Vinhedos se localiza na região Nordeste do estado do Rio Grande do Sul, na região conhecida como Serra Gaúcha. Esta área regional foi colonizada por imigrantes italianos, dos quais a elaboração e consumo do vinho eram práticas culturais deste povo, e que aqui no novo território impulsionaram e aprimoraram o desenvolvimento da vitivinicultura brasileira.

Enquanto, a Campanha Gaúcha se localiza no Sudoeste do estado do Rio Grande do Sul, área de fronteira entre Uruguai, Argentina e Brasil. A Campanha, diferentemente do Vale dos Vinhedos, não apresentava uma tradição histórica com o vinho, mas atualmente representa uma fase de modernização do setor vitivinícola principalmente pela presença e expansão em seu território dos vinhedos comerciais e da identidade local que associa o vinho à cultura gaúcha.

Atualmente, o Brasil se encontra entre os 15 maiores produtores mundiais de vinho, sendo que o Rio Grande do Sul responde pela maior parcela produtiva do vinho nacional e apresenta várias regiões reconhecidas pelas suas paisagens e produtos de qualidade. Além disso, apresenta uma dimensão social que confere o trabalho de um número expressivo de famílias e produtores rurais que englobam agricultores familiares, empresários e grandes empresas do setor vitivinícola.



Mapa 1: Região do Vale dos Vinhedos e Campanha Gaúcha

Fonte: IBGE (adaptado por Vanessa Manfio).

Dessa forma, a vitivinicultura brasileira tem constituído diversos territórios do vinho em diferentes regiões ao longo de sua dimensão territorial. Estes territórios apresentam identidades, territorialidades e paisagens distintas entre si, porém articuladas através da produção vitícola. Todavia, esta pesquisa objetivou-se em estudar e entender a articulação dos territórios do vinho no Vale dos Vinhedos e na Campanha Gaúcha, compreendendo suas dinâmicas e territorialidades envolvidas.

2 | METODOLOGIA

A metodologia utilizada na pesquisa parte de uma abordagem qualitativa que possibilita o pesquisador a oportunidade de se relacionar com o objeto de estudo, o sujeito e a área.

O sujeito da pesquisa são os agricultores produtores de uva e vinho, as instituições e a dinâmica, que juntos formam os territórios do vinho presentes no Rio Grande do

Sul, marcados por um grupo de atores coletivos envolvidos pelo vinho.

Como recursos metodológicos, foram realizadas saídas de campo para os municípios produtores de uva da Região Vinícola da Campanha Gaúcha e Região Vinícola do Vale dos Vinhedos. Nas saídas de campo teve-se a oportunidade de conhecer os dois principais sistemas de condução da videira utilizados no estado, o sistema de condução em espaldeira, que denominamos de moderno, e o sistema de condução latado, tradicional, muito utilizado na Serra Gaúcha.

Além disso, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas, coleta de dados e realizada a leitura da paisagem, aspecto de suma importância para a compreensão dos dois territórios do vinho.

Para dar embasamento ao trabalho e suporte para as saídas de campo foi consultada uma ampla bibliografia composta por: livros, periódicos, dissertações e teses, artigos publicados em anais de eventos especializados e outros tipos de publicações, a fim de obter embasamento teórico sobre a temática abordada neste artigo.

3 | O CONCEITO DE TERRITÓRIO: UMA BREVE ANÁLISE TEÓRICA

As discussões sobre território têm sido mais expressivas, nas últimas décadas, demonstrando os vários elementos e dinâmicas que estão envolvidos na análise territorial, já que são inúmeras as formações territoriais que se constituem frente às diferentes relações de ordem econômica, política, cultural e social.

Numa abordagem conceitual de território Raffestin (1993) trata o território como um espaço em que se projetou trabalho, energia e informação e, portanto, passou a revelar relações marcadas pelo poder de atores, que se apropriaram de forma concreta ou abstrata do espaço e impuseram valor e representação.

O território também pode ser compreendido como um “produto histórico de mudanças e permanências ocorridas num ambiente, no qual se desenvolve uma sociedade. Território significa apropriação social do ambiente construído, com múltiplas variáveis e relações recíprocas” (SAQUET, 2009, p.81).

Num outro viés sobre o território este é entendido como um espaço de identidade, pois constitui uma apropriação do espaço, envolto por uma cultura. Segundo Bonnemaïson (2000), o território é o espaço de identidade e nele repousa um sentimento de pertencimento, sendo o território imaginário ou sonhado, como para as diásporas, onde o imaginário remete a construção de territorialidades.

Complementando este entendimento Medeiros (2009) enfatiza que o território é uma obra humana. É também a base geográfica da existência social, uma vez que, toda a sociedade tem e produz seu território, onde a identidade desses territórios se expressa marcando e definindo seus limites na paisagem (MEDEIROS, 2009). Assim, os territórios são o resultado de ações realizadas por diferentes atores, sendo passível de mudanças ao longo do tempo e dos interesses de um grupo social dominante

especialmente.

Portanto, o território não é algo parado, estático no tempo, ele está sempre se constituindo e reconstituindo a partir de suas territorialidades únicas e diversas. Como coloca Fernandes (2008, p.280), “cada tipo de território tem sua territorialidade, as relações e interações dos tipos nos mostram as múltiplas territorialidades.”. Nota-se que a produção do território acontece via apropriação e constituição de territorialidades, estas entendidas por Saquet (2009, p.86) como as ações humanas responsáveis pela tentativa de um indivíduo ou grupo de controlar, influenciar ou utilizar objetos e espaço por meio de suas relações e construções numa área delimitada.

De acordo com Heidrich (2000), um território passa a existir quando ocorre: a) uma relação de apropriação das relações naturais por uma coletividade; b) uma organização das relações de modo a particularizar a coletividade; c) uma delimitação de acesso e uso do espaço. Sem estes elementos apenas tem-se um espaço.

Pensar no território envolve relacionar um conjunto de relações, ações que territorializam o espaço original, frente à dinâmica de um grupo social que mantém um vínculo identitário e um poder que pode ser materializado pela cultura, economia e pela política. É um conceito amplo e ao mesmo tempo condicionante de elementos únicos (apropriação, poder, identidade).

Ao constituir-se um território, outros elementos são aglutinados às dinâmicas do mesmo como o turismo, a gastronomia e a paisagem. Neste contexto envolvendo a gastronomia e o turismo relacionado ao território do vinho Silva, et al., (2016, p.10) mencionam que “a enogastronomia torna-se significativa para o território, por estar impregnada de cultura, identidade e de um modo particular de agir”. Ademais, o território também está representado na arquitetura, na comunicação dos atores territoriais, na arte, literatura, imagens, entre outras formas que evidenciam as características do território.

O território do vinho, especificamente é marcado pela territorialização das ações e relações ligadas ao universo vitícola, e se constitui por diversas formas de apropriações do mais simbólico como acontece no Vale dos Vinhedos, pela forte identidade do italiano e descendente com o vinho e sua mística, ou seja, o vinho faz parte da cultura e adquire uma materialização econômica posteriormente; ao mais material constituído pelo vinho como elemento econômico, como é o caso da Campanha Gaúcha, onde o vinho se insere no regional como forma de desenvolvimento e inspira a identificação com a cultura gaúcha, fortemente enraizada na região.

Assim, têm-se dois territórios do vinho distintos, marcados por *terroir* e diferentes ações, um marcado pelo tradicional, pela cultura, pelo relevo de encostas, pelas práticas herdadas dos primeiros italianos que colonizaram a região, que dividem o espaço com as modernas que estão timidamente buscando se inserir, caso do Vale dos Vinhedos. O outro território, o da Campanha Gaúcha, é marcado pelo relevo suave-ondulado, pelo novo, ou seja, novas formas de vinificação, modernas estruturas e tecnologias, modernos vinhedos, que marcam os avanços das pesquisas vitícolas e da enologia.

Mas, na essência destes dois territórios está o vinho que é o agente territorializador do espaço pela coletividade.

4 | DISCUTINDO OS TERRITÓRIOS DO VINHO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A vitivinicultura brasileira, especialmente a do estado do Rio Grande do Sul, apesar de ser bastante jovem, tem adquirido um estágio de desenvolvimento e maturidade bastante significativo nos últimos anos, principalmente a partir da década de 1990. Aumentaram e se expandiram as áreas produtoras, cada uma desenvolveu sua especialidade, elaborando rótulos com cultura, tipicidade e sotaque próprios, resultando numa vitivinicultura completamente original. (IBRAVIN, 2018, *on-line*).

A produção de uvas cresceu vertiginosamente, a área cultivada com vinhedos no estado praticamente dobrou nos últimos 20 anos, em 1995 eram cultivados aproximadamente 21,5 mil hectares de parreirais, já em 2015 a área com vinhedos plantados já ultrapassa os 40 mil hectares (MELLO, 2018, *on-line*). Na esteira de crescimento do setor vitivinícola a qualidade dos vinhos finos e espumantes conquistou prestígio e respeito em nível mundial. Vários rótulos de vinhos e espumantes gaúchos foram premiados nos mais variados e importantes concursos de renome internacional.

Toda essa trajetória recente de valorização do vinho nacional tem como referência e lugar de origem à região da Serra Gaúcha, a criatividade da etnia italiana que ali se instalou e difundiu a sua cultura ligada ao plantio de videiras somado a vocação desse povo para o trabalho com os parreirais impulsionou a vitivinicultura do país. Inicialmente os italianos começaram com uma produção artesanal que com o passar do tempo foi se modernizando, adquirindo novas tecnologias, incorporando novas formas de produção e conhecimentos que partem desde a produção da uva nos vinhedos até os processos de vinificação realizados nas cantinas que deram início ao que podemos chamar de indústria vinícola brasileira.

O vinho aos poucos deixou de ser um produto exclusivamente voltado para o consumo familiar, artesanal, restrito a Serra Gaúcha e foi se transformando num negócio organizado de acordo com as demandas do mercado. O cultivo da videira na região proporcionou a criação de uma identidade ao local a ela associado, que serviu de alicerce para a constituição de diferentes territórios em torno da uva e do vinho, que podem ser percebidos, delimitados e materializados através das Indicações Geográficas. Para Falcade (2013, p.271):

A evolução da vitivinicultura regional e a implementação das IP's têm sido resultado das relações de poder entre seus diferentes atores; portanto deste ponto de vista, expressam, além do espaço geográfico, um território vitivinícola. Entende-se, desse modo, que estas IP's se constituem em regiões de fato e de direito e que as IG's, de modo geral, se constituem em uma forma de gestão do território.

A Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos constitui o primeiro território do vinho na região da Serra Gaúcha e desencadeou a possibilidade de se constituírem diferentes territórios em nível estadual, nacional e na própria Serra Gaúcha. A região da Campanha Gaúcha está se constituindo como um novo território do vinho no estado do Rio Grande do Sul, onde adquire a participação de diferentes atores, culturas e símbolos, que vão se estruturar em torno da produção de uvas e na elaboração de vinhos agregando uma identidade vitivinícola ao território.

4.1 O território do vinho no Vale dos Vinhedos

O Vale dos Vinhedos de acordo com Valduga (2010, p.72) “[...] é conhecido por esse nome em razão de seus vales cobertos por videiras que correspondem a uma área de 81.123 km², entre os municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul [...]” A vitivinicultura nessa região é praticada por descendentes de imigrantes italianos, em pequenas propriedades agrícolas de relevo acidentado com regime de trabalho familiar fazendo uso da policultura. Conforme Blume (2010, p.7):

A vitivinicultura gaúcha é marcada pela chegada dos imigrantes italianos em 1875 que trouxeram o “espírito vitivinícola” nas suas raízes, além das cepas nas bagagens e do hábito do consumo regular de vinho. Apesar deste marco centenário, foi somente a partir de 1990 que estas iniciativas familiares realizaram investimentos efetivos na profissionalização das atividades e ganharam um novo impulso para a consolidação das vinícolas, nacionalmente e até mesmo em nível internacional.

Esse patamar de valorização dos vinhos produzidos no Brasil se deve em parte ao pioneirismo do setor vitivinícola da região da Serra Gaúcha e em especial a obtenção da Indicação Geográfica (IG) no Vale dos Vinhedos. Essa denominação conferiu uma identidade ao vinho ali elaborado, carregando consigo toda uma simbologia do lugar, da paisagem cultural, expressa nos vinhedos e dos agricultores que aí residem. A Indicação de Procedência nomeada Vale dos Vinhedos, foi conquistada em 2002 e acrescentou todos esses elementos culturais a vitivinicultura local, se tornou modelo e objeto de desejo por parte das novas regiões vitivinícolas que foram surgindo no país.

Para Falcade (2009, p.285) “O uso de Indicações Geográficas (IG) é tradicional e antigo em muitos países, principalmente europeus. Num mercado globalizado e competitivo como o atual, agregar valor à mercadoria significa obter maior renda.” Com a IG temos a valorização do território associado a um produto, e nesse caso particular, temos a constituição do território do vinho no Vale dos Vinhedos.

A bagagem histórica transmitida ao longo do tempo pelas diferentes gerações de descendentes de imigrantes italianos, que produzem uvas vem embutida no vinho nessa área geográfica. De acordo com, Blume (2010, p.4-5) “[...] o lugar torna-se mais que um fiador da garantia de segurança para um elevado nível de qualidade, pois passa a ser o portador da cultura de um povo.”. Essa identidade simbólica criada entre uva, vinho e lugar torna o território singular frente os demais territórios produtores de uva e agrega valor aos produtos ali produzidos.

A uva é cultivada em sua grande maioria em vinhedos tradicionais (Figura 1), conduzidos no sistema latada também conhecido como pérgola, os mais antigos ainda são sustentados por plátanos, porém os novos parreirais já trazem a sua sustentação em postes de basalto, concreto ou madeira. Conforme Dal Pizzol e Pastor (2016, p.142) “Até hoje a latada se constitui na formação tradicional de toda a região, sendo a característica da paisagem.”.

A uva é a matéria-prima principal para a elaboração dos vinhos, espumantes e sucos, que são comercializados principalmente dentro do Vale, nas próprias vinícolas durante a visitação e degustação. Entretanto, os apreciadores de vinhos de outros estados como, por exemplo, São Paulo já tem   sua disposição os vinhos do Vale em Carta de vinhos nos restaurantes mais sofisticados. O principal mercado consumidor é ligado ao enoturismo, que é bastante presente no local, o Vale dos Vinhedos é o destino vitivinícola que mais recebe turistas no país. Mas, a venda dos vinhos também é realizada em lojas virtuais das próprias vinícolas no sistema e-commerce. Em rela o as vinhas Falcade (2013, p.265) afirma que:

[...] a paisagem aberta em encosta com viticultura tradicional, conduzida na forma de latada, sustentada por plátanos, cujo elemento emblemático é o pl tano. Esta é uma paisagem do tipo que foi usada por décadas nas imagens da viticultura da Serra Gaúcha [...].

Essa paisagem clássica dos vinhedos tradicionais, que se configura como um dos símbolos da identidade do território do Vale dos Vinhedos contrasta com a vitivinicultura moderna (Figura 2), que apresenta os vinhedos no sistema de condu o em espaldeira que atualmente estão se expandindo na região sendo usado preferencialmente para uvas das variedades europeias utilizadas para a elabora o de vinhos finos e espumantes.

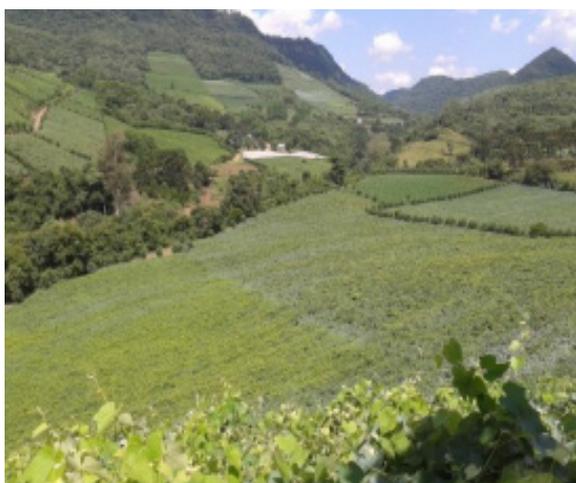


Figura 1: Vinhedo tradicional
Fonte: Zanesco (2018).



Figura 2: Vinhedo moderno
Fonte: Cola (2010).

Essa transição entre o tradicional e o moderno assinala também a inserção das novas tecnologias no setor vitivinícola, através da mecanização dos vinhedos e das novas práticas de enologia para aperfeiçoar a produção de uvas e os processos de elaboração dos vinhos realizados nas vinícolas. O futuro da vitivinicultura no Vale e principalmente na Serra Gaúcha está na produção de espumantes, que atualmente já se encontram entre os melhores do mundo e o lugar possui as condições ideais para produzir esse tipo de bebida.

4.2 A produção de vinhos finos na Campanha Gaúcha e a constituição de um novo território vitivinícola

A Campanha Gaúcha é uma região de tríplice fronteira entre Uruguai, Argentina e Brasil, estabelecendo uma importante dinâmica de integração entre os três países. É uma região denominada, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2018, *on-line*), de Mesorregião Sudoeste Rio-grandense.

Apresenta como características significativas à presença do Bioma Pampa composto por um relevo suave, campos de vegetação herbácea de gramíneas e a tradição histórica ligada à pecuária bovina e ao latifúndio, que criaram a identidade da Campanha associada ao universo campeiro e a imagem do gaúcho. Segundo Haesbaert (1988), a articulação territorial da fronteira do Rio Grande do Sul foi constituída com a atividade da pecuária e a constituição de uma identidade forjada no latifúndio e na cultura gaúcha.

A atividade pecuarista vem dando espaço, nos dias de hoje, a diversificação de atividades produtivas, pois a pecuária sozinha não era capaz de promover o desenvolvimento territorial da região. Assim, novas atividades econômicas inserem-se sobre o espaço da Campanha Gaúcha, como: a produção de soja, arroz, celulose (eucalipto), recentemente a fruticultura e a vitivinicultura que encontrou uma área territorial promissora e bastante favorável.

Os vinhedos começaram a serem instalados na Campanha Gaúcha, a partir da comprovação de que a área era propícia para produção de vinhos finos. Esta comprovação foi feita através de vários estudos, principalmente do Zoneamento Agrícola de 1976. Associado a estes estudos a necessidade de expansão das áreas de vitivinicultura da Serra Gaúcha, frente à saturação de áreas agrícolas, foi decisiva para que empresas vitícolas da Serra Gaúcha implantassem vinhedos na fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul. Nas palavras de Falcade (2011), a partir dos anos 1990, vários fatores levaram a uma nova fase de expansão da vitivinicultura, dentre eles podem ser citados: a retomada do crescimento brasileiro, a busca por novas alternativas econômicas para a Metade Sul do estado, as conquistas do setor verificadas na Serra Gaúcha neste ramo produtivo e os estudos que identificaram condições favoráveis para produção de videiras nessa região do estado.

Inicialmente a Almadén (Miolo) e a Cooperativa Nova Aliança se instalam na

região da Campanha, adquirindo grandes extensões de terras para a plantação de vinhedos e instalação de novas unidades vinícolas modernas. Num segundo momento, empresários bem-sucedidos e enólogos, da região e de fora dela, também estabeleceram vinícolas e iniciaram o cultivo de uvas na região, em caráter de menor quantidade, todavia produzindo um produto diferenciado, conhecido como vinho de boutique. Essa produção de maior qualidade está atrelada aos modernos vinhedos ali instalados, que apresentam o sistema de condução em espaldeira e variedades de videiras *Vitis viníferas* de origem europeia como Tannat, Merlot, Cabernet Sauvignon, Pinotage, Chardonnay, entre outras.

Estes dois grupos empresariais do vinho deram segmento à expansão vitícola com a criação da Associação de Produtores de Vinhos Finos da Campanha Gaúcha, criada em 2010. Além disso, produtores rurais da região têm investido na produção de uva para a comercialização com vinícolas da região, na tentativa de diversificar a produção agrícola e aumentar a renda da propriedade rural.

Dessa forma, estes empresários estão se apropriando do espaço regional e criam novas territorialidades que envolvem a vitivinicultura e a dinâmica da Campanha Gaúcha. Esta apropriação pode ser vista com a compra da terra, a delimitação do espaço de produção vitícola, as articulações políticas e econômicas que se materializam na relação espaço-tempo, a implantação de vinhedos, as construções de infraestruturas e do enoturismo, a mudança nas relações de trabalho, a criação de cursos técnicos e superiores e a cooperação com instituições ligadas ao vinho, tais como: a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Uva e Vinho) e o Instituto Brasileiro do Vinho (IBRAVIN). Quanto às políticas, elas envolvem a captação de recursos para a melhoria da produção e infraestrutura de áreas vinícolas, se estendendo para o desenvolvimento do enoturismo e para a capacitação profissional e intelectual.

A constituição do território do vinho na Campanha Gaúcha conta com o suporte da Associação de Produtores de Vinhos Finos, que tem buscado promover uma identidade regional e o desenvolvimento da vitivinicultura. Ainda, a Associação está envolvida no projeto de reconhecimento da região como produtora de vinhos finos através da criação da Indicação Geográfica dos produtos vitícolas da Campanha Gaúcha.

Portanto, o vinho tem se constituído num elemento de identidade com a cultura campeira regional e o ambiente natural, através de várias manifestações simbólicas e territoriais, entre elas: a associação dos vinhos produzidos na região com o Pampa gaúcho, a criação de atividades turísticas ligadas às cavalgadas e degustação de churrasco de chão com vinho, as imagens da paisagem unindo vinho, Pampa e cultura gaúcha, a preservação do gaúcho e da pecuária no espaço vitícola (Figura 3).

Neste sentido, Flores (2015) menciona que na Campanha Gaúcha é possível observar o vínculo do vinho com o “gaúcho” e a cultura local, tais como o bioma Pampa, pecuária (ovina e bovina), cavalos, o vento “minuano” e os cerros. Tais elementos aparecem na fotografia, iconografia e nos materiais de marketing divulgados pelas

vinícolas. Estas territorialidades legitimam a formação de um território do vinho com a produção de uma identidade e paisagem única.



Figura 3: Os vinhedos, o Pampa e a pecuária

Fonte: Guatambu Estância do Vinho.

Ademais, as territorialidades e apropriação marcam também a utilização do espaço da Campanha pela vitivinicultura e pelo interesse dos atores vitícolas. Existe a espacialidade de grandes dimensões de vinhedos homogêneos (Figura 4) que marcam também o território do vinho, juntamente com a modernidade promovida pelo capital e pelas empresas que tem tecnologias para efetivação das atividades vitícolas, tais como: tratores, colheitadeiras, máquina Lazo TPC (Thermal Pest Control) que realiza o controle térmico de pragas evitando o uso de fungicidas.

Em síntese, este novo território tem representado uma nova perspectiva de desenvolvimento para região e para expansão do setor vitícola com a criação de um polo inclinado para os vinhos finos, assim como uma apropriação espacial voltada para a dimensão vitícola.



Figura 4: Vinhedo moderno na Campanha Gaúcha

Fonte: Associação Vinhos da Campanha (2017).

5 | CONCLUSÕES

A vitivinicultura tem criado no Rio Grande do Sul, em distintos períodos históricos e com conjunturas econômicas locais distintas, diferentes territórios produtores de uva e vinho. Destacamos em nosso estudo dois dos principais territórios do vinho gaúcho: o território do Vale dos Vinhedos e o território da Campanha Gaúcha.

No primeiro exemplo temos uma vitivinicultura com mais de um século de existência, já tradicional no estado e repleta de simbologias e significados que remetem aos imigrantes, “colonos italianos”, que ali se estabeleceram e plantaram os primeiros parreirais, que convivem e ao mesmo tempo contrastam com os vinhedos modernos, que vão avançando pelo território. Porém, mantêm a sua simbologia com o lugar, com os atores locais e com as práticas de cultivo, que lhe renderam a primeira Indicação Geográfica do país. O vinho e a paisagem dos vinhedos cobrindo as encostas do relevo íngreme presente nesse território representa a identidade do lugar com o morador e seus valores culturais, que atualmente se encontram valorizados principalmente pelo enoturismo, que no Vale já está consolidado internacionalmente.

O segundo caso apresenta o vinho inserido na região da Campanha Gaúcha, que passa a adquirir os elementos que identificam a área geográfica com a produção vitícola, como por exemplo, o cavalo, e a paisagem local que a exemplo da paisagem do Vale dos Vinhedos passa a figurar nos rótulos das garrafas de vinho elaboradas no “novo” território vitivinícola do Rio Grande do Sul. Na Campanha o vinho recebe um novo significado, pois passa a incorporar os valores culturais locais para adquirir importância no território.

Essa relevância e perspectiva de crescimento econômico, que o vinho está proporcionando na região da Campanha Gaúcha credencia o lugar a futuramente receber a Indicação de Procedência, assim como se deu no Vale dos Vinhedos. A IP está motivando mais vitivinicultores a se unirem em busca desta distinção para os seus vinhos elaborados nas mais variadas regiões do território brasileiro.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO VINHOS DA CAMPANHA. **Galeria de Vídeos - Vinhos da Campanha**. Disponível em: <<http://vinhosdacampanha.com.br/>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

BLUME, R. A Dimensão Humana do Terroir: o Caso da Vitivinicultura da Serra Gaúcha. **Anais eletrônicos...** In: XVI Encontro Nacional dos Geógrafos: Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças. Porto Alegre, jul. 2010. p. 1-10.

BONNEMAISON, J. **La Géographie culturelle**. Paris: Éditions du CTHS, 2000.

DAL PIZZOL, R.; PASTOR, L. V. E. **Paisagens dos vinhedos rio-grandenses**. Bento Gonçalves: Instituto Rinaldo Dal Pizzol, 2016.

FALCADE, I. **A paisagem como representação espacial: a paisagem vitícola como símbolo das indicações de Procedência de vinhos das regiões dos Vinhedos, Pinto Bandeira e Monte Belo**

(Brasil). 2011. 310f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Universidade de Borgonha, Porto Alegre; Dijon (França), 2011.

As paisagens vitícolas e a identidade das indicações de procedência Vale dos Vinhedos, Pinto Bandeira e Monte Belo. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira de e FALCADE, Ivanira. **Expressões da re-territorialização do campo brasileiro**. 1º Edição. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2013, p. 257-281.

Indicações geográficas, o caso da Região com indicação de procedência Vale dos Vinhedos. 2005. 109f. Dissertação de Mestrado – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. P. 273- 301.

FLORES, S. S. Vinho e identidade no Brasil: da Itália ao vinho tipicamente brasileiro. **Anais eletrônicos...** In: VIII ENGRUP: agricultura, desenvolvimento regional e transformações socioespaciais. Florianópolis, mar. 2015. p. 60-61.

GUATAMBU ESTÂNCIA DO VINHO. **Vinhedos**. Disponível em: <<http://www.guatambuvinhos.com.br/vinhedos.php>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

HAESBAERT, R. **RS: Latifúndio e Identidade Regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

HEIDRICH, A. **Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Biblioteca**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DO VINHO. **Panorama Geral**. Disponível em: <<http://www.ibravin.org.br/Panorama-Geral>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

MANFIO, V.; MEDEIROS, R. M. V. A vitivinicultura na Campanha Gaúcha: uma nova perspectiva de desenvolvimento rural. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária. **Anais eletrônicos...** Natal, nov. 2014.

MEDEIROS, R. M. V. **Território, espaço de identidade**. In: Saquet, M. A.; Sposito, E. S. (Org.). Território e territorialidades: teoria, processos e conflitos. São Paulo: expressão Popular, 2009.p. 217-228.

_____. A produção familiar e suas diferentes formas de representação. In MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: edUERJ, 2007.

MELLO, L. M. R. de **Cadastro Vitícola do Rio Grande do Sul – 2013 a 2015**. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 2017. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/uva-e-vinho/cadastro-viticola>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

NIEDERLE, P. A. **Indicações geográficas: qualidade e origem nos mercados alimentares**. 1º Edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, M. A. **Por uma abordagem territorial**. In: Saquet, M. A.; Sposito, E. S. (org.). Território e territorialidades: teoria, processos e conflitos. São Paulo: expressão Popular, 2009.p. 73-94.

SILVA, R. do N. e; PONS, M. ; VADUGA, V. O saber fazer enogastronômico do território do Vale dos Vinhedos/RS. *Ágora*. Santa Cruz do Sul, v.18, n. 01,p. 07-17, jan./Jun. 2016.

VALDUGA, V. **Raízes do turismo no território do vinho: Bento Gonçalves e Garibaldi – 1870 a 1960 (RS/Brasil)**. 2011. 219f. Tese de Doutorado – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SABOR ARTESANAL: O TURISMO CERVEJEIRO COMO FENÔMENO ESPACIAL EM RIBEIRÃO PRETO - SP

Alex Rodrigues De Oliveira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro -
UERJ, Instituto de Geografia – IGEOG
Rio de Janeiro - RJ

RESUMO: Ribeirão Preto, cidade do interior de São Paulo, destaca-se nos primórdios da produção cervejeira no Brasil por ser o primeiro *locus* nacional a receber uma indústria cervejeira. Tal tradição também se manifesta nas cervejas artesanais, como a pioneira Colorado, que surge no final da década de 1990. O turismo, tal como outras atividades, introduz no espaço objetos definidos pela possibilidade de permitir o desenvolvimento da atividade. Além disso, objetos preexistentes em dado espaço podem ser igualmente absorvidos pelo e para o turismo, tendo seu significado alterado para atender a uma nova demanda de uso, a demanda de uso turístico. Através da investigação do recém-criado circuito de turismo cervejeiro da cidade e das redes formadas pelas cervejarias artesanais, iremos avaliar como tal segmento participa dos processos socioespaciais de Ribeirão Preto.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia; Turismo; Turismo Cervejeiro.

ABSTRACT: Ribeirão Preto, an inland city of São Paulo, excelled in the beginning of beer

production in Brazil because it was the first place to receive a beer company. This tradition can also be seen on craft beers, like the pioneer Colorado, created at the end of 1990s. Tourism, like others activities, introduces in space objects that developes the activity. In addition to this, pre-existing objects in certain spaces, can be used for tourism, having his meaning changed to attend a new demand, the tourism demand. through the research of the newly created track of beer tourism in the city and from the network made by craft beer industry, we will evaluate how this segment join the socio-spatial process of Ribeirão Preto.

KEY-WORDS: Geography; Tourism; Beer Tourism.

1 | INTRODUÇÃO

Ribeirão Preto, cidade do interior de São Paulo, destaca-se nos primórdios da produção cervejeira no Brasil por ser o primeiro *locus* nacional a receber uma indústria cervejeira – a Companhia de Cervejaria Paulista, em 1910. Tal tradição também se manifesta nas cervejas artesanais, como a pioneira Colorado, que surge no final da década de 1990. Através da investigação do recém-criado circuito de turismo cervejeiro da cidade e das redes formadas pelas cervejarias artesanais, iremos avaliar como tal

segmento participa dos processos socioespaciais de Ribeirão Preto.

O presente artigo objetiva-se por analisar a produção cervejeira desde a plantação até a distribuição e reconhecer os fluxos gerados pelo circuito cervejeiro. Trabalharemos com a lógica dos questionamentos, definindo como questão central: “Quais os impactos da produção cervejeira na cidade de Ribeirão Preto?”. Pela pesquisa central estar em um estado inicial, o artigo apresentará dentro das conclusões os resultados esperados. Nossa metodologia de trabalho para o artigo foi através de bibliografia e métodos de análise pertinentes aos conceitos de turismo, principalmente na Geografia; e procedemos com a busca de outras fontes como jornais, sites, revistas etc. O trabalho em tela irá, resumidamente, abordar os primórdios da produção cervejeira no Brasil, a relação entre Geografia e Turismo, o conceito de Turismo Cervejeiro e fazer breves apontamentos sobre o setor no Brasil.

2 | A PRODUÇÃO DE CERVEJA NO BRASIL

A história das primeiras cervejarias no Brasil começa com a chegada de Maurício de Nassau ao Recife em 1637 (SANTOS, 2004), passando pela Marca Barbante (SANTOS, 2009) até a construção das Companhias Cervejeiras Brahma e Antartica, no Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente. Porém, nosso intuito aqui será falar apenas da primeira grande companhia paulistana, situada em Ribeirão Preto, a Companhia Antartica Paulista. Os escritos a seguir são baseados nas obras de Santos (2004) e Freyre (1966).

A Antartica foi fundada em 1885 e inicialmente era um abatedouro de suínos, localizada no bairro de Água Branca, na cidade de São Paulo. A empresa possuía uma fábrica de gelo com capacidade ociosa e isso despertou o interesse do cervejeiro alemão Louis Bücher, que desde 1868 possuía uma pequena cervejaria. Louis Bücher e Joaquim Salles (primeiro dono da Antartica) associam-se, e em 1888 criou-se a primeira fábrica de cerveja do país com tecnologia de baixa fermentação, com uma capacidade de produção de 6 mil litros diários.

Em 9 de fevereiro de 1891 foi oficialmente fundada a “Companhia Antartica Paulista” como sociedade anônima, com 61 acionistas. Inicialmente a empresa não tinha um foco muito claro de negócios, atuando na fabricação de cerveja e refrigerantes, assim como na fabricação de banhas, presuntos, gelo e manutenção de câmaras frias para estocagem de alimento.

Entre os acionistas estavam João Carlos Antônio Zerrenner, alemão e Adam Ditrik von Bülow, dinamarquês, ambos naturalizados brasileiros e proprietários da empresa Zerrenner, Bülow e Cia., exportadora e corretora de café. Eles importaram equipamentos da Alemanha para modernizar a produção de cerveja e os financiaram para a Antartica. Em 1893 houve uma desvalorização da moeda e a Antartica esteve por decretar a falência, quando Zerrenner e Bülow decidiram trocar seu crédito por um aumento de participação na empresa, sendo que a Zerrenner Bülow & Cia. tornou-se

desta forma acionista majoritária, assumindo o controle da Antarctica com 51,15% do capital social, em 27 de julho de 1893, data que pode ser considerado como o marco inicial das atividades industriais da Antarctica.

Desta forma, sob a direção da Zerrenner, Bülow & Cia. a empresa foi reorganizada e concentrou-se apenas na fabricação de cerveja e refrigerantes. A competência como importadora foi fundamental para aquisição de equipamentos industriais e também pela relação com grandes bancos ingleses, em especial o Banco Behrenberg Grossler. Desta forma os negócios da empresa expandiram-se rapidamente, sendo que em 15 de agosto de 1911 foi fundada a primeira filial, em Ribeirão Preto.

Em 1923 morre Adam Von Bülow deixando 5 filhos como herdeiros, dos quais dois vendem ações da companhia ao sócio Zerrenner, que se torna majoritário. O filho primogênito Carl Adolph passa a representar a família von Bülow na direção da empresa. Anos após, o Comendador Antônio Zerrenner e sua esposa se viram forçados a permanecer fora do Brasil por prescrição médica e deixaram a administração de seus bens aos cuidados de procuradores, que também eram gerentes da Zerrenner, Bülow & Cia., sendo esta firma distribuidora exclusiva dos produtos Antarctica. Desta forma, surgiram conflitos de interesse entre os dois grandes grupos de acionistas, visto que a direção considerava que a distribuição indireta dos produtos deixava a Antarctica em posição desvantajosa, dando início a uma crise de governança corporativa na empresa.

A crise do café que culminou em 1929 afetou diretamente os negócios cafeeiros da Zerrenner, Bülow & Cia., entretanto, a empresa recuperou-se e a partir de 1930, Antarctica e Brahma passaram a eliminar quase todas concorrentes e dividiam a liderança da produção de cerveja no Brasil.

Em 1933 morre o Comendador Antônio Zerrenner sem deixar herdeiros e inicia-se um complexo e longo processo de inventário, sendo que Helena Zerrenner faleceu em 1936 despojada de seus direitos hereditários. O testamenteiro Walter Belian se torna administrador da Antarctica mantendo um “acordo de cavalheiros” na administração da empresa junto com a família Bülow, que foi rompido em 1942 após a morte de Carl Adolph Von Bülow. Seguiu-se então uma longa disputa pelo controle da companhia: Walter Belian passou a presidir a Antarctica até a sua morte, em 1975; sua irmã, Erna Belian Wernsdorf Rappa que já o assessorava havia anos, passa a presidir a Antarctica até a sua morte em 1984, com 89 anos.

Na década de 60 a Antarctica inicia um processo de “democratização do capital”, atendendo a determinações do governo federal. Apesar de já ser uma Sociedade Anônima com ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo e Rio de Janeiro, estas estavam concentradas nos dois grupos de acionistas.

A venda de ações foi feita de forma gradativa nas bolsas através de negociações à vista e sem afetar o capital da empresa, uma vez que se tratavam de ações pertencentes à família von Bülow. Em 30 de março de 2000 o CADE aprova a fusão da Antarctica e Brahma. Para que a fusão fosse aprovada, foi necessário vender a

marca da cerveja Bavária, além das fábricas de Ribeirão Preto/SP, Getúlio Vargas (RS), Camaçari/BA, Cuiabá/MT e Manaus/AM que foram vendidas para a cervejaria canadense Molson.

Hoje no Brasil, como nos Estados Unidos há quinze anos, está acontecendo uma revolução da cerveja artesanal, que consiste em uma maior educação do público em geral para com a bebida. Os muitos estilos e a possível complexidade, assim recusando as cervejas de grandes cervejarias. Tal movimento torna-se evidente quando se percebe a quantidade de novas garrafas que encontramos no supermercado e que são produzidos no Brasil.

Aqueles que aderem a tal movimento recusam-se a beber cervejas de alta rotatividade como Kaiser, Antarctica, Nova Schin e Brahma, e evitam beber mesmo aquelas que estão no linear imediato deste como a Heineken, a Bohemia ou a Original; preferindo consumir produtos de pequenas cervejarias como Colorado, TRIA, Amazon Beer, Saint Bier ou Bier Hoff ou até mesmo de cervejarias que pertencem a grandes conglomerados como a Baden Baden ou Eisenbahn.

3 | GEOGRAFIA E TURISMO

A partir da década de 1960, no período da Guerra Fria, muitos estudiosos começaram a escrever teses, dissertações, entre outros, para mostrar cada vez mais a importância da Geografia no turismo, num campo transdisciplinar no conjunto das ciências sociais, além dos aspectos históricos, econômicos, psicológicos, sociólogos, antropológicos e jurídicos (RODRIGUES, 1997). Cruz (2001) irá afirmar que “o turismo é a única política social que consome elementarmente o espaço. Daí a importância de entendermos o interesse da geografia pelo turismo”.

Ao realizarmos uma revisão sobre a concepção de turismo podemos perceber que o seu desenvolvimento é mais antigo do que a origem do próprio termo. As viagens produzidas para contemplação dos primeiros jogos Olímpicos (776 a.C); as construções de estradas pelo Império Romano nos séculos II a.C a II d.C que facilitaram as viagens; as peregrinações dos romeiros para Jerusalém; entre tantos outros acontecimentos anteriores, serviram de base para a associação do turismo ou do turista como indivíduo ou grupo que viaja (SEABRA, 2003).

O turismo tem se apropriado das ideias desenvolvidas por outros ramos do conhecimento científico como a geografia, a economia, a antropologia, entre outras. Deste modo, nos apropriamos da perspectiva de Boullón (apud JUNIOR & ITO, 2005) quando afirma que “o turismo não nasceu de uma teoria, mas de uma realidade que surgiu espontaneamente, e foi se configurando sob o impacto de descobertas em outros campos, como, entre outras coisas, o progresso da navegação e a invenção da ferrovia, do automóvel e do avião”. Sendo assim, os conceitos geográficos apresentam-se como importantes formas de auxiliar na análise da configuração espacial que o turismo pode causar.

Entre as inúmeras definições de turismo, há que se destacar aquela adotada pela Organização Mundial de Turismo (OMT). Segundo a OMT, turismo compreende “as atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (2001).

Todo tipo de viagem é considerado, hoje, turismo, independentemente da motivação do deslocamento. O que a OMT sugere com sua definição de turismo é que viagem e turismo são hoje sinônimos. Não se pode negligenciar o fato, entretanto, de que abarcar todo tipo de viagem como turística, conduz, entre outras coisas, à exacerbação das estatísticas e conceitos associados. O turismo não pode estar limitado apenas às questões econômicas, financeiras, políticas ou sociais. Deve ser considerado, também, as relações culturais e o reflexo temporal dessas influências em um determinado espaço. Rodrigues (1997) irá utilizar o termo espaço turístico para identificar a influência desta atividade no consumo do espaço uma vez que seus elementos são dotados de territorialidades e intencionalidades.

Diferentes fatores concorrem, com intensidades e ritmos, temporal e especialmente diferenciados, para a produção do espaço. Esses fatores não são apenas de ordem local, mas, também, em grande parte deflagrada em espaços globais. O turismo, tal como outras atividades introduz no espaço objetos definidos pela possibilidade de permitir o desenvolvimento da atividade. Além disso, objetos preexistentes em dado espaço podem ser igualmente absorvidos pelo e para o turismo, tendo seu significado alterado para atender a uma nova demanda de uso, a demanda de uso turístico (CRUZ, 2002). A produção do espaço turístico está cada vez mais se adequando a nova demanda de consumo atual, em que os espaços enquanto destinos turísticos estão sendo criados e recriados, com a finalidade de satisfazer as exigências de uma clientela dual.

A difusão da atividade turística, no entanto, ocorreu graças ao desenvolvimento tecnológico do século XIX (máquina a vapor, trem com vagão leito etc.) e século XX (desenvolvimento dos setores de transporte e comunicação). Entretanto, “se por um lado o turismo propiciou o desenvolvimento dos locais onde foi estabelecido; por outro, sua implementação resultou em fortes alterações no meio ambiente devido à exaustão do uso dos espaços selecionados e a preocupação tardia com o equilíbrio ambiental, além de embates criados entre os espaços de inclusão e de exclusão” (Adaptado de JUNIOR & ITO, 2005).

Como afirma Cruz (2002, p.13) “a valorização dos espaços pelo turismo é dada em função de valores culturais e a cultura é própria de cada grupo social e mutável no tempo, territórios eleitos pelo turismo hoje não correspondem, necessariamente, aos territórios turísticos de amanhã”. Daí a propriedade mutável e mutante do turismo, em eleger certas características e lugares para que se realize a turistificação. Tal turistificação hoje é incentivada pela iniciativa privada e setores turísticos de governos.

Podemos ainda citar o imaginário criado acerca de uma localidade turística,

pois teremos na mídia o principal fator de alimentação do fluxo turístico, uma vez que esta gera e alimenta o processo fantasioso e implanta a imagem de um local perfeito para o desfrute do tempo livre. E o turismo procura ascender este lado fantasioso, trazendo para a realidade, com a ajuda da publicidade que resgata os sonhos e os transformam em ação. Ou seja, o imaginário vai impulsionar a valorização do espaço e retroalimentar a turistificação do local.

A necessidade de um planejamento que amenize impactos e desenvolva um turismo que traga mais benefícios do que malefícios é de extrema importância. O planejamento turístico é dependente do planejamento urbano, onde todos os levantamentos científicos, de uma dada localidade, resumem-se a levantamentos geográficos. A geografia consegue centralizar os impactos humanos no meio, em orientação territorial, ambiental e política, dando-nos a vertente de reorganização do espaço habitado, incluindo o espaço explorado pela atividade turística, fenômeno denominado como um deslocamento social no espaço.

Neste ponto destacamos o Turismo Cervejeiro pelo fato do seu baixo impacto ambiental aparente e por ser um segmento turístico emergente no país. Porém, no âmbito do Turismo Gastronômico ou do Turismo de Experiência – onde o Turismo Cervejeiro estaria alocado, ainda se sobressaem o Enoturismo e o Turismo Rural.

4 | TURISMO CERVEJEIRO – NOVOS APONTAMENTOS PARA A GEOGRAFIA

Turismo cervejeiro é um turismo de nicho de mercado. O termo (Niche Tourism) refere-se à concepção de um destino específico para atender as motivações de um determinado grupo ou segmento de mercado (ROBINSON e NOVELLI, 2005). “Niche tourism” também se concentra em interesses e desejos de viagem de um indivíduo, tornando o destino mais exclusivo e comercializável. Mais especificamente, uma compreensão de quem visita cervejarias artesanais e o que os motiva para visitar nos ajudará a compreender este novo nicho de turismo.

A maioria da literatura encontrada até o momento, ou não trata especificamente da parte geográfica, ou é mais focalizada em enoturismo, que é frequentemente considerado como uma parte do turismo culinário/cultural. Park et al. (2008) constataram que os “sete principais fatores que os visitantes motivados pela primeira vez para o festival foram o desejo de provar o vinho novo e comida, apreciar o evento, melhorar a condição social, fugir da vida de rotina, conhecer novas pessoas, passar tempo com a família e conhecer os chefs, celebridades e especialistas em vinho” (p. 161 - Tradução Nossa). Plummer et al. (2005) investigaram turismo ao longo da Waterloo-Wellington Ale Trail no Canadá. Esta pesquisa relata um perfil do visitante de turistas de cerveja nesta região, a estratégia de marketing e a experiência do visitante do Ale Trail. Plummer et al. (2005) constataram, entre outras características, que a maioria dos turistas cervejeiros para a Ale Trail tinham idade acima de 30 anos, eram do sexo

masculino e a forma mais frequentemente observada de marketing foi o “boca-a-boca” e sinais de estrada observadas enquanto os visitantes estavam de passagem.

Como já foi dito anteriormente, existe pouca investigação sobre turismo cervejeiro, especialmente na Geografia. Este nicho de mercado é relativamente novo e sua tendência é crescente dentro do turismo. O Turismo cervejeiro, na perspectiva de Plummer et al. (2005) resulta quando a principal motivação do visitante para a viagem é visitar uma fábrica de cerveja, festival da cerveja ou show, e/ou experimentar o processo de degustação de cerveja. Os pesquisadores concluíram que quase todos os visitantes para as fábricas de cerveja tiveram uma experiência positiva e sugeriram que as cervejarias deveriam ter o trabalho de promover o turismo cervejeiro juntos, para se beneficiarem de uma possível multiplicação da rede.

Plummer et al. (2005) recomenda que as cervejarias criem materiais de marketing cooperativo para trazer mais turistas para seus estabelecimentos e também para estabelecer parcerias com empresas de fora, como restaurantes, acomodações e operadores turísticos. A parceria com empresas de fora tem o potencial de beneficiar tanto a empresa quanto cervejaria por “melhorar o produto turístico de cerveja” (PLUMMER et al., 2005, p. 456).

5 | CONSIDERAÇÕES

No geral, parte das microcervejarias concordam que há muito potencial para o estabelecimento de um setor turístico da cerveja. O potencial do turismo cervejeiro em si pode facilitar o desenvolvimento de uma cultura artesanal de cerveja, bem como a oportunidade de combinar tal bebida com outros alimentos e atividades (tais como os festivais de cerveja). Alguns estudos têm reconhecido a importância de uma cultura alimentar existente para perseguir o desenvolvimento do turismo (BRUNORI e ROSSI, 2000).

A fabricação de cerveja e o potencial para se misturar com este setor de hotelaria e turismo poderia ter implicações muito importantes para a cidade. Tais implicações podem ser na forma de receitas de consumidores ou a partir do consumo de cerveja local em restaurantes, hotéis e em outros ambientes.

Além disso, o sucesso da criação de um conceito geográfico de turismo relacionado com a cerveja poderia incentivar ou estimular o desenvolvimento de outros conceitos de turismo, e até mesmo a melhoria do setor no Brasil. A grande produção de alimentos cultivados localmente, as ofertas em termos de atividades ao ar livre, bem como a paisagem variada poderiam ser combinados para desenvolver uma forma mais “completa” de oferta turística.

Mais importante ainda, a existência dos diferentes tipos de poderes (governo, empresários etc.) interessados em oferecer produtos de alta qualidade, poderia ser uma parte fundamental desta oferta para que sejam oferecidas aos visitantes locais e externos diferentes experiências de turismo. Porém, cabe a Geografia a análise

estrutural e espacial da influência de tais grupos e circuitos não apenas no aspecto ambiental.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, José Vicente de. **Turismo: Fundamentos e Dimensões**. São Paulo: Editora Ática, 2001.
- BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: Editora Senac, 2001.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Marcos Conceituais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010a. Disponível em: < http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2014.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo e o Mercado**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010b.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo Cultural: Orientações Básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010c.
- BRUNORI, G.; ROSSI, A. Synergy and Coherence Through Collective Action: Some Insights from Wine Routes in Tuscany, **Sociologia Ruralis**, 40, pp. 409-424, 2000.
- CRUZ, R. C. A. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.
- FRANCIONI, J. L. **Beer Tourism: a visitor and motivational profile for North Carolina Craft Breweries**. (Dissertação). Master of Science, University of North Carolina, Greensboro.
- FREYRE, G.; AMERICANO, J. **Antarctica, Ontem, Hoje e Sempre. 75 anos**. São Paulo: Litobras, 1966.
- FREYRE, G. **Ingleses no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1977.
- HIRSCHMAN, E. C.; HOLBROOK, M. B. Hedonic Consumption: Emerging, Concepts, Methods and Propositions. **Journal of Marketing**, v. 46, pp. 92 - 101, 1982.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Conceitos e definições do censo demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- JÚNIOR, X. S.; ITO, C. A. Turismo e Espaço: uma leitura geográfica da interferência da atividade turística no processo de (re)organização sócio-espacial do município de João Pessoa-PB. **Scripta Nova**, Barcelona, v. IX, n. 194 (116), 1 de ago. de 2005.
- KANIAK, T. Curitiba: a nova meca da cerveja artesanal. **Revista Ideias**, 25 de setembro, 2012.
- LAGE, Beatriz H.; MILONE, P. C. Impactos sócio-econômicos globais do turismo. In: LAGE, Beatriz H.; MILONE, P. C. (Orgs.) **Turismo: teoria e prática**, São Paulo: Atlas, 2000.
- NIESTER, J. **Beer, Tourism and Regional Identity Relationships between beer and tourism in Yorkshire, England**. (Dissertação de Mestrado). Master of Applied Environmental Studies in Local Economic Development - Tourism Policy and Planning. Waterloo, Ontario, Canada, 2008.
- OMT, Organização Mundial do Turismo. **Introdução ao Turismo**. Madrid: OMT, 2001.

PARK, K.; REISINGER, Y.; KANG, H-J. Visitors? motivation for attending the South Beach Wine and Food Festival, Miami Beach Florida, **Journal of Travel & Tourism Marketing**, 25(2), 161-181, 2008.

PEARCE, D. **Geografia do Turismo: Fluxos e regiões no mercado de viagem**. São Paulo: Aleph, 2003.

PLUMMER, R.; TELFER, D.; HASHIMOTO, A.; SUMMERS, R. Beer tourism in Canada 76 along the Waterloo-Wellington Ale Trail, **Tourism Management**, 26(3), 447-458, 2005.

RIBEIRO, M. A. Turismo no Estado do Rio de Janeiro: ensaio de uma tipologia. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano V, n. 10, p. 79-91, 2003.

RIBEIRO, M. A. Categorias Analíticas do Espaço e Turismo: o exemplo da Fortaleza de Santa Cruz, Niterói/RJ. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 16, p. 83-98, 2006.

ROBINSON, M.; NOVELLI, M. **Niche tourism: An introduction. Niche Tourism**. Burlington: Elsevier Butterworth-Heinemann, 2005.

RODRIGUES, A. A. B. **Turismo e Espaço - Rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

RODRIGUES, A. A. B. Geografia do Turismo: novos desafios. In: TRIGO, L. G. G. (Org.). **Turismo: Como aprender, como ensinar**. São Paulo: SENAC, 2008.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, S. de P. **Os Primórdios da Cerveja no Brasil**. Santos: Ateliê Editorial, 2004.

SANTOS, P. A. da G. **Mensagem na Garrafa: O prático e o simbólico no consumo de bebidas em Porto Alegre (1875-1930)**, Tese de Doutorado, PUCRS. 185 p, 2009.

SEABRA, L. Turismo sustentável: planejamento e gestão. In: CUNHA, S. Baptista da; GUERRA, A. Teixeira (org.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F.; CRUZ, R. C. **Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A TECNOLOGIA DAS EMBALAGENS CARTONADAS NA CADEIA PRODUTIVA DE LEITE NO BRASIL: DO LOCAL AO GLOBAL

Bruno M. C. de Albuquerque
Jacob Binsztock

RESISTÊNCIA E CONCILIAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE

Através dos processos sociais e políticos na economia brasileira ao longo do século XX formatou-se uma relação econômica estreita entre pecuaristas leiteiros e indústrias processadoras, com a dependência dos primeiros para a comercialização e escoamento das suas produções no mercado interno. No entanto, com a intenção de se protegerem mercadologicamente e politicamente dessa dependência econômica, os produtores primários de leite se reuniram em cooperativas e associações de produção e comercialização, em uma tentativa secundária de fortalecer suas rendas. Sorj (1998, p.49) observa que “(...) das cooperativas (...), pode-se dizer que em muitos casos elas são apenas simples intermediárias entre a agroindústria e os produtores. (...)”. Concomitantemente, Camillo (2013) retrata este movimento de resistência e inclusão simultâneo na cadeia produtiva:

“Em contraponto, a ação direta às indústrias de laticínios que buscam constantemente adquirir maiores volumes de produto com qualidade e a preço baixo, os produtores rurais passam a se organizar através de sistemas de cooperativas e associações e, assim, adquirem um maior impacto sobre os agentes da cadeia, inclusive às ações do Estado.” (CAMILLO, 2013, p.83).

Aprofundando o conhecimento sobre a inserção do campesinato na cadeia produtiva de leite, articulado com o movimento de modernização conservadora, verificamos que os produtores rurais atuaram tanto como agentes da modernização, quanto, como elos produtivo, fato mencionado no estudo de Sorj (1998), revelando o importante papel representado pelas cooperativas nesta dinâmica. No contexto da chamada “Revolução Verde” (PESSÔA, 2007), com a associação entre agropecuária e as indústrias processadoras, a produção leiteira cresceu com a industrialização e a conformação dos produtores rurais em inúmeras cooperativas e com a normatização cada vez maior da comercialização dos produtos lácteos. Para os produtores, o sistema cooperado ainda hoje representa segurança e proteção para suas iniciativas (CAMILLO, 2013). Após, a década de 1990, com a entrada das embalagens cartonadas UHT no país, ocorreu uma reestruturação da

cadeia produtiva de leite, alterando as funções dos pequenos produtores (SORJ, 1998). Neste sentido, muitas cooperativas se desarticularam enquanto algumas se reestruturaram com a chegada de capitais estrangeiros provenientes principalmente da indústria italiana Parmalat, pois, a Nestlé, operando há longo tempo no país, se afasta da comercialização do leite cartonado, concentrando-se na produção de achocolatados, que apresentam maior valor agregado e comercialização impulsionada pelo aumento de renda da população brasileira. Logo, a partir da década de 1970, foram introduzidos inéditos processos de produção, como a granelização¹, para o aperfeiçoamento das condições de captação do leite, cujo objetivo principal foi racionalizar o transporte do produto resfriado diretamente das fazendas para as usinas de beneficiamento Sorj (1998).

Constatamos, que a despeito das transformações ocorridas na cadeia leiteira no Brasil, quanto à forma de produzir e envasar o produto fluido, os números da produção primária cresceram sobremaneira a partir da década de 1980, alcançando patamares competitivos nos dias de hoje. Entre, os anos de 1980 a 1995, houve expansão no consumo e na distribuição de leite fluido pelo país, através da tecnologia de envase em sacos de polietileno. Entretanto, verificamos a existência de tensões envolvendo os diferentes atores da cadeia produtiva, em função das pressões exercidas pela indústria para o estabelecimento de preços ao produtor, prejudicado pelos preços baixos, em relação ao ofertado pelos supermercados, que pressionam as indústrias em função do seu alto poder de barganha, decorrente das elevadas escalas de comercialização do produto.

Usando como referência as pesquisas de Madanêlo (2008) e as de Braga (2006; 2008), observamos que as cooperativas e as associações de produtores de leite estão pressionadas, entre as indústrias de insumos, equipamentos e biotecnologia à montante da agropecuária leiteira e as indústrias transformadoras da matéria prima, localizada à jusante da atividade. A presença do capital internacional no segmento, não ficou restrito somente a Nestlé, pois, outros grupos econômicos nacionais, também, implantaram tecnologias de captação e processamento do leite cru, construindo fábricas de laticínios enlatados como a fábrica de leite Glória, instalada no município fluminense de Itaperuna. O estudo realizado por Braga (2006) mostra a dependência dos produtores reunidos na CAPIL², contribuindo para a implantação da fábrica na década de 1960, fornecendo o leite cru para industrialização, conforme menciona o pesquisador, revelando a articulação entre o tradicional setor agropecuário nacional e o capital internacional.

As indústrias de processamento de laticínios localizadas “depois da porteira” (MACHADO, SOUZA & VALVERDE, 2010) da produção de leite nas fazendas, exercem certo controle sobre a produção agropecuária para o fornecimento da

1. A granelização garante o transporte do leite resfriado a cerca de 4°C em caminhões-tanque isotérmicos, com um mínimo de manipulação e representa uma evolução significativa sob o aspecto microbiológico do leite cru.

2. Cooperativa de Produtores de leite de Itaperuna

matéria prima pressionando para baixo, os preços pagos pela produção primária de leite, não favorecendo o produtor de leite. A modernização conservadora atingiu as cooperativas, que pressionadas pelas indústrias, transformaram-se em etapas desta atividade, inserindo-se no CAI³ leiteiro, tornando-se dependentes tecnologicamente (BRAGA, 2006). Aqui, destacamos os espaços de disputas entre produtores, varejistas e agroindústrias controladoras da produção leiteira do país, como exemplo na bacia leiteira do sul fluminense, através das visitas de campo que fizemos (ALBUQUERQUE, 2014), estudamos a APLISI⁴ onde inferimos como as transformações da indústria leiteira nacional influenciaram na cadeia produtiva leiteira fluminense e constatamos que no estado do Rio de Janeiro o sistema cooperativo de leite desmantelou-se nos últimos quinze anos. A maioria dos produtores da APLISI é oriunda de propriedades tradicionais da microrregião do Vale do Paraíba fluminense convivendo com todo o processo da gênese da atividade leiteira em escala nacional. A associação entre eles foi incentivada pela necessidade de comercializarem sua produção com as indústrias de laticínios tradicionais, protegidos da concorrência e das pressões mercadológicas.

Em uma fase anterior, houve a aquisição da fábrica de leite Glória pela Fleischmann & Royal, na década de 1960 e posteriormente, após passar um breve intervalo de tempo pelo comando da indústria Kraft Foods, a indústria italiana Parmalat adquiriu as operações da referida fábrica, quando transformou profundamente as relações de produção com os seus fornecedores rurais (BRAGA, 2006). Esta transformação representou a reestruturação das cooperativas em seus usos e funções na cadeia produtiva leiteira, ilustrando a transição do modo de produção capitalista fordista para o atual modo de produção flexível. As cooperativas que tiveram êxito se transformaram em agroindústrias, com administrações técnicas e empresariais voltadas para a concorrência mercadológica, desenvolvendo marcas próprias. Para isso, se esforçaram para mecanizar a produção e atender às exigências cada vez mais complexas desse modo de produção flexível pós-fordista (SORJ, 1998). Essa lógica econômica flexibilizante atingiu os produtores em seu espaço de produção, modificando-os profundamente com um novo conjunto de técnicas de cultura na criação de bovinos. As exigências normativas pressionaram os menores e mais vulneráveis para fora do circuito formal de produção de leite, contribuindo para a concentração cada vez mais acentuada nos maiores produtores (BRAGA, 2006).

A inserção da produção primária como etapa industrial no CAI leiteiro, foi feita por importantes investimentos estatais que subsidiaram processos transformadores nos territórios rurais através da implantação de infraestrutura de abastecimento elétrico e de comunicação para os estabelecimentos agropecuários. (GUILDE, 2016). A disponibilidade de eletricidade para os produtores rurais das mais diversas faixas de renda gerou dramáticas mudanças nos seus costumes e modos de produzir, que facilitaram a penetração de lógicas culturais e econômicas inéditas em seu cotidiano,

3. Complexo Agro Industrial

4. Associação dos Produtores de Leite Independentes de Santa Isabel, Valença, RJ

que atenderam as necessidades das indústrias processadoras. No gráfico 1, elaborado pela ferramenta disponibilizada no programa SIDRA⁵/IBGE⁶, mostramos o panorama do aumento da inserção tecnológica nos estabelecimentos agropecuários ao longo dos últimos dez anos, contendo o aumento dos refrigeradores que começaram a serem usados nos estabelecimentos agropecuários do país. Este tipo de tecnologia demonstra a capacidade adquirida pelos produtores rurais, consequência da pressão das grandes indústrias processadoras.

Com o atendimento das demandas industriais e a implantação de infraestruturas no meio rural como as redes de energia elétrica, a concentração econômica em poucos grupos empresariais aumentou na cadeia produtiva leiteira. Esta concentração possibilitou investimentos em mais tecnologia de produção de laticínios. No presente estudo, partimos do mercado de envasamento do leite fluido no Brasil que atualmente está fundamentado no envasamento em embalagens cartonadas da quase totalidade da produção de lácteos das indústrias com grande participação no setor lácteo nacional, como a italiana Parmalat e a suíça Nestlé, que iniciaram o referido processo a partir da década de 1980, corroborando o que nos diz Souza (2009, p.77): “A grande pioneira na divulgação do leite longa vida UHT⁷ no Brasil foi a Parmalat que entre os anos de 1996 e 1998 gastou cerca de 40 milhões de dólares em propaganda no país, sendo a líder desse tipo de investimentos entre as empresas do setor de laticínios (...)”.



Gráfico 1 - Classes das atividades industriais e produtos - Resfriadores de leite no Brasil

Fonte: Elaboração própria através do SIDRA/IBGE 2017.

5. SIDRA: Sistema IBGE de Recuperação Automática

6. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

7. Ultra High Temperature

Esses investimentos tecnológicos originados pela Parmalat, principalmente, alteraram outros processos na cadeia leiteira, como a coleta do leite fluido nas cooperativas de produtores, beneficiando a retirada direta do produto nos estabelecimentos de ordenha, no processo conhecido como granelização (BRAGA, 2008; CHAMPI Jr. et al, 2004), sem a necessidade de veículos de coleta de latões e postos de refrigeração que estavam sob o controle das cooperativas forçando os produtores a negociar diretamente com a indústria. A granelização foi adotada em diversos países da Europa, além dos Estados Unidos e Argentina, que também modernizaram seus procedimentos, normatizando e tecnificando sua cadeia produtiva. A indústria sueca de embalagens cartonadas Tetra Pak, surge na cadeia leiteira nacional como fornecedora para maior parte das agroindústrias nacionais que estão estreitamente relacionadas com esta forma de distribuição, na forma de monopólio do setor. Mesmo agindo indiretamente, como nas experiências de autonomia alimentar oferecidas por atores alternativos como o MST⁸ (BINSZTOK, 2000), o papel econômico e político das embalagens cartonadas é significativo.

Entretanto, concluímos que os pequenos produtores estão buscando alternativas para enfrentar as mudanças das relações comerciais com as indústrias processadoras que comandam as inovações tecnológicas no setor industrial leiteiro. O modelo de cooperativa de produtores está passando por mudanças assinaladas por autores como Albuquerque (2014), Braga (2006), Camillo (2013) e Guilde (2016). Essas mudanças no sistema cooperado poderão ter êxito dependendo certamente de como as pressões mercadológicas das agroindústrias agirão.

IMPORTÂNCIA DA CADEIA SUPERMERCADISTA E DOS NICHOS DE MERCADO

Para melhor entender o alcance do monopólio da Tetra Pak, podemos elencar a facilitação de estocagem do leite processado via UHT, que foi possibilitada pelas caixas cartonadas com o prazo de validade largamente estendido. A compra de grandes lotes de produtos possibilitou custos mais baixos para os grandes grupos de supermercados atacadistas e varejistas, que se transformaram em principais canais de distribuição da indústria processadora leiteira, aumentando os lucros. Na introdução da tecnologia do cartonado UHT Tetra Pak, os custos eram aumentados pelo fato de que o leite envasado por cartonado estava bem mais caro, pois apareceu no mercado como um leite diferenciado do comum envasado no saco de polietileno. Quanto à distribuição, esta podia ser feita por distâncias bem maiores que as limitações que o saco de polietileno impunha, facilitando a logística dos grandes varejistas e atacadistas que acabaram no final de um tempo conquistando a primazia na distribuição e comercialização dos lácteos em cartonado UHT, o que aumentou o consumo interno e possibilitou a desconcentração industrial atual no setor, pois, não há mais necessidade da proximidade de fatores locacionais fordistas (SANTOS,

8. Movimento dos Sem Terra

2008). Nos últimos anos, esta hibridização possibilitou uma nova função geográfica de estoques reguladores na cadeia produtiva para as grandes redes de supermercados. Transferiu-se definitivamente o poder de regulação dos mercados, que antes eram das indústrias, para esses novos canais de distribuição, eliminando assim algumas etapas na precificação do produto, melhorando os custos de intermediação dentro da cadeia produtiva (SORJ, 1998).

O setor supermercadista no Brasil sofreu uma transformação estrutural com a entrada de grandes corporações internacionais como o grupo francês Carrefour e o norte americano Wal-Mart e pelas conquistas produtivas do agronegócio brasileiro que foi beneficiado com maior escoamento dos produtos para os mercados interno e externo. Atualmente, do total de supermercados brasileiros, 95% dos pequenos e 40% dos médios são abastecidos por empresas atacadistas distribuidoras. O poder do canal de distribuição do setor supermercadista se comprova justamente com o fato do pequeno e o médio varejo atenderem mais os consumidores das classes C, D e E, cujo grande crescimento do poder de compra está mudando o perfil do consumo no país. As articulações das normas técnicas, mercado e a lógica capitalista, com a produção leiteira nacional, moldam a cadeia produtiva (SESSO FILHO, 2003). Os supermercados também sofreram processos de reestruturação com o aporte do grande capital nacional e internacional nas grandes redes de abastecimento varejistas e atacadistas, visando formar canais nacionais de distribuição do leite fluido em cartonado UHT contribuindo para a expansão do seu espaço de envasamento industrial, incrementando a tecnologia da embalagem cartonada de lácteos pela Tetra Pak fundamentado na atomização da tecnologia UHT, reduzindo custo (CHAMPI JR. & BARBOSA, 2004). Atualmente, os supermercados são canais fundamentais de distribuição dos cartonados no Brasil e têm aumentado exponencialmente sua presença na formação e manutenção de mercados para a Tetra Pak. Da hibridização dos grandes grupos de supermercados atacadistas e varejistas, são chamados de “atacarejos”, principais canais de varejo para a indústria processadora leiteira.

INDÚSTRIA TETRA PAK: DA SUÉCIA AO BRASIL

Para o geógrafo Roberto Lobato (2000), o objeto de estudo da geografia é a sociedade, que em suas palavras, é viabilizado pelo estudo da sociedade e pela sua organização espacial, conceito que usamos aqui para elucidar o desenvolvimento da indústria Tetra Pak no mundo e no Brasil. A Tetra Pak é originária da Suécia, situada na península escandinava⁹ e que, além de capitanear o processo tecnológico no setor de envasamento de alimentos líquidos prontos, monopoliza o mercado brasileiro, obstruindo a concorrência em função de sua estreita relação com os setores mercadológicos nacionais, em especial o setor de lácteos. Portanto, explicamos

9. As fontes da maioria das informações sobre esta indústria estão no endereço eletrônico www.tetra-pak.com.br. (Nota do autor).

este processo de formação da liderança mercadológica da Tetra Pak, através da organização espacial de suas operações industriais empreendidas globalmente, pela abertura de mercados, inicialmente na Europa e depois nos países emergentes nos outros continentes. Novamente, citamos Lobato (2000), que explica como este conceito se confunde com a organização geográfica da sociedade humana ao longo da história. Portanto, observamos que a organização social conforma o espaço geográfico segundo uma ordenação social apresentando diversas escalas que podem ser locais, regionais, nacionais ou internacionais. No caso da Tetra Pak, a organização social que começou local na cidade de Lund, Suécia, difundiu-se por este país e posteriormente apropriou-se de rotas internacionais de difusão tecnológica articulada aos mercados globais de consumidores de laticínios.

Antes da Segunda Guerra Mundial, a Suécia era um país predominantemente agrícola e passou por uma industrialização tardia em relação a maioria dos países europeus, tendo como as principais atividades industriais até a década de 1970 a extração vegetal e mineral e ainda a fabricação de veículos automotores, de artefatos de borracha e de aço (KAPPES, 2015). A destaca esta transição entre a atividade econômica primordialmente primária e posteriormente secundária em um curto espaço de tempo histórico. Ainda, sobre a primeira e mostrar este procedimento revela a época da transição econômica em que a Suécia estava passando, pela industrialização do tipo tardia que estava modernizando o cenário ruralizado do país e possibilitando amplo campo de inovações tecnológicas. Durante a guerra, manteve-se politicamente neutra e não beligerante no conflito assim como os países vizinhos Noruega e Finlândia. Porém, enquanto os territórios dos dois países limítrofes foram invadidos pelos exércitos da Alemanha e dos países aliados¹⁰, respectivamente, o território da Suécia não sofreu invasões estrangeiras, mantendo-se seu parque industrial intacto. Portanto, a Suécia beneficiou-se durante e após a Segunda Guerra Mundial, de uma combinação de demanda intensa pelos seus produtos, exportando matérias primas e maquinário para os esforços de guerra que devastaram os parques industriais das nações europeias envolvidas no conflito. A desvalorização da moeda nacional, a coroa sueca, também surtiu efeito favorável sobre a balança comercial do país no período. Estes fatores colaboraram com o fomento industrial que permitiu aos empreendedores suecos um ambiente inovador em tecnologias de produção, diante da necessidade mercadológica de exportar produtos para a reconstrução da Europa. Entretanto, sua população emigrou expressivamente para outros países industrializados, sendo os EUA um país de destino para boa parte desta imigração sueca.

A expansão internacional da organização espacial da Tetra Pak começa ainda em 1954, onde ocorre a primeira exportação da sua tecnologia para a cidade de Hamburgo, na Alemanha e posteriormente para a França. Logo, se inicia o desenvolvimento do sistema de envase asséptico em novas instalações, na cidade de Lund, alcançando

10. Os principais países que compuseram as forças aliadas foram Reino Unido, França, EUA e URSS que lutaram contra os países alinhados no EIXO formado por Alemanha, Itália e Japão.

em 1956 o mercado italiano e em 1957 instalando-se a primeira máquina para leite em embalagens cartonadas de 1 litro. Em 1958, a série de máquinas Tetra Classic, para embalagens cartonadas tetraédricas é ampliada para incluir a embalagem cartonada de 200 ml para creme de leite. No começo da década de 1960, com o desenvolvimento do cartonado tetraedro da Tetra Pak, esse processo pôde ser reduzido e usado com bastante eficiência na indústria de lácteos e outros líquidos, constituindo-se uma nova tecnologia.

A operação em países emergentes é inaugurada com a construção da primeira unidade de produção de material de embalagem fora da Suécia, situada no México, na América Latina onde é possível alcançar o mercado dos EUA e de países como o Brasil e Argentina, dentro do processo de internacionalização marxista descrito por Lênin (SOUZA, 2014), onde o capital vai ampliar sua reprodução atravessando fronteiras, com a produção mundial superando a marca anual de um bilhão de embalagens cartonadas, com o novo pacote tecnológico Tetra Brik, introduzido em 1963 e o desenvolvimento da tecnologia Aseptic em 1968. O envasamento em cartonado estabeleceu-se como uma inovação paradigmática e um sucesso empresarial na abertura de novos mercados mundiais.

Durante a década de 1950, Rausing buscou desenvolver um sistema de cartonados, que permitisse o envasamento com alta durabilidade do leite fluido aceito pelo mercado para que obtivesse o lucro estimado e que compensasse os custos de desenvolvimento de produtos envolvidos no novo paradigma industrial sob o tratamento UHT, processo térmico conhecido desde o final do século XIX para conservação de alimentos, que posteriormente ficou relacionado intimamente com a tecnologia Tetra Pak. Esta aplicação se desenvolveu através de embalagens antissépticas, estendendo o prazo de validade do leite fluido e tornando a diversificação industrial em nichos de mercado mais viável economicamente, imbricadas com os aspectos sociais e econômicos, estabelecendo as mudanças produtivas com a introdução das indústrias multinacionais de embalagens na década de 1960, como a inglesa APV e da sueca Alfa Laval (SOUZA, 2000; CAMILLO, 2013; GUILDE, 2016).

As aplicações dos novos materiais na fabricação de embalagens estão relacionadas com o ambiente de inovação pelo qual viveu a Suécia, contando com estímulos econômicos nacionais e internacionais (KAPPES 2015). Relaciona-se este processo de inovação com a revolução técnica científica que atingiu as economias mundiais capitalistas mais desenvolvidas depois da Segunda Guerra Mundial e que possibilitou o advento das tecnologias informacionais contemporâneas (HARVEY, 1992). E posteriormente, a partir das novas tecnologias da Terceira Revolução Industrial conhecida como técnica-científica-informacional, por envolver novos processos baseados na informática, robótica e novos materiais (SANTOS 2008), que ocorreu a partir da década de 1960, nos EUA, Japão e depois países da Europa ocidental, a Tetra Pak aliou o processo UHT às embalagens cartonadas no mundo.

No Brasil, a Tetra Pak alcança o mercado em 1957, através de uma representação

comercial em São Paulo, para importar as embalagens cartonadas a uma demanda inicial das indústrias lácteas aqui instaladas, aumentando sua participação no mercado de envasamento do leite fluido que na época sofria a citada regulação de preços pelo governo federal desestimulando inovações tecnológicas e investimentos (MADANELO, 2008; GUIDE, 2016; SOUZA, 2009). Entretanto, conforme afirma Souza (2013), os grandes capitais nacionais consorciados aos capitais internacionais conseguiam investir em tecnologia, superando a falta de inovação na indústria.

Não encontramos informações precisas sobre quais indústrias lácteas adotaram a tecnologia Tetra Pak no Brasil, no entanto a partir da década de 1970, esta obtém maior participação no mercado brasileiro de lácteos ao estabelecer parcerias com indústrias tradicionais como a Nestlé e a Parmalat (ALBUQUERQUE, 2014). Entretanto, houve a atomização da tecnologia em cartonados UHT da Tetra Pak pela cadeia produtiva leiteira brasileira que se fez através da inserção dos vários produtos lácteos para consumidores de renda diferenciada, apropriando-se de vários tipos ofertados de embalagem cartonada, construindo o seu domínio monopolista.

O monopólio da Tetra Pak foi estimulado pela reestruturação da cadeia produtiva, auferindo mudanças significativas na distribuição do leite, iniciadas pela abolição da regulação estatal que retirou o produto da cesta básica oficial, atraindo o interesse das grandes cadeias de supermercados com a conseqüente queda dos preços finais das embalagens cartonadas. Conforme Souza (2013) a popularização destas embalagens gerou a possibilidade de concentração industrial e de maiores ganhos em escala, ocasionados pela ampliação do alcance espacial obtido pelas indústrias. As transformações também ocorreram no comportamento de compra do consumidor, com a praticidade dos alimentos acondicionados em UHT com a imagem de oferecimento de nutrição e saúde, que passaram a ter maior importância. O envelhecimento da população e o conseqüente aumento da expectativa de vida contribuíram para as mudanças no perfil do mercado consumidor brasileiro.

A Tetra Pak atualmente conta com duas fábricas de produção de embalagens cartonadas no Brasil situadas nos municípios de Monte Mor, no estado de São Paulo e de Ponta Grossa, no estado do Paraná. Ela está presente em 175 países, segundo seu endereço eletrônico, sendo uma das três empresas do Grupo Tetra Laval junto com as empresas DeLaval e Sidel, sediada na Suíça. A sua produção mundial, demonstra sua capacidade produtiva e sua influência nos mercados internacionais onde opera, configurando-a como uma das maiores transnacionais do mundo, operando em oligopólios e monopolizando setores produtivos.

O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL LEITEIRO

Nesta parte da pesquisa, observamos que os custos da Tetra Pak na cadeia produtiva foram diminuindo ao mesmo tempo em que se construiu uma situação de monopólio, pois, devido à atomização da sua produção, os custos das embalagens

foram diminuindo ao longo do tempo. Mas este processo está profundamente relacionado com a formação do CAI leiteiro, fortalecido pelo capital desterritorializado, flexível e globalizado controlado pelos oligopólios financeiros do setor agropecuário nacional.

Com efeito, o capital oligopolizado brasileiro não se desvinculou da renda da terra, configurando o que alguns autores chamam de capitalismo de periferia. Estes empreendimentos no CAI também são fomentados por fundos de pensão como os da PETROS¹¹ e da PREVI¹² que investem em empresas oligopolizadas como a BRF S/A. Portanto, enfatizamos que as reestruturações na cadeia produtiva de lácteos podem ser encontradas nas mudanças geoeconômicas e políticas no país em escalas nacionais e internacionais que estão articuladas com interesses capitalistas estrangeiros e nacionais e formatação de políticas públicas. Esse processo de imbricação culminou com a abertura econômica e a mudança de atores institucionais na organização e incentivo da produção leiteira.

Segundo Moreira (2012), o agronegócio tem origem com a mudança de hábitos por parte dos consumidores relacionando com a absorção da cultura urbana pela população rural através dos meios de comunicação e transporte. Para Sorj (1998), a reprodução tecnológica do agronegócio tem um limite. Para que seja viável a continuidade dos processos de inovação pelos agentes, os custos dos produtos têm que retornar o suficiente para cobrir os investimentos nas novas tecnologias. Portanto, o barateamento dos processos produtivos é fundamental para a existência dos complexos. Retornamos a Binsztok (2000) que anteviu o cenário econômico agropecuário brasileiro, quando observou a fundamental importância do CAI na estrutura de relações sociais e políticas no espaço rural. A relevância econômica das atividades rurais, fortalece a posição na DIT¹³ do Brasil, cumprindo um papel na economia mundial de potência regional, de onde irradia sua influência atrelado aos interesses econômicos exógenos, aumentando a delimitação do seu, assim chamado, entorno estratégico.

O conceito de Entorno Estratégico surge na literatura militar brasileira para demarcar a área mundial em que o Estado brasileiro deve proteger para resguardar seus interesses. Esta área pode abranger a América do Sul e outros territórios como partes do continente africano e antártico. Segundo Mattos (2014), a Política de Defesa Nacional de 1996, do Ministério da Defesa comunica que “Para o Brasil, país de diferentes regiões internas e de diversificado perfil, ao mesmo tempo amazônico, atlântico, platino e do Cone Sul, a concepção do espaço regional extrapola a massa continental sul americana e inclui também, o Atlântico Sul”.

11. “Segundo maior fundo de pensão da América Latina, (...) do Sistema Petrobras, (...) atende a aproximadamente 150 mil pessoas, sendo cerca de 86 mil ativos e 64 mil aposentados e pensionistas. (...)” (PETROS, 2018).

12. “A PREVI é uma entidade fechada de previdência e seus participantes são funcionários do Banco do Brasil e empregados do quadro próprio. (...)” (PREVI, 2018).

13. Divisão Internacional do Trabalho

A agenda do Entorno Estratégico na política internacional brasileira se trata do fortalecimento do MERCOSUL¹⁴. Pelo bloco econômico, no qual o Brasil tem proeminência política e econômica, a indústria leiteira expandiu-se para os mercados dos países membros, próximos à região centro-sul do país, que não por acaso apresenta uma das mais altas taxas de industrialização agropecuária. Este processo geográfico estabelece-se pela importância das instalações das plantas industriais de embalagens cartonadas Tetra Pak nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, visando os mercados de Uruguai, Paraguai e Argentina.

A CADEIA PRODUTIVA DA TETRA PAK

Consideramos neste trabalho, os territórios materiais e imateriais. Por territórios materiais, entendemos que são as manifestações físicas no substrato material, tais como as fazendas, as indústrias, artefatos de diferentes tipos, infraestrutura de serviços básicos ou informacionais, áreas urbanas e rurais. Como território imaterial entende-se que são as manifestações simbólicas, subjetivas, sociais como os tipos de território de uso que se apropriam de uma função territorial particular, no espaço geográfico estudado, de acordo com as interpretações dos atores sociais dentro e fora do território usado (HAESBAERT, 2004).

Outros autores também contribuem para a discussão como Ribeiro (1999) e Lobato (2000). As normas e técnicas são determinadas pelas instituições materiais e imateriais como o estado e o mercado que se relacionam de modo dual, definindo os conceitos econômicos que direcionaram, historicamente, a evolução do envasamento de lácteos na indústria. Os processos de inovação tecnológica dentro da indústria alimentícia são motivados pela apropriação e substituição das características físicas e químicas dos produtos agropecuários, tanto no seu estado natural como no seu estado de alimento processado.

A Tetra Pak, através das embalagens cartonadas, procura se adaptar sua tecnologia à variedade de sucos e bebidas lácteas, conservando o máximo de sabor e aroma, além do frescor desses alimentos processados a fim de que sejam imitações fiéis dos originais. No caso dos lácteos, usa a apropriação dos processos naturais de retirada do leite dentro dos estabelecimentos de ordenha incentivando o uso de ordenha mecânica, entre outras técnicas de obtenção do leite líquido.

No processamento dos lácteos, são incorporados nutrientes sintéticos, ocorrendo o substitutivismo (GOODMAN, SORJ E WILKINSON, 1990) no acesso ou criação de novos nichos de mercado para seus produtos. Assim a Tetra Pak desenvolve embalagens que possam envasar bebidas lácteas modificadas na substituição de combinações alimentícias que contenham os nutrientes procurados pelos consumidores, contribuindo para o acirramento da concorrência entre as indústrias produtoras de laticínios.

14. Mercado Comum Sul Americano, bloco econômico que congrega Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

Esses processos de substitutivismo e apropriação, ajudaram às grandes indústrias de laticínios a criar nichos de mercado específicos para seus produtos, causando grande diversidade de produtos para diferentes necessidades de consumo, imbricados com os supermercados que estavam interessados em investir em estoques de produtos cartonados UHT, mesmo com os custos iniciais sendo altos. A inserção dos supermercados como canais prioritários de distribuição de cartonados, começou na década de 1990, quando os tradicionais canais de distribuição demonstraram resistência à introdução das embalagens cartonadas da Tetra Pak, criando obstáculos à sua comercialização, o que permitiu às indústrias de lácteos comercializarem direto com o setor supermercadista e a ganharem escala na produção. Conseqüentemente, os custos baixaram, oferecendo preços finais módicos que conquistaram consumidores de baixa renda e tirando o poder mercadológico de comercialização do leite fluido dos pequenos varejistas, iniciando-se a hegemonia da comercialização pelos supermercados, que se tornaram novos canais de distribuição varejista.

Esta articulação entre os supermercados e as indústrias processadoras leiteiras conformam os fluxos financeiros entre os capitais nacionais e internacionais através das redes geográficas materiais e imateriais imbricados com importantes fixos específicos (SANTOS, 2008) explicando a territorialização dos interesses econômicos envolvidos a partir da Tetra Pak na cadeia produtiva. Assim, elucidamos as causas e conseqüências das mudanças que as tecnologias de envasamento operacionalizam nos territórios de produção (re)configurados através de (re)territorializações de fenômenos geográficos espacializados. Também destacamos a importância de agentes territoriais, como os supermercados, que dominam em última instância a comercialização de embalagens cartonadas de leite fluido, orientando a oferta do produto de acordo com a demanda consumidora.

A hegemonização do canal de varejo supermercadista, promoveu o que chamamos de atomização tecnológica do cartonado UHT para outros nichos de mercado, viabilizando parcerias tecnológicas de envasamento realizadas entre a indústria sueca Tetra Pak e as empresas lácteas de pequeno e médio porte na cadeia produtiva brasileira. Estas puderam dispor da redução de custos das embalagens cartonadas para seus produtos, em especial na produção do leite fluido, substituindo efetivamente o envasamento em sacos de polietileno. Esta dinâmica blindou o mercado contra a concorrência externa mundial de novas tecnologias produzidas por outras indústrias de embalagens inovadoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os produtores de menor porte não tiveram como acompanhar o poder aquisitivo dos médios e grandes com mais acesso às tecnologias industriais se articulando melhor com o monopólio da Tetra Pak. Inaugura-se um novo sistema de custos dentro da cadeia produtiva através da mudança de agentes detentores de poder de atacado,

ampliando a distribuição dos cartonados para mercados consumidores de diferentes poderes aquisitivos em vários nichos de mercado de produtos lácteos no Brasil. Assim, simultaneamente, a adoção da tecnologia cartonada UHT no envasamento de lácteos foi favorecida pelos interesses econômicos exógenos no final da década de 1990, através dos fluxos capitalistas globalizantes (HARVEY, 1992) que atuam nos espaços opacos e luminosos da cadeia produtiva nacional.

Finalmente, ressaltando esse processo de ampliação do envasamento cartonado UHT nos mercados, a indústria Tetra Pak manteve o controle e o domínio monopolista da fabricação desse tipo de embalagem no Brasil, que foi construído na reestruturação profunda da cadeia produtiva relacionando-se as inovações na produção de leite com a implantação de novas técnicas de ordenha, de confinamento e tratamento de higiene, além da mecanização nos estabelecimentos produtores. Os menores produtores procuram se reunir em cooperativas enquanto os maiores, aliados a grupos econômicos nacionais oligopolizados, têm a primazia no domínio do setor leiteiro através dos cartonados, articulados em círculos de cooperação com a Tetra Pak.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, B.M.C., A Territorialidade da Associação dos Produtores de Leite Independentes de Santa Isabel do Rio Preto, sediada em Valença, RJ, Monografia de Graduação, Rio de Janeiro: UERJ, 2014.

ALBUQUERQUE, B.M.C. & SANTANA, F.T. de M., As práticas pedagógicas do projeto “geografia vai a feira” realizado pelo Pibid, Cap, Uerj, in Revista Geosaberes, Fortaleza:UFC, v. 6 n. 1: Número Especial – Clag, Jul – Dez, 2015, disponível em <http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/367> acessado em 09/04/2018.

ALVES, Daniela R., INDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO LEITE DE CONSUMO NO BRASIL in Produção de Leite e Sociedade: Uma análise crítica da cadeia do leite no Brasil, Fernando Enrique Madalena, Leovegildo Lopes de Matos, Evandro Vasconcelos Holanda Jr. (Editores), Belo Horizonte: FEPMVZ-Editora, 2001, pp 75-83.

BEZERRA, J.E., A fruticultura no Nordeste Semiárido: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho, Tese de Doutorado, UNESP: Presidente Prudente, 2012.

BEZERRA, J.E., AGNER, M.R., AZEVEDO FILHO, G.L.S., A EXPANSÃO DAS REDES DE SUPERMERCADO EM BRASÍLIA (DF), Natal:ENGA – Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2016.

BINSZTOK, J., Considerações Sobre a Organização da Produção Leiteira no Espaço Agrário Brasileiro, in Revista GEOgraphia, Ano. II, No 4, UFF: 2000.

BRAGA, R. M., Interações Espaciais: o caso da empresa Glória/Parmalat em Itaperuna-RJ, Dissertação de Mestrado em Geografia, Niterói:UFF, 2006, 127f.

BRAGA, Ralph. M., Gestão do território: o caso da empresa Glória em Itaperuna-RJ (1960-2003), in Revisitando o Território Fluminense II, Rio de Janeiro: Ed.Gramma, 2008(p. 287 a 303).

CAMILO, P. J., A Dinâmica Espacial do Transporte na Consolidação da Cadeia Produtiva do Leite no Sudoeste do Paraná. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão, 2013.

- CASTRO, J.de S., O leite em Minas Gerais, Belo Horizonte: Medialuna Editora, 2010.
- CHAMPI Jr., A. & BARBOSA, D.G., Diário de uma crise: lições do caso Parmalat, Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.
- CORRÊA, R.L., Região e Organização Espacial, São Paulo: Editora Ática, 2000.
- GOODMAN, D., SORJ, B., WILKINSON J., Da Lavoura às Biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional, Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 1990.
- GUERRA, W. B., Entorno Estratégico do Brasil, in Indústria de Defesa & Segurança, Rio de Janeiro: JCM Consultoria em Comunicação e Políticas Públicas, 2016, disponível em <http://defesaeseguranca.com.br/entorno-estrategico-do-brasil> acessado em 01/05/18.
- GUIDE, L. M., CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DO LEITE FLUIDO NO BRASIL: A ascensão do leite longa vida e a nova divisão territorial do trabalho, Monografia de Graduação, Campinas: UNICAMP, 2016.
- HAESBAERT, Rogério C., O Mito da desterritorialização, Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2004.
- HARVEY, D., Condição Pós-moderna, São Paulo: edições Loyola, 1992.
- KAPPES, S., O Modelo Sueco - Uma narrativa histórica, Porto Alegre: UFRGS, Departamento de Economia e Relações Internacionais, 2015, Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/301661251_O_Modelo_Sueco__Uma_narrativa_historica acessado em 04/09/2017.
- MACHADO, G. R., Sá de Souza, E.M. & Valverde, M.C.S. – A Análise Pest Aplicada à Prospecção de Cenários Para o Sistema Agroindustrial do Leite Brasileiro, in Revista de Administração e Negócios da Amazônia, v. 2, n. 1, Porto Velho: CEDSAUNIR, jan/abr.2010. (p. 20 a 40).
- MADANÊLO, Daniela Helena V.L., O Complexo Agroindustrial da Pecuária de Leite no Estado do Rio de Janeiro, in Revisitando o Território Fluminense II, Rio de Janeiro: Editora Gramma, 2008 (p. 8 a 15).
- MARAFON, Gláucio J., Industrialização da agricultura e formação do Complexo Agroindustrial no Brasil, in Revista GeoUerj, Rio de Janeiro: UERJ, n.3, p.7-21, 1998b.
- MATTOS, L.F., A inclusão da Antártica no conceito de Entorno Estratégico Brasileiro, in Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro: EGN, v.20, n.1, jan/jun 2014, p. 165-192, disponível em <http://www.egn.mb/arquivos/revistaEgn/nova-revista>, acessado em 25/03/2018.
- MOREIRA, RUY, A CIDADE E O CAMPO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO, in GEOGRAFIA E PRAXIS: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas, São Paulo: Contexto, 2012, pp.155-166.
- OLIVEIRA NETO, A., A Guerra Como Estratégia Econômica: Uma Análise Das Recentes Ações Norteamericanas., João Pessoa: ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História, 2003. Disponível em <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.005.pdf>, acessado em 01/09/2017.
- PESSÔA, V. L. S., Meio-técnico-científico informacional e a modernização da agricultura: uma reflexão sobre as transformações no cerrado mineiro, in MARAFON, G.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (Organizadores), Abordagens teórico- metodológicas em geografia agrária, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, pp 255-271.

- PETROS, Rio de Janeiro, 2018 disponível em <https://www.petros.com.br> acessado em 02/05/2018.
- POCHMANN, M., Economia global e a nova divisão internacional do trabalho, – DECON, Montevideo:Universidad de La Republica Del Uruguay, 2000, disponível em <http://decon.edu.uy/network/panama/POCHMANN.PDF>.
- PREVI, Rio de Janeiro, 2018, disponível em <http://www.previ.com.br> acessado em 01/05/2018.
- RIBEIRO, M. A., ABORDAGEN ANALÍTICAS DAS REDES GEOGRÁFICAS, in Boletim Goiano de Geografia, Goiânia:INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO- AMBIENTAIS/GEOGRAFIA, Volume número 1 / 2, 2000.
- RIBEIRO, P. C. C., Logística na Indústria de Laticínios: dois estudos de caso em cooperativas, in Revista Cadernos de Debate, Campinas:Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP, volume VII, p 45-64, 1999.
- SANTOS, M., Espaço e Método, São Paulo:EDUSP, 2008, 5ª. Edição.
- SANTOS, M., SOUZA, M. A. de, A Construção do Espaço, São Paulo:Editora Nobel, 1986.
- SANTOS, M., Técnica, Espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional, São Paulo:EDUSP, 2008.
- SANTOS, M. & SILVEIRA M.L., O Brasil Território e Sociedade no Início do Século XXI, Rio de Janeiro:Editora Record, 2001.
- SEMMLER, W., CONCORRÊNCIA, MONOPÓLIO E DIFERENCIAIS DE TAXAS DE LUCRO: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E EVIDÊNCIA EMPÍRICA, in Revista Ensaio FEE, Porto Alegre: FEE, v. 6, no.1, pp 3-31, 1985.
- SERAMIM, F.C.L. & BATALHA, M.O., ABORDAGEM SISTÊMICA PARA ANÁLISE DE CADEIAS PRODUTIVAS: CONCEITUAÇÃO E PROPOSTA DE ARQUÉTIPOS NO SETOR LÁCTEO BRASILEIRO, Salvador:ABEPRO, XXI Encontro Nacional de Engenharia de Produção – Enegep, 2001.
- SESSO FILHO, U.A., O SETOR SUPERMERCADISTA NO BRASIL NOS ANOS 1990, Tese de Doutorado, Piracicaba: ESALQ-USP, 2003.
- SIDRA, Produção Física Industrial, por grupos e classes industriais selecionados, in Banco de Tabelas Estatísticas, Rio de Janeiro:IBGE, 2018, disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3650#resultado> acessado em 23/04/2018.
- SILVA, D.C., O circuito espacial de produção e os círculos de cooperação da cana-de-açúcar: uma análise a partir de Alagoas, in CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, Uberlândia:UFU, 2013, v.8, n.16, p.70-96, disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/23801/13073>, acesso em 11/04/2018.
- SILVA, J. G., A Questão Agrária, São Paulo:Editora Brasiliense, 1980.
- SILVA, J.G., A nova dinâmica da agricultura brasileira, Campinas: UNICAMP /IE, 1996.
- SILVA, Osvaldo Heller, A organização sindical dos produtores rurais integrados à agroindústria: representações dos avicultores e suinocultores do Paraná, São Paulo:ANPOCS, disponível em <http://portal.anpocs.org/portal>, acessado em 16/12/2013.
- SINGER, P., Aprender Economia, São Paulo:Editora Brasiliense, 1983.

SOARES, A., Por que os Suecos fariam de si mesmos?, in Revista Vivência, Natal:CCHLA – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, no. 39. P.51-66, 2012. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/Vivencia/sumarios/39/PDF_para_INTERNET

_39/3_Astreia_Soares.pdf acessado em 02/09/2017.

SORJ, B., ESTADO E CLASSES SOCIAIS NA AGRICULTURA BRASILEIRA , Rio de Janeiro:Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 1998, acessado em <http://www.bvce.org> disponível em 06/05/2017.

SOUZA, J.J., GÊNESE E EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA, Florianópolis:UFSC, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Dissertação de Mestrado, 2009.

SOUZA, J.J., O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DE LATICÍNIOS NO BRASIL: o caso da Região Sul, Florianópolis:UFSC, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Tese de Doutorado, 2014.

SOUZA, M.L. de, Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio Espacial, Rio de Janeiro:Bertrand Brasil, 2013.

TETRA PAK, Monte Mor:2018, disponível em <https://www.tetrapak.com/br>.

O SETOR DE SEMENTES NO BRASIL E SUA CONTRIBUIÇÃO NA MODERNIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS RURAIS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

João Luciano Bandeira

Universidade Federal de Santa Catarina,
Florianópolis – SC

RESUMO: O trabalho procura demonstrar o desenvolvimento e as atuais dimensões do setor sementeiro no Brasil, bem como a sua internacionalização/desnacionalização e impactos causados na agricultura nacional. Mostramos as etapas de seu desenvolvimento, dando ênfase na Era Vargas e no desenvolvimentismo, que foi quando o setor teve maior atenção governamental, na organização do Departamento Nacional de Pesquisa Agrícola e no Plano de Metas, respectivamente. Em meados de 1960 é implantado no Brasil o PLANASEM e mais tarde, em 1973 é fundada a EMBRAPA. Estes acontecimentos foram determinantes para a evolução da industrialização de sementes e uma genética pública forte. Finalizamos abordando os impactos da quase completa desnacionalização do setor.

PALAVRAS-CHAVE: Setor de sementes; Geografia econômica; Modernização da agricultura.

ABSTRACT: The paper seeks to demonstrate the development and current dimensions of the seed sector in Brazil, as well as its

internationalization / denationalization and impacts caused in the national agriculture. We show the stages of its development, emphasizing the Vargas Era and the developmentalism, which was when the sector had greater governmental attention, in the organization of the National Department of Agricultural Research and in the Plan of Goals, respectively. In the middle of 1960 PLANASEM was implanted in Brazil and later, in 1973, EMBRAPA was founded. These developments were decisive for the evolution of seed industrialization and strong public genetics. We conclude by addressing the impacts of the almost complete denationalization of the sector.

KEY-WORDS: Seed Sector; Economic geography; Modernization of agriculture.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura demonstrar o desenvolvimento e as atuais dimensões do setor de sementes no Brasil, bem como a sua internacionalização/desnacionalização e impactos causados na agricultura nacional por esta conjuntura. O setor de sementes teve seu impulso inicial na nação ainda durante o período imperial, passando por políticas de incentivo às sementes e mudas de café, em pesquisas realizadas pelos Institutos Imperiais de Agropecuária presentes em várias

províncias e o Jardim Botânico sediado no Rio de Janeiro. Mas foi durante a Era Vargas e o período desenvolvimentista que o setor ganhou maior atenção governamental, na organização do Departamento Nacional de Pesquisa Agrícola e no Plano de Metas, respectivamente. Em meados de 1960 é implantado no Brasil o PLANASEM (Plano Nacional de Sementes) e mais tarde, em 1973 é fundada a EMBRAPA. Tais acontecimentos foram de muita relevância para a evolução técnica e consolidação do setor sementeiro, que se tornou a base difusora de muitas tecnologias na agricultura nacional.

2 | O INÍCIO DO SETOR SEMENTEIRO NO BRASIL

As sementes como um ramo industrial (pesquisa e produção de melhoradas) surgem no Brasil em 1965 conforme Santos (1981). Porém esta informação se confronta com o fato de a Agrocereis ser fundada em 1945 no município mineiro de Viçosa. Conforme informações de Castro (1988), a empresa tem seu embrião em 1931 após a Universidade Federal de Viçosa começar a formar geneticistas em um programa de treinamento no exterior, tutelado e financiado pela Fundação Rockefeller. Castro (1988), Santos (1981), Schwartzman (2001), Carvalho & Nakagawa (2000) entre outros.

O primeiro milho híbrido do Brasil é da década de 1930, porém só veio a ser comercializado e em escala reduzida durante a década de 1950. As sementes passam a ter um desenvolvimento enquanto indústria a partir da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, que cria o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Concordamos com Santos (1981), conforme o próprio salienta é em 1965 que advém a Lei n. 4.727 (de 13 de julho de 1965), que foi a primeira Lei de Sementes do Brasil e regulamentou o setor sementeiro como um ramo da agroindústria. Também é deste ano o Decreto Regulamentar n. 57.061, de 15 de outubro. Pouco depois, em 1967 é criada e instituída no país a Política Nacional de Sementes, que deu origem ao PLANASEM (Plano Nacional de Sementes).

A história sobre a produção de sementes no Brasil, a nível de uma tecnologia avançada, teve seu início há pouco mais de 20 anos. Até 1965, a exploração do setor (pesquisa e produção) estava a cargo de algumas instituições oficiais de pesquisa e a um reduzido número de empresas particulares. Esses órgãos e empresas pioneiras, que iniciaram seus trabalhos pesquisando principalmente o trigo e o milho, abriram caminho para a implantação de um verdadeiro sistema de produção de sementes altamente qualificado. (SANTOS, C. S. M, 1981).

Fato lógico e notório é que o consumo de sementes passa a ser mais intenso a partir do amplo processo de modernização da agricultura brasileira que advém com maior intensidade exatamente a partir de 1965. O crédito rural foi um determinante, sendo que em 1979 se teve o maior volume de crédito da história (proporcionalmente). Conforme evidenciado por LÊNIN (1982), o crescimento da agricultura comercial cria

um mercado internamente para o capitalismo. Assim, o aumento pela demanda de sementes trouxe consigo novas empresas e uma rede sementeira a nível nacional.

3 | A IMPORTÂNCIA DO CRÉDITO E POLÍTICAS ESTATAIS NO DESENVOLVIMENTO SEMEITEIRO

O setor ter sua gênese a partir do crédito pode ser encarado como uma obviedade, haja vista que com o maior volume do mesmo, vai se consolidando um ganho de produtividade e mecanismos para sobressair o capital sobre a natureza – as sementes são grandes indutoras de tecnologias. Com as necessidades de maiores insumos industriais há a necessidade do setor industrial das sementes.

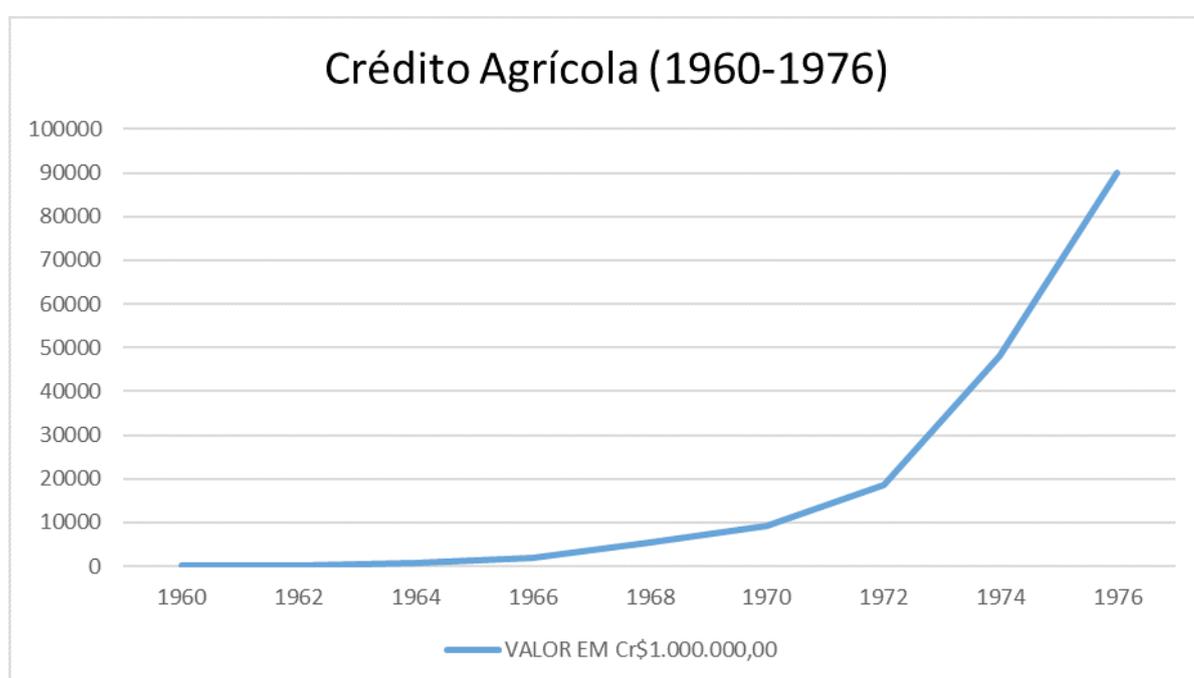


GRÁFICO 01: Crédito agrícola (1960-1975).

FONTE: FGV *apud* Nogueira (1979).

O **gráfico 01** mostra a relação existente entre o quadro do financiamento agrícola no País com o desenvolvimento das sementes como um setor industrial à jusante da agricultura. Apenas no primeiro ano após o incremento do crédito via SNCR, já houve um aumento de mais de 87% no biênio 1965-1966. Em uma década o valor aumentou vertiginosamente, chegando a níveis incomparáveis quando comparados com o período da instalação de tal modelo de crédito. Desta forma o aumento de crédito foi trazendo consigo conforme lembrado anteriormente um salto da demanda por sementes

Com mais crédito se buscou mais lucros, lucros estes que seriam atingíveis com maior produção. Maior produção que podia ser obtida somente com os insumos necessários, neste contexto o setor de insumos se consolida, o Estado “escolhe”

setores mais estratégicos para investimentos. O crédito com este novo panorama, onde aparecem carências nos insumos necessários à produção, vai sendo um mecanismo estatal para direcionar a modernização da agricultura brasileira conforme veremos a seguir.

O governo militar (1964-85) provocou um significativo fortalecimento do crédito rural, com a criação e desenvolvimento do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). O governo da época facilitou os investimentos dos produtores rurais, sobretudo de maior contingente produtivo. Diante das necessidades estruturais da agricultura brasileira os investimentos em infraestrutura se tornaram imprescindíveis. Espalharam-se pelo País na década de 1970 inúmeras empresas distribuidoras de sementes, algumas já existentes que trabalhavam como atravessadoras no escoamento da produção (transportes).

Com o avanço produtivo passou-se a exigir mais produtos à montante da agricultura, no caso das sementes passou a ocorrer à preocupação de que poderiam faltar sementes para abastecer o mercado. A própria legislação da época foi redesenhada. O padrão mínimo de fertilidade de sementes foi diminuído para 70%. Desta forma o controle de qualidade na produção das sementes teria uma tolerância maior e descartaria menos grãos, os quais ao invés de serem processados passariam por tratamento e seleção para serem comercializados como sementes.

O Brasil entra com muita força no circuito da revolução verde sendo talvez o país com maior protagonismo entre os demais que tiveram uma modernização acelerada no então chamado terceiro mundo. Período áureo da genética pública nos anos subsequentes, que fizeram com que o governo militar se preocupasse em impulsionar a pesquisa para que a produção agrícola continuasse em crescimento acelerado. Preocupação esta que fecundou o projeto de criação da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), que foi uma proposta a partir do DNPEA (Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária) fundado em 1972 para entender e atender às necessidades estruturais do agro no Brasil. Em 1973 funda-se a EMBRAPA que não é pioneira em pesquisas públicas no campo da adaptação e melhoramento de plantas, mas que passa a ser um elemento importante na produção e desenvolvimento de sementes de alta tecnologia sem patentes internacionais (CAMPOS, 2012).

A falta de semente não passou de um assombro. Com o aumento da demanda houve o risco de falta de sementes, porém os investimentos do PND (Plano Nacional de Desenvolvimento I e II) e as flexibilidades na legislação relativa às sementes fizeram com que não houvesse a carência e a produção crescesse com considerável ganho de tecnologia, sendo que a EMBRAPA foi uma das responsáveis por esse feito. A genética pública era preponderante no período, e após os pertinentes investimentos a mesma passou a ser um ponto de afirmação para o fortalecimento do agronegócio brasileiro, importância esta evidenciada por Gonçalves (2013).

O Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) elaborado para o período de 1968-1970, ainda sob o comando de Costa e Silva, defendia a necessidade de expandir

as exportações e o mercado interno. Outro ponto a ressaltar nesse documento é que pela primeira vez aparece de maneira explícita e sistematizada o apoio irrestrito do Estado aos investimentos em infraestrutura, ciência e tecnologia. (CAMPOS, 2012).

O Plano estratégico de Desenvolvimento no que concernia à agricultura tinha o intuito de tornar possível uma grande alavancada na produção e produtividade da agricultura após os inúmeros gargalos que passaram a surgir. Com o crédito em grande quantidade se alavancou a produção e inúmeros estresses estruturais passaram a brotar nos setores à montante da agricultura. Como dito anteriormente, com relação ao setor sementeiro não foi diferente, sendo necessárias intervenções do Estado para fazer com que fosse possível plantar. Pois no centro da verdade se sabe que há a possibilidade de se plantar sem muitos insumos, porém sem semente é impossível. A modernização exigia que as sementes não fossem qualquer semente, elas tinham que ter o mesmo tamanho, não ter mistura varietal e etc. Ou seja, tinham de serem sementes melhoradas e/ou industrializadas.

Em meados da década de 1960, o governo militar lança várias políticas com intuito primeiro de modernizar a agricultura, dentre elas a de maior impacto foi o crédito rural. No entanto, alguns anos depois observou-se que a dinamização da agricultura não dependia exclusivamente de crédito farto aos agricultores, e sim de inovações agrícolas, ou seja, de um sistema de pesquisa agropecuária de âmbito federal que pudesse desenvolver ciências e tecnologias autônomas, capazes de aumentar a produção e a produtividade de vários produtos nas mais diversas regiões brasileiras. Essas premissas estão tanto no Programa Estratégico de Desenvolvimento, no Plano de Metas e Bases para Ação do Governo quanto no I e II PND. Nesses documentos, a pesquisa agrícola começa a ser discutida não apenas como mais um instrumento de suporte do processo de modernização da agricultura, mas como um instrumento de suporte ao projeto nacional desenvolvimentista. (CAMPOS, 2012).

Durante a implantação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), e anteriormente no PED se verificou a vontade do governo em alavancar as exportações. A elevação da produção e da produtividade agrícola pela transformação da agricultura tradicional se daria mediante mutação de métodos de produção e utilização mais intensa de insumos modernos.

A prioridade institucional da difusão tecnológica, acoplada à montagem do aparato estatal de assistência técnica e extensão rural é clara no Brasil até, pelo menos, meados da década dos 70. Somente a partir de 1973, com a criação da Embrapa, o governo federal decide investir maciçamente e organizar em escala nacional o seu sistema de pesquisa agropecuária. Faz exceção a essa regra a política de pesquisa agropecuária do Estado de São Paulo, que é, no entanto, limitada em seus objetivos (DELGADO, 1985).

Vale lembrar vários estados tinham institutos de pesquisa agropecuária antes da Embrapa. O que a Embrapa fez foi integrar um sistema federal, e direcionar as agências estaduais de pesquisa. Assim como intensificar e acelerar o processo de

inovações biológicas na agricultura.

No processo de desenvolvimento tecnológico da lavoura brasileira orquestrado pelo Estado, no portfólio estavam presentes: inovações mecânicas, inovações físico-químicas e inovações biológicas. Para Delgado (1985) o campo destas inovações é um campo difícil e faz parte de uma esfera onde apenas o grande capital pode chegar, apenas grandes empresas podem levar adiante inovações de tamanha magnitude, seja ela de capital estatal, multinacional ou nacional privado. Steindl (1990) atenta para o fato de que existe um campo específico onde à maioria das empresas não consegue chegar. O campo da pesquisa tecnológica, pois a mesma demanda abundantes investimentos que só as grandes empresas podem fazer.

As inovações biológicas (biotecnológicas) eram direcionadas pelo Estado. Em primeiro lugar por o governo entender acertadamente que este setor era estratégico. Não haveria condições reais para alavancar a produção agrícola brasileira para os níveis objetivados sem um esforço no sentido de desenvolver novas cultivares. Em segundo que existem barreiras naturais para a entrada de empresas do setor sementeiro em muitos lugares do planeta (na época eram maiores que hoje). As características edafoclimáticas não permitem com muita facilidade que empresas estrangeiras consigam desenvolver produtos adaptados à nova realidade natural, como aponta Martinelli (2006).

Delgado (1985) destaca a especialização nas inovações biológicas após a criação da EMBRAPA em 1973. O autor salienta que a presença do Estado neste quadrante se devia em grande parte aos custos elevados na pesquisa, aliados a uma certa dificuldade de apropriação privada dos resultados, já que o produto (semente) era de uso universal. Tudo isso somado ao fato da diversidade do clima, ecossistema e outros fatores de natureza regional, que colocava a necessidade do Estado tomar frente para desenvolver um setor que estava integrado aos demais e possuía muitas especificidades locais.

Schumpeter (1998) ao analisar questões monopólicas, diz que por um lado, o planejamento em grande escala poderia fracassar se não se soubesse desde o início que a concorrência seria desencorajada pela exigência de grandes capitais ou falta de experiência, ou que existem meios para desencorajar e controlar os rivais e, dessa maneira, ganhar tempo e espaço para ulterior desenvolvimento. Neste sentido ele deixa claro que os monopólios visam “presas certas” ou “presas fáceis” para o seu aumento de influência.

A Lei de Sementes da época (1965) refeita (1977) não permitia uma apropriação das sementes como uma inovação industrial, era colocada em suas inúmeras cláusulas como um patrimônio natural público. O programa brasileiro de sementes começou na década de 60 com a produção de sementes de trigo e rapidamente foram detectados alguns entraves, como a falta de recursos humanos dentre outros, que para superá-los o governo elaborou um projeto, financiado pelo BID, chamado de AGIPLAN (Ação Governamental para Implantação do Plano Nacional de Sementes). O plano possuía

um subprojeto forte de capacitação de pessoal em todos os níveis, inclusive de mestrado e doutorado. O projeto foi até 1976 formando mais de 100 profissionais em nível de mestrado e doutorado, os quais fundaram a ABRATES (Associação Brasileira de Tecnologia de Sementes) que passou a organizar eventos e periódicos para difundir os conhecimentos gerados. (ABRATES, 2014)

O AGIPLAN lançou as bases para que a EMBRAPA viesse a ter o seu nível de alto padrão em recursos humanos desde sua fundação. Esta política de Estado voltada para a agricultura era financiada pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), assim como grande parte das ações relacionadas à Revolução verde. O Brasil estava inserido no jogo geopolítico do período, que dava vasão à concorrência entre URSS e EUA, o crédito no bloco capitalista era uma forma de manter países dentro de uma área de influência política e econômica por parte da potência capitalista. Essa relação ajudou muito o governo militar a alavancar inúmeros investimentos em infraestrutura no Brasil já que tinha muito “dinheiro barato” com a aplicação de eurodólares e petrodólares após a Segunda Guerra. Após o Primeiro Choque do Petróleo (1973) o País começa a lentamente se enveredar para o labirinto da crise da dívida, sentindo os seus impactos mais tardiamente que no centro do sistema, assim os impactos foram mais visíveis na década de 1980.

O Brasil pode ser considerado um país que investe em qualificação de pessoal, inclusive no grande projeto financiado pelo BID, denominado de Ação Governamental para Implantação do Plano Nacional de Sementes (AGIPLAN), de 25 milhões de dólares no início dos anos de 1970, colocou como um dos subprojetos a qualificação de pessoal. Inicialmente o treinamento concentrava-se em cursos de curta duração e treinamento em serviço, porém evoluiu para cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado no exterior, cuja Universidade Estadual de Mississippi - E.U.A. foi uma das principais na capacitação dos brasileiros (PESKE, 2010).

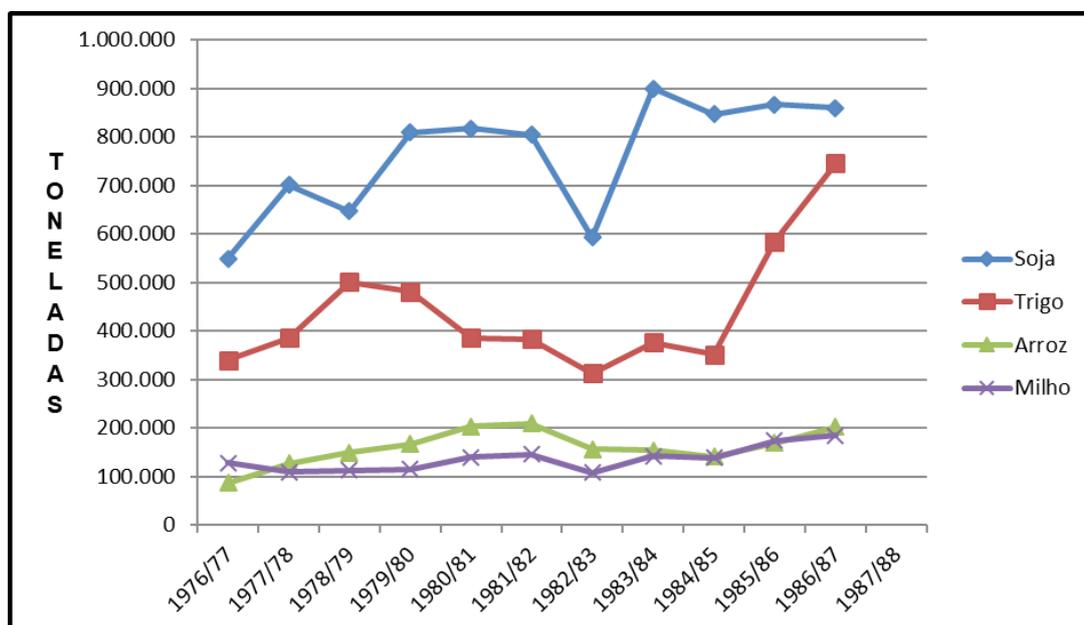


GRÁFICO 02: Evolução da Produção do Setor Sementeiro Nacional (1976-1988).

FONTE: Fonte: Anuários da ABRASEM *apud* BANDEIRA, 2015.

O **gráfico 02** mostra a evolução da produção de sementes após algumas medidas governamentais relacionadas às sementes: AGIPLAN, PLANASEM, criação da EMBRAPA e etc. A agricultura brasileira saiu do gargalo pela escassez de sementes melhoradas que eram exigidas pela mecanização/modernização e pôde se preocupar com outras questões que passavam por estresse, e também aproveitar para inserir novas tecnologias na agricultura a partir das sementes, as inovações biológicas sempre eram postas por atitudes estatais e seus centros de ciência e desenvolvimento.

Conforme Silveira ao analisar a conjuntura das décadas de 1960, 70 e 80 destaca a importância do AGIPLAN para o desenvolvimento do setor. *“Finalmente a produção de sementes básicas, o AGIPLAN conseguiu resultados consideráveis, elevando as metas de produção, passando de cerca de 6.000 toneladas em 1973 de sementes básicas das culturas envolvidas no projeto (excluída batata-semente) para cerca de 13.000 toneladas em 1975”* (SILVEIRA, 1985). Desta forma podemos observar e dimensionar o sucesso na estruturação estatal do setor de sementes no Brasil. Algo que não apenas possibilitou a modernização da agricultura e os recordes de produção que aconteceram posteriormente, como pode dar condições ao Brasil produzir dentro de suas características naturais.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado brasileiro levou adiante políticas de fomento ao setor, desta forma, criou-se um setor genético estatal pujante. Porém foi enfraquecido no decorrer da década de 1990 como aponta Gonçalves (2012). Os cortes em amparo à pesquisa e o advento de novas legislações acompanhadas pela onda privatista via Consenso de Washington, provocaram uma desnacionalização praticamente completa no setor como assinalam Wilkinson & Castelli (2000) e aprofundamos no trabalho. A adesão às leis da OMC, como a Lei de Patentes, sem proteção estratégica, ajudara a converter a agricultura do Brasil em uma das maiores pagadoras de royalties do planeta, sem cobrar a bagagem de conhecimento e material genético, desenvolvido pelo Estado e pelos brasileiros por décadas. Desta forma o trabalho visa contribuir sobre a construção histórica do setor sementeiro pelo Estado e soberania nacional na produção agrícola, apresentando dados acerca do pagamento de *royalties* e desnacionalização do setor sementeiro.

Atualmente o Brasil é um dos maiores pagadores de *royalties* a nível mundial. Fica nítida que a dependência ora enfrentada pelos produtores brasileiros, poderia ter sido atenuada frente caso as políticas de abertura ao setor e seu aporte legal tivessem sido conduzidos de forma diferente no decorrer da década de 1990. O trabalho mostra que ao longo da história, por questões geográficas e naturais, o Brasil desenvolveu-se autonomamente no setor, não levando adiante parte dessa autonomia na atual Divisão Internacional do Trabalho.

REFERÊNCIAS

ABRATES (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SEMENTES). *Historiografia Oficial*. Londrina, 2014.

BANDEIRA, João Luciano. **A Geografia Econômica das Sementes: dos grandes monopólios ao sudoeste do paraná. Francisco Beltrão, 2015. 183 p. Disserta o (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.**

CAMPOS, Margarida Cássia. EMBRAPA: a constru o de um projeto nacional de pesquisa agrícola. In: SAMPAIO, Fernandos dos Santos; MEDEIROS, Marlon Clóvis (org). **Dossiê Questão Agrária e Agricultura**. Florianópolis, 2012. P. 211 – 236.

CARVALHO, N.M., NAKAGAWA, J. **Sementes – Ciência, tecnologia e produ o**. 3 ed., Jaboticabal : FCAV/FUNEP, 1990.

CASTRO, Antônio Barros. Ajustamento x transforma o. A economia brasileira de 1974 a 1984. In: _____; Souza, Francisco PIREs de. *A economia brasileira em marcha forçada*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

DELGADO, Guilherme da C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. São Paulo: Unicamp/Cone, 1985.

GONÇALVES, José. S. Do Bonde ao Trem-bala: o fim do domínio da genética pública e o novo padrão de financiamento do custeio agropecuário. In: **Análises e Indicadores do Agronegócio**. v. 7, n. 4, abril 2012.

LENIN, Vladimir. **Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos**: novos dados sobre as leis do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Brasil Debates, 1982.

MARTINELLI, Orlando. *Relatório Setorial – final: Sementes. Financiadora de estudos e projetos – FINEP*, 2006.

NOGUEIRA, Rosa Maria Esteves. **Análise da A o Governamental Num Setor Estratégico Para o Desenvolvimento Agrícola: o setor de gera o e difusão de tecnologia agrícola**. Rio de Janeiro, 1979. 211 páginas. Disserta o de Mestrado Monografia–FGV (Fund o Getúlio Vargas).

PESKE, Silmar Teichert *et al.* **Sementes: fundamentos científicos e tecnológicos**. 2 ed. Pelotas, 2010.

RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. *G nese e Evolu o da Pesquisa Agropecuária no Brasil: da instala o da Corte Portuguesa ao início da República*. Brasília. 1987. Disponível em: seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/download/9187/5224. Acesso em maio de 2014.

SANTOS, C. S. Márcio. **A Empresa de Sementes no Brasil**: Aspectos jurídicos e institucionais. São Paulo: LTR-ABRASEM, 1981.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um Espaço para a Ciência. A Forma o da Comunidade Científica no Brasil**. Brasília: Ministério da Ciência e da Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

SCHUMPETER, Joseph. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. (Os Economistas) São Paulo: nova Cultural, 1998.

SILVEIRA, J.M.F.J. **Progresso técnico e oligopólio: as especificidades da indústria de sementes no Brasil**. 169 p. Disserta o (Mestrado) – Instituto de Economia (IE), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas. 1985.

STEINDL, J. **Pequeno e Grande Capital**. São Paulo: HUCITEC; UNICAMP, 1990.

WILKINSON, J.; CASTELLI, P. **A transnacionalização da indústria de sementes no Brasil – biotecnologias, patentes e biodiversidade**. Rio de Janeiro: ActionAid, Brasil, 2000.

DESAFIOS PARA A CONSERVAÇÃO DAS SEMENTES CRIOLAS

Maria Angela Comegna

Grupo de Pesquisa Geografia Política e Meio da Ambiente do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo-USP
São Paulo - SP

RESUMO: Os alimentos estão se tornando mercadorias na lógica capitalista, que visa a acumulação de riqueza e não a alimentação do ser humano. As sementes crioulas ou nativas e os conhecimentos tradicionais associados a elas são uma importante estratégia para a segurança alimentar dos povos, sendo assim não apropriáveis. A proteção da diversidade agrobiológica implicaria na conservação e manutenção das variedades crioulas, que, por sua vez, estão vinculadas à agricultura familiar e às comunidades tradicionais. Dessa forma, através de análise documental e bibliográfica, procurou-se nesse artigo analisar os desafios e as principais normativas legais internacionais e nacionais que regulam os direitos dos agricultores, visando a gestão mais adequada das sementes crioulas, bem como a soberania alimentar dessas populações.

PALAVRAS-CHAVE: Sementes Crioulas; Conhecimento Tradicional; Agricultura

ABSTRACT: Capitalist logic has transformed food into increasingly simple goods, aiming

wealth accumulation instead of human nutrition. The Creole Seeds and the traditional knowledge associated with them are an important strategy for people's food security, that being so, not appropriable. The protection of agrobiological diversity would result in the conservation and maintenance of the Creole varieties, which is entirely linked to small families' and traditional communities' agriculture. Thus, through research and documental and bibliographical analysis, this work's intent is to analyze both the international and the national legal regulations that concern farmers' rights, as well as issues. It aims to find solutions, which concern conservation and the management of Creole seeds, to the challenges faced by family farmers and local communities.

KEY-WORDS: Creole seeds; Traditional Knowledge; Agriculture

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho, realizado a partir de análise bibliográfica, visa apontar algumas questões importantes para uma reflexão e análise acerca dos desafios enfrentados pelos agricultores familiares e comunidades locais, bem como as normativas legais de proteção às sementes crioulas.

O incremento dos preços dos alimentos,

produzidos e controlados em grande parte por empresas transnacionais e o desinteresse dos Estados em criar reservas de sementes que visem segurança e soberania alimentar, trazem à discussão o tema da agricultura sustentável como solução para a questão alimentar e, como um contraponto à chamada revolução verde ou agricultura industrial, que pretendia solucionar a fome do mundo, mas sem sucesso.

Os alimentos, diante da lógica do capital, tornaram-se cada vez mais, simples mercadorias, visando a acumulação de riqueza e não a alimentação do ser humano, onde a nova linguagem é a da produtividade, competitividade e exportação.

As sementes crioulas e os saberes tradicionais associados a elas são uma importante estratégia para a soberania e segurança alimentar dos povos, sendo assim não apropriáveis. Dessa forma, deve-se manter seu caráter de patrimônio coletivo.

Segundo Trindade, sementes crioulas são aquelas que, de um modo geral não foram modificadas por meio de técnicas como a transgenia: “estas sementes são chamadas de crioulas ou nativas porque, geralmente, seu manejo foi desenvolvido por comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caboclos etc.” (TRINDADE 2006, p. 4.)

Para Cassol (2015, p.8) o saber tradicional trata “de um sistema de valores em que a vida do agricultor familiar vem a somar-se com a natureza e a direcionar suas práticas produtivas e sociais”. Segundo o autor “esse saber do agricultor familiar é de caráter empírico e se transfere de geração em geração por meio da ação e da prática das atividades produtivas, reproduzindo, também, o modo econômico em que este agricultor está inserido” (CASSOL 2015, p.8).

As sementes são fundamento e produto de culturas e sociedades. Elas incorporam valores, visões de mundo e formas de vida ligadas muitas vezes ao sagrado. Por isso são essenciais tanto ao sustento quanto à variedade surgidas a partir do cultivo e seleção das melhores sementes, pela agricultura familiar e comunidades tradicionais há milhares de anos, sabendo-se que “muitos modelos atuais de domesticação de plantas são baseados em culturas milenares desenvolvidos pelos povos nos chamados centros de origem”. (MORAES 2007, p.5)

Carvalho (p.53) afirma que

A diversidade cultural interage de maneira dinâmica com a diversidade biológica, assim como a diversidade agrícola e cultivada interage com a diversidade silvestre, num processo contínuo recíproco, em que todos os fatores se alimentam e se nutrem entre si. Isso explica que as áreas de maior biodiversidade no planeta coincidem com as áreas de maior diversidade cultural.

As comunidades tradicionais

(...) se constituem, devido ao conhecimento acumulado através do tempo, em um dos principais atores na gestão e uso sustentável da biodiversidade. As comunidades, ao identificarem os atributos destes recursos genéticos que são muitas vezes apropriados de forma indevida por terceiros, facilitam sua utilização como matéria-prima para empresas da moderna biotecnologia. (COMEGNA 2010, p.147)

Uma obra coletiva que reflete a história dos povos e, em especial das mulheres, que foram seus criadores iniciais, guardiões e selecionadores ao longo do tempo. Essa

história, transmitida oralmente de geração em geração, vêm sofrendo paulatinamente, risco de perda e de esquecimento pelas futuras gerações inseridas no modelo capitalista de produção.

Se, de um lado, a domesticação de espécies mediante o cultivo e seleção das melhores sementes integra uma determinada prática cultural, por outro lado, a tradição e cultura destas comunidades, envolvendo o cultivo de sementes, acabaram contribuindo para a diversidade de espécies, o que, por sua vez, demonstra o papel fundamental destas populações na proteção da diversidade agrobiológica.

Assim, a proteção da diversidade agrobiológica implicaria a conservação e manutenção das variedades crioulas, que, por sua vez, está inteiramente vinculada à agricultura desenvolvida pelas famílias locais e comunidades tradicionais e indígenas.

A conservação e a manutenção da diversidade agrobiológica, mediante o equilíbrio dos cultivos diversificados em variados agroecossistemas, a conservação dos valores culturais e tradicionais, e a conservação, proteção e uso de variedades crioulas, contribui para a soberania alimentar de diversas populações, já que por milênios, ela é responsável pela sua base alimentar.

Além disso, as sementes crioulas são essenciais para a manutenção dos modos de existência das comunidades agrícolas familiares, diminuindo o êxodo rural, além de proporcionar uma alimentação mais rica em nutrientes, mais diversificada, e menos sujeita aos insumos químicos e agrotóxicos.

Por isso, o reconhecimento e a implementação dos direitos dos agricultores se torna elemento essencial das políticas de conservação das sementes crioulas ou nativas, ou seja, da biodiversidade agrícola ou agrobiodiversidade.

Cassol (2015, p. 2), em seu estudo sobre agricultura familiar e sua relação íntima com os saberes tradicionais e as sementes crioulas, explica que

A agricultura familiar no Brasil é a maior responsável pela produção de alimentos e vem cada vez mais optando por alternativas que favoreçam sua manutenção, autonomia e permanência no campo, como é o caso da Associação dos Guardiões das Sementes Crioulas de Ibarama, Rio Grande do Sul (RS).

Atualmente está sendo produzido um verdadeiro assalto sobre as sementes crioulas, o patrimônio da biodiversidade agrícola e aos saberes a elas associados.

Os processos de formulação de leis e políticas internacionais, impostos através de acordos comerciais multilaterais se baseiam em sistemas jurídicos que outorgam direitos de monopólio, através do sistema de propriedade intelectual da Organização Mundial de Comércio (OMC), sobre a alegação de que estas sementes são variedades “descobertas” ou geneticamente melhoradas.

Mas estas variedades, na realidade foram um produto de séculos de história de manutenção e melhoramento coletivo, realizado por comunidades tradicionais. Para fazer valer esse direito de propriedade intelectual sobre as sementes crioulas, são realizadas algumas modificações genéticas que justificariam a privatização das sementes.

Algumas das consequências dessa ação negativa sobre as sementes é a erosão da biodiversidade agrícola e dos saberes das comunidades tradicionais, além da grande ameaça à reprodução sustentável da base genética e a consequente produção de alimentos e ao equilíbrio ecológico e de toda a humanidade.

2 | DESENVOLVIMENTO

O tema ora estudado, as sementes crioulas e sua importância para a humanidade, suscita uma série de questões relacionadas aos direitos dos agricultores, bem como normas de proteção. Essas questões serão analisadas a seguir.

Vivemos nas últimas décadas a inserção cada vez maior do capitalismo nos sistemas agroalimentares mundiais, promovendo modelos que não beneficiam a agricultura familiar ou as comunidades tradicionais, mas sim degradam o meio ambiente, desmantelam o mercado interno e estão inteiramente voltados à agroindústria exportadora.

Albuquerque (2011, p. 245) afirma que

A situação e os desafios ambientais na América Latina não estão descolados do contexto internacional e das dimensões do que se convencionou chamar de globalização, que produziu impactos positivos e negativos nas esferas social, econômica, política e ambiental da América Latina: de um lado provocou a implantação de “ajustes” econômicos, por outro, sedimentou o entendimento de que habitamos um planeta rico, porém frágil, colocando em evidência o fato de que a história humana é a história de suas relações com a natureza.

O autor ainda complementa sua ideia (ALBUQUERQUE 2011, p. 246), pois

(...) no contexto bastante complexo da globalização, a solução para os problemas de desenvolvimento enfrentados por diversos países passa não apenas pela solução dos antigos problemas de pobreza e desigualdade, mas também pela necessidade de alcançar um crescimento sustentável e equitativo. Isto significa repensar o paradigma predominante atual.

Nesse processo, torna-se fundamental o controle das sementes, o começo do processo agrícola.

Um grande problema que se apresenta para as empresas ligadas ao setor é que ainda cerca de 90% das sementes mundiais sejam produzidas através de sistemas da agricultura familiar e de comunidades tradicionais, tornando primordial o controle desse segmento pelas grandes empresas do setor. (BIODIVERSIDAD SUSTENTO E CULTURAS, 2016)

Sobre a questão, o geógrafo Milton Santos escreveu que (SANTOS E MENESES 2010, p. 593)

Hoje, graças ao fenômeno das redes e à difusão da modernidade no território, sabemos que o capital novo se difunde mais largamente, mais profundamente, e mais rapidamente, no campo do que na cidade.

Porém, segundo a análise de Martínez Alier (2007), a agricultura também expulsa

a população ativa dos campos, pois a expansão da produtividade agrícola não está apenas pautada por uma contabilidade eficiente, existindo variáveis como a erosão genética ou os dejetos produzidos que não são incorporados na análise.

Assim, o direito dos agricultores relacionados às sementes crioulas vincula-se diretamente ao direito a terra, à segurança alimentar e às políticas públicas de apoio à agricultura sustentável (SANTILLI, 2010). Além disso, refletir sobre os mecanismos legais de proteção e de direito dos agricultores sobre suas sementes, implica fundamentalmente em pensar no direito de uso, guarda, troca e comercialização dessas sementes.

Ao longo do século XX, foram desenvolvidas normativas legais que viabilizam esse objetivo, como o desenvolvimento de normas de propriedade intelectual, sistemas de registro e certificação obrigatória das sementes, medidas fitossanitárias e contratos, cujo objetivo final é controlar a fase inicial da produção de alimentos.

A seguir, serão apresentados os principais dispositivos legais internacionais e nacionais que regulam os direitos dos agricultores.

No plano internacional, destacamos a *Convenção da União para a Proteção das Obtenções Vegetais* (UPOV - disponível em <http://www.upov.int/portal/index.html.en>; acesso em 25 abr. 2018), de que o Brasil é signatário desde abril de 1999.

A Convenção estabelece os direitos de propriedade intelectual sobre variedades de plantas distintas, homogêneas e estáveis. Para Garcia, “o objetivo central dessa organização é padronizar e estabelecer requisitos uniformes para concessão e anulação de direitos, em relação aos seus países membros”. (GARCIA s.d., p.3)

A UPOV, quando criada por um grupo de países europeus em 1961 e com revisões realizadas por meio de três atos adicionais: em 1972, 1978 e 1991, teve como missão “organizar e promover um sistema efetivo de proteção de variedades de plantas, salvaguardando a criatividade e o investimento de cientistas e de instituições de pesquisa em melhoramento vegetal”. (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO 2010, p.10)

Segundo Santilli (2010, p.1), para a UPOV os direitos de propriedade intelectual apresentam conflitos com os direitos dos agricultores de *guardar, usar, trocar e vender* sementes (de variedades protegidas).

As restrições impostas pelos direitos de propriedade intelectual se aplicam apenas aos cultivares protegidos. As variedades de domínio público não sofrem essas limitações.

Como consequência da adesão à UPOV, estabeleceu-se a reciprocidade automática do Brasil com os demais países membros. A partir desse fato, todos os países que fazem parte da UPOV obrigam-se a proteger cultivares brasileiras.

Em contrapartida, o Brasil também ficou obrigado a proteger cultivares procedentes desses países, facilitando o intercâmbio de novos materiais gerados pela pesquisa brasileira e estrangeira.

O termo cultivar é originário da expressão em inglês *cultivated variety*, que significa uma planta deliberadamente selecionada com base em características específicas, desejáveis do ponto de vista agrônomo. No âmbito da propriedade intelectual, é considerada sinônimo de variedade de planta ou variedade vegetal (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO 2010).

A *Convenção sobre a Diversidade Biológica* – CDB (disponível em <https://www.cbd.int/>; acesso em 25 abr. 2018) está em vigor desde 1992.

Promulgada pelo Brasil em 1998, a CDB estabelece em seu artigo 8 (j) que os conhecimentos, inovações e práticas de comunidades tradicionais e populações indígenas devem ser respeitadas e a aplicação de tais indígenas devem ser respeitadas e a aplicação de tais conhecimentos deve ser incentivada mediante a aprovação e participação de seus detentores e a repartição de benefícios com as comunidades locais e indígenas.

Há ainda o *Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura* (disponível em ftp://ftp.fao.org/ag/agp/planttreaty/texts/treaty_portuguese.pdf; acesso em 20 mar. 2018) em vigor desde 2004.

Promulgado no Brasil em 2008, trata do direito dos agricultores em seu artigo 9º, sendo o primeiro instrumento internacional de cumprimento obrigatório a reconhecer o papel dos agricultores e das comunidades locais na conservação da agrobiodiversidade. O Tratado encontra-se em harmonia com a CDB.

No plano nacional, a produção e a comercialização de sementes no Brasil são reguladas basicamente por duas leis: a *Lei de Sementes e Mudas* (Lei 10.711/03 - disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.711.htm >; acesso em 20 mar. 2018), que pretende garantir a identidade e a qualidade do material de multiplicação e de reprodução vegetal produzido, comercializado e utilizado em todo o território nacional, e a *Lei de Proteção de Cultivares* (Lei 9.456/97- disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9456.htm >, acesso em 20 mar. 2018) que institui o direito à propriedade intelectual sobre cultivares, regulamentando a utilização de plantas e protegendo o direito dos seus obtentores, importante para a sua comercialização.

No entanto, apesar da importância dos saberes tradicionais para a indústria de produtos farmacêuticos, químicos e agrícolas, “não são reconhecidos os direitos intelectuais coletivos sobre os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, além de serem frequentes as denúncias de biopirataria”. (ALBUQUERQUE 2012, p.323)

O pedido de proteção de cultivares é feito diretamente no Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC), órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em Brasília, DF, que é o órgão responsável pela emissão dos certificados de proteção de cultivares.

Uma vez que a cultivar está protegida, é proibida a sua venda, reprodução,

importação, exportação etc., sem autorização do titular.

Caso isso ocorra, o infrator terá o material apreendido, pagará indenização e multa de 20% do valor da mercadoria. Além disso, responderá por crime de violação dos direitos do melhorista. Caso haja reincidência, o infrator pagará duas vezes o valor da multa.

A lei brasileira prevê exceções aos direitos do obtentor protegendo o direito do agricultor que poderá reservar e plantar sementes em seu estabelecimento, usar ou vender para consumo próprio produto obtido do plantio de um cultivar protegido; e o direito do melhorista, que poderá utilizar o material como fonte de variação genética; exceto o repetido uso do cultivar para formação de híbridos ou para a criação de cultivares derivadas.

Nesse caso, é necessária a autorização do titular da cultivar protegida, ou, o pagamento de uma porcentagem de *royalties* sobre a venda, caso sejam obtidas novas cultivares; e o direito do pequeno produtor rural, que poderá trocar ou doar as sementes por ele produzidas a outro pequeno produtor rural, desde que não o faça com fins comerciais.

A Lei de Proteção de Cultivares criou mecanismos para punição de abuso do poder econômico ou mesmo para manobras de mercado. Caso tais situações ocorram, o governo poderá emitir licença compulsória a terceiros ou determinar o uso público restrito, também usado em casos de catástrofes.

Nos dois casos, o titular perde o direito de exploração do cultivar protegido por três anos, podendo esta determinação ser prorrogada por mais três anos. Durante esse período, o titular do cultivar receberá remuneração determinada pelo governo e, após retomar os seus direitos, a duração da proteção será subtraída pelo número de anos de punição.

O direito de proteção pode ser cancelado, quando houver renúncia do titular ou dos seus sucessores, perda da homogeneidade e da estabilidade da cultivar, ausência do pagamento da anuidade, não apresentação da amostra viva quando requerida e, ainda, caso a cultivar apresente impacto desfavorável. Após o término do período de proteção, o direito do titular será extinto e a cultivar torna-se de domínio público.

O arcabouço geral da lei segue o modelo aprovado pela Convenção Internacional para Proteção das Obtenções Vegetais (UPOV), na sua versão de 1978.

Com a adesão a UPOV/1978, o Brasil obtém a garantia de que os direitos dos obtentores de novos cultivares serão respeitados pelos países que tenham aderido a UPOV, da mesma forma como são protegidos os direitos dos nacionais desses países. Quer dizer, as cultivares desenvolvidas no Brasil não poderão ser exploradas comercialmente, nos países filiados a UPOV, sem o pagamento de direitos aos melhoristas brasileiros. Atualmente 50 países já são membros da UPOV.

O direito de exclusividade sobre uma cultivar é concedido por meio do Certificado de Proteção, que deve ser solicitado ao órgão competente, o *Serviço Nacional de Proteção de Cultivares* (SNPC). Além dos obtentores nacionais, os estrangeiros podem

solicitar o direito de proteção no Brasil.

Segundo o Ministério da Agricultura do país, existe atualmente cerca de 1.265 cultivares protegidas, e quase dois mil pedidos de proteção já analisados ou em análise pelo Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC). (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA 2016).

3 | ÚLTIMAS REFLEXÕES

Muitas questões e desafios permeiam o tema da conservação e uso das sementes crioulas ou nativas: a soberania alimentar, conflitos pelo direito a terra, perda de biodiversidade frente às mudanças climáticas, contaminação por pólen de plantas transgênicas afetando suas características intrínsecas, dispositivos legais que atendam aos interesses das populações tradicionais e pequenos agricultores, para citar apenas alguns dos temas que precisarão ser enfrentados pelo país.

Neste trabalho, procurou-se abordar apenas algumas questões, fornecendo subsídios para futuras reflexões ou soluções.

O sistema capitalista persegue o campo, sua produção e seu modo de vida destruindo o modelo ancestral da cultura camponesa e tradicional, onde infelizmente a qualidade de vida do ser humano importa muito menos que o lucro que possa ser obtido.

Mas como reverter esta estrutura? Como poderemos construir novamente um sistema de produção local baseado no conhecimento ancestral dessas populações mediante a lógica capitalista?

Um dos caminhos seria a criação de políticas públicas voltadas à valorização da cultura do campo.

A promoção de mercados próximos à produção local, as pequenas corporações locais, a potencialização dos valores de um consumo responsável, a não só exaltação dos valores capitalistas sobre os lucros e o benefício, são parte de todo o sistema. Mas, principalmente a implementação de uma política de reforma agrária mais eficiente.

Além disso, ao lado da importância da atividade econômica é importante lembrar que a mesma deve atender à função social da propriedade, respeitar e defender o meio ambiente nos termos do Constituição Federal do Brasil, de 1988, e que não se pode deixar sem solução questões como o valor econômico da agrobiodiversidade.

É preciso promover de forma definitiva a regularização fundiária das áreas tradicionalmente ocupadas e indispensáveis à preservação da identidade cultural de suas populações, a fim de desenvolver a gestão, em conjunto com as populações dessas áreas, através da produção agrícola sustentável.

Os componentes tangíveis e intangíveis das populações tradicionais, tão intimamente ligados, ou seja, a terra e os elementos culturais necessitam de proteção jurídica mais eficiente, pois ainda não suficientemente protegidos pelo regime de propriedade intelectual sobre patentes e tão pouco pelas regras de acesso editadas

pela Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

As sementes crioulas têm possibilitado, quando em mãos das suas comunidades, o sustento sadio e cotidiano de milhares de pessoas no Brasil e no mundo. Estas sementes são perfeitamente adaptadas para serem produzidas em sistemas agroecológicos que se baseiam na diversidade biológica e na nutrição adequada dos solos, onde a diversidade e heterogeneidade das sementes permitem seu cultivo em uma grande variedade de solos e climas.

Patrimônio dos seus produtores, as sementes em suas mãos se tornam em um importante instrumento de empoderamento das comunidades, capazes de decidir como produzir e processar sua alimentação.

O compartilhamento das sementes entre as comunidades permite às mesmas manter viva sua identidade cultural, da mesma maneira que a técnica da hibridação e a troca lhes permitiram aprimorar as sementes e as plantas cultivadas, e as culturas se enriqueceriam com o intercâmbio de saberes, novas culturas, cultivos.

Outras questões importantes para a conservação e gestão das sementes crioulas seriam: a) o estabelecimento de mais espaços de valorização dos saberes tradicionais, como feiras locais e nacionais; b) locais de troca e sistematização dos saberes, dentro de espaços formais, como as universidades, ou informais, próximos às comunidades; c) detecção e seleção das melhores sementes e plantas a serem cultivadas, segundo o critério da própria comunidade, observando seu manejo ecológico e qualidade alimentar; d) maior incentivo aos bancos comunitários de sementes de coleções de cultivares crioulas de várias espécies, visando sua distribuição e possibilitando a seleção de novas cultivares; e) leis mais eficientes contra empresas que perseguem o objetivo de patentear as sementes para manter seus benefícios econômicos, evitando-se assim a privatização e monopólio das mesmas e a perda da soberania alimentar.

Por fim, destaca-se a importância da ação educativa, com o apoio aos professores e escolas rurais, voltados à manutenção e ao respeito a diferentes modos de vida para as futuras gerações, garantindo assim a sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ana Rita Vieira. “Uma Breve Proposta de Reconciliação do Homem com a Natureza, Através da Posse e da sua Função Social, sob a Perspectiva da Análise Econômica do Direito/A Brief Proposal for Reconciliation of Man with Nature through the possession and its Social...” *Revista de Direito da Cidade* 4.2 (2012): 300-324 p.

ALBUQUERQUE, Antonio Carlos Carneiro de. “O socioambientalismo na perspectiva da sociedade civil latino-americana: algumas considerações.” In.: FERREIRA, Leila da Costa (org.). *A questão ambiental na América Latina: teoria social e interdisciplinaridade*. Campinas, SP.: Editora da Unicamp, 2011. 287 p.

BIODIVERSIDAD SUSTENTO E CULTURAS. Uruguay, N°. 87. enero de 2016. 44 p.

CARVALHO, Horacio Martins de (org.). *Sementes: Patrimônio do povo a serviço da humanidade*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2003. 352 p. Disponível em <<http://www.landaction.org/IMG/pdf/>

sementes.pdf> Acesso em 23 mar. 2018.

CASSOL, Kelly Perlin, and Carmen Rejane Flores Wizniewsky. "Saberes tradicionais e sementes: o caso da associação dos guardiões das sementes crioulas de Ibarama/RS. *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária* 10.20 (2015). Disponível em < <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/26598>. >Acesso em 24 mar. 2018.

COMEGNA, Maria. Comunidades locais e conhecimentos tradicionais na Bolívia-*doi*: 10.4025/dialogos.v.10i3.82. *Diálogos*, v. 10, n. 3, p. 145-166, 2010.

GARCIA, Selemara Berckembrock Ferreira. "Reflexos da globalização sobre a Lei de Proteção de Cultivares no Brasil." *Cadernos de Direito*: 166. 25 p. (s.d.)

MARTÍNEZ ALIER, Joan. *O ecologismo dos pobres*. São Paulo: Contexto, 2007. 379 p.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO. *Proteção de cultivares no Brasil*. Brasília, Ministério da Agricultura e Desenvolvimento: 2011. 206 p. Disponível em < <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas/protecao-de-cultivar/publicacoes/livro-protecao-cultivares> > Acesso em 11 fev. 2018.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. *Cultivares protegidas*. (2016). Disponível em < <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas/protecao-de-cultivar/cultivares-protegidas>> Acesso em 13 mar. 2018.

MORAES, Faria. Os desafios do Direito acerca da proteção da diversidade agrobiológica diante da expansão das culturas transgênicas no Brasil. (2007). 10 p. Disponível em < https://www.researchgate.net/publication/268260217_OS_DESAFIOS_DO_DIREITO_ACERCA_DA_PROTECAO_DA_DIVERSIDADE_AGROBIOLOGICA_DIANTE_DA_EXPANSAO_DAS_CULTURAS_TRANSGENICAS_NO_BRASIL >. Acesso em 20 abr. 2018.

SANTILLI, Juliana. *Os direitos dos agricultores em outros países*. Agosto 2010. 9 p. Disponível em < <https://uc.socioambiental.org/sites/uc.socioambiental.org/files/Os%20direitos%20dos%20agricultores%20em%20outros%20países.pdf> . >Acesso em 25 abr. 2017.

_____, Juliana. *A Lei de Sementes brasileira e os seus impactos sobre a agrobiodiversidade e os sistemas agrícolas locais e tradicionais*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 7, n. 2, p. 457-475, maio-ago. 2012. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n2/v7n2a09.pdf> > Acesso em 15 abr. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. 637 p.

TRATADO INTERNACIONAL SOBRE OS RECURSOS FITOGENÉTICOS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. 19 p. Disponível em < http://www.fao.org/pgrfa-gpa-archive/hnd/files/Tratado_internacional_sobre_los_recursos_fitogeneticos_para_la_alimentacion_y_la_agricultura.pdf > Acesso em 20 mar. 2018.

TRINDADE, Carina Carreira. "Sementes crioulas e transgênicos, uma reflexão sobre sua relação com as comunidades tradicionais." *Congresso Nacional do Conpedi*. 2006. 15 p. Disponível em <http://www.publicadireito.com.br/> . Acesso em 19 de abr. 2018.

CAFEICULTURA EM RONDÔNIA: MODERNIZAÇÃO E SUBORDINAÇÃO AO MERCADO

Tiago Roberto Silva Santos

Instituto Federal de Rondônia

Cacoal - RO

Ricardo Gilson Da Costa Silva

Universidade Federal de Rondônia, Departamento
de Geografia

Porto Velho - RO

RESUMO: O estado de Rondônia é o principal produtor de café na Amazônia, além de estar entre os maiores do país. Essa atividade tornou-se uma das principais para os agricultores familiares, promovendo constante transformação espacial. Atualmente, a partir de 2010, um processo de modernização técnica tem sido desenvolvida a partir da atuação de agentes do círculo de cooperação, contribuindo para maior espacialidade da atividade no circuito espacial de produção do café. A atuação desses agentes tem contribuído com a subordinação dos agricultores familiares ao mercado, principalmente com o Estado atuando como um agente do capital. Como forma de livrar-se dessa subordinação, uma alternativa aos agricultores seria a organização coletiva, atuando com maior autonomia e protagonismo dentro do circuito espacial de produção do café.

PALAVRAS-CHAVE: Cafeicultura; Circuito Espacial de Produção; Modernização;

ABSTRACT: The state of Rondônia is the main producer of coffee in the Amazon, besides being among the largest in the country. This activity has become the main one for the family farmers, promoting constant spatial transformation. Nowadays, since 2010, a process of technical modernization has been developed based on the work of agents of the cooperation circle, contributing to increase the spatiality of the activity in the circuit of coffee production. The performance of these agents, however, has contributed to the subordination of family farmers to the market, especially because the state has been acting as an agent of capital. As a way to avoid this subordination, an alternative to farmers would be the collective organization, acting with more autonomy and protagonism within the circuit of coffee production..

KEY-WORDS: Coffee cultivation; Production Space Circuit; Modernization;

1 | INTRODUÇÃO

A formação socioespacial de Rondônia contribuiu para a transformação do meio natural de práticas extrativistas para um meio técnico, com a introdução da agropecuária voltada ao mercado, em meio a floresta Amazônica. Esse processo promovido pelo governo militar na década de 1970, acelerou o avanço da frente

pioneira, integrando a região ao restante do país através de eixos rodoviários, que favoreceram o fluxo populacional e de mercadorias.

Diante desse cenário de (re)organização espacial e a introdução de uma nova dinâmica econômica em Rondônia, o café passou a ser um dos principais produtos da agricultura familiar na região, sendo que atualmente devido a participação de agentes do círculo de cooperação, essa atividade tem passado por um processo de modernização técnica, participando do circuito espacial de produção e tornando os agricultores cada vez mais sujeitos aos interesses do mercado.

Propomos para esse texto uma análise sobre o desenvolvimento da cafeicultura em Rondônia e a organização social dos agricultores familiares diante do mercado capitalista, dessa forma, além dessa introdução e da conclusão, esse texto está organizado em duas partes. Na primeira parte, propomos a análise sobre a formação socioespacial de Rondônia, a introdução da cafeicultura e sua respectiva modernização técnica, que tem resultado na formação de regiões produtivas especializadas na cafeicultura. Na segunda parte, discutimos como a inclusão da agricultura familiar no circuito espacial de produção do café, através dos agentes do círculo de cooperação tem subordinado esse grupo social aos interesses do capital, participando como coadjuvantes dentro desse circuito, apesar de sua importância como produtor de matéria-prima.

2 | FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE RONDÔNIA E A MODERNIZAÇÃO DA CAFEICULTURA

Localizado na região norte do Brasil e compondo a Amazônia Legal, o estado de Rondônia passou por grande processo de transformação socioespacial a partir da década de 1970, através do Projeto de Integração Nacional – PIN, promovido pelo governo militar. Esse projeto visava ampliar a área de ocupação sobre a floresta amazônica, integrando essa região às demais áreas do país (SILVA, 2010).

Até o início da década de 1970, a organização territorial de Rondônia tinha o predomínio do *meio natural*, com práticas extrativistas de subsistência e pouco incremento técnico, a partir da colonização dirigida pelo Governo Federal, há uma transição para o *meio técnico*, com a introdução de novas práticas, como a produção agropecuária de mercado (SANTOS, 2014; SILVA, 2010; 2014).

Com essa intervenção através do PIN, a dinâmica amazônica se transforma com a inserção de migrantes camponeses oriundos de outras regiões do país e já integrados à produção voltada ao mercado, além do mais, fortalece as ações do capital na organização espacial, ampliando sua área de atuação sobre a fronteira (AMARAL, 1998). Além desse projeto de colonização, que visava reduzir as tensões agrárias por acesso à terra no Centro-Sul do país, o PIN também integrou a região amazônica à outras regiões do país com a construção de rodovias, como a Belém-Brasília ou a

Cuiabá-Porto Velho. O resultado foi a formação de aglomerados urbanos em suas margens, e a mudança na forma de ocupação até então vigente na região.

Através da abertura de novas vias de acesso à Amazônia pelas rodovias, o fluxo populacional em direção a Rondônia apresentou maior intensidade, muito devido aos projetos de colonização do INCRA. Esses tiveram grande impacto na organização regional, em que a gestão territorial pelo governo federal criou no estado três projetos fundiários: o Projeto Integrado de Colonização (PIC), que destinava terras para famílias camponesas, com predomínio de lotes de 100 ha, com criação de certa infraestrutura social; o Projeto de Assentamento Dirigido (PAD), para agricultores mais experientes e com capacidade de lidar com créditos bancários, variava entre 250 a 1000 ha (AMARAL, 2004); e o Projeto de Assentamento Rápido (PAR), que tinham menor tamanho, 50 ha, sem nenhum tipo de estrutura física fornecida pelo Estado, nesse caso, os colonos tinham apenas uma picada em meio a floresta para chegar à gleba de seu lote (SOUZA; PESSÔA, 2009), esse último foi criado na década de 1980 de forma emergencial, para atender a grande demanda populacional que chegava à região.

Acompanhando o processo de colonização e urbanização da fronteira amazônica em Rondônia, a região passou por grande transformação em sua organização espacial com a substituição da cultura extrativista de subsistência pela produção agropecuária voltada ao mercado (SILVA, 2014, 2015). A instalação de novos objetos técnicos ao espaço favoreceu a produção e a circulação, inclusive com a participação em circuitos globalizados de produção agropecuária como a soja e a pecuária (SILVA, 2014, 2015). Além de integrar esses circuitos produtivos, outras atividades também foram introduzidas com abrangência local, regional e/ou nacional, dentre elas a cafeicultura.

A partir de sua introdução em Rondônia, o café ganhou grande importância para o agricultor familiar, que além de uma relação cultural com essa atividade agrícola, identificou nela uma boa forma de desenvolver sua propriedade. Atualmente a cafeicultura é a terceira atividade agrícola em área plantada: a soja apresenta uma área de 233.605 ha; o milho ocupa 175.952 ha; e o café 79.975 ha. Em relação ao valor total da produção, a atividade aparece como a quarta principal do estado: a soja gerou 609.560 mil reais; a mandioca 411.146 mil reais; o milho 305.143 mil reais; e o café 288.547 mil reais em 2015 (IBGE, 2017).

A importância adquirida pela cafeicultura está ligada diretamente à origem das famílias que chegaram a Rondônia, pois grande parte era oriunda do Espírito Santo e Paraná, importantes unidades federativas produtoras dessa cultura agrícola, assim, por já terem a prática nessa atividade, introduziram seu costume à região (BINSZTOK, 2006). Outro fator importante para a introdução da cafeicultura em Rondônia deu-se por se tratar de uma cultura perene e exigir a mão de obra familiar envolvida na produção, contribuindo para a territorialização do migrante camponês à sua nova propriedade, atendendo às exigências do INCRA para que pudessem receber o título definitivo da propriedade (MARCOLAN, et. al., 2009).

Esse momento de formação socioespacial de Rondônia, introdução da cafeicultura e de territorialização do migrante é definido por nós como um primeiro período do desenvolvimento da cafeicultura, que vai de 1970 a 1990. Era um momento com baixa condição técnica das famílias que chegavam no estado, tendo no facão e machado as principais ferramentas para abertura da floresta e formação dos estabelecimentos rurais, além da dependência dos períodos de seca para atear fogo nos arbustos cortados, e do período chuvoso para florescimento das plantas (THÉRY, 2012), mesmo assim, as safras de café já representavam grande importância para os agricultores familiares.

O segundo período da cafeicultura em Rondônia, *Afirmção da cafeicultura rondoniense (1990 a 2001)*, demonstra uma mudança na forma de produção. Com maiores conhecimentos sobre as características edafoclimáticas da região, os agricultores familiares substituem a espécie *Coffea arábica L.*, mais adaptada a condições climáticas frias e relevos elevados; pelo *Coffea canephora*, do tipo robusta ou conilon, por serem plantas mais rústicas e adaptadas a elevadas temperaturas e pluviosidade, além de relevos mais baixos (SOUZA, et. al, 2004). Essa substituição refletiu em aumento da produção estadual, passando a figurar entre os principais estados produtores de café do país, além de tornar-se o segundo principal do café canéfora.

O terceiro período, *desaceleração da produção de café (2002 a 2010)*, ocorreu logo em sequência da maior safra do estado, no ano de 2001, com mais de 4 milhões de sacas de 60kg, porém a superprodução de café, acompanhada da introdução de novos produtores mundiais como o Vietnã e a brusca queda no valor pago gerou certo desestímulo ao agricultor familiar (OLIVEIRA; VENEZIANO, 2001; ROSA NETO; COLLARES, 2006), resultando por parte de muitos na substituição do café por outras atividades como o gado leiteiro e hortifrúti.

Mesmo durante esse período de desaceleração da atividade cafeeira em Rondônia, alguns agricultores permaneceram no seu cultivo, isso porque possuía cafezais com boa produtividade resultante de manejo e solo fértil. Outro aspecto que levou agricultores a se manterem produzindo, mesmo com a possibilidade de perdas econômicas era a questão cultural de trabalhar com o café, reduzindo a área plantada, mas ainda destinando uma parte de seu estabelecimento a essa produção.

O último período, *modernização e incremento técnico-científico à produção (a partir de 2010)*, inicia-se a partir de 2010, com o incremento da ciência no meio produtivo, em que a tecnologia possibilita a melhoria dos resultados obtidos na produção. Essa transformação ocorre devido a um conjunto de ações políticas em torno do (re)fortalecimento da atividade.

A modernização aqui referida aponta para uma grande mudança no trato do café, além da implantação de novos objetos técnicos que substituam a dependência da natureza, como a importância do sistema de irrigação, além da adoção de mudas clonais, adaptadas as condições edafoclimáticas e com maiores índices de

produtividade (Figura 1). Segundo a EMBRAPA, o cultivar clonal BRS Ouro Preto, desenvolvido pela agência e único ainda com procedência de origem no estado, apresenta uma produtividade de 70 sc/ha, podendo alcançar até 110 sc/ha em caso de irrigação, enquanto a planta tradicional apresenta uma produtividade de 21 sc/ha (EMBRAPA, 2015).



Figura 1 - Café clonal irrigado, modernização técnica com a introdução de novas formas à produção.

Foto: SANTOS, T. R. S.

Para divulgar e auxiliar na adoção de novos cultivares e técnicas de manejo que representem maior produtividade e uma modernização da cafeicultura em Rondônia, formou-se um *círculo de cooperação*, responsável por interligar as diversas etapas produtivas do *circuito espacial de produção* (CASTILLO; FREDERICO, 2010) composto por empresas públicas e privadas que atuam como agentes do capital industrial, incentivando os agricultores familiares a atenderem as exigências do mercado.

Cada empresa tem um papel no círculo de cooperação: a EMBRAPA atua na pesquisa de novos cultivares e de novas práticas de manejo; a EMATER dissemina as informações entre os agricultores; a Câmara Setorial do Café atua junto ao governo do estado, através da SEAGRI, na formação de políticas públicas para o setor; o SEBRAE, também em parceria com o governo do estado, propõe a capacitação empreendedorista do produtor familiar; As instituições financeiras, também em conjunto com os outros órgãos, disponibilizam linhas de crédito ligadas ao PRONAF para a cafeicultura; além de empresas privadas fornecedoras de insumos, que participam das

atividades extensionistas na divulgação de novos produtos para a produção de café.

Diante da atuação desses agentes na divulgação da modernização técnica exigida pelo mercado controlador da cafeicultura, desde 2010, gradativamente mais agricultores familiares tem passado a adotar as inovações técnicas, e com a necessidade de café canéfora pela indústria e melhoria das qualidades do produto rondoniense, novamente a produção estadual passa a integrar o circuito espacial de produção em escala nacional e internacional, além da formação de regiões produtivas de café (Figura 2), em que passa a haver uma especialização do agricultor familiar, apesar da permanência da atividade policultora.

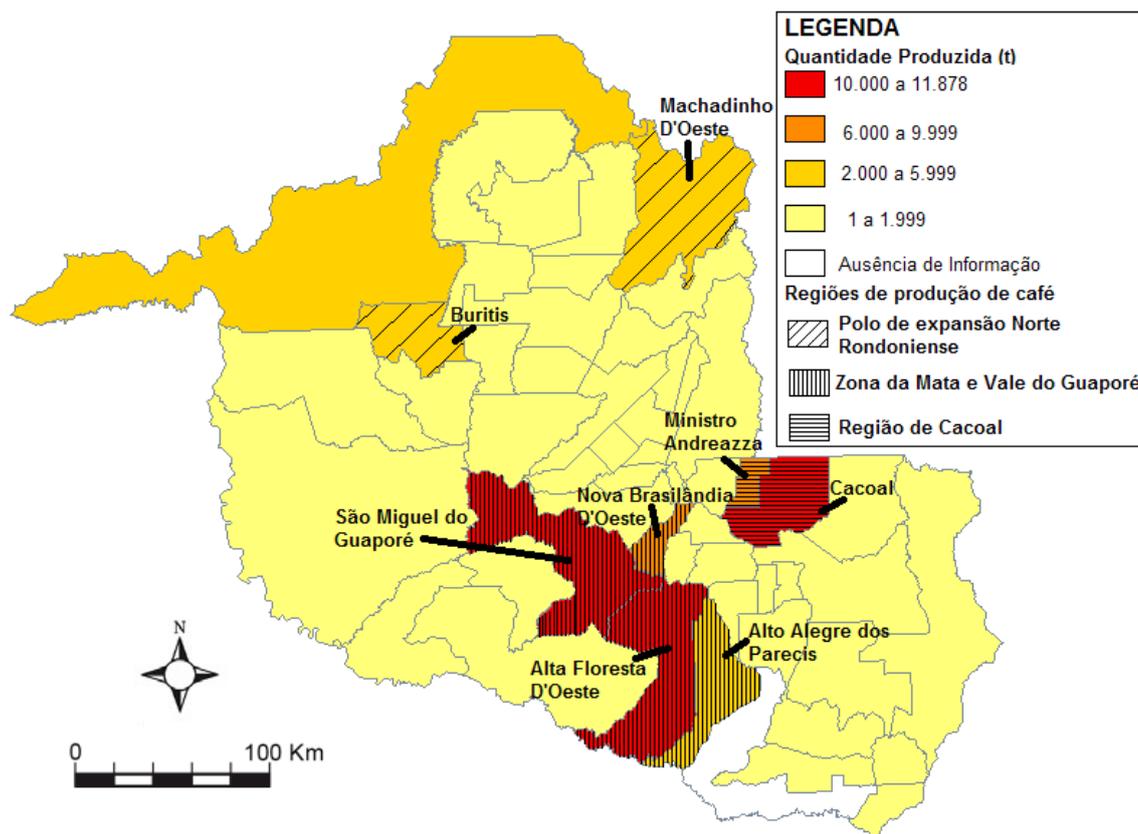


Figura 2 - Regiões produtivas de café em Rondônia (2015).

Fonte: IBGE, 2016 (PAM). Org.: SANTOS, T.R.S Elaborado com Philcarto e Paint.

A formação das regiões produtivas de café e de dois polos de expansão no norte rondoniense, demonstram o papel dos agentes do círculo de cooperação atuando em favor da modernização técnica da atividade no estado de Rondônia, contribuindo na formação de áreas especializadas para o atendimento do mercado e participação do circuito espacial de produção como regiões do agronegócio do café, como é propagado pelo poder público.

3 | SUJEIÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR DE RONDÔNIA AO CAPITAL INDUSTRIAL

A ampliação da escala de atuação do café rondoniense e a participação no circuito espacial de produção em nível nacional e internacional colocam a atividade interligada às dinâmicas do mercado globalizado, com oscilações dos preços nas bolsas de valores devido as relações de oferta e procura, além de ter a obrigatoriedade de cumprimento das exigências do setor industrial em relação a qualidade e condições da produção.

Aproveitando-se da tendência cultural na produção cafeeira em Rondônia e das necessidades de matéria-prima pelo setor industrial, os agentes do círculo de cooperação têm incentivado a introdução de uma produção modernizada aos agricultores, incluindo-os no circuito espacial de produção em escalas nacional e internacional. O incentivo realizado pelo poder público em conjunto com o capital, sujeita o agricultor familiar ao mercado, ficando este dependente das relações comerciais e interesses dos agentes hegemônicos que controlam as ações no setor, ou seja, de forma vertical, com imposição de suas exigências, passa a ocorrer um uso corporativo do espaço rondoniense (SANTOS, 2014).

A apropriação pelo setor industrial na definição da forma de produção em Rondônia, inclui a região à dinâmica capitalista, ampliando a área de atuação deste e interferindo na forma de organização dos estabelecimentos rurais, que passam a ser obrigados a adequar-se às exigências do mercado. Um exemplo dessa transferência de exigências da indústria aos agricultores familiares ocorreu em palestra proferida pelo Sr. Pedro Malta, representante da empresa Nestlé, em evento de divulgação da Lei Estadual nº 3.516/2015, que define o dia 10 de abril como o “Dia de início da colheita do café” no estado, realizado na Câmara Municipal de Cacoal. Nessa ocasião, a palestra apontou para a necessidade de organização da produção estadual em atender as exigências da indústria, definindo uma padronização dos cultivares clonais, manejo das plantas e até mesmo forma de secagem do café, ou seja, utilizando-se da possibilidade de compra da safra estadual, o capital industrial impõe requisitos aos agricultores, sem necessariamente gerar investimento no local, apenas especulando interesse na produção.

Outra demonstração de que com a modernização técnica e a atual organização do circuito produtivo os agricultores tornam-se dependentes do mercado, ocorreu nesse início de 2017, em que, a Câmara do Comércio Exterior (CAMEX), autorizou a importação de 1 milhão de sacas de 60 Kg do café robusta entre fevereiro e maio desse ano. A medida visava atender a demanda das indústrias de café solúvel, que devido às reduções da safra por problemas hídricos, principalmente no Espírito Santo, teria problemas para concorrer no mercado mundial pagando mais pelo valor da saca de café aqui no país (ABICS, 2017). Nesse caso, a preocupação é somente com os interesses do capital industrial, sem observar os impactos que pudessem geral aos

agricultores familiares que são descapitalizados e dependentes da comercialização de sua safra. Segundo o indicador CEPEA/ESALQ da Universidade de São Paulo, a autorização das importações pressionou as cotações dos preços pagos ao agricultor, resultando em queda de 5% (CEPEA, 2017), ou seja, apesar de todos os esforços para incentivar a modernização por parte das famílias na produção de café, o poder público ainda atuou como um agente do capital ao ignorar todo o investimento realizado e atender aos pedidos do capital industrial.

O poder público também atua como agente do capital ao criar uma *psicosfera* (SANTOS, 2014) em torno do agronegócio, classificando os agricultores familiares como integrantes desse setor, mesmo sendo descapitalizados, policultores e produzindo em pequenos estabelecimentos rurais. Se a propaganda do governo não ocorresse favorecendo o capital, mas fortalecendo a agricultura familiar, esses poderiam obter maior protagonismo no circuito espacial de produção do café.

Por fim, outro aspecto que dificulta a condição dos agricultores familiares produtores de café em Rondônia é a falta de organização coletiva. Segundo Wilkinson (2008), ampliar a área de atuação de seus produtos e produzir em grandes escalas tende a ser uma das principais dificuldades da agricultura familiar, que poderia ser superada pela organização coletiva e a modernização da atividade. O processo de mudança técnica já tem ocorrido, mesmo que sendo incentivado pelos agentes controladores do mercado, nesse caso, a dificuldade dos agricultores de Rondônia em organizar-se de forma conjunta, para fortalecer o poder de negociação e eliminar intermediários entre as etapas de produção, acabam contribuindo para sua sujeição ao capital e reduzindo seu papel dentro do circuito espacial de produção, que se resume a produzir matéria-prima, sem possibilidade de exigências e negociações.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado de Rondônia no decorrer de sua formação socioespacial, a partir da década de 1970, recebeu grande fluxo migratório de pessoas oriundas de diversas regiões do país, principalmente do Espírito Santo e Paraná. A forte produção de café nesses estados contribuiu para que os colonos que chegavam na região introduzissem essa atividade em suas terras recebidas pelo INCRA, colocando o estado como um dos principais produtores de café do país.

No decorrer dos anos, intensificou-se a cafeicultura em Rondônia, chegando atualmente em um momento de modernização técnica da atividade, de forma que atenda aos interesses do capital industrial e amplie sua escala de atuação no circuito espacial de produção do café, alcançando o mercado nacional e até mesmo internacional. Essa transição técnica atual é resultado da atuação dos agentes do círculo de cooperação, que interligam as diversas etapas do circuito produtivo, sendo responsáveis pelo fluxo imaterial (capital, normas, informações e etc.) (CASTILLO; FREDERICO, 2010). A consequência dessa modernização é a formação de regiões

produtivas de café especializadas na atividade, apesar da manutenção da policultura e da estrutura agrária familiar.

Com a inclusão dos agricultores familiares, descapitalizados, ao circuito espacial de produção controlado pelo capital industrial, os produtores acabam tornando-se subordinados às exigências deste. Dessa forma, o espaço rondoniense passa a atender as necessidades do mercado, inclusive sujeitando os agricultores, que devido a dificuldade em organizarem-se de forma coletiva, não conseguem obter protagonismo nas negociações, tornando-se dependentes dos representantes do capital.

REFERÊNCIAS

ABICS. **Importação de café conilon é inevitável, avalia indústria de solúvel**. 2017. Disponível em: <www.abics.com.br> Acesso em: 03 de mar. 2017.

AMARAL, J. J. Rondônia: Colonização de novas terras. In: **Presença**, Porto Velho, n.11, v.1, mar. 1998, p. 1 – 5. Disponível em: <<https://goo.gl/WoCgKG>> Acesso em: 15 de nov. 2015.

_____. **Mata Virgem: Terra Prostituta**. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

BINSZTOK, J. Agricultura familiar na Amazônia: o contexto da cafeicultura no centro de Rondônia. **Geografias**, Belo Horizonte, v. 02, n. 1, p. 22 – 33, jan./jun. 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/LghCtU>> Acesso em: 17 de set. 2014.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. In: **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, n.3, v. 22, dez. 2010, p. 461-474. Disponível em: <<https://goo.gl/Xj6VEr>> Acesso em: 18 de ago. de 2015.

CEPEA. **Com importação autorizada e recuo comprador, robusta cai 5%**. CEPEA/ESALQ: Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: <www.cepea.esalq.usp.br> Acesso em: 03 de mar. 2017.

EMBRAPA. **Nova cultivar de café tem potencial para mudar realidade do campo na Amazônia**. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/lhJPbx>> Acesso em: 27 de nov. de 2015.

IBGE. **Pesquisa Agrícola Municipal**, SIDRA, 2017. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>> . Acesso em: 03 de mar. de 2017.

_____. **Censo Agropecuário 2006**, 2016. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>> Acesso em: 03 de maio de 2016.

LOUREIRO, V. R. **A Amazônia no século XXI: as novas formas de desenvolvimento**. São Paulo: Empório do livro, 2009.

MARCOLLAN, A. L. et. al. **Cultivo dos cafeeiros Conilon e Robusta para Rondônia**. 3º ed. Porto Velho: Embrapa Rondônia: EMATER-RO, 2009.

OLIVEIRA, S. J. de M. e VENEZIANO, W. Aspectos econômicos da produção de café na região central do estado de Rondônia. In: Simpósio de pesquisa dos cafés do Brasil, 2, 2001, Vitória, **Anais...** Resumo expandido, p. 2123-2129. Disponível em: <<https://goo.gl/4aicxa>> Acesso em: 10 de fev. 2015.

ROSA NETO, C. e COLLARES, D. G. A importância da agricultura familiar no contexto do agronegócio café em Rondônia. In: Congresso da SOBER, 44, 2006, Fortaleza. **Anais...**Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, p. 1 – 17.

SANTOS, C. **A fronteira do Guaporé**. Porto Velho: EDUFRO, 2001.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. 7º. reimp. 4º ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O **Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. 11º ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, R. G. da C. **Dinâmicas territoriais em Rondônia**: conflitos na produção e uso do território no período de 1970-2010. 2010. 222 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____. Das margens do Madeira ao interior da floresta: percursos da formação socioespacial de Rondônia (1970-1995). In: ALMEIDA SILVA, A. de; NASCIMENTO SILVA, M. das. G. S.; SILVA, R. G. **Colonização, Território e Meio ambiente em Rondônia**: Reflexões Geográficas. Curitiba: SK editora; Porto Velho: PPGG/UNIR, 2012. p. 58-82.

_____. Espaço, Sociedade e Natureza em Rondônia. In: **GeoAmazônia**, Belém, n.2, v. 1, jan./jun. 2014, p. 144 – 165. Disponível em: <<https://goo.gl/ORDqKi>> Acesso em: 20 de mar. de 2015.

_____. Amazônia Globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia. In: **Cofins**, n. 23, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/nMO6Ca>> Acesso em: 09 nov. 2015.

SOUZA, F. de F., et. al. **Características das principais variedades de café cultivadas em Rondônia**. Porto Velho: Embrapa Rondônia, 2004.

SOUZA, M. M. O. de; PESSÔA, V. L. S. A contra-reforma agrária em Rondônia: colonização agrícola, expropriação e violência. In: Encontro de Grupos de Pesquisa: agricultura, desenvolvimento regional e transformações socioespaciais, 5, 2009, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: UFMS, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/VKSYwW>> Acesso em: 31 de mar. de 2016.

THÉRY, Hervé. Rondônia - Mutations d'un Territoire fédéral en Amazonie Brésilienne. Paris, Université Paris I, 1976. 233 p. (Tese de Doutorado), tradução **Rondônia mutações de um Território federal na Amazônia federal**, SK Editora, Curitiba, 2012. 304 p.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

A AGRICULTURA DE PRECISÃO E AS RELAÇÕES DE GÊNERO

Tainara Bruna Montagna

Universidade Estadual do Oeste do Paraná,
Doutoranda em Geografia, Bolsista CAPES
Francisco Beltrão – PR

Roseli Alves dos Santos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná,
Professora Adjunta do Curso de Geografia -
Graduação e Pós-Graduação
Francisco Beltrão – PR

RESUMO: A agricultura de precisão é considerada um sistema de gerenciamento caracterizado pelo uso de tecnologias de ponta na agricultura, onde a partir dos anos de 1990 houve um rápido crescimento deste sistema, trazendo consequências para homens e mulheres, além de impactar diretamente no setor econômico e ambiental. O presente artigo refere-se a uma pesquisa em fase inicial no Doutorado de Geografia, linha de pesquisa de Desenvolvimento Econômico e Dinâmicas Territoriais, onde um dos objetivos da pesquisa será caracterizar os agricultores e agricultoras que utilizam a agricultura de precisão. Desta forma, para este artigo foi utilizado um questionário desenvolvido por pesquisadores da Embrapa, onde buscaram caracterizar o perfil do produtor que utiliza a agricultura de precisão nas principais regiões agrícolas brasileiras, levantando hipóteses para a questão de gênero

para este sistema.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura de precisão, gênero, homens, mulheres.

ABSTRACT: Precision agriculture is considered a management system characterized by the use of state-of-the-art technologies in agriculture, where from the 1990s there was a rapid growth of this system, bringing consequences for men and women, as well as directly impacting the economic and environmental sector. This article refers to an initial research in the PhD of Geography, research line of Economic Development and Territorial Dynamics, where one of the objectives of the research will be to characterize the farmers who use precision agriculture. Thus, a questionnaire developed by Embrapa researchers was used for this article, where they sought to characterize the profile of the producer that uses precision agriculture in the main Brazilian agricultural regions, raising hypotheses for the gender issue for this system.

KEYWORDS: Precision agriculture, gender, men, women.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo foi publicado nos anais e apresentado durante o VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária (SINGA

2017), onde trata-se de uma pesquisa em fase inicial no Doutorado de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, linha de pesquisa de Desenvolvimento Econômico e Dinâmicas Territoriais, na qual pretende-se pesquisar sobre as implicações territoriais da agricultura de precisão na região Sudoeste do Paraná. Diante disso, as questões de gênero são predominantes sobre este tema.

As mulheres contribuem muito para a agricultura do que se supõe, porém, a sociedade conferiu à mulher uma condição inferior, refletindo nas dimensões da sua vida, principalmente nas divisões sexual dos papéis.

Considerada como um sistema de gerenciamento que utiliza tecnologias de ponta, a agricultura de precisão, desperta interesse por parte dos produtores, afim de gerar impactos positivos em relação aos fatores econômicos e ambientais.

Porém, é fato que existe uma problemática relacionada as relações de gênero no sistema convencional de agricultura, ficando evidente que haja também na adoção da agricultura de precisão.

O objetivo do artigo é de levantar uma abordagem teórica a respeito da relação de gênero dentro da agricultura de precisão, analisando o papel da mulher e do homem.

Inicialmente, apresenta-se uma perspectiva sobre a questão de gênero no meio rural, para posteriormente serem consideradas algumas características da forma de como a mulher está inserida na agricultura de precisão, tais como: 1) a divisão do trabalho por sexo; 2) a questão do gênero e da tecnologia na agricultura, abordando o conceito da agricultura de precisão, e suas possíveis implicações voltadas as questões de gênero neste contexto.

2 | O CONCEITO DE GÊNERO E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Para Scott (1995), gênero é considerado um elemento das relações sociais baseadas nas diferenças entre o masculino e o feminino, estabelecendo-se numa categoria que permite espaços para diferenças entre homens e mulheres. Diante disso, a introdução dessa categoria na análise das relações sociais de trabalho proporciona um entendimento dessa realidade, visto que o mundo do trabalho está caracterizado por esta perspectiva de gênero.

O conceito de gênero, que busca explicar as relações desiguais entre homens e mulheres, na qual, percebe-se que os papéis masculinos e femininos são construções sociais nas quais as relações de poder e hierarquia estão presentes. Desta forma, a divisão sexual do trabalho deixa de ser vista como um processo natural, passando a ser vista como as relações entre homens e mulheres (STANCKI, 2000).

A divisão sexual do trabalho é caracterizada como um processo pelo qual as atividades de produção e reprodução social são especializadas por diferentes pessoas, podendo ocorrer através da separação das atividades de produção de bens e serviços através do sexo das pessoas que as realizam (STANCKI, 2000).

Segundo Filho, Delespote e Carvalho (2012) a agricultura brasileira é caracterizada pela participação de todos os integrantes na produção do grupo familiar, porém, é dado destaque a figura do homem, como o principal membro deste grupo, ou seja, aquele que possui o conhecimento e o domínio de toda cadeia de produção de sua propriedade. Esta situação relata o papel da mulher como coadjuvante na relação de produção e de apropriação das técnicas de produção.

Para Kergoat (1998), a divisão sexual do trabalho conceitua-se como a forma de divisão sexual do trabalho social oriundo das relações sociais de sexo, tendo por característica a destinação prioritária dos homens da esfera produtiva concomitantemente, a apreensão pelos homens das funções de alto valor social agregado.

Vários estudos que analisaram a divisão do trabalho por sexo na agricultura concluíram que as mulheres ocupam uma posição subordinada, e que seu trabalho mostra-se como uma “ajuda”, do mesmo modo em que muitas vezes trabalham e/ou executam as mesmas tarefas que os homens (BRUMER, 2004).

De acordo com Brumer (2004), a posição subordinada das mulheres no ramo da produção dos estabelecimentos agropecuários, é evidenciada através de:

As tarefas executadas no âmbito da esfera produtiva (produção destinada à comercialização) só são contabilizadas como parte de um esforço coletivo, na maioria das vezes aparecendo apenas como ‘ajuda’;

Seu trabalho na esfera produtiva permanece praticamente invisível, tendo em vista que é praticado no interior do estabelecimento, sendo os homens praticamente os únicos responsáveis pelos contatos com o exterior (contato com extensionistas, bancos, sindicatos, cooperativa, firmas vendedoras de insumos e compradores);

Elas não detém o conhecimento tecnológico necessário para administrar o estabelecimento agropecuário;

Elas não administram os recursos originados com a venda da produção. (BRUMER, 2004, p. 8)

Ainda, segundo Brumer (2004), as atividades executadas preferencialmente por mulheres, crianças e jovens, no meio rural, caracterizam-se, de um modo geral, por serem:

Referentes principalmente à limpeza da terra e colheita, seleção e embalagem dos produtos; Relacionados ao processamento dos produtos agrícolas; Referentes ao cuidado de animais, tais como alimentação, limpeza e ordenha; Trabalhos da horta, principalmente se seus produtos forem destinados ao consumo da própria família.

A valorização diferente do trabalho de mulheres e homens se dá pela existência de uma relação de hierarquia entre os gêneros. Essa relação tem sua base material na divisão sexual do trabalho, mas também por aspectos econômicos, sociais, vivências particulares, entre outros (NOBRE, 1998).

Nobre (1998), relata que a divisão sexual do trabalho parte do princípio de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo, ou seja, tudo que se associa ao

mercado, como a agricultura e a pecuária, já as mulheres, pelo trabalho reprodutivo, como o trabalho doméstico, o cuidado da horta, e dos pequenos animais, tudo que é feito para uso e consumo próprio, sem contar a reprodução da própria família, pelo nascimento dos filhos.

3 | A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A DIVISÃO DO TRABALHO

A partir da modernização da agricultura e da implantação das novas tecnologias, o trabalho agropecuário tornou-se mais complexo, exigindo do agricultor e/ou da agricultora maiores investimentos na aquisição de insumos, bem como domínio técnico do processo produtivo.

Na transição do trabalho manual, centrado por vezes em conhecimentos populares de agricultores e de agricultoras, para um processo pautado na mecanização a sociedade patriarcal centrou processo formativo e de dominação na figura do homem. Na agricultura moderna, com o uso intensivo da mecanização e de insumos químicos, o homem é o considerado o principal responsável. Em geral é ele quem participa dos cursos de formação técnica e sobre as novas tecnologias, mantém o contato com os técnicos, faz a maioria das vendas, além de orientar-se à financiamentos. Outro quesito que o homem aparece como responsável é em relação aos recursos da atividade agropecuária administrando os investimentos ou repondo os meios de produção (BRUMER, 2004).

A participação das mulheres fica mais restrita as atividades que ocorrem no ambiente doméstico, na unidade de produção, esse fato decorre da lógica patriarcal de dominação do homem e da sua predominância nos espaços públicos. As condições de acesso das mulheres nos espaços públicos, voltados a formação técnica para o trabalho no campo é reduzida e mesmo quando estas se inserem no mercado ou nas Universidades em cursos voltados aos processos agropecuários, as mulheres se consideram em condições de desvantagens em relação aos homens e neste sentido podem ser incluídas as diferentes de acesso e de posse da terra, especialmente nas pequenas unidades familiares como demonstra o estudo de Muller (2016).

4 | A AGRICULTURA DE PRECISÃO

Carvalho (2010) explica que a década de 1990 presenciou um rápido crescimento do uso da tecnologia, trazendo consequências para os trabalhadores e trabalhadoras e uma intensificação na competitividade das atividades econômicas.

O uso de tecnologias influencia na estruturação e desenvolvimento, além de elevar sua produtividade e competitividade. Assim, novas tecnologias estão sendo criadas com o objetivo de aperfeiçoar e aumentar o nível de tais benefícios, como é o caso da inserção da agricultura de precisão nas propriedades rurais (MARIANO,

2014).

De acordo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2013), a agricultura de precisão é caracterizada por um sistema de gerenciamento agrícola baseado na variação espacial e temporal da unidade produtiva, com a finalidade de aumentar o retorno econômico, à sustentabilidade e à minimização do efeito ao ambiente.

Segundo a literatura, os fundamentos mais modernos da agricultura de precisão, surgiram em 1929, nos Estados Unidos e foram relatados por Linsley e Bauer na circular nº 346 da Estação Experimental Agrícola da Universidade de Illinois, onde foi apurada a existência de grandes variações quanto à necessidade de calagem em determinada área e que a aplicação de calcário deveria respeitar essa variabilidade. Assim, foi desenvolvido equipamentos de tração mecânica que facilitaram a aplicação de insumos em taxas uniformes (GOERING, 1993).

Porém, a disseminação da agricultura de precisão, ocorreu somente na década de 1980, quando microcomputadores, sensores e sistemas de rastreamento terrestres ou via satélite foram disponibilizados, possibilitando a difusão das técnicas. Já no Brasil, as primeiras ações de pesquisa foram realizadas em uma cultura de milho, resultando no primeiro mapa de variabilidade de colheita do Brasil (BALASTREIRE, 1998).

Para Ruge e Hons (1999), o sistema de agricultura de precisão envolve conceitos de uso de informações sobre a variabilidade de propriedades locais e climáticas de uma área visando o aumento da produtividade, otimização no uso dos recursos e redução dos impactos da agricultura ao meio ambiente. O conhecimento da variabilidade espacial e temporal dos fatores de produção de cultura é o primeiro passo para adoção do sistema de agricultura de precisão, isto porque, os processos e atributos do solo que determinam o desempenho e a produção das culturas, variam no espaço e no tempo.

Assim, constata-se que a proposta trazida pela agricultura de precisão enfatiza um novo modo de se pensar a produção agrícola, auxiliando no gerenciamento dessa produção e possibilitando diversos benefícios ao produtor (MARIANO, 2014).

Em termos econômicos, a utilização desta tecnologia proporciona a priorização de investimentos em áreas onde o potencial de produção seja mais efetivo, propiciando maior retorno econômico. Do ponto de vista ambiental, a racionalização e a redução do uso de insumos são uma das principais vantagens da agricultura de precisão (ANTUNIASSI; BAIO; SHARP, 2012).

5 | A AGRICULTURA DE PRECISÃO E AS RELAÇÕES DE GÊNERO

Por se tratar de um conceito considerado “novo”, não se tem estudos exclusivos relacionados as questões de gênero na agricultura de precisão.

Em 2014, a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), juntamente com alguns pesquisadores, lançaram o livro “Agricultura de precisão: resultados de um novo olhar”, ao qual traz resultados de quatro anos de pesquisas em diferentes biomas brasileiros. Neste sentido, o capítulo denominado como “Adoção da agricultura de precisão no Brasil”, escrito pelos pesquisadores Alberto C. Bernardi e Ricardo Y. Inamasu, tratam como objetivo principal avaliar a adoção e uso das tecnologias de agricultura de precisão por produtores das principais regiões agrícolas brasileiras.

Desta forma, os autores fizeram um levantamento a partir de uma aplicação de questionários a 301 proprietários e administradores, onde as respostas foram tabuladas, permitindo traçar o perfil dos produtores que utilizam a agricultura de precisão nas principais regiões agrícolas do Brasil.

Segundo Bernardi e Inamasu (2014), o questionário foi elaborado inicialmente com as questões gerais para a caracterização do entrevistado (idade, gênero, grau de instrução, renda), da propriedade (localização, área, propriedade da terra, arrendamento, textura do solo, relevo), e o sistema de produção adotado (culturas e práticas conservacionistas e culturais). Logo depois, eram apresentadas questões sobre o uso de tecnologias (computador, celular, acesso à internet) e agricultura de precisão (uso, ferramentas e equipamentos, atividades, execução das atividades, fontes de informação, grade e frequência de amostragem do solo).

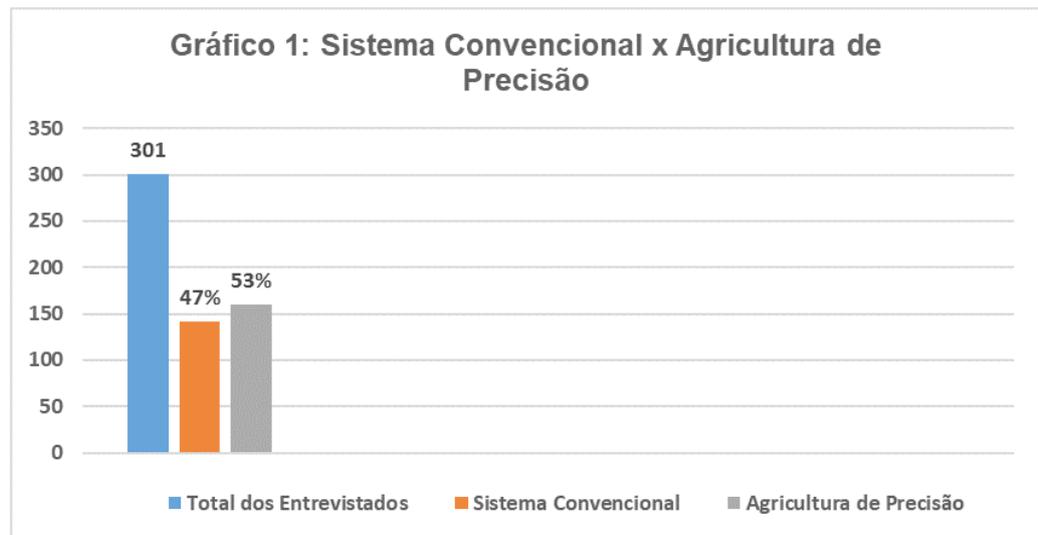
O questionário foi aplicado entre 10 de setembro e 13 de novembro de 2012, durante os Seminários sobre Agricultura de Precisão, promovidos pelo SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), realizados nas cidades: Balsas (MA); Bom Jesus (PI); Maracaju (MS); Campo Verde (MT); Luís Eduardo Magalhães (BA); Cascavel (PR); Não me Toque (RS); Patos de Minas (MG) e Rio Verde (GO). Nos seminários os participantes eram produtores, técnicos da extensão, consultores, funcionários de empreendimentos agropecuários, professores e alunos. Das respostas coletadas, foram selecionados 301 questionários para análise, aos quais foram preenchidos exclusivamente por produtores e administradores de propriedades (BERNARDI; INAMASU, 2014).

A cerca do questionário, foram obtidos alguns resultados, porém como este estudo reflete as questões de gênero, priorizou-se este quesito, no que se refere a caracterização do entrevistado, sendo alguns deles:

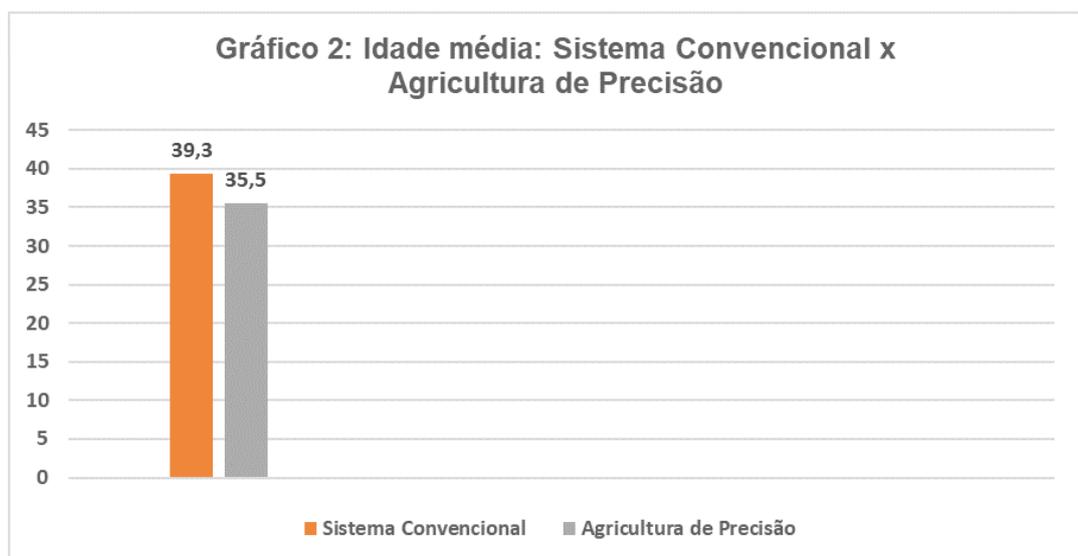
- O perfil dos proprietários e administradores de propriedades que adotam a agricultura de precisão é jovem, instruído, propenso a utilizar mais tecnologias e informática e cultivam grandes extensões de terra.
- Do questionário apresentado nas regiões, foram obtidas 301 respostas, sendo que 47% utilizam o sistema convencional e o restante 53% adotaram a agricultura de precisão.
- A idade média dos entrevistados que utilizavam o sistema convencional foi de 39,3 anos, enquanto que os que adotaram a agricultura de precisão foi de 35,5 anos.

- Com relação ao gênero, foco principal desta pesquisa, mais de 80% dos entrevistados eram homens.

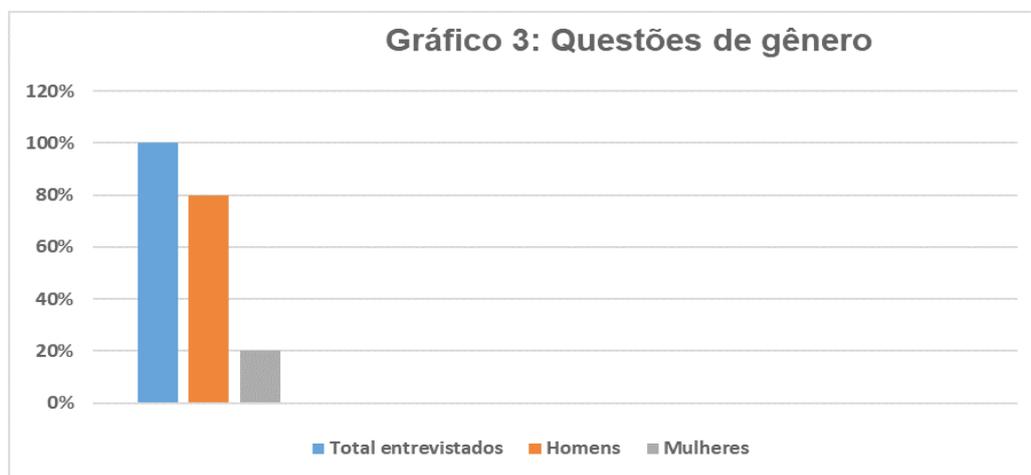
Abaixo, foi elaborado três gráficos contendo as informações obtidas nos questionários, sendo o primeiro ilustrando que dos 301 entrevistados, 47% utilizam o sistema convencional e 53% a agricultura de precisão. O segundo, a idade média dos entrevistados, exibindo que o sistema convencional a idade média é de 39,3 e de agricultura de precisão 35,5, evidenciando assim um grupo mais jovem. No terceiro e último gráfico, tema desta pesquisa, é em relação ao gênero. Nesse, 80% dos entrevistados são homens, indicando que as questões de gênero são ainda mais presentes na agricultura de precisão.



Fonte: BERNARDI; INAMASU (2014). Adaptado pela autora (2017).



Fonte: BERNARDI; INAMASU (2014). Adaptado pela autora (2017).



Fonte: BERNARDI; INAMASU (2014). Adaptado pela autora (2017).

Partindo do princípio do sistema convencional de agricultura, onde as mulheres muitas vezes, tem suas atividades relacionadas a esse setor como uma ajuda, mesmo, quando elas exercem as mesmas funções, além de por muitas vezes, ficar encarregada dos afazeres domésticos e a criação dos filhos. Na agricultura de precisão, fica claro que isso se repete. Por se tratar de usos de tecnologias de ponta, é necessário a busca pela informação, aos quais em sua grande maioria, é o homem que vai instruir-se de tais conhecimentos.

6 | CONCLUSÃO

As questões de gênero na agricultura são voltadas a uma extensa complexidade, visto que há um grande acervo de pesquisas relacionadas a este assunto. Porém, quando tratamos da agricultura de precisão, por ser relativamente um conceito atual, não há estudos relacionando ambos os temas.

Ao tratar das relações de gênero, é necessário entender sua dinâmica e a forma como originam as desigualdades e dificuldades presentes, afim de considerar as habilidades distintas de homens e mulheres, visto que é notório que as valorizações do trabalho das mulheres são mais limitadas em sua relação com a família.

Dessa forma, pretende-se estudar na Tese essa relação do gênero com a agricultura de precisão, afim de caracterizar esses agricultores e agricultoras que fazem o uso desse sistema para melhores contribuições futuras.

REFERÊNCIAS

ANTUNIASI, Ulisses R.; BAILO, Fábio H. R.; SHARP, Timothy C. **Agricultura de precisão**. Embrapa, 2012.

BALASTREIRE, L. A. A experiência com pesquisas em Agricultura de Precisão na ESALQ-USP. In: Congresso e feira para usuários de geoprocessamento da América Latina, IV., 1998, Curitiba. **Anais..** Curitiba: Microservice, 1998.

BERNARDI, Alberto C. C. de.; INAMASU, Ricardo Y. Adoção da agricultura de precisão no Brasil. In: BERNARDI, Alberto C. C. de.; NAIME, João de. M.; RESENDE, Álvaro V. de.; BASSOI, Luís H.;

INAMASU, Ricardo Y. (Org). **Agricultura de precisão: resultados de um novo olhar**. Brasília: Embrapa, 2014. 596p. p.559-577.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Femininos**, Florianópolis. p.205-227. 2004.

CARVALHO, Manoel A. de. O impacto da tecnologia no mercado de trabalho e as mudanças no ambiente de produção. **Evidência**, Araxá, v.1, n.6, p.153-172, 2010.

FILHO, Jairo B.; DELESPOSTE, Aline G.; CARVALHO, Ana L, F.; **As novas perspectivas das relações de gênero no meio rural: o papel feminino em (re) construção**. UFV, 2012.

GOERING, C. E. Recycling a concept. **Agricultural Engineering**, St. Joseph, v. 65, n.6, p.25, 1993.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In TEIXEIRA, Marli, EMÍLIO, Marilane, NOBRE, Miriam e GODINHO Tatau. (org.). **Desafios para as políticas públicas: trabalho e cidadania para as mulheres**. São Paulo, 2003. p. 55-64.

MARIANO, Mikaele G. **A agricultura de precisão como ferramenta de competitividade: um estudo de caso na Agrícola Wehrmann**. 2014. 38 f. Monografia (Graduação em Gestão do Agronegócio) – UNB, Brasília, 2014.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Fomento à agricultura de precisão**. Brasília, 2013.

MONTAGNA, Tainara B.; SANTOS, Roseli A. As questões de gênero na agricultura de precisão. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária e Simpósio Nacional de Geografia Agrária, VIII, IX., 2017, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2017.

MULLER, Merce. As jovens agriculturas estudantes da Universidade Federal da Fronteira Sul. Dissertação (Programa de Mestrado em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná). Francisco Beltrão, 2016.

NOBRE, Miriam. **Relações de gênero e agricultura familiar**. SOF, 1998. 68p.

RUGE, E. C. A.; HONS, F. M. Precision agriculture – development of a hierarchy of variables influencing crop yields. In: international conference on precision agriculture, 4., 1998. **Proceedings...** Minnsota: ASA-CSSA-SSSA, 1999. p. 143-158.

SANTOS, Juliana A. dos. **Desigualdade Social e o Conceito de Gênero**. UFJF, 2012.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e Realidade: **Gênero e Educação**. Porto Alegre. v.20, n.2, jul/dez 1995.

STANCKI, Nanci. **Divisão sexual do trabalho: a sua constante reprodução**. São Paulo: PUC, 2000.

AS MULHERES E A AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DA LOCALIDADE DE PICADA FELIZ, NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL – RS

Caroline Tapia Bueno

Mestranda em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande

Rio Grande – Rio Grande do Sul

RESUMO: O presente trabalho pretendeu a identificação do papel das mulheres envolvidas em atividades na agricultura familiar, investigando as relações do processo de divisão do trabalho por sexo. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com doze agricultoras familiares na localidade de Picada Feliz pertencente ao município de São Lourenço do Sul/RS acerca de suas vidas, trabalhos e projeções de futuro. O estudo aponta a desvalorização do trabalho que as agricultoras familiares enfrentam juntamente das inúmeras desigualdades de gênero existentes neste meio.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultoras; Agricultura Familiar; Trabalho Feminino.

ABSTRACT: The present work intends to identify the role of woman involved in family farming activities, investigating the process of labor division by sex. Semi-structured interviews were realized with twelve family farmers in the locality of Picada Feliz belonging to the municipality of São Lourenço do Sul/RS about their lives, works, and future projections. The

study points to the work devaluation that family farmers face alongside the numerous sexual differences existing in this environment.

KEYWORDS: Farmers, Family Farming, Female Work.

1 | INTRODUÇÃO

A pesquisa pretendeu contribuir para o desvendamento da realidade das condições de vida das agricultoras familiares. Sua ênfase recai sobre a análise de aspectos como a organização social e a divisão das tarefas no interior das famílias. O recorte espacial do estudo foi a localidade de Picada Feliz, no Município de São Lourenço do Sul/RS.

No Brasil os estudos com abordagem de gênero na Geografia começam, timidamente, a partir da década de 1980. Atualmente, a ênfase nas questões feministas destes estudos, ainda que não seja hegemônica neste campo disciplinar, se ampliou. Passados quase trinta anos, as pesquisas de gênero abrangem diferentes áreas da Geografia, como estudos rurais, urbanos entre outros e, se difundem nas universidades de todas as regiões do País (VELEDA DA SILVA, 2016).

Durante este período, se intensifica a relação entre os movimentos feministas e a

academia. De acordo com Veleda da Silva “os movimentos de mulheres mostram a participação das mulheres em vários setores da vida pública, lutando pelos seus direitos e necessidades através de manifestações, denunciando às desigualdades sociais imputadas as relações de gênero” (VELEDA DA SILVA, 2000, p. 6). Desigualdades que se evidenciam em todas as esferas econômicas, na cidade e no campo.

O conceito de gênero de acordo com Saffioti (2004) refere-se à construção social do feminino e do masculino. No entanto, este conceito não explicita as desigualdades e hierarquias entre homens e mulheres. Quanto à escala temporal, este foi construído muito antes do que o conceito de patriarcado, pois nem sempre houve as desigualdades entre os sexos. “Calcula-se que o homem haja estabelecido seu domínio sobre a mulher há cerca de seis milênios. São múltiplos os planos da existência cotidiana em que se observa esta dominação.” (SAFFIOTI, 1987, p. 47). O conceito de patriarcado, portanto, surge recentemente no plano histórico (seis ou sete milênios da história recente), para denunciar as hierarquias e as desigualdades presentes entre homens e mulheres.

Ainda, o patriarcado, segundo Saffioti (2004), parte de uma lógica entre homens para garantir a opressão das mulheres, nesse sentido “este regime ancora-se em uma maneira de os homens assegurarem para si mesmos e para seus dependentes, os meios necessários a produção diária e a reprodução da vida.” (SAFFIOTI, 2004, p. 105). Continuando, o modo patriarcal “não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração.” (SAFFIOTI, 1987, p. 50). Por conseguinte, a dominação e exploração acontecem concomitantemente, sem uma ordem específica, ocorrendo dentro do lar, na área de trabalho ou de convivência social das mulheres.

No mundo rural, as mulheres desempenham diversas atividades, desde as domésticas à lida com a lavoura e ao manejo com animais, trabalham na produção da propriedade bem como na reprodução da família, sendo, portanto, parte essencial para a manutenção da esfera familiar e produtiva. Segundo Brumer (2004, p. 210), mesmo exercendo diversas atividades, as mulheres ainda possuem uma situação subordinada e seus trabalhos são considerados como ajuda, mesmo sendo seu trabalho igual ou maior do que o dos homens.

A pesquisa se justifica, não só por demonstrar as desigualdades entre as trabalhadoras e os trabalhadores na agricultura familiar, como também evidenciar a luta pelo reconhecimento da profissão dessas mulheres, na luta de sua posição e autenticação de seu papel diante de suas famílias, das sociedades e principalmente diante delas mesmas. Além de serem reconhecidas como esposas, mães, tias, essas mulheres devem ser reconhecidas pela profissão que possuem, são agricultoras.

2 | METODOLOGIA

A pesquisa é um estudo de caso sobre as questões de gênero na agricultura familiar na localidade de Picada Feliz, situada no município de São Lourenço do Sul/RS. “Como método de pesquisa, o estudo de caso é usado em muitas situações, para contribuir ao nosso conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados”. (YIN, 2010, p. 24.)

Na realização da pesquisa foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos:

Primeiramente realizamos uma Pesquisa Bibliográfica para a compreensão da realidade estudada, ou seja, “o levantamento de todo o referencial já editado em relação à temática de estudo, desde periódicos, dissertações, teses, livros, entre outros” (RAUPP; BEUREN, 2004, p. 81).

Após a primeira etapa, realizamos uma pesquisa qualitativa sobre o universo que o trabalho se propõe a investigar, implicando em “uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível” (CHIZZOTTI, 2006, p. 1).

Utilizamos o método de entrevistas com o roteiro semiestruturado e levantamento da história oral dos sujeitos investigados. Estas entrevistas foram realizadas com 12 agricultoras familiares com idade acima de dezoito anos, que segundo o Código Civil correspondem à maioridade.

Por fim, “a etapa de análise consiste em encontrar um sentido para os dados coletados e em demonstrar como eles respondem ao problema de pesquisa que o pesquisador formulou progressivamente.” (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2012, p. 140). Pretendemos dar significado aos dados coletados a partir da epistemologia feminista, considerando as relações patriarcais de gênero e a divisão sexual do trabalho delas decorrentes.

3 | DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Realizamos a pesquisa com 12 mulheres agricultoras familiares da localidade de Picada Feliz, através de entrevistas com roteiro semiestruturado. Foram abordadas questões referentes aos seus dados pessoais e atividades que desenvolvem no trabalho dentro do núcleo familiar.

A maior parte das entrevistadas está na faixa etária de 50 a 60 anos. (Tabela 1).

Idade (anos)	Quantidade	%
De 20 a 30	3	25
De 30 a 40	1	8,33
De 40 a 50	3	25
De 50 a 60	5	41,66
Total	12	100

Tabela 1 – Faixa Etária das Entrevistadas

Fonte: Pesquisa de Campo, agosto e setembro de 2016.

Do grupo de mulheres entrevistadas 83,3% são casadas e as demais solteiras. Entre as solteiras nenhuma possui filhos. Dentre as casadas 8,33% das entrevistadas possuem 4 filhos, 33,33% 3 filhos, 33,33% 2 filhos e 8,33% apenas 1 filho.

Quanto à educação, a maioria das entrevistadas, 75%, possui nível de escolaridade referente ao ensino fundamental incompleto, correspondente às séries iniciais. Isso acontece devido à dificuldade de acesso às escolas de nível fundamental completo na localidade. A localidade possui somente duas escolas pequenas de séries iniciais, portanto, para continuar os estudos, as moças precisam ir a outras escolas da área rural que ficam longe de onde vivem. Porém, mesmo com a dificuldade, 25% das entrevistadas possuem o ensino médio completo. Essa relação também se revela através da idade, percebemos que as que estudaram mais são as mulheres mais jovens, conforme o gráfico 1.

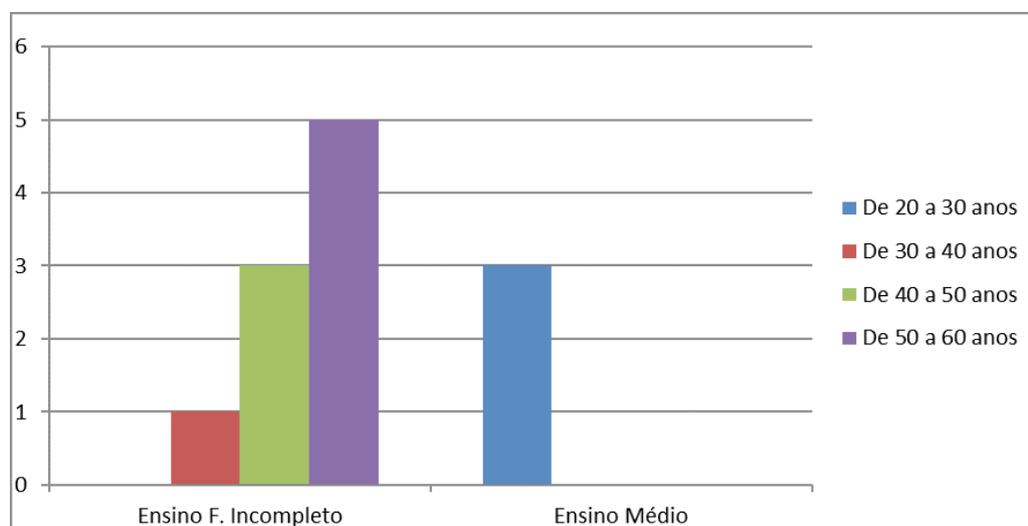


Gráfico 1: Relação entre idade e escolaridade das entrevistadas.

Fonte: Pesquisa de Campo, agosto e setembro de 2016.

A relação de idade é um fator de relevância, pois, percebemos que as mulheres mais novas e as solteiras, principalmente, são as que detêm maior nível de escolaridade. Conforme trata a autora,

Isso ocorre porque, de um modo geral, sabendo que serão preteridas na partilha da terra familiar ou na obtenção de um emprego estável no meio rural, ou rejeitando uma situação semelhante a de suas mães, as moças investem mais do que os

rapazes em sua educação, com vistas a uma possível migração para a zona urbana. (BRUMER, 2004, p. 2019).

A pesquisa buscou desvendar como é a divisão das tarefas por sexo dentro do núcleo familiar. Sabemos que cada família tem uma estratégia, porém alguns traços se repetem firmemente em cada uma delas. Isso acontece, conforme a literatura, pois há fatores advindos de uma cultura patriarcal que influenciam esse processo, pois são baseados principalmente em relações de poder.

Observamos que 66,6% das entrevistadas trabalham na lavoura e desempenham outras tarefas no núcleo familiar, como o cuidado da casa, da horta, dos filhos, ordenha das vacas, etc. 25% delas apontaram que somente trabalham na lavoura, porém quem executa as outras atividades como o cuidado da casa, horta, etc., são as filhas (geralmente solteiras), noras ou sogras. Apenas 8,33% das entrevistadas afirmaram exercer atividades unicamente de casa. Aos homens (maridos, genros, cunhados, sogros) cabe uma única tarefa, o trabalho na lavoura.



Figura 01: Horta das entrevistadas.

Fonte: Pesquisa de Campo, agosto e setembro de 2016.

Abaixo (quadro 1) ressaltamos as respostas das entrevistadas, sobre as atividades relatadas por elas ao longo do dia e as respostas sobre quem trabalha mais dentro do sistema familiar, percebendo assim em alguns casos a desvalorização dos seus próprios trabalhos.

Entrevistada	Como são divididas as tarefas dentro do núcleo familiar?	Quem trabalha mais dentro do núcleo familiar?
1	O marido trabalha na oficina; eu faço a ordenha das vacas, cuidados com a casa, cuidado da horta, ajudo na lavoura. O filho mais velho trabalha na lavoura, a filha mais velha cuida da menor e estuda.	Todos trabalham parelho, não tem essa de um trabalha mais. É a minha função, é mais eu trabalho mais de noite, né? Mas isso é serviço de casa, isso toda a mulher tem de noite, trabalhar um pouco mais.
2	Mãe e Pai trabalham na lavoura; eu e minha irmã cuidamos da casa; meu avô não tem mais capacidade de trabalhar.	Essa é difícil, o pai eu acho porque ele não para quieto.
3	Eu e o marido trabalhamos na lavoura, as filhas trabalham em casa, o sogro só fica em casa faz bastante tempo que não vai para a lavoura.	O marido porque ele esta sempre trabalhando.
4	Aqui todo mundo que vive na casa fazem tudo.	Os homens, porque fazem mais serviço esforçado.
5	Eu e o marido trabalhamos na lavoura, o meu filho transporta os produtos para a comercialização, e a nora cuida das tarefas da casa.	O marido, não faço as coisas que ele faz.
6	Geralmente eu, meu marido, minha filha, e o genro vamos para a lavoura. A filha solteira fica com as tarefas de casa.	Não sei, acho que os dois homens. Eles trabalham mais na lavoura, e em casa também. Meu marido faz serviço de pedreiro.
7	A mãe trabalha em casa, meu pai e o marido trabalham na lavoura, eu trabalho em casa e na lavoura.	Todo mundo trabalha igual.
8	Aqui todos trabalham na lavoura, e eu também faço o trabalho de casa.	Como é que se diz... Na lavoura os homens porque tem mais força, e em casa as mulheres que tem que fazer tudo e é bastante serviço que tem na colônia em casa.
9	Eu trabalho em casa e na lavoura, a cunhada também. O marido fica mais na lavoura.	O marido, porque sua mais.
10	Eu cuido das tarefas de casa, meu pai, minha mãe e meu irmão trabalham na lavoura.	O pai, porque ele faz os serviços mais pesado.
11	Eu cuido da casa e dos filhos e trabalho na lavoura, o marido trabalha na lavoura, e a sogra cuida também da casa.	O marido porque ele trabalha mais na lavoura.
12	Eu trabalho na lavoura e em casa, Na lavoura também trabalha meu marido, meu sogro e meu filho. A sogra trabalha em casa.	O marido, porque faz o serviço mais pesado.

Quadro 1: Relação entre as respostas das entrevistadas perante algumas questões.

Fonte: Pesquisa de Campo, agosto e setembro de 2016.

Analisando as respostas das entrevistadas, percebemos que mesmo realizando inúmeras tarefas elas não se reconhecem perante seus trabalhos e acabam nomeando o homem como o principal interlocutor dentro da propriedade, mesmo sendo elas as responsáveis pelo andamento de inúmeras atividades indispensáveis para a manutenção do setor econômico e social dentro da família.

Entretanto, quando nos referimos à remuneração apenas 33% afirmaram receber por seus trabalhos, o restante afirmou não receber nada pelo trabalho que exerce, conforme gráfico 8.

As mulheres trabalham mas não recebem rendimento monetário, e têm pouco acesso à terra, tecnologia, crédito e assistência técnica. Além disso, o trabalho que elas realizam é pouco valorizado socialmente. Ainda predomina a visão de que os homens são quem de fato trabalham; as mulheres apenas ajudam. Por muitos anos, as mulheres não possuíam sequer documentos civis e trabalhistas; e quando possuíam, eram enquadradas neles como domésticas e do lar. (CORDEIRO, 2007, p. 07).

Com a pesquisa, podemos constatar que todas as agricultoras solteiras não possuem nenhuma remuneração pelo trabalho exercido, essas também são as mais novas (faixa etária dos 20 a 23 anos) dentre as entrevistadas. Deste modo, decidem sair do meio rural para trabalhar na cidade, e muitas vezes, são atraídas por trabalhos subalternos e com salários baixos.

Cordeiro (2007) ressalta que a presença feminina na agricultura familiar é grande, porém existe uma parcela enorme dessas mulheres que não recebem nenhum rendimento referente aos seus trabalhos.

Quanto à definição de onde o dinheiro deve ser gasto e sobre quem é o interlocutor dessas decisões, mais uma vez percebemos que as mulheres se dirigem à figura do homem. Notamos que 50% das entrevistadas afirmam que quem define onde o dinheiro deve ser gasto é o marido ou pai. A decisão é justificada por respostas carregadas de falta de reconhecimento e de hierarquia relacionada ao sexo e a idade. “O pai, porque é ele quem manda”, afirma a entrevistada 10, filha solteira. “O marido porque ele é o chefe da família”, responde a entrevistada 11.

Essa ideologia advém de um sistema patriarcal que inferioriza a mulher, e visto que está introjetado em seu cotidiano, acaba gerando o sentimento de que seu trabalho não é tão eficaz como o do homem. Neste sentido,

A figura do pai como representação principal da agricultura familiar reflete a cultura que secularmente elegeu o masculino como responsável pelo exercício das atividades desenvolvidas “fora do espaço da casa”, uma vez que o âmbito de trabalho “da casa” é o “lugar da mulher”. No geral, essa ideologia existe, mesmo quando a participação da mulher no mundo do trabalho é cada vez mais crescente. (MELO, 2002, p.5).

Portanto, foi questionado as entrevistas qual seria a profissão das mesmas, 66% das entrevistadas afirmam sem nenhuma dúvida que são agricultoras, porém, o restante ou teve dúvidas sobre a própria profissão ou respondeu outra, as mais frequentes foram: cozinheira, dona de casa e serviços gerais.

Perante isso, podemos verificar que mesmo que a maioria das mulheres se perceba agricultora, ainda há uma grande parcela que não se sente parte da profissão, mesmo exercendo seus trabalhos na lavoura, em casa, na horta e nos demais espaços da propriedade. “Não são as mulheres que se ocultam, são as relações de dominação patriarcal que lhes atribuem um lugar menor.” (GOUVEIA, 2003, p. 45).

4 | CONCLUSÃO

Ao longo do trabalho procuramos desvendar como é a vida das agricultoras familiares da Localidade de Picada Feliz. Percebemos através da divisão sexual do trabalho que as mulheres são as responsáveis pelas tarefas domésticas, seguidas por cuidados com hortas e a lida com a lavoura. Também foi considerado que dentro da divisão sexual do trabalho há uma divisão etária, ou seja, as mulheres mais jovens e solteiras trabalham nas atividades domésticas enquanto as mais velhas trabalham na lavoura. As relações de poder também foram perceptíveis, o homem é considerado o interlocutor da família e rege a maioria das decisões dentro do núcleo familiar. Percebemos que as mulheres, ainda não se consideram tão importantes quanto os homens, o que faz com que desvalorizem seus trabalhos.

Mesmo historicamente havendo a desvalorização do trabalho feminino, as mulheres de Picada Feliz se sentem reconhecidas por seus trabalhos, porém nem todas se sentem agricultoras, o que é um problema que deve ser resolvido. Os órgãos públicos devem agir na localidade, agir no sentido de gerar conversas abertas, debates e palestras para que essas mulheres consigam se enxergar como devem se enxergar, ou seja, mulheres agricultoras que possuem plena importância para a família e para a produção. Pois a invisibilidade e o patriarcado no meio rural são ainda muito fortes e temos muito que lutar para que todas as mulheres agricultoras se sintam constituintes da profissão e donas dos seus próprios futuros.

REFERÊNCIAS

AMORIM, E.; FIÚZA, A. L.; PINTO, N. M. **Mulher e trabalho no meio rural: como alcançar o empoderamento?** Caderno Espaço Feminino, Uberlândia-MG, v. 28, n. 1, Jan./Jun. 2015.

ABRAMOVAY, R.; CAMARANO, A. A. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. *Revista Brasileira de Estudos da População*, Brasília, v. 15, n.2, p. 45-66, 1998.

ABROMOVAY, R. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, vols. 28 nº 1,2 3 e 29, nº1, Jan/dez 1998 e jan/ago 1999.

BNDES. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf**. Acessado em: 14 de novembro de 2015. Online. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/apoio/pronaf.htm>

BRASIL. **Censo Agropecuário**. Resultados preliminares. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/. Acesso em: 15/03/2016.

BRASIL. **Estatuto da juventude: atos internacionais e normas correlatas**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, p. 103, 2013.

BRUMER, A. **Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul**. *Revistas Estudos Feministas*, Florianópolis, v.12, n. 1, p. 205- 227, janeiro-abril/2004.

BUARQUE, C. **Integração da perspectiva de gênero no setor da reforma agrária**. Ministério do

Desenvolvimento Agrário, Brasília, p. 1-45, 2002.

CARNEIRO, M. J. **Herança e gênero entre agricultores familiares**. Estudos Feministas, Brasília, v. 9, n.1, p. 22-55, 2001.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CONTERATO, M. A. **Características da pluriatividade nos espaços rurais do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – GEPAD. I Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural, 24 e 25/11/2005. Disponível em: http://www.cifers.t5.com.br/M.A.%20Conterato_pluriativ_nos_espacos_rurais.pdf Acesso em: 30 maio de 2016.

CORDEIRO, R. **Agricultura familiar, trabalho feminino e ação coletiva**. In: Anais do XIV ENCONTRO DE PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA, 2007.

DESLAURIERS, Jean Pierre; KÉRISIT, Michèle. **O delineamento da pesquisa qualitativa**. In: POUPART et. al A pesquisa Qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos, 3. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2012, p. 127-153.

FRANCISCO, M. L. **Geografia de Gênero e Trabalho Familiar: Algumas Considerações**. Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 2, n. 1, p. 27-36, jan. / jul. 2011.

GOUVEIA, T. **Muito Trabalho e Pouco Poder Marcam a Vida das Agricultoras**. Observatórios da Cidadania, Brasília, p. 44- 49, 2003.

HIRATA, D., KERGOAT, H. **NOVAS CONFIGURAÇÕES DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

IBGE. **Senso 2010**. Acessado em: 21 julho de 2016. Online. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais.htm

LAMARCHE, H. **Agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução Frédéric Bazin. Campinas: Unicamp, 2 v, 1998.

MARTINS, Gilberta de Andrade. **Estudo de Caso Uma Estratégia de Pesquisa**. São Paulo, Atlas SA -2006.

MELO, H. P.; SABBATO, A. **O feminino no mundo rural: um olhar pela PNAD/IBGE**. In: Anais do CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10.; CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38., 2000, Rio de Janeiro. Brasília: SOBER, 2000. 1 CD-ROM.

MELO, L. **Injustiças de Gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar**. In: Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Minas Gerais, 2002.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Estudo dos solos do município de São Lourenço do Sul – RS**. Circular 52. Pelotas, 1ª ed. 47 p., 2005.

PREFEITURA DE SÃO LOURENÇO DO SUL. **Decreto 2916**. Acessado em: 2 março de 2016. Online. Disponível em: http://www.saolourencodosul.rs.gov.br/arquivos/Decreto_2916.pdf

RAUPP, F.; BEUREN, I. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2004. 2v.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, Coleção polemica, 1987, 134p.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, Coleção

Brasil Urgente, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth.. **Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres.** Séries Estudos e Ensaios – Ciências Sociais/ FLACSO/ Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO – Brasil – Junho 2009

SUÁREZ, M.; SUAREZ, M.; TEIXEIRA, Z. A.; MUSSI, H.. **Perspectiva de Gênero Na Produção Rural.** Estudos de Política Agrícola, Brasília, v. 22, p. 1-85, 1994.

SCHEFLER, M. L. **Gênero, autonomia econômica e empoderamento. O real e o Aparente: Sistematização de processos de investigação-ação e/ou de Intervenção social.** Feminismos, v.1, n.3 set. - dez. 2013.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação.** 1ª ed. Quito/Equador: Ed. Flacso – Serie FORO, 2009, p. 132-161.

VELEDA DA SILVA, S. M. **Os Estudos de Gênero no Brasil: Algumas Considerações.** Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. 3, p. 1-13, 2000.

VELEDA DA SILVA, S. M. **Geografías feministas brasileñas: un punto de vista.** In: IBARRA GARCÍA; ESCAMILLA-HERRERA (Coord.). Geografías feministas de diversas latitudes. Orígenes, desarrollo y temáticas contemporáneas. México: IG/UNAM, 2016, p. 71-93.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos/Robert K. Yin; tradução Ana Thorell; revisão técnica Cláudio Damascena.** – 4. Ed. – Porto Alegre: Bookman, 2010. 248 p.

WANDERLEY, M. N. B. **A Modernização Sob O Comando da Terra : Os Impasses da Agricultura Moderna No Brasil.** Ideias, IFCH.UNICAMP. CAMPINAS, v. 3, n.2, p. 25-54, 1996

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** TEDESCO, J. C. (Org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: UPF, n3, p. 21-55, 2001.

WANDERLEY, M. N. B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade.** Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, p. 42-61, 2003.

WOORTHMANN, E. F.; WOORTHMANN, K. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa.** Brasília: EDUnB, 1997

SOBRE A ORGANIZADORA

INGRID APARECIDA GOMES Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2008), Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado em Gestão do Território da Universidade Estadual de Ponta Grossa (2011). Atualmente é Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Foi professora colaborada na UEPG, lecionando para os cursos de Geografia, Engenharia Civil, Agronomia, Biologia e Química Tecnológica. Também atuou como docente no Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (CESCAGE), lecionando para os cursos de Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo. Participou de projetos de pesquisas nestas duas instituições e orientou diversos trabalhos de conclusão de curso. Possui experiência na área de Geociências com ênfase em Geoprocessamento, Geotecnologia, Geologia, Topografia e Hidrologia.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-78-9

